Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves

História Fetichista

EDITORA UEG

História Fetichista

EDITORA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Presidente
Haroldo Reimer (Reitor)

Vice-Presidente
Ivano Alessandro Devilla
(Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação)

Coordenadora Geral
Elisabete Tomomi Kowata

Revisão Técnica
Thalita Gabriele Lacerda Ribeiro

Capa / Projeto Gráfico
Lucas Clara Leão / Adriana da Costa Almeida

Imagem da capa
Luiz Carlos da Rocha

Revisão Geral
Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves

Conselho Editorial
Carla Conti de Freitas (UEG)
Claude Valentin Rene Detienne (UEG)
Eduardo Soares de Oliveira (UEG)
Joelma Abadia Marciano de Paula (UEG)
Juliana Alves de Araújo Bottechia (UEG)
Marcelo Duarte Porto (UEG)
Maria Aurora Neta (UEG)
Murilo Mendonça de Oliveira de Souza (UEG)
Robson Mendonça Pereira (UEG)
Vandervilson Alves Carneiro (UEG)

Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves

História Fetichista

O aparelho de hegemonia filosófico Instituto Brasileiro de Filosofia *Convivium* (1964-1985)

EDITORA UEG

Anápolis-GO | 2017

Para o mestre e amigo,

Pedro Leão.

© Editora UEG – 2017
© Autoras e autores – 2017

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei no 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto no 1.825,
de 20 de dezembro de 1907.

Catalogação na Fonte
Comissão Técnica do Sistema Integrado de Bibliotecas Regionais (SIBRE),
Universidade Estadual de Goiás

G635h
Gonçalves, Rodrigo Jurucê Mattos
História fetichista: o aparelho de hegemonia filosófico Instituto Brasileiro de Filosofia / Convivium (1964-1985) / Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves. – Anápolis: Editora UEG, 2017.
316 p.

ISBN: 978-85-5582-028-1

1. Instituto Brasileiro de Filosofia. 2. Revista Convivium. 3. Revolução passiva. 4. Aparelho de hegemonia filosófico. 5. Ideologia brasileira I. Editora UEG. II. Título.

CDD 21.ed. 320.5
981.063
CIP-NBR 12899

Esta obra é em formato de e-Book. A exatidão das referências, a revisão gramatical e as ideias expressas e/ou defendidas nos textos são de inteira responsabilidades dos autores.

Editora filiada a ABEU

EDITORA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
BR-153 – Quadra Área – CEP 75.132-903 – Fone: (62) 3328-1181 – Anápolis – GO
www.editora.ueg.br / e-mail: revista.prp@ueg.br/editora@ueg.br

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS 13

PREFÁCIO 15

NOTA DO AUTOR 23

INTRODUÇÃO 25

Parte I

As categorias de Antonio Gramsci e a realidade brasileira 41

1.1 Gramsci e a revolução passiva 43

1.2 O partido político para Antonio Gramsci: o papel histórico dos intelectuais e dos aparelhos de hegemonia 79

1.3 Da revolução passiva & da hegemonia: o aparelho de hegemonia filosófico 95

1.4 A revolução passiva no Brasil 102

Parte II
O aparelho de hegemonia filosófico – IBF/*Convivium* – na revolução passiva (1964-1985) 149

2.1 A intelectualidade orgânica do aparelho de hegemonia filosófico IBF/Convivium (1964-1985). 163

Parte III
Antonio Paim: de militante do PCB a intelectual orgânico da burguesia 213

3.1 A História das ideias filosóficas no Brasil, de Antonio Paim 222

3.2 O início de tudo: o estabelecimento dos rudimentos das tradições do pensamento no Brasil. 224

3.3 O "empirismo mitigado" e o "problema" da transformação social. 225

3.4 O ecletismo como momento central da história das ideias no Império 229

3.5 A filosofia Católica 238

3.6 A "Escola do Recife" 245

3.7 O positivismo e o marxismo como dois momentos da tradição "cientificista" 253

3.8 A "Escola Culturalista" 258

Parte IV
A consciência conservadora no Brasil, de Paulo Mercadante 263

4.1 A História do Brasil na perspectiva de Paulo Mercadante 268

4.2 Paulo Mercadante e José Honório Rodrigues: um debate entre ideólogos da conciliação de classes 288

Parte V
Considerações Finais 295

REFERÊNCIAS 303

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AHF	aparelho de hegemonia filosófico
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CDPB	Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro
CESP	Centrais Elétricas de São Paulo
Cf.	confira
CGT	Comando Geral dos Trabalhadores
CIA	Agência de Inteligência dos Estados Unidos
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DAF	Frente do Trabalho Alemão
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
FCESP	Federação de Comércio do Estado de São Paulo
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FMP	Frente de Mobilização Popular
FPN	Frente Parlamentar Nacionalista
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBF	Instituto Brasileiro de Filosofia
INL	Instituto Nacional do Livro
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ITN	Instituto Tancredo Neves
JK	Juscelino Kubitschek
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MRS	Movimento Renovador Sindical
MSD	Movimento Sindical Democrático
NSDAP	Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PC	nos referimos ao PCB
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCd'I	Partido Comunista da Itália
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PUC-RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RBF	Revista Brasileira de Filosofia
SNI	Serviço Nacional de Informações
TFP	Tradição, Família e Propriedade
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo

PREFÁCIO

Nos últimos anos há um perceptível crescimento da circulação de preconceitos e de concepções políticas de direita e de extrema-direita no Brasil, disseminando-se valores, socialmente conservadores, e propostas políticas antipopulares, naturalizadoras da desigualdade social e defensoras da ideologia meritocrática. No decorrer da campanha eleitoral de 2014 e no pós-eleição proliferaram nas redes sociais manifestações com estas características, com acentuado componente racista e de discriminação regional. Grande parte destas manifestações mescla pressupostos liberais-conservadores com propostas claramente fascistizantes, em uma peculiar combinação entre liberalismo econômico e fascismo social e político.[1]

Paradoxalmente, são escassas as investigações sobre os centros de formulação e irradiação de concepções

1 Ainda que o discurso dominante coloque liberalismo e fascismo em oposição absoluta, é importante lembrar que esta combinação já ocorreu em diversas experiências históricas, sendo a mais notória a ditadura de Augusto Pinochet, que articulou Terrorismo de Estado como ultraliberalismo econômico.

liberais, conservadoras e fascistizantes, nas diferentes conjunturas do século XX e sobre as conexões que articulam historicamente os diferentes grupos, aparelhos e correntes que propagaram e propagam tais concepções. Os inúmeros textos jornalísticos produzidos em contextos eleitorais, com pouca profundidade analítica e clara instrumentalização político-eleitoral, ainda que cumpram algum papel no enfrentamento destas concepções, são ineficazes e insuficientes para a efetiva compreensão do fenômeno, e nos marcos da lógica eleitoral e da "governabilidade" dominantes, são descontinuados no pós-eleição.

O campo de estudos sobre a direita, suas organizações e seu pensamento é ainda relativamente pouco desenvolvido no Brasil, o que muitas vezes leva à falsa impressão de que a direita é frágil, pouco organizada e meramente reativa, e até mesmo à imagem ainda mais falsa de que o conservadorismo e os preconceitos brotam "naturalmente" na sociedade brasileira, como se o conservadorismo fosse uma característica inata dos brasileiros. Nada mais falso. A circulação de ideias conservadoras, anticomunistas e antipopulares é sistemática e cuidadosamente fomentada por inúmeros centros de disseminação, constituídos enquanto aparelhos privados de hegemonia, muitos deles altamente sofisticados, fartamente financiados e organicamente articulados à burguesia brasileira ou a frações burguesas. Ainda que muitos destes aparelhos não tenham sido devidamente investigados, analisados e

compreendidos, não significa que sua importância e eficácia sejam pequenas.

No campo de estudos sobre a direita brasileira ocupa certo destaque a produção sobre o movimento integralista. Na década de 1970 foram produzidas algumas obras de fôlego, com interpretações de conjunto que permitiram dimensionar seu caráter fascista e seu sentido histórico.[2] Nos últimos vinte anos foi produzido um grande número de investigações que permitiram esmiuçar características específicas, particularidades regionais e dinâmicas internas. Ainda assim, permanece no senso comum uma visão caricatural sobre o integralismo, que remete quase exclusivamente a seus elementos mais superficiais, como o uso da "camisa-verde" e da saudação "Anauê" e os discursos hiperbólicos de seu "Chefe Nacional" Plínio Salgado. A compreensão do movimento integralista, no entanto, permanecerá insuficiente sempre que deixar de considerar sua sistemática contribuição à dominação burguesa no Brasil, não apenas na década de 1930, como em outros contextos posteriores em que também atuou.[3] Não se pode esquecer, por exemplo, o expressivo papel desempenhado pelo movimento integralista na formação

2 Em especial TRINDADE, Hélgio (1974). *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*. São Paulo, Difel / Porto Alegre, UFRGS; CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado:* forma de regressividade no capitalismo hipertardio. 2ª edição. Belo Horizonte: UMA Editora / São Paulo: Ad Hominen, 1999; e CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUI, Marilena & FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular.* Rio de Janeiro, CEDEC / Paz e Terra, 1978, p. 17-149.

3 Conforme argumentamos em CALIL, Gilberto. *Integralismo e Hegemonia Burguesa*: a trajetória do PRP, 1945-1965. Cascavel: Edunioeste, 2011.

política de lideranças conservadoras nos anos 1930, as quais nas décadas seguintes atuaram em inúmeras organizações, partidos e movimentos – como é justamente o caso de Miguel Reale, antigo Secretário Nacional de Doutrina da Ação Integralista Brasileira e que reaparece décadas depois como intelectual organizador do aparelho privado de hegemonia investigado neste livro.

No estudo das formas organizativas e da atuação política das classes dominantes brasileira é incontornável a obra de René Dreifuss, cujo estudo sistemático sobre a intervenção da burguesia monopolista brasileira e internacional, que redundou no Golpe de 1964, disseca e explicita a intensa e sistemática atuação de inúmeros aparelhos unificados em torno daquilo que ele designou como "Complexo Ipes/Ibad".[4] Dreifuss reencontrou diversas destas formas organizativas atuando duas décadas para influenciar e dirigir os rumos da Assembleia Nacional Constituinte.[5]

Poderíamos citar ainda algumas outras investigações de grande relevância – como a vasta obra da historiadora Sonia Mendonça sobre a organização e atuação política da classe dominante agrária.[6] Ainda assim, seguimos

4 DREIFUSS, René. *1964:* A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

5 DREIFUSS, René. *O jogo da direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989.

6 Da qual é possível destacar: MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo: HUCITEC, 1997; MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia e poder no Brasil***.** Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e educação rural no Brasil*: alguns

avaliando que de forma geral a investigação e o conhecimento sobre as formas organizativas e a intervenção das classes dominantes brasileiras e seus intelectuais é ainda bastante modesta e insuficiente em face dos desafios e necessidades de compreensão cotidianamente recolocados pela atualização e disseminação de concepções conservadoras, liberais e fascistizantes.

Nos últimos dez anos, a Linha de Pesquisa Estado e Poder do PPGH – Unioeste tem procurado se inserir no esforço coletivo para a compreensão da direita e das formas organizativas voltadas à manutenção da ordem vigente. As quase trinta dissertações produzidas nos últimos anos são expressão da tentativa de ampliar o conhecimento sobre a organização e intervenção das classes dominantes, em pesquisas que versam sobre a atuação partidária da imprensa, associações e organizações de classe, políticas públicas, atuação de intelectuais e instrumentos de disseminação ideológica por eles construídos.

A pesquisa de Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves, que deu origem a este livro, compartilha destas preocupações e se insere diretamente neste contexto, encarando este desafio e se constituindo como contribuição efetiva para a compreensão de um aparelho de grande relevância e cuja atuação até então vinha passando despercebida dos investigadores e também dos militantes sociais anticapitalistas.

---

escritos. Rio de Janeiro: Vicio de Leitura, 2007; MENDONÇA, Sonia Regina de. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

Não é apenas na escolha da temática e na opção por abordar um objeto pouco comum nas investigações históricas que esta pesquisa se destaca, mas, sobretudo, na firme opção em recusar o empirismo que domina avassaladoramente as pesquisas históricas, principalmente no âmbito do mestrado, quando premidos pelo escasso tempo disponível, pelas pressões das agências e coordenações e pelo fetichismo das fontes, os pesquisadores, em sua grande maioria, passam ao largo de uma reflexão teórica mais substancial. O percurso aqui é inverso. Através de um diálogo pertinente e maduro com a contribuição marxiana, o autor constroi teoricamente sua problemática e com base nesta construção conduz seu percurso de interrogações às fontes, um percurso que altera substancialmente o resultado produzido. É com base nesta construção teórica que o autor acertadamente passou a investigar centralmente o aparelho privado de hegemonia no interior do qual tiveram lugar as elaborações intelectuais de Antonio Paim e Paulo Mercadante, ao invés de isoladamente estudá-las abstratamente como "ideias políticas". Nesta perspectiva, não são as elaborações intelectuais de Paim e Mercadante que explicam a constituição do Instituto Brasileiro de Filosofia e da Revista *Convivium*, mas ao contrário, é a atuação orgânica do complexo IBF/Convivium que conforma, condiciona, impulsiona e dissemina as elaborações intelectuais de ambos, na condição de intelectuais orgânicos vinculados claramente a um projeto político.

Em uma pesquisa cuja constituição é fortemente marcada pelas opções teóricas, a escolha dos conceitos a serem discutidos não é mero exercício retórico – como infelizmente vem se tornando cada vez mais comum – mas ao mesmo tempo resultado de uma necessidade imposta pelo processo de investigação e parte do movimento de investigação e compreensão do problema. Assim, o primeiro conceito que organiza a pesquisa é o conceito gramsciano de "revolução passiva", através do qual o autor reflete sobre as condições, características e especificidades do processo de desenvolvimento do capitalismo e de dominação burguesa no Brasil no transcorrer do século XX, e ao mesmo tempo a partir do qual situa seu objeto de investigação em uma condição que permite compreender concretamente o papel político que desempenhou. Assim, consegue compreender as obras de Paim e Mercadante como expressão teórica da revolução passiva no Brasil e os aparelhos que lhes deram suporte como impulsionadores de um projeto concreto e historicamente determinado.

De forma análoga, o conceito gramsciano de partido político permite compreender a atuação orgânica do complexo IBF/Convivium. Mais do que mera propagação de "ideias filosóficas", tratava-se de promover a sistemática e permanente divulgação apologética do pensamento liberal, afirmando uma concepção liberal e restrita de democracia sob medida para os marcos da revolução passiva, articulada ao anticomunismo, ao anti-igualitarismo e à oposição a qualquer perspectiva ou proposta que

ensejasse o crescimento da participação dos setores populares no processo político. É aqui que as marcas do conservadorismo elitista e excludente, sob roupagem liberal, são claramente visíveis e ressaltam os nexos entre a intervenção política produzida por estes aparelhos em particular com diversas outras expressões e instrumentos de propagação de ideias conservadoras, liberais e em determinados contextos fascistizantes que amparam o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro nos marcos da revolução passiva.

Gilberto Grassi Calil

NOTA DO AUTOR

Este trabalho é a versão revisada da dissertação de mestrado que defendi no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Oeste do Paraná (PPGH/UNIOESTE), em 2009. Na época o trabalho foi recomendado para publicação, mas somente agora tive a oportunidade de transformá-lo em livro. Como concordo com o que escrevi naquele momento, creio que a publicação é justificada.

Recordo um dado fundamental que alimentou e inspirou esse trabalho: a preocupação de escrever a História do Brasil a partir da perspectiva gramsciana. Portanto, a influência indispensável para a nossa pesquisa veio de Antonio Gramsci e daqueles que adotam seu referencial. Desta forma, buscamos desvendar alguns dos meandros intelectuais da luta de classes, bem como pôr a nu algumas organizações de intelectuais orgânicos da burguesia.

O título se deve ao seguinte fragmento que encontramos nos *Cadernos do cárcere*: "O modo de representar os acontecimentos históricos nas interpretações ideológicas

da formação italiana se poderia chamar '*história fetichista*': para esta, com efeito, tornam-se protagonistas da história 'personagens' abstratos e mitológicos"[1]. Cremos que, no Brasil, a intelectualidade orgânica da burguesia, ao ocultar a luta de classes, produz também uma *história fetichista* – é o que procuramos demonstrar nas páginas que seguem. As capas deste livro são uma homenagem à obra do escultor, operário, dirigente comunista e amigo Espedito Rocha (1921-2010).

Este livro vem de encontro com a postura de não compactuar com o sistema do capital. Em tempos de hegemonia acachapante da classe dominante, contradizê-la, denunciá-la e negá-la é uma tarefa árdua, mas indispensável para aqueles que sabem que se há tanta sombra é porque em algum lugar no espaço e no tempo há luz também. Combater a burguesia é exercer a própria liberdade.

Boa leitura.

O autor.

1 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 34 – grifos nossos.

INTRODUÇÃO

O que é a história de um partido? [...] Será preciso escrever a história de uma determinada massa de homens que seguiu os iniciadores, sustentou-se com sua confiança, com sua lealdade, com sua disciplina, ou que os criticou "realisticamente", dispersando-se ou permanecendo passiva diante de algumas iniciativas. [...] Evidentemente, será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e a parte mais avançada: ou seja, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. (Antonio Gramsci)

Uma ideia, uma obra só recebe sua verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento. Além disso, acontece frequentemente que o comportamento que permite compreender a obra não é o do autor, mas o de um grupo social (ao qual o autor pode não pertencer) e sobretudo, quando se trata de obras importantes, o comportamento de uma classe social.
(Lucien Goldmann)

Inicialmente, havíamos projetado pesquisar as trajetórias intelectuais de Paulo Mercadante e Antonio Paim; teríamos como primeiro e principal foco a análise de algumas obras escritas por estes autores. A atuação política destes homens apareceria de modo subordinado à elabo-

ração teórica. Com a evolução de nossos estudos – e com a contribuição de Gramsci e Goldmann – vimos que se tratava de fazer exatamente o contrário. Assim, num segundo momento, percebemos que a atuação orgânica de Mercadante e Paim é que justifica, inclusive, as obras que produziram. Foram os aparelhos privados de hegemonia e o Estado (editoras, institutos, financiamentos privados e estatais) que propiciaram as condições objetivas para que pudessem publicar.

Partimos das seguintes premissas filosóficas definidas por Karl Marx e Friedrich Engels n'*A Ideologia Alemã* – obra que constitui "na realidade a primeira exposição já um pouco pormenorizada, da concepção materialista da história"[1]:

> A produção das ideias, das representações e da consciência [...] é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparecem aqui ainda como a emanação direta de seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual tal como se apresenta na linguagem da política, na das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de todo um povo. São os homens que produzem suas representações, suas ideias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência

1 BOTTIGELLI, Émile. *A gênese do socialismo científico*. Lisboa: Editorial Estampa, 1971. p. 173.

> nunca pode ser mais do que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E, se, em toda a ideologia, os homens aparecem de cabeça para baixo como em uma câmera escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico.
>
> Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe ao céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos das repercussões ideológicas desse processo vital. E mesmo as fantasmagorias existentes no cérebro humanos são sublimações resultantes necessariamente do processo de sua vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais. Assim, a moral, a religião, a metafísica e todo o restante da ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, perdem logo toda a aparência de autonomia. Não têm história, não têm desenvolvimento; ao contrário, são os homens que, desenvolvendo sua produção material e suas relações materiais, transformam, com a realidade que lhe é própria, seu pensamento e também os produtos de seu pensamento. Não é a Consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência.[2]

2 MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã.* São Paulo: Martins Fontes, 1998. p. 18-20.

A Ideologia Alemã representa a revolução filosófica do marxismo, pois demonstra que a ideia parte da história – contrariamente ao idealismo, que via o primado da ideia sobre a história. A consciência é um produto social, ela também é condicionada pelo "ser", pela existência material do homem. Assim, do ponto de vista do materialismo histórico, há o *primado do ser*[3]. Neste sentido, Bottigelli diz que:

> A consciência está estreitamente ligada ao ser, nas condições materiais em que o homem vive e que modifica com a sua ação. O seu conteúdo vai-se transformando à medida que o sistema de relações (de produção material, sociais, etc.) e a natureza das necessidades do homem se transformam. A um certo nível de desenvolvimento produz-se então a divisão entre o trabalho material e o intelectual, que consagra a própria divisão do trabalho.[4]

Assim, a concepção de que a filosofia trafega no plano da "pura idealidade", que supostamente não teria qualquer relação com a história, com as relações sociais entre as classes sociais, é a mais pura expressão da divisão do trabalho material e do trabalho intelectual. A *aparência de autonomia* do trabalho intelectual é genuína expressão da divisão do trabalho, e esta, por sua vez, é a mais cabal manifestação da sociedade dividida em classes. Daí "os intelectuais, a quem coube o papel de produtores no domínio do pensamento podem, assim,

3 BOTTIGELLI, Émile. *A gênese do socialismo científico...* p. 176-7.

4 Idem, p. 176-7.

imaginar que é a teoria que faz a história"[5]. Desta maneira, não deixamos de abordar algumas obras de Paim e Mercadante, mas agora, a partir da perspectiva do materialismo histórico e dialético, suas concepções teóricas aparecem no devido lugar.

Como se poderá ver, os intelectuais do aparelho de hegemonia filosófico (AHF) Instituto Brasileiro de Filosofia/Convivium tentam construir o chamado "pensamento brasileiro", que teria ficado obscurecido por "momento olvidados". A eles caberia a tarefa de resgatar do esquecimento uma suposta "filosofia nacional". Quanto à metodologia da pesquisa, os ibeefeanos se distanciam tanto do materialismo histórico, quanto do chamado "historicismo" – não estabelecem qualquer relação entre a história e a evolução da filosofia. O intelectual mais veemente combatido pelos ibeefeanos foi João Cruz Costa, professor da USP, autor de diversas obras, como *Panorama da História da Filosofia no Brasil*[6] e *Contribuição à história das Ideias Filosóficas no Brasil*[7]. Segundo Pedro Costa, a concepção de João Cruz Costa se caracterizava por um "humanismo pragmático fortemente marcado por uma reflexão anti-sistêmica e com um forte interesse pela história"[8]. Para Cruz Costa, a história das ideias filosóficas

5 Idem, p. 177.

6 COSTA, João Cruz. *Panorama da História da Filosofia no Brasil*. São Paulo: Cultrix, 1960.

7 COSTA, João Cruz. *Contribuição à história das Ideias Filosóficas no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

8 COSTA NETO, Pedro Leão da. *João Cruz Costa: historiador das ideias no Brasil*. *Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Curitiba, n. 23, 2002. p. 05.

no Brasil desde seus primórdios se caracterizou pela história da recepção, da transformação – até da deformação – das ideias filosóficas que, por sua vez, eram norteadas por interesses pragmáticos. Daí a importância de amarrar na história a análise da evolução das ideias filosóficas no Brasil. Neste sentido, a seguinte noção é fundamental para compreender a questão de nossa história e da filosofia no Brasil: "o abismo entre as elites e as massas [...]. João Cruz Costa encerra este pequeno livro afirmando: '*Já se disse que o Brasil é o país dos contrastes. E o maior é talvez o que existe entre a vida pública e o povo*'."[9] Cruz Costa chama a atenção para o nível incipiente da reflexão filosófica no Brasil e toda a sua obra é uma tentativa de explicar a extrema fragilidade desta tradição – interessante atentar para o seguinte fragmento:

> Mas, – perguntamos – teriam sido assim, tão destituídos de valor, esses representantes da filosofia, no Brasil? Não teriam expressado absolutamente nada de nacional, nada da vida brasileira? Não haveria nesse acúmulo de leituras, nessa exposição de erudição, alguma coisa de significativo? E essa dúvida é que nos leva a examinar novamente, hoje, as obras massudas, cacetes, desses filosofantes eruditos do século XIX. É preciso não perder de vista o sentido que essas obras tomam à luz do momento histórico em que foram escritas e que finalidade visavam.[10]

9 Idem, p. 06, *apud.* COSTA, João Cruz. *Pequena História da República*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 146 – grifos do autor.

10 Idem, p. 07.

O autor remete à importância do método histórico para o estudo da evolução genética da filosofia no Brasil e, por isso mesmo, fora constantemente combatido pelo IBF. Contrariamente, para Cruz Costa não houve uma "filosofia nacional", conforme acreditavam os ibeefeanos. Para ele, no Brasil constituiu-se uma frágil tradição filosófica; no século XIX, a evolução da filosofia ficou assim caracterizada:

> [...] i) a filosofia no Brasil foi uma sequência de recepção de ideias filosóficas, determinada muitas vezes pelo conhecimento de línguas estrangeiras, ii) as obras filosóficas aqui criadas, são caracterizadas pela predominância de títulos introdutórios, iii) caráter não especialista da formação filosófica no país, o que levará a um auto-didatismo e diletantismo nas preocupações filosóficas, o que levará a uma grande versatilidade, iv) a maioria das filosofias européias recebidas no Brasil, são hoje praticamente esquecidas em seus países de origem e enfim v) uma grande parte da influência das ideias filosóficas no Brasil se deve a presença entre nós de movimentos organizados.[11]

Já no século XX, a filosofia ficou limitada a alguns pólos de reflexão da filosofia no Brasil: a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP (criada em 1934); a Universidade do Distrito Federal (1935), transformada em Faculdade Nacional de Filosofia (1937); a Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais (1939); o IBF

11 Idem, p. 07.

(1949); e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (1955). Assim, para Cruz Costa, não houve uma filosofia nacional.

Quanto à questão de se existe ou não um pensamento nacional, Raymundo Faoro envereda por um caminho distinto tanto de Cruz Costa, quanto do IBF. Faoro busca o chamado "elo perdido" do pensamento brasileiro e, partindo de um método que leva em consideração a história, chega a resultados bem diferentes. Segundo ele, há na história do pensamento político no Brasil um "elemento nacional" forjado nos movimentos de 1789 (Inconfidência Mineira), na repressão do Rio de Janeiro (1794), na Revolução dos Alfaiates da Bahia (1798), irradiando-se em 1817, 1824, 1831, e nas insurreições do período regencial (1842 e 1848)[12]. Segundo Faoro a questão só pode ser entendida a partir da dissolução do sistema colonial, quando todos os setores da economia estavam em crise (o açúcar, o algodão, o ouro, etc.). O sistema colonial estava sufocado pelos monopólios, estancos, pelo fiscalismo predatório que buscava compensar a produção reprimida; a estrutura repressiva exacerbou-se. Deste contexto se definiram dois grupos sociais antagônicos: o *elemento reacionário* da Independência (a burguesia comercial) e o *elemento nacional* (composto pelos produtores reprimidos e seus intelectuais: padres e letrados). Faoro diz que é uma grande falácia dizer que os produtores compunham o

12 *Cf.* FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994. p. 52.

elemento reacionário, pois sofriam todo o peso do sistema colonial[13].

Na visão de Faoro, primeiro vieram os conspiradores mineiros, proprietários e senhores, não queriam mais depender dos favores oficiais para atenuar a carga do sistema colonial; seu escopo era a separação da metrópole e a organização de um Estado republicano. Chegaram a colocar o problema da representação e do governo; comprometeram-se em libertar os mulatos e negros nascidos no país, como expediente de segurança do movimento – os escravos seriam "massa de manobra". Essencialmente, foram influenciados pelo liberalismo de Locke e de Adam Smith, este último traduzido por um dos inconfidentes. Para o autor o modelo dos mineiros era um liberalismo suave.[14]

Liberalismo mais radical – "irado", nas palavras de Faoro – teria surgido na Inconfidência Baiana de 1798. Aqui, diferentemente de Minas Gerais, a massa popular encontra, ainda que minimamente, a voz jacobina. Não haveria limites à libertação, todos os escravos seriam libertos. A inquietação baiana foi percebida desde 1792, estimulada pela revolta escrava haitiana. Contaria também com grande influência liberal de Cipriano Barata, cirurgião, proprietário e senhor de escravos, formara-se em filosofia na Universidade de Coimbra, não concordava com a libertação ilimitada dos escravos. Ainda assim, o

13 Idem, p. 56.

14 Idem, p. 60-1.

movimento aludia às leituras estrangeiras e contestava o "poder indigno e tirano" do rei; fixou reivindicações concretas – o comércio livre, liberto do monopólio colonial –, sobretudo para os senhores de engenho e de terras.[15] Neste sentido:

> As aspirações dos revolucionários de 1798 eram condicionadas pelas relações existentes numa sociedade escravista [...] Sentiam o preconceito da cor e as restrições injustas aos negros e pardos, mesmo aos livres, mesmo aos oficiais das milícias ou das linhas. Todavia, a revolta contra essas inibições sociais e de cor era dirigida especificamente contra o poder lusitano. Os revolucionários não se erguiam – mesmo os escravos, libertos ou filhos de escravos contra os latifundiários escravistas, exploradores diretos do trabalho escravo. [...] responsabilizavam a condição colonial pelas injustiças e perseguições que sofriam.[16]

Segundo Faoro, 1798 demonstra que os senhores rurais não constituíam o elemento reacionário, mas, ao contrário, o elemento liberal mais avançado. Para o autor, se iniciara assim a formação de uma tradição peculiar do Brasil.

A transmigração da Corte, em 1808, é vista por Raymundo Faoro como um acidente à tradição nacional, pois a ala mais à esquerda acabaria pendendo para a ala direita que, por sua vez, lograra metropolizar a Colônia.

---

15 Idem, p. 62-3.

16 Idem, p. 64, *apud*. DIAS TAVARES, L. H. Introdução ao estudo das ideias e do Movimento Revolucionário de 1798. Bahia: Progresso, 1959. p. 28.

Ainda assim, em 1817, em Pernambuco, os senhores de engenho voltariam à carga contra os mercadores, que mantinham os privilégios mesmo após a volta da Corte para Portugal. Os intelectuais da revolução foram 60 padres e 10 frades, tendo como seu líder, Joaquim do Amor Divino, o Frei Caneca que proclamava: "A soberania estava nos povos, Os povos não são herança de ninguém. Deus não quer sujeitar milhões de seus filhos ao capricho de um só. Os reis não são emanação da divindade, são autoridades constitucionais [...] Os povos tem o direito de mudar a forma de governo"[17]. Segundo Faoro, muitos revolucionários de 1817 aderiam à transação da Independência, mas romperiam na Assembleia Constituinte, quando se estabeleceu a precedência do rei sobre Constituição. Nesta acepção, daí foram provenientes inúmeras revoltas: a Cabanada no Pará, a Balaiada no Maranhão, a Sabinada na Bahia e a Farroupilha no Rio Grande do Sul. Mas

> Os conservadores, os absolutistas e os moderados, se recompõem e, em poucos anos, freiam o 'carro da revolução'. [...] O liberalismo teve uma base social definida, embora não compacta. Não contou com a burguesia industrial, como o europeu [...] Conviveu com o escravismo, o que não o desajusta de seu arcabouço teórico, de acordo com o padrão mais persistente, o de Locke. [...] Este não será, entretanto, o liberalismo que a historiografia leva em conta. Há

17 Idem, p. 70, *apud.* Frei Caneca. Obras políticas e literárias. Recife: Assembleia Legislativa de Pernambuco, 1979. p. 28.

> outro liberalismo, com diversa fonte, que bem merece figurar entre aspas, havido como peculiar do Brasil"[18].

Segundo Faoro, D. João VI temia pelo fim da Coroa, com a revolução do Porto de 1820. Convocou o seu ministro Silvestre Pinheiro Ferreira, outorgou uma carta constitucional e promoveu uma reforma absolutista, com o caráter de liberalização:

> [...] ceder para não perder tudo. Era o absolutismo vestido de liberal, opinando que, antecipando-se às Cortes, D. João VI outorgasse uma carta constitucional. [...] É o liberalismo como tática absolutista. [...] A organização do regime constitucional brasileiro não conversível, ao contrário do que entendeu a historiografia brasileira, no liberalismo. O teor de suas ideias não ultrapassava o neopombalismo, tais como expressas por José Bonifácio"[19].

Assim para Raymundo Faoro, o "absolutismo mascarado" de D. João VI e D. Pedro I "desclassificou todas as concepções liberais autenticamente liberais. [...] o absolutismo reformista assume, com o rótulo, o liberalismo vigente, oficial, o qual, em nome do liberalismo, desqualificou os liberais"[20]. Para Faoro o "elo perdido" – contrariamente aos "momentos olvidados" de Reale, como se verá – é um liberalismo que foi arredado da vida nacional pelo absolutismo de D. João VI e D. Pedro I – teorizado por Silvestre Pinheiro Ferreira.

---

18 Idem, p. 73.

19 Idem, p. 78-80.

20 Idem, p. 82-3.

Mas nosso objetivo de trazer para cá este debate sobre a filosofia no Brasil é apenas fazer uma brevíssima contextualização do problema. De nossa parte, como se verá no segundo capítulo, trataremos da atuação orgânica do IBF/Convivium durante a ditadura (1964-1985). Caracterizamos este período como o principal momento da revolução passiva no Brasil, e a citada organização como uma de suas engrenagens.

No primeiro capítulo o leitor encontrará a teoria que norteia nossa caminhada nas veredas tortuosas da luta de classes. Primeiramente, trabalhamos com as categorias de *revolução passiva* e *partido político* (desenvolvidas por Gramsci). Cada uma, respectivamente, contribui para explicar a história do Brasil a partir do ângulo que nos interessa para elucidar a atuação partidária de Paulo Mercadante e Antonio Paim. A partir deste momento vimos, por um lado, que estes dois intelectuais eram apenas uma pequena parte de sua classe social, por outro lado, que a burguesia utiliza as organizações partidárias e os intelectuais orgânicos para a luta de classes.

Desse modo, é necessário sublinhar que aqui "partido político" é pensado de maneira bem mais ampla que o habitual, que o senso comum. Com a contribuição de Christine Buci-Glucksmann encontramos o viés específico (o "nicho" filosofante) de atuação da organização destes homens – que agora já apareciam liderados por Miguel Reale e acompanhados por outros (como Adolpho Crippa, Creusa Capalbo, Nelson Saldanha, Ricardo Vélez Rodrigues) –, conformados no Instituto Brasileiro de

Filosofia (IBF) e na revista Convivium, que definimos como o *aparelho de hegemonia filosófico*[21] IBF/Convivium. A filosofia é entendida aqui segundo a concepção materialista e histórica; a filosofia não se limita às "ideias", ao pensamento "puro" – conforme propalado pela organização em apreço.

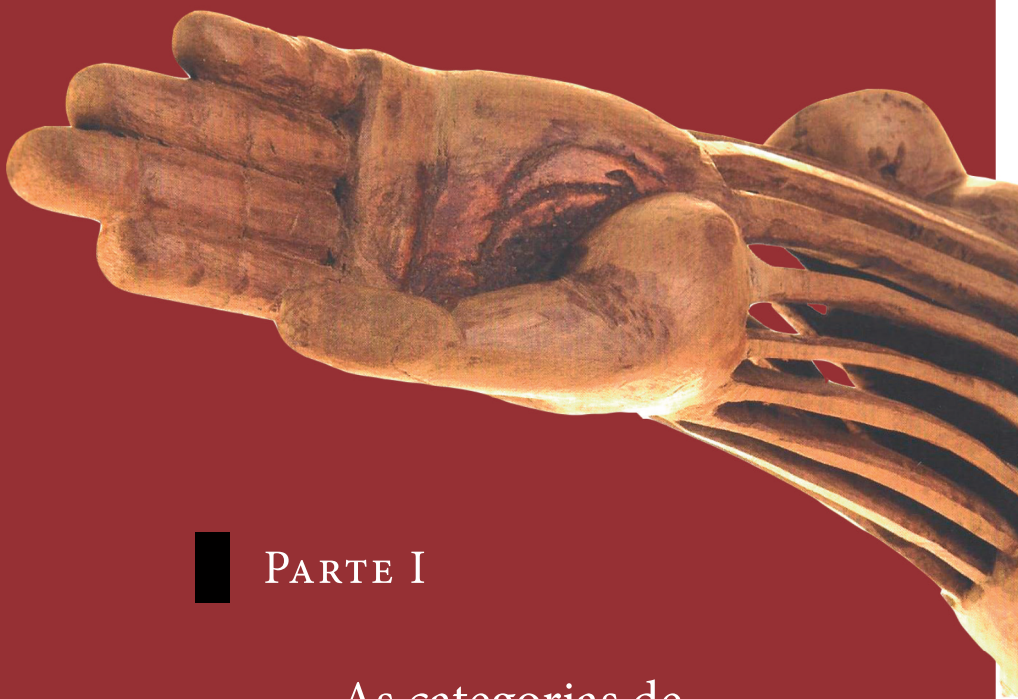
No segundo capítulo buscamos elucidar a atuação do IBF/Convivium durante a ditadura (1964-1985). O IBF, criado em 1949, surgiu como aparelho de hegemonia da burguesia, mas com uma área de atuação específica, de viés filosofante. A partir de 1962, o IBF passou a contar com o reforço da revista Convivium. Este periódico, criado em 1962 como uma organização tipicamente ipesiana (o IPES), participou ativamente da construção do golpe de 1964. Após o 31 de março/1º de abril daquele ano, atuou para consolidar o regime. Consolidado, seus intelectuais – destaque para a marcante atuação orgânica de Miguel Reale – estiveram à frente de um dos *fronts* da luta de classes. E o IBF/Convivium não acabou com o fim do regime autocrático, na abertura e mesmo após a abertura esta organização atuou em militância ativa e agressiva.

No terceiro e no quarto capítulo, buscamos demonstrar que Paim tenta construir uma "história das ideias" independente e descolada da história. No entanto, a história do pensamento – das ideias, da filosofia – não pode ser outra que a da própria humanidade em cada estágio particular de sua história. Da mesma forma, Mercadante tenta

21 *Appareil d'hégémonie philosophique.*

construir a noção de que paira sobre o Brasil o "espírito" da "conciliação", da "moderação", que chega mesmo a habitar a fisiologia dos brasileiros. Para nós, a sua obra *A consciência conservadora no Brasil* é muito mais do que um simples compêndio de ensaística, e muito menos do que um exercício rigoroso de ciência social.

Quanto às nossas fontes, a principal para elucidar a atuação orgânica do IBF/Convivium, são as revistas Convivium. Nos limitamos à análise dos principais intelectuais (com maior número de publicação) no já citado periódico e na ibeefeana Revista Brasileira de Filosofia; recortamos ao período explicitado no título do presente trabalho (1964-1985); e nos limitamos às temáticas imediatamente relativas ao nosso problema (pois encontramos na Convivium artigos sobre arte, epistemologia, poesia, crítica literária, etc.). As principais obras para a compreensão da concepção de Antonio Paim são a *História das ideias filosóficas no Brasil* (1967) e *O estudo do pensamento filosófico brasileiro* (1985-6). Já em relação a Paulo Mercadante, é seu compêndio *A consciência conservadora no Brasil* (1965). Consideramos estas obras como a expressão teórica da revolução passiva no Brasil.



Parte I

As categorias de Antonio Gramsci e a realidade brasileira

Antonio Gramsci desenvolveu nos *Cadernos do Cárcere* diversas categorias que, como já foi assinalado por outros autores, permitem um alto grau de generalização, e foram utilizados para diferentes interpretações de distintos contextos. Assim, feitas as devidas ressalvas e respeitadas as especificidades de cada processo histórico, utilizaremos dois conceitos de sua autoria que serão nossos guias, serão a chave interpretativa de nosso trabalho. Um destes conceitos é o de *partido político*, que não pode ser entendido sem a noção de *intelectuais orgânicos*, e que desdobraremos em *aparelho de hegemonia*. A outra categoria é a *revolução passiva* que, como se verá, contribui para explicação histórico-historiográfica e teórico-prática, portanto, *paradigmática*.

Acreditamos que as categorias podem ser articuladas através da noção de *aparelhos de hegemonia filosófica* – conforme a contribuição de Christine Buci-Glucksmann[1].

1 BUCI-GLUCKSMANN, Chirstine. *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Este capítulo se divide em duas partes, a primeira mais teórica – necessária para a tentativa de um devido aprofundamento teórico-conceitual –, e a segunda é a história da revolução passiva no Brasil durante a Ditadura (1964-1985) e o período que a antecede – sem o qual tornaria estéreis os citados conceitos desenvolvidos por Gramsci.

1.1 Gramsci e a revolução passiva

> *O Risorgimento italiano desenvolveu-se todo através do século XIX, mas se desenvolveu mais no sentido da história passiva do que da história ativa.* (Antonio Labriola)

> *Se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi.*[2] (O Leopardo, de Giuseppe di Lampedusa)

> *O Risorgimento, na medida que 'frustrou', na expressão de Gramsci, sua revolução popular e, particularmente, camponesa, se afasta da revolução burguesa de tipo clássico cujo modelo é representado pela Revolução Francesa. [...] Na França, a burguesia revolucionária tinha afinal sustentado a luta do campesinato contra a feudalidade e mantido tal aliança até sua liquidação: na Itália, face à massa camponesa, soldou-se o bloco da aristocracia fundiária e da burguesia capitalista. [...] Para os liberais moderados, artesãos dessa Unidade, e, antes dos mais, Cavour, cujo nome por si só simboliza essa comunidade de interesses, não se podia admitir a via revolucionária francesa: a sublevação das massas camponesas teria feito perigar sua dominação política.* (Albert Soboul)

> *Para Mussolini e para os fascistas era um tema corrente. [...] O comunismo – ou o bolchevismo, como eles preferiam chamá-lo, talvez pensando que o termo exótico já fosse capaz de espantar – era apresentado como o maior dos males que poderiam afligir uma sociedade, uma forma de delinquência política, essencialmente, ou uma delinquência comum. Daí provinha, como derivação imediata, a afirmação da necessidade do regime fascista e, por conseguinte, a sua exaltação.* (Palmiro Togliatti)

2 "Se queremos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude".

Trabalhar com os *Cadernos do cárcere* é sempre, por diversas razões, um desafio. Antonio Gramsci nos estimula a pensar profundamente os mais diferentes temas, assuntos e problemas de todas as áreas do pensamento social; e nos impressiona ver a sua coerência, nunca abalada, seja pela diversidade das questões tratadas nos Cadernos, como também pelo seu encarceramento imposto pelo fascismo italiano. Nosso objetivo neste tópico é expor a conceituação de Gramsci da revolução passiva, e a contribuição deste conceito para a interpretação da história e da historiografia. A revolução passiva é tratada pelo comunista sardo nos seguintes cadernos:

- Caderno miscelâneo 4, de 1930-1932, presente no volume 5 da edição brasileira;
- Caderno miscelâneo 8, de 1931-1932, volume 5 da edição brasileira;
- No período 1932-1935, caderno especial 10 (denominado "A filosofia de Benedetto Croce"), presente no volume 1 da edição brasileira, assim como também o caderno miscelâneo 14 (vol. 5);
- No caderno miscelâneo 15, de 1933, presente no volume 5;
- E no caderno especial 19, que Valentino Gerratana chamou de "*Risorgimento* italiano", de 1934-1935, presente no volume 5.

A primeira vez que Gramsci fala da "revolução passiva" é numa breve nota relativa a Vincenzo Cuoco (1770-1823). Cuoco participou da revolução napolitana de

1799 e depois acabou preso e exilado. Escreveu a obra *Saggio storico sulla rivoluzione napoletana* (1801), onde, pela primeira vez, apareceu o conceito de "revolução passiva" para caracterizar a revolução napolitana, provocada pelo impacto da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas. No entanto, a revolução se restringiu a um grupo pequeno de intelectuais que não souberam colocar em pauta as necessidades concretas do povo; já os franceses, em 1789, contrariamente, haviam realizado uma "revolução ativa", capaz de se defender de seus inimigos e, com consenso popular, partir para a ofensiva[3]. Gramsci traz a questão da seguinte maneira: "*Vincenzo Cuoco chamou de revolução passiva a revolução ocorrida na Itália, como consequência das guerras napoleônicas. O conceito de revolução passiva me parece exato não só para a Itália, mas também para os outros países que modernizaram o Estado através de uma série de reformas ou de guerras nacionais, sem passar pela revolução política de tipo radical-jacobino*"[4]. Assim, o conceito aparece pela primeira vez de uma forma mais genérica, mas que "parece", para o comunista italiano, poder explicar os países modernizados sem passar por revoluções populares. Daí a questão da especificidade da modernização via revolução passiva, realizada através de reformas e guerras nacionais e não pelo caminho revolucionário clássico.

3 *Cf.* GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 371.

4 Idem, p. 209-210.

Segundo Christine Buci-Glucksmann, Gramsci utiliza o conceito lançado por Cuoco para analisar a história da Itália e a sua revolução burguesa, o "*Risorgimento*" do século XIX; que fora uma "'*revolução sem revolução', revolução passiva, [isto] é o oposto do modelo jacobino francês*"[5]. Como vimos anteriormente, Gramsci trabalha com esta questão entre os anos de 1930 e 1935, mas a categoria da revolução passiva nasceu para interpretar e combater o fascismo, regime que lhe aprisionou em novembro de 1926 sentenciando: "Por 20 anos devemos impedir que este cérebro funcione"[6]. Os Cadernos do Cárcere são a prova de que, apesar da reclusão e de todas as privações por que passou, Gramsci derrotou a violenta sentença; ele dedicou-se até o último momento que sua saúde permitiu ao combate tenaz a um dos regimes mais odiáveis que já existiu, e não foram poucas as ocasiões que confirmam isso:

> Em 16 de maio de 1924, Mussolini, já presidente do Conselho de Ministros, encaminha ao parlamento Italiano um projeto de lei visando "disciplinar a atividade das associações e institutos". [...] Gramsci, então deputado, pronunciou um discurso no qual punha a nu o caráter antidemocrático do projeto e aproveitava para denunciar as manobras fascistas no sentido de implantar no país uma ditadura.
>
> O próprio Mussolini, irritado, resolveu apartear o franzino e corajoso deputado marxista, definindo o

5 BUCI-GLUCKSMANN, Chirstine. *Gramsci e o Estado...* p. 77 – grifos nossos.

6 FIORI, Giuseppe. *A vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 285.

> fascismo como uma "revolução". Gramsci retrucou-lhe que o fascismo não era uma revolução, mas uma "simples substituição de um pessoal administrativo por outro. Só é revolução – acentuou – aquela que se baseia em uma nova classe; o fascismo não se baseia em nenhuma classe que já não esteja no poder".
>
> Mussolini voltou à carga, procurando descaracterizar o conteúdo de classe do fascismo e protestando: "Grande parte dos capitalistas está contra nós!". O deputado oposicionista não se perturbou, e observou que o fascismo só entrava em choque agudo com os outros partidos e organizações da burguesia [...] porque queria estabelecer o monopólio da representação da classe. A atitude do fascismo com relação aos demais partidos burgueses era simples: "Primeiro lhes quebra as pernas e, depois, faz o acordo com eles em condições de evidente superioridade".
>
> Mussolini não gostou da referência à violência dos fascistas, retrucando que esta violência equivalia a dos comunistas. Gramsci lhe respondeu: "A vossa violência é sistemática e é sistematicamente arbitrária, porque vós representais uma minoria destinada a desaparecer".[7]

Vale lembrar que o comunista sardo foi bastante ousado na sua polêmica com o "tirano vesgo" (como Mussolini era conhecido entre os militantes do PC d'Itália), pois o fascismo estava em pleno fortalecimento; vinte anos depois, o fascismo foi derrotado, conforme

7 COUTINHO, Carlos Nelson e KONDER, Leandro. *Nota sobre Antonio Gramsci*. In: GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 02-03.

previsto por Gramsci. Mas o propósito de trazermos para cá este fragmento é para demonstrar que nosso autor já tinha certa percepção da essência do fascismo, mesmo antes de ter formulado sistematicamente a categoria da revolução passiva. A preocupação de Gramsci, ao desenvolver este conceito, era de dar um tratamento adequado à questão política do fascismo[8].

o0o

Para tratar do conceito de revolução passiva, não economizaremos citações à Gramsci, com o objetivo de deixá-lo falar ao máximo com suas próprias palavras. Nos *Cadernos do Cárcere*, o autor trata simultaneamente da história e da historiografia, do passado e do presente da revolução passiva – e de suas pretensões para o futuro também. A revolução passiva tem no cerne de sua problemática a questão da "moderação", ou seja, de um conservadorismo reformista contrarrevolucionário o qual busca camuflar sua essência por detrás de uma aparência "moderada", que atua com habilidade e perspicácia para dissuadir as classes populares de seus objetivos e derrotá-las.

O *Risorgimento* trata-se do processo de constituição da Itália moderna e, esquematicamente, pode ser dividido em quatro fases: 1) 1815-1847, sob a influência da Revolução Francesa, é colocada em circulação uma ideologia liberal-nacionalista, o que prepara um ambiente moral e intelectual; 2) 1848-1849, eclodem diversos

8 *Cf.* POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978. p. 34.

movimentos republicanos de duração pequena, abandona-se a unificação "neoguelfa", a qual seria dirigida por um Papado liberal; 3) 1850-1861, a política "moderada" afirma-se progressivamente, sob o comando de Camillo Benso, o Conde de Cavour[9], e da nobreza de Savóia, do reino Piemonte-Sardenha, com Garibaldi que lidera a "Expedição dos Mil"; 4) 1861-1870, este é o momento da unificação e da consolidação estatal, é anexada Veneza (1866) e Roma é ocupada (1870)[10].

Antonio Gramsci diz que o período da história romana que marca a passagem da República ao Império é essencial para entender o *Risorgimento*. Segundo ele, César e Augusto modificaram radicalmente a posição de Roma e da península no equilíbrio do mundo clássico, "tirando da Itália a hegemonia 'territorial' e transferindo a função hegemônica à uma classe 'imperial', isto é, supranacional"[11]. Este nexo histórico é de grande importância, pois é o primórdio do processo de "desnacionalização" de Roma e da península. É o momento em que a aristocracia romana, que tinha unificado a península e criado um território nacional, foi superada pelas forças imperiais, passando a desenvolver na península uma base cosmopolita não-"nacional".

Tal processo, diz Gramsci, teve suas consequências e continuidades nas épocas subsequentes. Durante a "Era

9 Camillo Benso, o Conde de Cavour (1810-1861), primeiro ministro do reino Piemonte-Sardenha e principal líder do Partido Moderado.

10 *Cf.* idem, p. 355.

11 Idem, p. 13.

das Comunas" (a Idade Média), quando surgem novos grupos urbanos, como na França, na Espanha, etc., mas que não rumaram para uma unificação. Na época do mercantilismo e das monarquias absolutas, na Itália houve manifestações que não alcançaram o âmbito nacional porque a península estava sob influência estrangeira; ao passo que nas grandes nações europeias, os novos grupos sociais urbanos inseriram na estrutura estatal o elemento nacional e o fortaleceram num progresso rápido. Gramsci diz ainda que se o mercantilismo tivesse se desenvolvido de modo mais orgânico na Itália, talvez as divisões regionais fossem mais profundas e definitivas – impossibilitariam a unificação.

O autor dos *Quaderni* acentua que o *Risorgimento* só pode ser entendido tomando por base a Revolução Francesa e as guerras napoleônicas, profundamente marcantes na história do século XIX. Mas Gramsci acentua também o papel dos nexos internos da península. Neste sentido, refuta as teses de Adolfo Omódeo (autor de *L'Età del Risorgimento*) e de Benedetto Croce (1866-1952) de que houve uma "Era do *Risorgimento*", ou seja, um processo de unificação independente da Europa e do mundo, e, principalmente, alheios aos acontecimentos originados na França e extrapolaram seu território: "*A personalidade nacional (como a personalidade individual) é uma mera abstração, se considerada fora do contexto internacional (ou social). A personalidade nacional*

expressa uma 'especificação' do todo internacional, portanto está ligada às relações internacionais"[12].

Desta maneira, diz Gramsci, no século XVIII o sistema europeu, até então equilibrado pela relação Áustria-França, se modifica, pois surgiu uma terceira grande potência, a Prússia. E são essas novas condições internacionais que permitiram à Itália unir-se em nação. Uma mudança substancial ocorreu com o Papado – elemento importante e até decisivo dos sistemas europeus. Com a Contra-Reforma, a Igreja se afastou das massas populares, promoveu guerras de extermínio e confundiu-se irremediavelmente com as classes dominantes; perdeu a capacidade de pressionar com massas fanáticas e fanatizadas; o que se acentuou ainda mais com a dissolução da Companhia de Jesus. Gramsci diz que esta perda de autoridade do Papado em nível europeu e italiano marca também o início do *Risorgimento*. E, no século XVIII, as grandes potências não permitiram um Estado italiano unificado sob a supremacia do Papa, isto é, não permitiram à diplomacia e à atuação cultural católicas, já bastante perturbadoras, o reforço de um Estado territorial e de um exército correspondente. Desenvolve-se no período subsequente à Reforma, correntes "laicas" que passam a reivindicar uma função de primazia italiana e de missão italiana no mundo, que convergiram no mazzinismo anti-católico[13]. Os mazzinistas colocaram em xeque o Vaticano e

12 Idem, p. 16.

13 Giuseppe Mazzini (1805-1872) teve intensa atividade revolucionária de princípios republicanos e de um patriotismo de fundo religioso. Em 1848-1849, Mazzini foi um dos líderes da breve República Romana. Após 1853, tornou-se o

seus aliados, desagregaram o aparelho político-ideológico do catolicismo, "eis a obra-prima política do *Risorgimento*"[14]. Gramsci reafirma o papel dos acontecimentos internacionais em geral, da Revolução Francesa em particular, que criaram as condições e as necessidades propícias para o *Risorgimento*:

> Se no decorrer do século XVIII começam a aparecer e a se consolidar as condições objetivas, internacionais e nacionais, que fazem a unificação nacional uma tarefa historicamente concreta (isto é, não só possível, mas necessária), é certo que só depois de 1789 esta tarefa se torna consciente em grupos de cidadãos dispostos à luta e ao sacrifício. Ou seja, a Revolução Francesa é um dos acontecimentos europeus que operam com mais intensidade para aprofundar um movimento já iniciado nas "coisas", reforçando as condições positivas (objetivas e subjetivas) do movimento mesmo e funcionando como elemento de desagregação e centralização das forças humanas dispersas em toda península e que, de outro modo, teriam tardado mais a "concentrarem-se" e a entenderem-se entre si.[15]

Assim, o autor diz que a Revolução Francesa desgastou as forças reacionárias, antes poderosíssimas e coesas, e, ao mesmo tempo, fortaleceu as forças nacionais, escassas e insuficientes até pelo menos 1848. Gramsci diz ser muito

principal animador do Partido de Ação, que propugnou a solução republicana unitária, contra a estratégia monarquista de Cavour.

14 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 5..., p. 21.

15 Idem, p. 22.

difícil avaliar e definir a contribuição da Revolução, mas constituiu-se em peso decisivo para a preparação do *Risorgimento*. Além disso, uma Itália unificada sem o predomínio do Papado não poderia ser desprezada, era verdadeiramente um aliado muito importante para qualquer potência estrangeira.

No entanto, salienta Gramsci, tal processo foi conduzido por uma minoria que não "foi ao povo", nem ideologicamente (não adotou o programa democrático), nem economicamente (não fez a reforma agrária): "*Essa minoria, que conduziu o movimento unitário, na realidade se preocupava mais com interesses econômicos do que com fórmulas ideais e combateu mais para impedir que o povo interviesse na luta e transformasse em luta social (no sentido de uma reforma agrária) do que contra os inimigos da unidade*"[16]. Ou seja, o fato de não ter sido realizada a reforma agrária em um país que no século XIX era composto em sua ampla maioria por camponeses, aponta para o sentido do *Risorgimento*, explicado com a revolução passiva – como se verá adiante.

Outra questão que contribui decisivamente para compreender a unificação italiana e, consequentemente, a revolução passiva, é a relação de Cavour com o Partido de Ação de Mazzini e Garibaldi. De um lado, o Partido de Ação era o elemento mais propriamente nacional; de outro, Cavour, expoente da moderação, concebia a unificação como ampliação do Estado piemontês e do patrimônio da

16 Idem, p. 40.

dinastia Savóia. Segundo Gramsci, Cavour tinha consciência de sua missão pelo menos em certa medida – na medida que conhecia a missão de Mazzini. Este, por sua vez, parecia não ter consciência nem da sua própria missão nem da adversária. Se, ao contrário, Mazzini tivesse tido tal consciência, o equilíbrio resultante do entrechoque das duas forças teria tido resultado diferente, mais favorável ao mazzinismo, isto é, o "*Estado italiano teria se constituído em bases menos atrasadas e mais modernas*"[17]. Disso resultaram, diz Gramsci, as hesitações e as iniciativas intempestivas de Mazzini, as quais acabaram sendo úteis à política piemontesa, que conduziu a revolução passiva do *Risorgimento*. Esta questão, diz o autor dos *Quaderni*, é a exemplificação histórica do problema apresentado na *Miséria da Filosofia* (1847), de Karl Marx:

> Nem Proudhon nem Mazzini compreenderam que *cada membro da oposição dialética deve procurar ser integralmente ele mesmo e lançar na luta todos os seus "recursos" políticos e morais*, e que só assim se consegue uma superação real. Dir-se-á que não compreenderam isso [...] os teóricos da revolução passiva e da "revolução-restauração", mas a questão se modifica: neles, a "incompreensão" teórica era a expressão prática das necessidades da "tese" de se desenvolver integralmente, até o ponto de conseguir incorporar uma parte da própria antítese, para não se deixar "superar", isto é, na oposição dialética somente a tese desenvolve, na realidade, todas as suas possibilidades de luta, *até capturar os supostos representantes*

17 Idem, p. 317.

> *da antítese*: exatamente nisso consiste a revolução passiva ou a revolução-restauração.[18]

Assim, Gramsci diz que Mazzini, tal como Proudhon, não compreendia a necessidade de assumir o seu papel antitético rigorosa e profundamente, de forma a não perceber que deveria impor uma revolução ativa – antagônica à passiva de Cavour – para dar novo rumo ao equilíbrio das forças, e à história. O marxista italiano diz ainda que uma insurreição popular armada era peremptória para a superação antitética das posições tradicionais. Mas essa intervenção popular, na forma de uma insurreição concentrada e simultânea, foi impossibilitada, pois faltou preparação política e ideológica de fôlego, "organicamente predisposta para despertar as paixões populares e tornar possível a sua concentração e explosão simultânea"[19]. Mas antes do enfrentamento com Cavour, Mazzini já colhera derrotas nos anos de 1848-1849, quando a falta de preparo permitiu que as forças reacionárias não encontrassem a oposição de amplos movimentos populares, e, consequentemente, pudessem esmagar o mazzinismo. Porém o Partido de Ação não fez qualquer autocrítica, de maneira que acabou incorrendo no mesmo erro. No período seguinte de enfrentamentos do *Risorgimento*, 1859-1860, diz Gramsci, Garibaldi só conseguiu sua concentração revolucionária (os "Mil de Garibaldi") porque se inseriu nas forças estatais piemontesas e foi protegido pela frota inglesa em suas incursões pela península. E, neste segundo

18 Idem, p. 318 – grifos nossos.

19 Idem, p. 319.

período, Mazzini titubeou mais uma vez: teve a oportunidade de constituir praças populares de armas, mas recusou-se e acabou conflitando com Garibaldi. Ambos os períodos, diz Gramsci, são marcados pela "*ausência, entre as forças radicais populares, de uma consciência da missão da outra parte* [que] *as impediu de ter plena consciência da própria missão e, portanto, de pesar no equilíbrio final das forças conforme seu efetivo poder de intervenção*"[20]. Assim, a incompreensão do próprio papel na história impediu uma correta intervenção na realidade, ao passo que permitiu aos moderados decapitar as forças populares, capturar suas lideranças e, como disse o monarca piemontês Vittorio Emanuelle II, "*colocar no bolso*" o Partido de Ação.

Cavour, diz Gramsci, se valeu da ausência de competidores politicamente inteligentes para triunfar, e não porque, como dizia, representava o centro entre opostos, o "justo meio"[21]. O *juste milieu* é uma ideia muito cara aos moderados, e Cavour o utilizava no sentido de dizer que representava a "justeza" política, a "justeza racional"; no entanto o "justo meio" fora apenas sua propaganda. Gramsci diz que o *juste milieu* contribuiu para a construção de um Estado estreito, sectário, que lutou e foi vitorioso contra as forças populares:

> Na realidade, as forças históricas chocam-se entre si por seu programa "extremo". Que, entre estas forças,

20 Idem, p. 321.

21 *Cf.* Idem, p. 331.

> uma assuma a função de "síntese" superadora dos extremos opostos, é uma necessidade dialética, não um método apriorista. E saber encontrar, em cada oportunidade, o ponto de equilíbrio progressista (no sentido próprio do programa) é a arte do político: não do político do justo meio, mas, exatamente, do político que tem uma linha muito precisa e de ampla perspectiva para o futuro. [22]

Ou seja, o recurso discursivo ao *juste milieu* é uma maneira de dissuasão, de esconder o cerne das questões, ocultar os pontos de choque entre programas antagônicos. O "justo meio" cria a aparência de que o seu proponente está em posição de superioridade em relação aos inimigos; que não cai na carnificina de extremismos, mas que, ao contrário, serena e cautelosamente toma a decisão correta e a sua decisão seria o meio exato entre posições extremas. A moderação aparece como uma solução de "compromisso" equidistante de "extremismos". Essa é a aparência criada pela moderação, através de seu discurso dissuasivo do "justo meio" e do "compromisso".

Conforme os Cadernos, a decapitação do adversário – "colocá-lo no bolso" – é mais uma necessidade histórica da revolução passiva: o transformismo. No *Risorgimento*, os moderados representavam um grupo social com certo nível de homogeneidade, de modo que sua direção nunca oscilou muito. Já o Partido de Ação, diz Gramsci, não se apoiava em nenhuma classe social histórica, de modo que sua direção – o melhor seria falar em "suas direções" –

22 Idem, p. 331.

teve grandes oscilações, o que acabou a deixando ao capricho dos interesses dos moderados. E aqui está o momento hegemônico da revolução passiva: o adversário é dirigido moral e intelectualmente, o que implica numa hegemonia sobre a situação histórica, através da absorção dos inimigos, de seu transformismo:

> [...] com a absorção gradual mas contínua, e obtida com métodos de variada eficácia, dos elementos ativos surgidos dos grupos aliados e mesmo dos adversários e que pareciam irreconciliavelmente inimigos. Neste sentido, a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período frequentemente muito longo. A partir da política dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o *Risorgimento* nas formas e nos limites em que ele se realizou, sem "Terror", como "revolução sem revolução", ou seja, como "revolução passiva" [...]. [23]

Assim, o momento da hegemonia na revolução passiva do *Risorgimento* consistiu em dirigir os inimigos, tarefa facilitada pela falta de consciência do Partido de Ação de sua própria tarefa histórica. A hegemonia dos moderados transformou (no sentido do "transformismo")

23 Idem, p. 63.

inimigos antes irreconciliáveis em aliados da moderação. Fato é que se o partido de Mazzini e Garibaldi não se apoiava numa classe fundamental, não poderia ter a consciência adequada para a realização das necessidades históricas das massas populares da Itália que, com exceção do Norte, eram classes rurais. Mas, diz Gramsci, mesmo após a consolidação da unificação, em 1870, os moderados continuaram exercendo a direção política, o Partido de Ação foi incorporado molecularmente através do parlamento. O autor diz que houve duas fases históricas do transformismo italiano: 1860-1900, o transformismo foi "molecular", ou seja, algumas personalidades políticas foram incorporadas à "classe política" conservadora e moderada, com papel desempenhado pelo Senado nesta assimilação; a partir de 1900, grupos radicais inteiros passaram à moderação. De 1870 para frente, o transformismo passou a ser uma forma de revolução passiva. Esta categoria é particularmente importante para compreender mesmo o movimento fascista, pois seu líder Benito Mussolini havia pertencido ao Partido Socialista, tendo ocupado cargo de direção no jornal *Avanti*.

Deste modo, os moderados atuaram visando a hegemonia, não se limitaram a arrebatar pela força o poder das classes populares. Atuaram para conquistar as consciências, realizaram um trabalho intelectual se apoiando em periódicos, como o jornal "Il Risorgimento", fundado por Cavour em 1847, em congressos, e construindo uma estrutura para receber os intelectuais. Os moderados reuniram tanto a estrutura material necessá-

ria (aparelhos privados de hegemonia e aparelho de Estado), quanto a sistematização de um pensamento para a conquista das consciências – numa expressão, realizaram um trabalho orgânico-intelectual:

> A hegemonia de um centro diretivo sobre os intelectuais se afirma através de duas linhas principais: 1) uma concepção geral da vida, uma filosofia (Gioberti), que ofereça aos aderentes uma "dignidade" intelectual que dê um princípio de distinção e um elemento de luta contra as velhas ideologias dominantes coercitivamente; 2) um programa escolar, um princípio educativo e pedagógico original que interesse e dê uma atividade própria, no campo técnico, para aquela fração de intelectuais que é a mais homogênea e a mais numerosa (os professores, do professor do 1° grau aos professores da universidade).
>
> Os Congressos dos cientistas que foram organizados repetitivamente no período do primeiro Risorgimento tiveram uma dupla eficácia: 1) reunir os intelectuais de nível mais elevado, concentrando-os e multiplicando as suas influências; 2) obter uma mais rápida concentração e mais decisiva orientação nos intelectuais dos níveis inferiores, que tem normalmente a inclinação em seguir os universitários e os grandes cientistas por espírito de casta.
>
> O estudo das revistas enciclopédicas e especializadas dá um outro aspecto da hegemonia dos moderados. Um partido como aquele dos moderados oferecia à massa dos intelectuais todas as satisfações para as exigências gerais que possam ser oferecidas por um governo (de um partido no governo), *através dos serviços estatais*. (Para essa função de partido

> italiano de governo serviu otimamente depois de 1848-49, o Estado piemontês que acolheu os intelectuais exilados e mostrou um modelo do que faria um futuro Estado unificado).[24]

Assim, a ação dos moderados na revolução passiva *risorgimentale* não pode ser entendida sem o papel cumprido pelo Estado. Na revolução passiva, diz Gramsci, o Estado atua como uma "classe dirigente"; não existiam núcleos homogêneos de classe dirigente, esses núcleos não queriam "dirigir" ninguém, não queriam harmonizar seus interesses com os de outros grupos. Queriam dominar. Neste sentido, diz, o Estado do Piemonte teve a função do pessoal dirigente de um grupo social, como um partido (até se falava em "partido piemontês") mas com a particularidade que era na verdade um Estado – com exército, diplomacia, etc. O marxista sardo diz que este fato é da maior importância para a revolução passiva: "*isto é, que não seja um grupo social o dirigente de outros grupos, mas que um Estado, mesmo limitado como potência, seja o 'dirigente' do grupo que deveria ser dirigente e possa pôr à disposição deste último um Exército e uma força político-diplomática. Pode-se fazer referência àquilo que foi chamado de função do 'Piemonte' na linguagem político-histórica internacional*"[25]. Desta forma, o Estado, cumprindo a "função do Piemonte", "substitui" os grupos sociais e dirige o processo de renovação. Gramsci diz que

---

24 GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere*. V. 1. Torino: Einaudi, 2007. p. 56 – grifos nossos.

25 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 5..., p. 329.

isto é próprio dos grupos sociais que tem função de "domínio" e não de "direção", de grupos que perpetuam ditaduras sem a função diretiva. A hegemonia é, neste caso, de uma parte do grupo social sobre todo o grupo, e não deste último sobre as demais forças para radicalizar o movimento histórico. Nicos Poulantzas contribui para um melhor entendimento deste problema:

> Este processo da revolução democrático-burguesa na Itália insere-se no vasto movimento contrarrevolucionário que se seguiu, na Europa, às convulsões de 1848. A burguesia italiana estava, nesse momento, *muito fraca*: fraqueza econômica, em primeiro lugar, sendo a situação da burguesia italiana muito inferior à situação da burguesia alemã. Neste contexto, o papel histórico de Cavour consistiu em iniciar o processo de unidade nacional, através de uma aliança da nascente burguesia do Norte e da grande propriedade agrária, de caráter principalmente feudal, do Sul. Se o papel de Bismarck foi, sobretudo, o de fazer chegar, a partir de cima, a burguesia alemã ao poder político, o de Cavour foi muito mais o de criar as condições das bases econômicas da burguesia italiana, o de "fabricar os fabricantes", como dizia Gramsci.[26]

Assim, o Estado tomou a frente do processo, viabilizando a entrada de capitais franceses, britânicos e, a partir de 1885, alemães permitiram o desenvolvimento da indústria pesada, principalmente dos altos-fornos de Terni para a produção do aço; isso trouxe um grande endividamento para a Itália e fez o país entrar para o capitalis-

26 POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*... p. 34 – grifos do autor.

mo de uma maneira dependente e subalterna em relação às potências hegemônicas.

Internamente, o processo caracterizou-se pelo compromisso entre a burguesia e os proprietários rurais:

> Este processo só pôde realizar-se por meio de uma *preponderância política decisiva*, no seio da aliança, da burguesia sobre grandes proprietários do Sul – [...] preponderância adquirida com Cavour e consolidada com Crispi. Nestas condições, com efeito, este processo de implantação econômica da burguesia só pode realizar-se através de um fosso crescente entre indústria e agricultura. A única via diferente, dado o caráter feudal da grande propriedade agrícola, era a de uma reforma agrária, isto é: a de um largo apoio da burguesia no campesinato, análogo ao processo jacobino na França. Caminho vedado na Itália: a ausência de reforma agrária era, precisamente, o preço pago pela burguesia italiana à grande propriedade agrária pela sua supremacia política sobre ela. Esta supremacia devia permitir o estabelecimento econômico da burguesia [...].[27]

Desta forma, vemos que o que caracteriza o processo da *revolução passiva* é que a revolução burguesa não pode ser conduzida sem ter, por um lado, o Estado e, por outro lado, a conciliação com a velha classe dominante – de modo diferente da via clássica da Revolução Francesa que, como diz Albert Soboul, "a revolução camponesa e

27 Idem, p. 34 – grifos do autor.

popular estava no âmago da revolução burguesa e a impelia para frente"[28].

Já no *Risorgimento*, diferentemente, "a burguesia italiana aproveitou-se do vasto movimento popular, *não obstante a sua fraqueza*, ao poder político, mas o fez se responsabilizando perante os proprietários agrícolas pela liquidação radical do movimento por intermédio do aparelho de Estado"[29]. Assim, observamos que a burguesia italiana, muito enfraquecida, teve de utilizar a estrutura do Estado *risorgimentale* para poder impor a sua supremacia política, de cima para baixo. Sua hegemonia nasceu de um acordo político de compromisso com a propriedade latifundiária – ainda feudal – para depois, tendo garantido a máquina estatal, impor a hegemonia sócio-econômica sobre as outras classes.

Deste modo, os moderados (principalmente Cavour), a frente do Estado, tomaram posições muito pragmáticas. Eles, diz Gramsci,

> [...] eram a expressão dos "temores da aristocracia e das pessoas de bem, que temiam os "excessos", bem como a diplomacia; o que há de "nacional" nesta expressão? E por que as classes agrícolas estavam ausentes? Elas não eram a maioria do povo toscano, isto é, a "força nacional"? *O medo dos "excessos" não seria o medo de que tais classes se pusessem em movimento, em luta por suas reivindicações progressis-*

28 SOBOUL, Albert. *A Revolução Francesa*: edição comemorativa do bicentenário da Revolução Francesa. 9ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2007. p. 105.

29 Idem, p. 35 – grifos do autor.

> *tas*? E os "medrosos" não seriam os retrógrados conservadores de um *status quo* antinacional, uma vez que se tratava do antigo regime? [...] Grão-Ducado ou Itália unida, desde que as coisas permaneçam como estão: o fato político e nacional é indiferente, o que conta é a ordem econômico-social, que deve ser conservada contra as forças nacionais progressistas.[30]

Assim, Gramsci delineia a solução moderada encontrada: Itália unificada ou não, o que interessa é a preservação da submissão econômico-social das classes populares – esse é o "justo meio". A moderação era a expressão de uma aristocracia temerosa que a maioria do povo se movimentasse e colocasse em risco o *status quo ante* – o termo "moderantismo conservador" define melhor essa posição classista.

Mas o moderantismo conservador não se encerra no processo histórico do *Risorgimento*, pois este possui sua própria expressão historiográfica. Segundo diz Gramsci, a historiografia *risorgimentale*, pode ser dividida em três vertentes. À direita, aqueles que lamentam a queda da Direita histórica, basicamente falavam de "condições catastróficas" sobre a situação nacional, acusavam o regime parlamentar de não ser nacional, mas copiado do estrangeiro, e negavam toda a civilização moderna e boicotam o Estado legal. Esta corrente era formada pelos clericais e o partido *Sillabo*. Ao centro, estava "todo naipe liberal"[31], dos moderados aos republicanos, que se carac-

30 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 5..., p. 281.

31 Idem, p. 31.

terizam pelo ódio do tempo das lutas. À esquerda, as classes miseráveis, analfabetas, que expressam "*em forma esporádica, descontínua, histérica, uma série de tendências subversivo-anarcóides, sem consistência e orientação política concreta, que mantém um estado febril sem futuro construtivo*"[32]. Gramsci diz que todas estas vertentes historiográficas são marcadas por interpretações ideológicas, que produziram uma "história fetichista", isto é, fizeram protagonistas forças abstratas, e não suscitaram as forças políticas efetivas. As preocupações de Gramsci voltam-se principalmente para a historiografia moderada e seu principal intelectual, Benedetto Croce:

> A história da Europa vista como "revolução passiva". É possível fazer uma história da Europa no século XIX sem tratar organicamente da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas? E é possível fazer-se uma história da Itália na época moderna sem as lutas do *Risorgimento*? Em um e em outro caso, por razões extrínsecas e tendenciosas, *Croce prescinde do momento da luta*, no qual a estrutura é elaborada e modificada, e assume placidamente como história o momento da expansão cultural ou o momento ético-político. Tem um significado "atual" a concepção de "revolução passiva"? Estamos num período de "restauração-revolução" a instituir permanentemente, a organizar ideologicamente, a exaltar liricamente? A Itália teria com a URSS a mesma relação que a Alemanha (e a Europa) de Kant-Hegel teriam com a França de Robespierre-Napoleão?[33]

32 Idem, p. 31 – grifos nossos.

33 Idem, p. 281 – grifos nossos.

Vemos neste fragmento, que a história da Europa é vista por Croce como "revolução passiva", ou seja, exclui a Revolução Francesa, as guerras napoleônicas e as lutas sociais do *Risorgimento*. Mas esta concepção da história, para Gramsci, tem motivações originadas de uma revolução passiva que estaria ocorrendo naquele momento. Esta acepção da história é a expressão da revolução passiva desencadeada pelo fascismo. Intelectuais orgânicos da burguesia, principalmente Benedetto Croce e Giovani Gentile, aderiram ao fascismo – este último foi o filósofo de plantão de Mussolini. Segundo Domenico Losurdo, Croce acreditava que o fascismo poderia ser útil ao liberalismo para reparar suas "arestas democráticas": "Explica-se, desse modo, a indulgência para com a violência esquadrista: 'a eventual chuva de punhos' pode ser, 'em determinados casos, útil se oportunamente administrada'"[34]; assim, Croce acreditava que o fascismo poderia depurar o liberalismo de suas "abstrações" e "leviandades" democráticas. Na prática, ele aderiu ao fascismo, aceitou-o como um expediente necessário; seria o "justo meio" entre determinado liberalismo democrático e a revolução vermelha. Esta situação durou até 1925, quando Croce rompeu com o *fasci*, através da publicação do *Manifesto dos intelectuais anti-fascistas*.

O autor dos *Quaderni* diz que a historiografia da revolução passiva tem como principal inquietação – já que

34 LOSURDO, Domenico. *Antonio Gramsci, do liberalismo ao "comunismo crítico"*. Rio de Janeiro: Revan, 2006. p. 77-78 *apud*. CROCE, Benedetto. *Fatti politicio e interpretazioni storiche* (1924), p. 269-270.

tenta legar ao esquecimento as lutas populares – o "temor pânico dos movimentos jacobinos, de qualquer intervenção ativa das grandes massas populares como fator de progresso histórico"[35]. Gramsci diz que essa historiografia, própria do moderantismo conservador italiano, mutila a dialética da história:

> O erro filosófico (de origem prática!) desta concepção consiste no seguinte: pressupõe-se "mecanicamente" que, no processo dialético, a tese deva ser "conservada" pela antítese a fim de não destruir o próprio processo, o qual, portanto, é "previsto", como uma repetição ao infinito, mecânica e arbitrariamente prefixada. [...] Na história real, a antítese tende a destruir a tese, a síntese será uma superação, mas sem que se possa estabelecer *a priori* o que será "conservado" da tese na síntese, sem que se possa "medir" *a priori* os golpes como em um ringue convencionalmente regulado. Que isto ocorra de fato, de resto, é uma questão de "política" imediata, já que, na história real, o processo dialético se fragmenta em inúmeros momentos parciais; o erro consiste em elevar a momento metodológico o que é pura imediaticidade, elevando, precisamente, a filosofia o que é apenas ideologia.[36]

Assim, a historiografia moderada, que prescinde do momento da luta de classes, é expressão de um erro filosófico de origem prática, ou seja, tal desacerto é expressão da prática, da atuação dos moderados. Mas esse juízo falso da

35 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 1..., p. 291.

36 Idem, p. 292.

dialética é uma necessidade para os moderados: pressupõe que a tese deva ser conservada, com o objetivo de anular a antítese. Mas, no movimento dialético da história a antítese tende à destruição da tese, de modo que a política dos moderados, que queriam a preservação da ordem econômico-social – como vimos anteriormente – refletia em sua concepção da dialética da história e, por sua vez, na historiografia, prescindindo da luta de classes e dos momentos de ruptura. A metodologia dos moderados é expressão da imediaticidade da política, de suas necessidades, de seus combates pela conservação, pela "conciliação" (esta negação da luta de classes). O próximo trecho mostra como a concepção inexata da dialética da história, própria dos moderados, tem sua gênese em sua trajetória histórica:

> Que uma tal maneira de conceber a dialética fosse errada e "politicamente" perigosa, perceberam-no os próprios moderados hegelianos do *Risorgimento*, como Spaventa: basta recordar suas observações sobre aqueles que pretendiam, com a desculpa de que o momento da autoridade é imprescindível e necessário, conservar sempre o homem no "berço" e na escravidão. Mas não podiam reagir além de certos limites, além dos limites do grupo social, ao qual se tratava "concretamente" de fazer sair do "berço": a conciliação foi encontrada na concepção de "revolução-restauração", ou seja, num *conservadorismo reformista temperado*.[37]

37 Idem, p. 293 – grifos nossos.

Gramsci remete aqui à primazia da história sobre as ideias. Os moderados do *Risorgimento* perceberam o erro e o perigo desta concepção antidialética da história, que quer a conservação mecânica ao infinito da tese, no entanto não podiam ultrapassar os limites de sua própria classe social. Se os epígonos da moderação perceberam que preservar o homem no berço da escravidão tinha seus riscos, liberá-lo completamente também produziria consequências ainda mais indesejadas para seu *status* social, assim conceberam a "conciliação" entre o novo e o velho. Gramsci diz que é próprio dos intelectuais, dos ideólogos do "conservadorismo reformista temperado", conceberem-se a si mesmos como árbitros e mediadores das lutas políticas reais, como as pessoas que decidem os rumos da história. Por isto Croce dizia que os intelectuais não deviam se "rebaixar" ao nível das massas (o não-engajamento com as classes populares), devendo sempre ser governadores e nunca governados[38].

Neste sentido, Gramsci diz que a atuação de Benedetto Croce tem por objetivo criar um movimento ideológico correspondente ao do *Risorgimento*, no qual a transformação, que na França fora revolucionária, na Itália foi conduzida de modo reformista, dosado, por meios legais, o que possibilitou assegurar a posição política e econômica das velhas classes feudais e impediu a reforma agrária e experiências de tipo jacobino. Vejamos o fragmento a seguir:

38 *Cf.* Idem, p. 284.

> O historicismo de Croce seria, portanto, nada mais do que uma forma de moderantismo político, que coloca como único método de ação política aquele no qual o progresso e o desenvolvimento histórico resultam da dialética de conservação e inovação. Na linguagem moderna, esta concepção se chama de reformismo. A acomodação entre conservação e inovação constitui, precisamente, o "classicismo nacional" de Gioberti, assim como constitui o classicismo literário e artístico da última estética crociana. Mas este historicismo próprio de moderados e reformistas não é de modo algum uma teoria científica, o "verdadeiro" historicismo ; é somente o reflexo de uma tendência prático política, uma ideologia no sentido pejorativo. De fato, por que a "conservação" deve ser precisamente aquela determinada "conservação", aquele determinado elemento do passado? E por que se será "irracionalista" e "anti-historicista" se não se conservar precisamente aquele determinado elemento? [...] o passado é uma coisa complexa, um conjunto vivo e morto, no qual a escolha não pode ser feita arbitrariamente, *a priori*, por um indivíduo ou por uma corrente política. Se a escolha foi realizada de tal modo (no papel), não pode se tratar de historicismo, mas de um ato arbitrário de vontade, da manifestação de uma tendência político-prática unilateral, que não pode servir de fundamento a uma ciência, mas somente a uma ideologia política imediata.[39]

39 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 1. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 393-394.

Desta maneira, o historicismo de Croce não consiste em uma tentativa de criar um método, ou uma ciência, mas é expressão dos interesses e da atuação dos conservadores – é uma ideologia propriamente dita, que expressa necessidades históricas de determinada classe social. Neste fragmento Gramsci alerta, de maneira ainda bem genérica, para concepções da dialética da história que arbitrariamente estabelecem o que deverá ser conservado. O marxista sardo diz que a *história com meta predeterminada* caracteriza a obra de Croce, mas que este é muito cuidadoso e não enumera as instituições que deveriam sobreviver. No entanto, se pode deduzir que para Benedetto Croce "*é 'vital' e intocável a forma liberal do Estado, isto é, a forma que garante a qualquer força política o direito de movimentar-se e lutar livremente*"[40]. Mas Gramsci alerta que na história, na luta de classes

> "*os golpes não são dados de comum acordo*", e toda antítese deve necessariamente colocar-se como antagonista radical da tese, tendo mesmo o objetivo de destruí-la e substituí-la completamente. Conceber o desenvolvimento histórico como um jogo esportivo, com seu árbitro e suas normas preestabelecidas a serem lealmente respeitadas, é uma forma de história com uma meta predeterminada, na qual a ideologia não se funda sobre o conteúdo "político", mas sobre a forma e o método da luta. *É uma ideologia que tende a enfraquecer a antítese*, a fragmentá-la numa longa série de momentos, isto é, reduzir a dialética a um

40 Idem, p. 396.

> processo de evolução reformista "revolução-restauração", na qual apenas o segundo termo é válido [...].[41]

Ou seja, o moderantismo conservador com a ideia de uma luta regrada, parlamentar, num campo de batalha circunscrito aos meandros do Estado liberal, busca dissuadir as forças antitéticas para derrotá-las. Mas nesta luta o que predomina é a revolução-restauração, em que o primeiro termo (a tese) se sobrepõe ao segundo (a antítese), anulando-o.

As mudanças graduais, pré-determindas, próprias da concepção moderado-conservadora da história que garantem o *status quo ante*, que expressam a revolução passiva, não eram exclusividade do período do *Risorgimento* e de sua historiografia, mas própria da contemporaneidade de Gramsci, ou seja, da ascensão e do estabelecimento do fascismo no poder.

Antonio Gramsci retoma questões mais contemporâneas, como o papel de Giovanni Giolitti (1842-1928), que foi o primeiro-ministro da Itália, praticamente ininterruptamente, entre 1903 e 1913. Seu governo estabeleceu uma política industrialista de pequenas concessões aos trabalhadores fabris; voltou ao cargo em 1920-1921. Giolitti, que representava o Norte e suas indústrias, dizia que era preciso destruir a força retrógrada dos latifundiários, para que a nova burguesia pudesse ter mais espaço no Estado e até mesmo controlá-lo, no entanto diz o autor do *Quaderni*:

---

41 Idem, p. 396 – grifos nossos.

> Giolitti não criou nada: ele "compreendeu" que era preciso fazer concessões, a tempo de evitar danos maiores e controlar o desenvolvimento político do país, e foi o que fez. Na realidade, Giolitti foi um grande conservador e um hábil reacionário, que impediu a formação de uma Itália democrática, consolidou a monarquia com todas as suas prerrogativas e a ligou mais estreitamente à burguesia através do poder executivo reforçado, o qual pôs a serviço dos industriais todas as forças econômicas do país. Assim, foi Giolitti quem criou a estrutura contemporânea do Estado italiano e todos os seus sucessores apenas continuaram sua obra, acentuando este ou aquele elemento subordinado.

O comunista sardo coloca a questão da seguinte maneira: o conservadorismo hábil de Giolitti fazia determinadas concessões aos trabalhadores, para controlar a política do país, mas que por um lado consolidou a monarquia e de outro colocou o executivo tanto para estreitar os laços entre a burguesia e o monarca, como para colocar todas as forças econômicas italianas servindo o capital. O que ajuda a compreender Giolitti é a política de seus seguidores, os giolittianos, segundo Gramsci, queriam uma constituinte domesticada, ou seja, sem a agitação popular, sem os "excessos" populares – próprio do moderantismo conservador. A revolução passiva, portanto, não traduz apenas o momento histórico do *Risorgimento*, mas a própria atuação dos conservadores moderados. Gramsci diz que Giolitti, no segundo período que participou do governo italiano, nos anos 1920, subestimava o fascismo, acreditava poder controlá-lo nos

marcos do Estado liberal[42], mas em 1924 passou à oposição, após o assassinato do deputado Giacomo Mateotti. Mas, ainda assim, Giolitti e sua política moderada não diferiam em essência do fascismo:

> Mas, nas atuais condições, o movimento correspondente ao do liberalismo moderado e conservador não seria precisamente o movimento fascista? [...] ter-se-ia uma revolução passiva no fato de que, por intermédio da intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, teriam sido introduzidas na estrutura econômica do país *modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento "plano de produção", isto é, teria sido acentuada a socialização e cooperação da produção, sem com isso tocar (ou limitando-se apenas a regular e controlar) a apropriação individual e grupal do lucro*. No quadro concreto das relações sociais italianas, *esta pode ter sido a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais, em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias-primas e acumulam gigantescos capitais*. [43]

Assim, a revolução passiva não diz respeito somente à história da unificação italiana e a política do moderantismo conservador, mas também à produção capitalista, especificamente à modernização da produção que não modifica a estrutura do trabalho não-pago, da extração da mais-valia. E essas modificações realizadas pelo

42 *Cf.* Idem, p. 487.

43 Idem, p. 299 – grifos nossos.

fascismo, que buscava desenvolver o capitalismo para concorrer com os países imperialistas mais desenvolvidos, não modificaram substancialmente o fato das transformações serem levadas a cabo pelas classes dirigentes tradicionais, ou seja, o fascismo não ultrapassou os marcos da revolução passiva, do moderantismo conservador. O fascismo mudou a aparência para não mudar a essência. Gramsci percebe que a revolução passiva, isto é, as modificações realizadas na produção sob as diretrizes estatais – o *Estado na vanguarda* – também caracterizam o regime fascista, que, por sua vez, aparece como a única solução encontrada pelas classes tradicionais para não perderem o seu poder e realizarem as transformações necessárias para, externamente, concorrer com as nações mais avançadas na corrida imperialista e, internamente, derrotar as classes populares. O autor diz ainda que a época fascista criou um período de expectativas e esperanças, principalmente entre a pequena burguesia urbana e rural, o que permitiu "manter o sistema hegemônico e as forças de coerção militar e civil à disposição das classes dirigentes tradicionais"[44].

O fascismo nunca se constituiu em um processo estanque. Concretamente, nas relações com a classe operária, o fascismo estabeleceu a repressão física organizada por um lado, e a função ideológica por outro (não obstante a extrema violência empregada em seu estado nu contra as organizações operárias). Por diversos momentos, a ação fascista visou à hegemonia:

44 Idem, p. 299-300.

> Esta função ideológica, que tem os mesmos objetivos que a repressão, exerce-se por meio do "anti-capitalismo" pequeno-burguês da ideologia fascista. Todavia, ela só se torna eficaz na classe operária ao retomar por conta certos "temas" autenticamente "proletários" [...]. Este aspecto *obreirista* da ideologia fascista, que persiste de forma vigorosa durante o primeiro período do fascismo no poder, declina durante o período de sua estabilização – em que avança o aspecto propriamente "pequeno-burguês", sob a forma da *ideologia corporativista*.
>
> [...] [O corporativismo] reata, assim, diretamente com a tradição do sindicalismo revolucionário: encontramos em Proudhon, dando a sua caução aos projetos 'corporativistas' de Napoleão III, um precedente ilustre. Ora, este aspecto corporativista particular está constantemente presente na ideologia da 'ala esquerdizante' do fascismo: ainda que os dirigentes fascistas e nacional-socialistas sejam extremamente prudentes na utilização desta arma de dois gumes que é a exploração "obreirista" dos temas corporativistas.[45]

Desta maneira, a política dos fascistas não se limitava à ação *squadrista* dos *fasci di combatimento*, tampouco eles se apresentavam como bandos, pura e simplesmente, de repressão e fura-greves – nunca deixou de empregar instrumentos de comunicação massificada, como os grandes comícios de Mussolini e o jornal *Popolo d'Italia*. O fascismo chegou a apoiar, e até organizar, algumas greves reivindicatórias, como as greves na metalurgia, de 1925. Mas, ao mesmo tempo, atacava sistematicamente as

45 POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*... p. 177-8 – grifos do autor.

organizações da classe operária, furava as greves politizadas. Daí o encarceramento de homens como o secretário geral do PCd'Italia, Antonio Gramsci que, com os Conselhos de Fábrica (atuantes em 1919-20), procurava "a transferência da luta sindical, do domínio estreitamente corporativista e reformista, para o terreno da luta revolucionária"[46]. Os fascistas agiam com uma política complexa e hábil. Neste sentido, implementou uma política de exploração crescente da classe operária, que só pôde ser levada à cabo com destruição das organizações operárias, decapitando-as de suas lideranças mais conscientes.

Colocando a classe operária na defensiva, em 1922, a Confederação Nacional das Corporações (o sindicato fascista) já contava com 700.000 membros. Ainda assim, o fascismo teve de apresentar alguns resultados concretos para conter os operários. Reduziu o número de desempregados (500.000 em 1921; 380.000 em 1922; 125.000 em 1925). Quanto aos salários da massa do operariado industrial, à primeira vista, não houve grandes perdas sob o fascismo até 1934: para um índice de 100 em 1913, 127 em 1921, 123 em 1922, 116 em 1923, 113,6 em 1924, após uma subida para 121 em 1928, houve uma queda em 1930; para retomar e atingir 125 em 1934, mas com uma grande queda durante o período da Segunda Guerra Mundial[47]. No entanto, por trás destas inocentes cifras, o regime fascista agravou a exploração da classe operária, através da racionalização taylorista-fordista da produção, ou seja,

46 Idem, p. 229.

47 *Cf.* idem, p. 236.

o aumento do ritmo da produção, fazendo os operários trabalharem bem mais para receberem quase o mesmo salário e gerarem muito mais lucros à burguesia. Já os operários agrícolas, tiveram uma redução de 50% em seus salários durante o período fascista. A partir de 1934, o governo introduziu a jornada de 40 horas semanais de trabalho (antiga reivindicação dos trabalhadores), mas não manteve o salário semanal correspondente, o que provocou considerável perda salarial.

1.2 O partido político para Antonio Gramsci: o papel histórico dos intelectuais e dos aparelhos de hegemonia

"*Será necessária a ação política (em sentido estrito) para que se possa falar em 'partido político*'?"[48] Esta indagação de Gramsci, que tomamos de empréstimo aqui, é o primórdio de todo o seu raciocínio sobre a qual função no capitalismo contemporâneo das organizações intelectuais. Segundo nosso autor, "todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...]" [49]. Gramsci complementa ainda que os inte-

48 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 3. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 349 – grifos nossos.

49 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 2. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 15.

lectuais são historicamente formados e que compõem "categorias especializadas para o exercício da função intelectual" [50]. Desta forma, tanto proletariado quanto burguesia criam seus intelectuais – especializados no exercício de suas atividades – com a função de homogeneizar e conscientizar a classe da qual são orgânicos no campo social e político, de forma a garantir uma coesão e uma coerência com o campo econômico.

Mas, se os intelectuais são orgânicos em relação às classes fundamentais, qual a sua relação com a produção? Nos *Quaderni* encontramos a seguinte explicação: "A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre no caso dos grupos sociais fundamentais, mas é 'mediatizada', em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os 'funcionários'" [51]. Assim, os intelectuais mantêm relações com o mundo da produção, mas não de forma direta e *imediata*, nas infraestruturas; ocupam posições nas superestruturas de forma *mediata* às infraestruturas. Se a intelectualidade não possui, majoritariamente, função imediata na produção, qual papel cumprem na sociedade? Vejamos o que diz o trecho a seguir:

> Os intelectuais são os "prepostos" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso "espontâneo" dado pelas grandes massas

50 Idem, p. 18.

51 Idem, p. 20.

> da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente" do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. Esta colocação do problema tem como resultado uma ampliação muito grande do conceito de intelectual, mas só assim se torna possível chegar a uma aproximação concreta à realidade.

Assim, os intelectuais agem em duas frentes – na sociedade civil e na sociedade política. Na primeira, trabalham lado-a-lado com o consenso construído na fábrica, na infraestrutura, mas fazendo-o ultrapassar os limites do mundo da produção e chegar às superestruturas, em um *sentido de baixo para cima*. Na segunda frente – a da sociedade política –, trabalham em duas situações: (I) no aparelho de coerção estatal, reprimindo os grupos que não consentem ativa ou passivamente na frente anterior; (II) coagindo maiores setores da sociedade quando há crise do consenso obtido na outra frente – em um *sentido de cima para baixo*, oposto à frente anterior, mas complementar. Cabe dizer que a ação da sociedade política não se limita à coerção, mas abarca também funções de direção, construindo e/ou dando manutenção ao consenso sem abrir mão da força. Pode-se dizer, portanto, que os intelectuais agem de duas

formas, em aparelhos da força e em aparelhos do consenso (sejam eles "públicos" e/ou "privados"), buscando a construção da hegemonia. Gramsci chama a atenção para o fato de que as funções dos intelectuais nem sempre são justificadas pelas "necessidades sociais da produção", mas são "justificadas pelas necessidades políticas do grupo fundamental dominante"[52]. Desta forma, se as raízes sociais dos intelectuais orgânicos não podem ser facilmente visualizadas se pensamos em sua relação com a produção, as coisas se clarificam se passamos a ver as necessidades da classe dominante em *organizar* – este é o termo chave – sua hegemonia através do trabalho dos intelectuais.

Sobre a questão do papel organizativo que cumprem os intelectuais, vejamos o que diz Luciano Gruppi: "Intelectual é o dirigente da sociedade, o quadro social. Um cabo do exército, embora analfabeto, segundo Gramsci, é um intelectual, porque dirige os soldados; intelectual é também um chefe das ligas de assalariados agrícolas, ainda que analfabeto, como eram muitos deles na época de Gramsci, porque *organiza* os trabalhadores, *dirige*-os e *educa*-os" [53]. Gruppi salienta o papel do intelectual enquanto organizador, dirigente e educador; mas isso não

52 Idem, p. 22.

53 GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel* (as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci). Porto Alegre: L&PM Editores, 1980. p. 84 – grifos nossos. Evidentemente Gruppi exagera com o exemplo do cabo analfabeto. A rigorosa formação do intelectual é imprescindível, tanto para a classe dominante, quanto para o intelectual orgânico da classe dominada na construção da contra-hegemonia. Neste aspecto, Gruppi está bastante equivocado.

significa que é dispensável o estudo e o conhecimento para a realização destas atividades. Mas a tríade *organização-direção-educação* não pode, em nenhum de seus três momentos, ser realizada sozinha, por um intelectual solitário em seu gabinete; deve ser realizada com outras pessoas numa organização, numa instituição, enfim, num partido. E é exatamente a relação do problema dos intelectuais com o problema do partido que se atém o autor dos *Quaderni* no fragmento à seguir:

> *O que se torna o partido político em relação ao problema dos intelectuais?* É necessário fazer algumas distinções: 1) para alguns grupos sociais, o partido político é nada mais do que o próprio modo de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos, que se formam assim, e não podem deixar de formar-se, dadas as características gerais e as condições de formação, de vida e de desenvolvimento do grupo social dado, diretamente no campo político e filosófico, e não no campo da técnica produtiva [...] 2) o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, de modo mais vasto e mais sintético, na sociedade política, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais; e esta função é desempenhada pelo partido precisamente da dependência de sua função fundamental , que é a de elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como 'econômico', até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções

> inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política. [54]

Gramsci complementa ainda que o partido, independente da qualidade de seus intelectuais, exerce uma função "*que é diretiva e organizativa, isto é, educativa, isto é, intelectual*"[55]. Nestes dois últimos fragmentos citados podemos entender que: o papel do partido é elaborar sua intelectualidade organicamente, prepará-la para a execução de funções necessárias à classe social, transformando seus componentes em políticos qualificados, dirigentes e organizadores. Assim, os intelectuais não são meros estudiosos, eruditos, membros de um estrato socialmente desenraizado – a *intelligentsia,* como definem alguns. Na verdade são responsáveis pela organização dos *partidos*, que, por sua vez, são entidades dedicadas à formação, desenvolvimento e qualificação de novos cérebros; realização de atividades que, se mantém uma relativa subalternidade em relação à produção, não deixam de ser fundamentais à classe da qual são orgânicos. E, por fim, toda esta estrutura partidária lutará para o "*desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política*"[56] que seja condizente com as necessidades históricas de sua respectiva classe social.

Outras considerações de Gramsci que ajudam a entender nosso problema: no partido, os intelectuais são "*agentes de atividades gerais, de caráter nacional e interna-*

54 GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. V. 2..., p. 24 – grifos nossos.

55 Idem, p.25 – grifos nossos.

56 Idem, p.24.

cional" [57]. Ou seja, se no terreno da produção as classes fundamentais muitas vezes estão ocupadas com questões de ordem específica, rotineira e imediata, os intelectuais estão se ocupando de questões de ordem "superior", geral e mediatas nos partidos – entendidos em sentido *lato*. Assim, devemos entender o seguinte: "*o partido como organização prática (ou tendência prática), isto é, como instrumento para a solução de um problema ou de um grupo de problemas da vida nacional e internacional*" [58]. Ou seja, o partido está voltado à resolução de problemas que não podem ser enfrentados na área da produção, da infra-estrutura, mas sim na superestrutura.

Conforme o parágrafo anterior, o partido busca solucionar problemas que não se caracterizam por um grau de especificidade, mas sim por um grau de generalidade. Mas como mediar a especificidade com a generalidade? Para esse intermédio, Gramsci diz que o partido apresenta-se como o portador de uma "*ideologia geral, superior aos vários agrupamentos mais imediatos*" [59]. Desta forma o partido é a organização que buscará inculcar uma "*ideologia geral e superior*", ou seja, através da educação e da direção, unificar na superestrutura aquilo que é desunido e conflituoso na infraestrutura, na produção. Ou seja, buscam *coadunar*[60] as diversas frações de sua

57 Idem, p.25 – grifos nossos.

58 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V.1. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 420 – grifos nossos.

59 Idem, p. 421 – grifos nossos.

60 Segundo o Dicionário Aurélio, *coadunar* significa: (I) juntar, incorporar, reunir para a formação de um todo; (II) conformar, combinar, harmonizar. Estes são

classe social. Vemos assim que os intelectuais e seus respectivos aparelhos, os *partidos políticos*, tem uma atuação que não pode ser dispensada pelas classes sociais; cumprem funções táticas e estratégicas na luta de classes – tanto na hegemonia quanto na contra-hegemonia.

Vimos anteriormente que o partido – a partir da tríade *organização-direção-educação* – tem função de *coadunar*, e isto não deve ser realizado apenas extraclasse, deve também ser uma ação para dentro da classe social, na luta pela formação de uma vontade coletiva. Desta maneira, diz Gramsci, para que o partido possa ter uma ação unificada é necessário haver um "programa de partido", de forma que a organização não seja pulverizada "numa infinidade de vontades singulares" [61]. O próximo fragmento ajuda a entender:

> Um 'movimento' ou tendência de opiniões se torna *partido*, isto é, *força política eficiente do ponto de vista do exercício do poder governamental*: precisamente na medida em que possui (elaborou em seu interior) dirigentes de vários graus e na medida em que esses dirigentes adquiriram determinadas capacidades. [...] Por isso, pode-se dizer que os partidos têm a tarefa de elaborar dirigentes qualificados; eles são a função de massa que seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social definido [...] se articule e se transforme, de um confuso caos, em *exército político organicamente preparado*. [62]

sentidos que casam perfeitamente com a função do partido.

61 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 3..., p. 15.

62 Idem, p. 84-5 – grifos nossos.

Desta forma vemos que os intelectuais têm a função de organizar o partido de tal forma que este, por sua vez, coadune os membros da própria classe. Isto possibilitará a formação do que o pensador sardo chama de "exército político organicamente preparado", de tal modo a atingir uma eficiência que possibilite governar, dirigir a sociedade como um todo. Assim, neste sentido, diz Gramsci:

> [...] com efeito, embora seja verdade que os partidos são apenas a nomenclatura das classes, também é verdade que os partidos não são apenas uma expressão mecânica e passiva das próprias classes, mas reagem energicamente sobre elas para desenvolvê-las, consolidá-las universalizá-las. [...]
>
> As classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de Governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política. Deve haver uma certa relação útil e fecunda nestas manifestações e nestas funções. *Não pode haver elaboração de dirigentes onde falta a atividade teórica, doutrinária dos partidos, onde não são investigadas e estudadas sistematicamente as razões de ser e de desenvolvimento da classe representada*. [63]

Nas entidades onde há o trabalho dos intelectuais de organização, direção e educação visando elaborar dirigentes das sociedades civil e política podem ser consideradas *partidos*. E, como vimos no último fragmento grifado, para tanto é necessário o trabalho intelectual de doutrinação, investigação e estudo sistemáticos para a formação

63 Idem, p. 201-2 – grifos nossos.

dos *homens de Estado e de Governo* em particular, e dos dirigentes em geral.

Expomos até aqui como Antonio Gramsci define o que é um partido, neste sentido podemos ver que muitas organizações autodenominadas "não-governamentais", "apartidárias", etc., na realidade funcionam como partidos políticos, pois visam organizar, educar e dirigir, tendo como princípio a formação dos dirigentes; assim "*os 'partidos' podem se apresentar sob os nomes mais diversos, mesmo sob o nome de antipartido e de 'negação dos partidos'*" [64]. Seguindo esta linha de raciocínio, nosso autor diz que alguns partidos apresentam-se como puramente "educativos", "moralistas", de "cultura", no entanto "*o partido é essencialmente político e até mesmo sua atividade cultural é atividade de política cultural*" [65]. Ou seja, as organizações que buscam embelezar, camuflar, conquistar uma aparência "positiva", "neutra" por meio de termos simpáticos como, por exemplo, "cultura", são na realidade partidos – entendidos em seu sentido *lato*. E, se pensarmos na problemática dos periódicos em particular, e dos aparelhos de comunicação social em geral, a questão pode ser aprofundada ainda mais – interessante observar os fragmentos a seguir:

> [...] a verdade teórica de que cada classe possui apenas um partido é demonstrada, *nos momentos decisivos*, pelo fato de que agrupamentos políticos variados, cada um dos quais se apresentava como partido

64 Idem, p. 326 – grifos nossos.

65 GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. V. 2. p. 237.

> "independente", se reúnem e unificam em bloco. *A multiplicidade existente antes era apenas de caráter "reformista", isto é, referia-se a questões parciais, em certo sentido era uma divisão do trabalho político (útil, em seus limites); mas cada parte pressupunha a outra*, tanto que nos momentos decisivos, quando as questões principais foram postas em jogo, formou-se a unidade, criou-se o bloco.[66]
>
> [...] os partidos orgânicos e fundamentais, por necessidade de luta ou por alguma outra razão, dividiram-se em frações, cada uma das quais assume o nome de partido e, inclusive, de partido independente. Por isso, *muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence à nenhuma dessas frações*, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior aos partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. *Esta função pode ser estudada com maior precisão si se parte do ponto de vista de que um jornal (ou um grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também "partidos", "frações de partidos" ou "funções de determinados partidos"*.[67]

Desta forma podemos entender a questão dos inúmeros partidos a partir de uma visão da totalidade. Mas, aqui, concretamente o que é esta totalidade? Como diz Gramsci, em *momentos históricos decisivos* – entenda-se acirramento da luta de classes –, os inúmeros partidos posicionam-se ao lado da classe da qual são orgânicos. E isto implica que cada partido exerce uma função nos

66 GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. V. 3. p. 328-9 – grifos nossos.

67 Idem, p. 349-50 – grifos nossos.

marcos de seu extrato social, mas que é complementar aos outros partidos, há uma *divisão do trabalho político* das classes fundamentais entre suas diversas organizações; cada qual faz uma parte do trabalho necessário à seu grupo social.

Esta divisão exigirá um *Estado-Maior* para coordenar o trabalho, com o objetivo de, através de várias ações divididas entre as diversas instâncias, conseguir uma unidade de objetivos. É como uma guerra de guerrilhas, cada destacamento tem autonomia para fazer da maneira necessária o trabalho pré-determinado, desde que o fim seja alcançado. Mas, como podemos ler no fragmento II, a função de *Estado-Maior* muitas vezes não é realizada pelos partidos em particular, mas pelos órgãos de comunicação social em geral – que acabam atuando como partidos. As revistas e os jornais são a "escola dos adultos" [68], assim cumprem papel essencial na questão da educação que é uma das funções do partido, mas de forma mais massificada, pois os periódicos "são estéreis se não se tornam a força motriz e formadora de instituições culturais de tipo associativo de massa" [69]. Desta forma, as revistas tentarão constituir-se como a direção geral – o Estado-Maior –, pois são meios que agem para fora e para dentro do partido por meio de uma ação de pedagogia massificada, de forma a atingir conformações sociais necessárias à ação partidária.

68 GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. V. 2. p. 229.

69 Idem, p.237.

É necessário aprofundar o papel do Estado, e, para tanto, contaremos com a contribuição de Nicos Poulantzas. Segundo o marxista grego, os marxistas concentraram-se exaustivamente no "*aparelho repressivo de Estado*", ou seja, no ramo estatal que compreende o exército, a polícia, a administração, os tribunais, o governo. É uma compreensão estrita do Estado. Gramsci dá um sentido lato aos estudos do Estado, numa compreensão integral, pois o seu papel não se limita à força; o Estado é também um "organizador da hegemonia"[70], não obstante o papel decisivo do aparelho repressivo. Para o comunista italiano, deve-se considerar a "tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a 'civilização' e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção [...]"[71]. Assim organizações habitualmente consideradas como privadas, a Igreja, as escolas, os sindicatos, os partidos, todos os aparelhos de hegemonia (jornais, revistas, rádio, cinema, televisão, etc.) são parte do Estado no sentido integral; numa palavra, *os aparelhos ideológicos são aparelhos de Estado e atuam na elaboração e na inculcação ideológica*[72]. Neste sentido, a questão da ideologia é essencial para a nossa problemática.

A ideologia não reside somente nas ideias, ela subentende também os costumes, os hábitos, enfim, o modo de

70 POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*... p. 319.

71 GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. V. 3. p. 23.

72 *Cf.* POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*... p. 320-2.

vida; e, podendo deter o papel dominante, constitui-se num *poder essencial*, pois a dominação política não pode ser exercida exclusivamente pela repressão física; "requer a intervenção decisiva e direta da ideologia"[73]. Assim, ideologia não é "neutra", "só existem ideologias de classe"[74]. O Estado compreendido em sentido integral – com todos os seus aparelhos de hegemonia – é um Estado de classe. "*É neste sentido que a ideologia dominante, sob a forma de existência dos aparelhos ideológicos, está diretamente implicada no sistema estatal, o qual constitui, simultaneamente, a expressão, a garantia e o local concentrado do poder político*"[75]. Neste sentido, o aparato repressivo – o Estado em sentido estrito – é a condição de existência dos aparelhos ideológicos, não obstante, está sempre presente mesmo quando não intervém diretamente.

O Estado, num sentido lato, deve ser compreendido como o aparato que reúne "os aparelhos que têm por papel essencial a manutenção da coesão e da unidade de uma formação dividida em classes"[76]. Neste sentido, diz Poulantzas, é comum os aparelhos ideológicos terem um caráter "privado", não serem reconhecidos oficialmente como aparelhos de Estado. No entanto, a distinção entre "público" e "privado" é puramente uma distinção jurídica: "[...] é preciso notar bem que é, de fato, o *direito* – quer dizer, em um sentido, o próprio Estado – que estabelece

73 Idem, p. 322.

74 Idem, p. 322.

75 Idem, p. 322 – grifos nossos.

76 Idem, p.324.

esta distinção: ela tem apenas um sentido jurídico. Esta distinção privado-público não muda, pois, em nada o fundo da questão dos aparelhos ideológicos de Estado. Gramsci compreendia-o perfeitamente, quando considerava como pertencendo ao Estado 'organismos habitualmente tidos como privados'"[77].

Com efeito, isto não quer dizer que esta distinção privado-público não tenha qualquer importância. Para Poulantzas, ela revela que há uma certa autonomia relativa nas relações mútuas dos aparelhos ideológicos de Estado e nas relações com o próprio Estado; contrariamente ao aparelho repressivo de Estado, o qual possui um alto grau de unidade interna. Deste modo, os aparelhos ideológicos não são mais do que efeito da luta de classes, e cada um expressa uma ideologia ou um subsistema ideológico relacionado com cada uma das diferentes classes ou frações de classe em luta. Além disso, pode ocorrer que classes ou frações de classe diferentes detenham poder nos aparelhos ideológicos de Estado, ou em alguns deles, o que acentua o grau de autonomia relativa e produz uma defasagem no poder de Estado. Neste sentido, apenas as organizações revolucionárias podem escapar ao sistema dos aparelhos ideológicos de Estado[78].

Mas a autonomia relativa varia no *Estado de exceção* – característico, por exemplo, de uma ditadura – segundo o marxista grego, "*A diferenciação do estatuto privado-pú-*

77 Idem, p. 325.

78 *Cf.* Idem, p. 326-9.

blico recobre a autonomia relativa, no seio do Estado, dos aparelhos ideológicos. As modificações, a este respeito, no caso de um Estado de exceção [...] indicam a limitação característica, em diversos graus – que pode ir até a supressão – da autonomia relativa dos aparelhos ideológicos no próprio seio do Estado: autonomia relativa que os caracteriza nas outras formas de Estado"[79]. Assim, a autonomia relativa que encontramos no Estado parlamentar clássico, numa ditadura – entendida aqui no quadro geral dos Estados de exceção – é cerceada, ou até suprimida. Isto se dá porque uma ditadura tem o *papel decisivo de reorganizar a hegemonia* o que implica: "a) Numa limitação decisiva desta 'distribuição' do poder no seio dos aparelhos; b) No controle estrito do conjunto do sistema estatal por um 'ramo' ou um aparelho, dominado pela classe ou fração que luta pelo estabelecimento de sua hegemonia"[80]. Portanto, há um aumento da intervenção nos aparelhos ideológicos. Estes fatores redobram o acréscimo de repressão às classes populares; e esta intervenção ideológica visa à legitimação da violência do aparato repressivo.

No entanto, Poulantzas diz que uma ditadura não supõe sempre que o aparelho repressivo dominará os aparelhos ideológicos; não obstante, a dominância do aparelho ideológico ou do aparato repressivo definirá a especificidade do Estado ditatorial. E, sob o fato de que a ditadura reorganiza o conjunto do sistema estatal e da hegemonia, esta reorganização pode "*ir até ao ponto de*

79 Idem, p. 337.

80 Idem, p. 338.

um aparelho ideológico dominar o conjunto do sistema estatal"[81]. Assim, numa ditadura um aparelho ideológico pode dominar o aparelho repressivo, e vice-versa. Como o processo não é estático, pode mesmo haver uma alternância de um ou outro aparelho na dominação.

Em resumo, à medida que os aparelhos ideológicos funcionam como organizadores-educadores-dirigentes na inculcação ideológica, funcionam verdadeiramente como partidos políticos, pois contribuem decisivamente para a elaboração de dirigentes, assim como para a transformação da classe social – de um confuso caos num "exército político organicamente preparado". Assim, quando falarmos em "aparelhos ideológicos", queremos que o leitor sempre remeta à sua função político-partidária – do contrário, a presente discussão se torna estéril.

1.3 Da revolução passiva & da hegemonia: o aparelho de hegemonia filosófico

O objetivo deste subcapítulo é tirar conclusões mais gerais a respeito das categorias desenvolvidas por Gramsci que foram expostas até aqui, buscando unificá-las. Acreditamos que esta unificação seria possível de diferentes maneiras, à medida que o pensamento do marxista sardo compõe verdadeiramente uma totalidade, muitas vezes difícil de ser percebida pela sua complexidade; mas aqui, particularmente, buscaremos reunir num corpo só a

81 Idem, p. 341.

revolução passiva e o *partido político* através da categoria do *aparelho de hegemonia filosófico*.

Importante notar que a revolução passiva, preservadas suas especificidades, inscreve-se no plano mais geral das revoluções burguesas, como um exemplo de revolução burguesa não-clássica. O que deu o tom desta revolução foi o fato da burguesia capitalista se unir num bloco com a aristocracia fundiária, pois o levante popular colocaria em perigo sua dominação. A massa camponesa foi a principal vítima da revolução passiva, relegada a um empobrecimento, que ficou conhecido como "*Il Mezzogiorno*", que divide a Itália até hoje entre o Norte desenvolvido e o Sul atrasado. Os fascistas aprofundaram esta desigualdade interna quando impuseram ao operariado agrícola uma perda de 50% em seus rendimentos, apesar de ter tornado capitalista o Sul agrícola.

Assim como devemos pensar o *Risorgimento* como um processo que comportou determinada reação à Revolução Francesa, não se pode pensar o fascismo italiano sem vê-lo como uma maneira de evitar uma revolução ativa, isto é, para evitar uma nova crise revolucionária, como a dos conselhos operários (1919-20) e também evitar os "respingos" da Revolução Russa (1917). Numa palavra, a revolução passiva comporta em si a contrarrevolução. É importante sublinhar que a derrota da revolução social na Itália é que abriu espaço para o fascismo ascender.

É uma necessidade da burguesia combater eficientemente a autonomia das classes populares, aniquilando ou

cooptando suas frações mais radicais. Para a burguesia, lidar com uma oposição sem autonomia teórico-prática é um problema a ser equacionado com eficácia. A classe burguesa vale-se de expedientes ideológicos fetichizantes, entre eles o "justo-meio", e da força (seja das ideias, das armas, das leis, da corrupção, de seus aparelhos de hegemonia – como se verá no próximo tópico) – conforme já definia Gramsci:

> O exercício "normal" da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela *combinação da força e do consenso*, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias.[82]

A antítese da revolução passiva é a revolução ativa, e esta só pode realizar-se através da luta contra-hegemôni-

82 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 95 – grifos nossos.

ca, perpassando o embate intelectual orgânico e a insurreição popular de fôlego, preparados política e ideologicamente e com uma profunda consciência de classe historicamente embasada. Neste sentido, o transformismo – a decapitação das classes antagônicas – está na essência da revolução passiva; é mais uma maneira de submeter à classe antagônica.

Não há revolução passiva sem o exercício hegemônico do Estado. A força material e ideológica de seus aparatos está no cerne desta revolução, eles conferem à burguesia a força suplementar necessária. A revolução passiva é, essencialmente, a restauração progressiva que promove um *aggiornamento*[83], que, neste caso, deve ser compreendido como uma rearticulação da classe hegemônica em que o aparato estatal tem papel decisivo para a reorganização da hegemonia.

A historiografia da revolução passiva é caracterizada pelo "fetichismo", isto é, escamoteia as rupturas, a luta de classes, pois é a expressão do temor de que a classe trabalhadora possa se movimentar autônoma e ativamente. Neste sentido, o moderantismo conservador é expressão da revolução passiva, se manifesta de diversas maneiras, encontramos uma das suas manifestações mais emblemáticas no fascismo italiano, seu líder, Mussolini, transformou-se de militante socialista em fascista, e colocava-se como a opção entre o imperialismo e a revolução vermelha.

83 *Aggiornamento*, do italiano, significa atualização, revisão, modernização; modificação, emenda, acréscimo; mas também adiamento e prorrogação.

Mas o intuito era a preservação do capitalismo num momento de crise.

Esta vertente historiográfica sempre esteve atrelada a organizações criadas para o seu estudo, interpretação e divulgação, como o "Instituto Histórico Italiano de Roma" (criado em 1883), que começou a publicar, em 1895, a "Revista Histórica do *Risorgimento* Italiano"; e a "Sociedade Nacional para a História do *Risorgimento*" (criada em 1907), que publicou durante 1907 a revista "O *Risorgimento* Italiano"[84]. O principal *risorgimentista*[85] foi Benedetto Croce. Ele estava no cerne das preocupações de Gramsci. Croce teve uma ampla atuação político-orgânica; ele publicou, de 1903 até 1944, a revista *La Critica, rivista di storia, letteratura e filosofia*. De 1921 a 1925, Croce, então ministro da educação (*ministro della Pubblica Istruzione*) no governo Giolitti, passa a dedicar-se à reforma da escola média. De 1901 a 1925, Croce foi o mentor da publicação de coleções como "Biblioteca de Cultura moderna", "Clássicos da filosofia moderna" e "Escritores da Itália", pela Editora Laterza.[86]

Assim, os conceitos de revolução passiva e aparelhos de hegemonia na verdade são complementares para entender a atuação dos intelectuais orgânicos da burguesia, especialmente Croce. Desta maneira, segundo Christine Buci-Glucksmann, Gramsci percebeu que o trabalho do

84 *Cf.* BANTI, Alberto Mario. *Il Risorgimento italiano*. Roma: Laterza, 2004. p. 135.

85 *Risorgimentista*: intelectual, estudioso do *Risorgimento*.

86 *Cf.* <http://www.lastoriasiamonoi.rai.it>, <http://www.territorioscuola.com>, os sites foram consultados em 02/02/2009.

principal filósofo do idealismo italiano só fazia sentido, só se materializava, só adquiria organicidade através dos diversos aparelhos de hegemonia.[87]

Neste sentido, Croce esteve no cerne de uma reforma conservadora do hegelianismo, em que o idealismo neo-hegeliano do Estado passava a ser o correspondente filosófico da revolução passiva italiana – conforme caracterizado por Gramsci ("hegelianismo mutilado"). Os filósofos da revolução passiva acreditavam estar fazendo "pura teoria"; esta concepção só é possível, diz Buci-Glucksmann, pela e na divisão social do trabalho característica do capitalismo. Esta *utopia* dos intelectuais que acreditam estar *flutuando* acima da luta de classes não faz mais do que reproduzir "a distinção perpetuamente repetida pelas sociedades de classes, entre 'o que deve fazer um intelectual e o que é a política (como se o intelectual não fosse também um político, e não somente um político da intelectualidade)'"[88]. Esta concepção é expressão da divisão social do trabalho e da relação mediatizada que os intelectuais mantêm com o mundo da produção e da separação entre o trabalho intelectual e o manual.

Na verdade, há uma unidade entre a teoria e a prática, entre a filosofia e a política. E a filosofia da revolução-restauração se inscreve nas superestruturas; tem uma exis-

87 *Cf.* BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*: por uma teoria materialista da filosofia. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Essencialmente o capítulo 4 da quinta parte ("Elementos para uma teoria do aparelho de hegemonia filosófica"), p. 473-494.

88 Idem, p. 483, *apud.* GRAMSCI, Antonio. Passato e Presente. Torino: Einaudi, 1966. p. 27.

tência material em diversos aparelhos: o político, o escolar (escolas, universidades) e o cultural-informativo (editoras, periódicos, imprensa)[89]. Croce, por seu turno, visava, por um lado, ocultar a política da filosofia, transformando-a em "filosofia de filósofos", e, por outro lado, fazer da cultura um *sujeito autônomo*. Buscava, assim, colocar a intelectualidade num patamar de casta, separando-a do povo. *No entanto, o partido crociano construía ideologias para governar as outras classes sociais, educava as classes dirigentes para a hegemonia*. E, na ausência de um grande partido da burguesia, Croce desempenhou o papel de "federador ideológico". Benedetto Croce fora o construtor de um verdadeiro *aparelho de hegemonia filosófico* (AHF).

O AHF tem o objetivo de aprofundar o trabalho teórico, doutrinário; fazer dos intelectuais os soldadores de sua respectiva classe social, através da elaboração de uma ideologia geral e superior que coadune uma sociedade dividida em classes antagônicas. Segundo Buci-Glucksmann, o AHF "*busca a difusão de uma filosofia, de uma concepção geral da vida*", de uma *estrutura ideológica* que compreende "*uma organização material que visa a manter, defender, desenvolver a 'frente teórica e ideológica'. O AHF portanto faz parte 'do formidável complexo de trincheiras e fortificações da classe dominante'*."[90] Segundo a autora, o AHF é essencialmente compósito e plural, pois se articula em torno de diversos aparelhos de hegemonia, como os periódicos – onde as práticas jornalísticas (e político parti-

89 Idem, p. 474-5.

90 Idem, p. 484.

dárias) fazem os agentes se *reconhecerem*[91]. Neste sentido, o viés político do AHF crociano revelou-se quando Croce foi ministro da educação nacional (1920-1921) no último governo Giolitti[92]. Assim, o aparelho de hegemonia filosófico comporta em si a atuação político-partidária (conforme definido por Gramsci).

Nesta imbricação da reforma conservadora do hegelianismo, que promovia a negação da dialética da história, levada a cabo pelo aparelho de hegemonia filosófico, que visavam a conservação do *status quo ante*, é que se pode falar em *ideologia italiana*.[93]

1.4 A revolução passiva no Brasil

> *A Revolução Burguesa combina – nem poderia deixar de fazê-lo – transformação capitalista e dominação burguesa. Todavia, essa combinação se processa em condições econômicas e histórico-sociais específicas, que excluem qualquer probabilidade de "repetição da história".*
>
> (Florestan Fernandes)

Marcos Del Roio[94] e Carlos Nelson Coutinho[95] concordam que o conceito da revolução passiva, originalmente elaborado para analisar a revolução burguesa

91 *Cf.* idem, p. 474.

92 Idem, p. 488.

93 Idem, p. 486-490.

94 *Cf.* ROIO, Marcos Del. *Um século de revoluções passivas*. In: AGGIO, Alberto e LAHUERTA, Milton. *Pensar o século XX*: problemas políticos e história nacional na América Latina. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 91-111.

95 *Cf.* COUTINHO, Carlos Nelson. *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*. In: Coutinho, C. N. e NOGUEIRA, Marco Aurélio (org). *Gramsci e a América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. p. 103-127.

italiana, possui uma *envergadura analítica ampla* que permite a interpretação da revolução burguesa brasileira – mas *não se trata de um conceito elástico, frouxo, que pode ser utilizado sem critério e rigor*. Del Roio acentua que é necessário evitar a "diluição do conceito"[96]; é necessária a análise concreta de processos históricos particulares que compõe o quadro do século XX. Para Coutinho, o protagonismo do Estado seria o traço marcante da transformação capitalista brasileira, desde a Independência (1822), passando pela Proclamação da República (1889), pela Revolução de 1930 e, finalmente, pelo golpe de 1964[97]. Esta generalização de Coutinho é bastante complicada, pois diluí o conceito elaborado por Gramsci em diversos momentos; fragmenta a categoria em hegemonias distintas que corresponderam à diferentes frações de classe que, por sua vez, tinham projetos diferenciados para o capitalismo no Brasil.

Atentaremos-nos ao século XX, com o objetivo de dar o devido tratamento à ditadura (1964-1985). Para nós, a instauração deste regime deve ser entendida no contexto maior da transição, no Brasil, do capitalismo concorrencial para o monopolista de Estado, que se deu a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, atravessando as quatro décadas seguintes[98]. Esta fase do capitalismo é caracteri-

96 ROIO, Marcos Del. *Um século de revoluções passivas*... p. 93.

97 COUTINHO, Carlos Nelson. *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*... p. 106-107.

98 *Cf.* FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006. Em particular o capitulo 7 – "O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista".

zada pela ascensão do Estado como força econômica significativa e de sua ligação com as frações da classe burguesa ligadas às empresas gigantes e aos grandes grupos financeiros[99]. Assim, traçaremos um panorama da revolução passiva no Brasil para os períodos 1930-1964-1985.

o0o

Contrariamente à revolução jacobina de tipo clássico, o Brasil passou por um processo de modernização capitalista em que o latifúndio pré-capitalista e a dependência às potências hegemônicas não obstaculizaram o desenvolvimento capitalista, mas, ao contrário, foram a sua própria marca. Assim, gradualmente e "pelo alto", os grandes latifúndios transformaram-se em empresas capitalistas agrárias; e o capital estrangeiro constituiu-se numa das forças motrizes para converter o Brasil num país industrial moderno[100]. Em todo este processo, teve a atuação preponderante do Estado, que não foi resultado de um processo dirigido por uma burguesia revolucionária que contasse com a participação das massas populares rurais e urbanas; contrariamente, "a transformação capitalista teve lugar graças ao acordo entre as frações das classes economicamente dominantes, à exclusão das forças populares e à utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado"[101].

---

99 *Cf.* verbete "*capitalismo monopolista de Estado*". In: BOTTOMORE, Tom (editor). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 55-6.

100 *Cf.* COUTINHO, Carlos Nelson. *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*... p. 106.

101 Idem, p. 106.

A revolução passiva, no Brasil, começou a tomar forma após já ter se fortalecido no Ocidente. Nos Estados Unidos ocorreram os primórdios deste processo, quando da institucionalização, em 1911, da *Taylor Society* – que teve por objetivo disseminar a organização científica do trabalho –, e com a instalação, em 1914, da cadeia automática de montagem na fábrica de automóveis de Henry Ford. Este processo foi marcado pela intensa repressão ao movimento operário e socialista. Na Itália, como já visto anteriormente, a evolução da revolução-restauração se deu através do desmantelamento de qualquer organização social antagônica ao fascismo, através da "estatização dos organismos coletivos da sociedade civil por meio do corporativismo"[102]. A promulgação da *Carta del Lavoro*, em 1927, facilitou a imposição do taylorismo nas fábricas. A difusão ganha novo impulso em 1933, com a ascensão do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), com o consequente desmantelamento dos partidos operários e das organizações sindicais autônomas que foram duramente atacados, bem como também com a organização da Frente do Trabalho Alemão (DAF) que submeteu a classe operária ao corporativismo estatal. Após esta primeira etapa, o corporativismo se expandiu por vários países, como forma de evitar alternativas nacional-populares, e incorporou áreas subalternas do Ocidente (Portugal, Espanha, Brasil, México, Argentina) e do Oriente europeu (Hungria, Polônia, Lituânia, Romênia).[103]

---

102 ROIO, Marcos Del. *Um século de revoluções passivas*... p. 96.

103 *Cf.* idem, p. 94-98.

Em relação ao Brasil, a ditadura que Vargas inaugurou em 1937 seguiu os caminhos delineados pelas potências hegemônicas; mas foi também a culminação, a derrota, de movimentos opositores que não lograram qualquer vitória que abalasse os blocos no poder, seja o movimento tenentista, surgido em 1922, ou o Partido Comunista Brasileiro (PCB), também formado neste ano mesmo ano. Os levantes de 1935 levados a cabo pelo PCB, o que se revelou numa desastrosa iniciativa: por um lado, fora debelado facilmente pelas forças governamentais e, por outro lado, forneceu o pretexto que o regime precisava para instaurar a ditadura estado-novista. Apesar da repressão inaudita do Estado Novo e da sua cobertura ideológica, o regime teve que promulgar leis de proteção ao trabalho, as quais, há muito tempo, eram reivindicadas pelo proletariado (leis de proteção do trabalho, férias remuneradas, aposentadoria, etc.). Impôs uma legislação sindical corporativista, inspirada na *Carta del Lavoro* do fascismo italiano. O regime, de um lado, atendeu a classe trabalhadora – num sentido socialmente progressista. Sentido este neutralizado pela restauração conservadora, que manteve a submissão do trabalho ao capital.[104]

Ainda que a movimentação das classes populares fosse marcada pela debilidade, durante a década de 1920 houve verdadeiramente uma crescente pressão das massas urbanas que reivindicavam uma democratização efetiva. Estas pressões, no âmbito nacional, ocorriam num

104 *Cf.* COUTINHO, Carlos Nelson. *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*... p. 109-110.

contexto internacional marcado pela alternativa dos países socialistas, contrapostas ao capital e inspiravam a classe trabalhadora. Internamente, a economia brasileira – baseada na agro-exportação – passava por dificuldades decorrentes das crises do mercado internacional; o que produziu maiores conflitos mesmo no interior dos grupos dominantes. Desta maneira, contrapunham-se ao liberalismo restrito da primeira república não apenas as massas populares, mas também setores das classes dominantes. Estes se inspiravam seja no fascismo (o integralismo), seja na doutrina Social da Igreja Católica (antiliberal e anticomunista), e também nas formas de intervenção do Estado (que ganharam legitimidade principalmente com a experiência do *New Deal*).[105] Assim, a revolução de 1930:

> [...] revelaria a impossibilidade de cada fração impor sua dominação exclusiva ou de convencer as demais de uma direção comum. Desde então delineava-se uma "*reformulação da estrutura de poder, não pela substituição das elites tradicionais pelas novas elites em ascensão, mas pela acomodação entre os diferentes atores em confronto*"[106].

O que se assistiu em 1930 foi, propriamente, uma revolução-restauração a qual, de um lado, precisava acomodar os diversos setores das classes dominantes e, de

---

105 *Cf.* FONTES, Virginia M. *Reflexões im-pertinentes*: História e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005. p. 185-186.

106 Idem, p. 186, *apud.* DINIZ, Eli. *O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classe*. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil Republicano*: Sociedade e política, 1930-1964. História Geral da Civilização Brasileira. 3. ed. São Paulo: Difel, t. 3, v. 3, 1986. p. 84 – grifos nossos.

outro lado, rever as relações destes setores com as classes populares, de modo a conter suas pressões e continuar a submetê-las. E, neste sentido, o Estado Novo aprofundou o processo e trouxe uma "*efetiva reorganização do Estado brasileiro*" que significou "*uma efetiva reconfiguração da dominação de classes no Brasil*"[107]. Mas também deslocou o eixo da acumulação capitalista da agroexportação para a industrialização voltada ao mercado interno.

Ao lado da violência brutal que a ditadura estadonovista levou a cabo contra as organizações da classe trabalhadora, este regime buscou também impor o convencimento. Ao mesmo tempo em que centralizou os aparelhos repressivos (a polícia, o exército), o Estado também centralizou todos os aparelhos de hegemonia, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que funcionou de 1939 a 1944. O DIP funcionava em consonância com as Delegacias de Ordem Política e Social, que desmantelavam gráficas que produziam textos críticos, numa censura anticomunista. Assim, o DIP era um órgão policial propriamente dito, mas também:

> [...] foi um dos locais de formação de uma intelectualidade ligada a uma nova visão de mundo. [...] Esses intelectuais distanciavam-se de suas origens sociais, eram ressocializados em outra dinâmica, viam-se e percebiam-se como falando em nome do 'Estado' e da 'Nação'. [...] Buscava-se homogeneizar, pelo alto, o conjunto da produção cultural e educativa. Caberia doravante ao Estado – expressão de uma nova corre-

107 Idem, p. 187 – grifos nossos.

> lação de forças entre os grupos dominantes – a tarefa de definir inclusive em que consiste o popular [...]"[108].

Desta maneira, o estado-novismo buscou estabelecer a hegemonia pelas ideias – sempre apoiadas na força bruta, na repressão sistemática –, criando todo um aparato que acomodava uma intelectualidade, lhe oferecendo uma carreira reconhecida, ascensão e visibilidade social num projeto cultural e intelectual amplíssimo, que abarcava publicações – como as revistas *Cultura Política* e *Ciência Política* –, a produção de livros, cartazes, programas de rádio, filmes, noticiários, cinejornais e material noticioso para publicação nos diversos jornais de todo o país[109]. Todo este aparato, de produção cultural massificada, significou uma ampla estrutura de conquista de corações e mentes, de transformismo não apenas de intelectuais, mas também das massas populares, através da tentativa – que obteve com certeza determinado grau de êxito – de moldar-lhes o pensamento, através de expedientes fetichizantes-mistificadores da realidade, sendo o mais emblemático deles a construção do "mito Vargas" e do Estado "acima da sociedade".

"*O período ditatorial consolidaria uma nova formatação do Estado [...]*"[110]. De nossa perspectiva, o estado-novismo é a expressão singular – *brasileira* – da revolução -restauração. Mas o populismo brasileiro possuía semelhanças com outros populismos latino-americanos,

108 Idem, p. 193-194.

109 *Cf.* Idem, p. 191-196.

110 Idem, p. 197.

especialmente o argentino. Néstor Kohan já chamou a atenção para o fato de que ocorreram revoluções passivas em toda América Latina:

> Na América Latina as burguesias nasceram oligárquicas e as oligarquias foram aburguesando-se enquanto se modernizavam. As modernizações não vieram de baixo, mas sim de cima. Não foram democráticas nem plebéias, mas sim oligárquicas e autoritárias. Não foram produto de "revoluções burguesas antifeudais" – como rezavam certos manuais – mas sim revoluções-restauradoras, revoluções passivas impulsionadas pelas oligarquias aburguesadas.
>
> Foram as próprias oligarquias, através do aparato do Estado e em particular das forças armadas, as que empreenderam – a sangue, tortura e fogo – o caminho para modernizar sua inserção sempre subordinada no mercado mundial capitalista.[111]

Modificou-se a superestrutura, modificou-se também a correlação de forças entre as frações da classe dominante. O estado-novismo alargou esta margem de dominação até elevados níveis da hegemonia. Mas a exploração da classe trabalhadora permaneceu, e foi até aprofundada através da modernização da base econômica, que aumentou o ritmo do trabalho. Este processo, segundo Virginia Fontes, marcou o Estado brasileiro na sua essência, consolidou uma nacionalização truncada – limitada – em que os

111 KOHAN, Néstor. Crise orgânica e revolução passiva: o inimigo toma a iniciativa. A governabilidade do capitalismo periférico e os desafios da esquerda revolucionária. *O Comuneiro*, n. 6, março de 2008, sem pág. In: www.ocomuneiro.com – consultado em março de 2008. Tradução de Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves.

grupos dominantes (e seus interesses) passaram a ser nacionalmente reconhecidos, enquanto as classes populares (e suas reivindicações e suas necessidades) não. Concretamente, isso pôde ocorrer porque as classes proprietárias, através das suas organizações associativas, tinham uma relação direta – sem ou com poucas mediações – com a sociedade política.

O período seguinte, compreendido entre as duas ditaduras (1945-1964), não deve ser compreendido como uma ruptura do estado-novismo – expressão nacional da revolução passiva: "*Se o Estado Novo termina em 1944, o novo Estado por ele consolidado permanecerá em vigência por muito tempo*"[112]. Neste sentido, acreditamos que se assistiu uma época de nossa história que a burguesia tanto recolhe os frutos da revolução-restauração consolidada no período anterior, assim como também atua ativa e agressivamente para perpetuá-la. Deste modo:

> [...] mais importante do que encarar a "redemocratização" como um momento único da história política brasileira – compreendido entre dois regimes ditatoriais – é perceber o que ela contém de continuísmo. A "redemocratização" não deixou de ser um processo condicionado por certas regras que garantiram, *a priori*, a permanência do grupo estadonovista no poder. Na medida em que sua sobrevivência dependeria, daí para adiante, da disputa eleitoral, foi preciso criar mecanismos que preservassem o "velho" no "novo".

112 FONTES, Virginia M. *Reflexões impertinentes*... p. 198.

> Dos mecanismos sugeridos destacou-se o código eleitoral de 1945, elaborado nos últimos meses do Estado Novo e que presidiu às "regras" da transição democrática em proveito dos políticos tradicionais. Estabelecendo que a necessidade de bases nacionais era essencial para o registro de um partido, ou ainda que as sobras das eleições partidárias deveriam privilegiar o partido mais votado, o código beneficiava ostensivamente o PSD, que já contava com a máquina política montada ao longo da ditadura. O continuísmo preponderava sobre a ruptura, garantindo a supremacia da coligação varguista no Congresso.[113]

Assim, o estado-novismo perpetua-se no pós-1945. E, como se verá adiante, mesmo a esquerda brasileira não se desvencilhou da revolução-restauração. A posição do PCB durante o governo Dutra (1946-1951) foi a personificação à esquerda da revolução passiva, já que o partido:

> [...] acabaria por priorizar sua transformação em partido de *esquerda institucional*. [...] o PCB procurará reforçar a imagem de partido da ordem e da tranquilidade, defensor do 'apertar o cinto', chegando a colocar-se, em muitas ocasiões, contra os movimentos grevistas, para 'evitar as provocações'. *Sem dúvida, nessa nova política implementada pelo núcleo dirigente do PCB estão as raízes históricas que irão determinar a política de conciliação imposta muitas vezes sectariamente pelo Comitê Central às bases do partido.*[114]

---

113 MENDONÇA, Sonia R. *Estado e economia no Brasil*: opções de desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 47-48.

114 MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada*: a política dos comunistas no Brasil. Marília: Unesp; São Paulo: Boitempo, 1999. p. 73, *apud.* PRESTES, Luís Carlos. União Nacional para a Democracia e o Progresso. Rio de Janeiro: Ed.

Desta forma, a burguesia pôde fazer suas políticas com mais tranquilidade, pois o Partido Comunista – assim como Proudhon, Mazzini e o Partido da Ação – não se posicionava antiteticamente; não foi com todas as suas forças lutar antagonicamente contra os inimigos da classe trabalhadora – acabou optando pela conciliação de classes, sinônimo da derrota do proletariado. Verdadeiramente, o PCB passou por um movimento de *transformismo*, na prática, metamorfoseou-se de inimigo irreconciliável em "aliado". Essa linha política tortuosa permaneceria até 1964, tendo um interlúdio entre 1948 e 1954, quando o PCB não apoiou o nacional-desenvolvimentismo e até fez oposição cerrada ao segundo governo Vargas. 1964 é o momento que a história caiu com todo o seu peso sobre a esquerda brasileira:

> Na verdade, quando a liderança soviética do movimento comunista internacional foi desafiada em 1960 pela China, [...] os partidos moscovitas do Terceiro Mundo mantiveram sua política escolhida, de *estudada moderação*. O inimigo nesses países não era o capitalismo, até onde este existia, mas o pré-capitalismo, os interesses locais e o imperialismo (americano) que os apoiava. O caminho não era a luta armada, mas uma ampla frente popular ou nacional da qual era aliada a burguesia ou pequeno-burguesia "nacional". [...] Essa estratégia, que enfurecia os que preferiam o caminho das armas, às vezes pareceu dar certo, como no Brasil e na Indonésia

Vitória, 1945, p. 26; PACHECO, Eliezer. O Partido Comunista Brasileiro. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984, p. 188 – grifos do autor.

> no início da década de 1960, e no Chile em 1970. Talvez não surpreendentemente, quando chegou a esse ponto, foi detida de chofre por golpes militares seguidos de terror, como no Brasil pós 1964, na Indonésia em 1965, e no Chile em 1973. [115]

Nos anos 50, o estado-novismo tinha consolidado de uma tal forma a revolução passiva que Getúlio Vargas pôde mais uma vez subir ao governo imprimindo determinado "nacionalismo" ao seu mandato, com a criação da Petrobrás, e, em sua "carta-testamento", denunciando a ação de empresas estrangeiras no agravamento da crise econômica nacional. A partir deste momento, confluíram na defesa do nacionalismo diversas tendências como os comunistas e os trabalhistas.[116]

Desta perspectiva, o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi expressiva personificação da revolução -restauração. A coalizão nacional-desenvolvimentista deu aqui um salto qualitativo com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que, apesar de criado anteriormente por Café Filho, alcançou "plena vigência e *habitat* no período juscelinista"[117], levando à cabo a produção e a divulgação da *Ideologia do Desenvolvimento*, segundo a qual, a burguesia, a classe média e o proletariado deveriam

---

115 HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras. p. 424.

116 *Cf*. KONDER, Leandro. *História dos Intelectuais nos Anos 50*. IN: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 360.

117 TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB*: fábrica de ideologias. São Paulo: Ática, 1977. p. 31.

aliar-se para derrotar o "setor tradicional", composto pelos latifundiários, pela burguesia mercantil, a chamada classe média "não produtiva" e algumas frações do proletariado. Este "setor tradicional" seriam os responsáveis pela sobrevivência da "herança colonial", impedindo a ascensão do primeiro setor – "progressista" – e o desenvolvimento do país[118]. A burguesia industrial aparecia aqui como a vanguarda da "revolução" possível. Mas esta euforia nacionalista escondeu o fato de que o Brasil se tornou ainda mais dependente e que o fundamento último do desenvolvimentismo "era a manutenção da ordem e da afirmação dos valores capitalistas e cristãos"[119]. O desenvolvimentismo escondia que a industrialização autônoma do Brasil jamais foi a sua opção. A ideologia desenvolvimentista logrou produzir um grande fetiche, como se o país em breve fosse ser outro, entre as nações mais avançadas do planeta. A própria vanguarda da classe operária confundiu-se e sua atenção desviou-se da luta pelas suas necessidades, pelos interesses da classe trabalhadora e do combate ao capitalismo. Mas, ao contrário – numa metamorfose – voltou-se para os problemas do desenvolvimento econômico capitalista e das reivindicações mais globais da democracia burguesa, as quais passaram a ser seus norteadores[120].

118 Idem.

119 MENDONÇA, Sonia R. *Estado e economia no Brasil*... p. 74.

120 Idem, p. 74-76.

O ISEB nasceu para "pensar o desenvolvimento nacional"[121]; já no artigo 1º de seu estatuto ficara estabelecido que a instituição se dedicaria "à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira visando a elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional"[122]. Talvez esta seja a síntese possível desta "fábrica de ideologias", que chegou a contar com intelectuais de diferentes tendências, desde aqueles identificados com o desenvolvimento associado e dependente, como Miguel Reale, Roberto Campos e Alexandre Kafka (todos se ligariam ao IPES, nos anos 60). E também homens que se inspiraram no marxismo, mas que eram adeptos do nacional-desenvolvimentismo, como Roland Corbisier e Álvaro Vieira Pinto; ou Nelson Werneck Sodré, que se identificava com a posição do PCB e visava radicalizar o nacionalismo, mas não superava a visão da burguesia nacional como vanguarda. Já Hélio Jaguaribe, pelo menos em alguns momentos, quis colocar-se ao centro destas tendências[123]. Neste momento, chamaremos a atenção do leitor para os intelectuais orgânicos da burguesia, mais especificamente para Miguel Reale.

Segundo Leandro Konder, não há um único modo, um único caminho para uma perspectiva ser conservadora; ainda assim, o autor enumera algumas particularidades das correntes conservadoras influentes nos anos 50: a hostilida-

121 TOLEDO, Caio Navarro. *ISEB*... p. 31.

122 Idem, p. 32.

123 *Cf.* KONDER, Leandro. *História dos Intelectuais nos Anos 50*... p. 365-371.

de à esquerda, a concepção que acreditava que o movimento da história não passava da algo que já existira antes – em "germe" –, a visão que repele a importância da ruptura ou da falta de rupturas, e, principalmente, "[...] uma desenvolta apologia das forças que têm comandado nossa história", além disso "[...] as lideranças das classes dominantes têm seus feitos evocados em um tom quase de epopéia"[124].

Dentre os variados intelectuais citados por Konder, identificados com o conservadorismo, destacamos Djacir Menezes (1907-1996) – um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF). Em uma obra que lançou em 1956, para demonstrar seu compromisso com a continuidade e a ordem, perguntou retoricamente porque incluíra textos polêmicos em sua antologia:

> Então a obra [...] visa fomentar a indisciplina e o desrespeito aos nossos maiores? A solapar créditos firmados? A semear o desprezo cívico pelo passado?
>
> Deus me livre: este livro visa exatamente ao contrário; pretende dirigir-se à inteligência do leitor para que ame a Pátria na Verdade e na Justiça [...][125]

Ao lado de Menezes, e sua trajetória, não poderíamos deixar de citar Miguel Reale (1910-2006). Este intelectual, que ao lado de Plínio Salgado e Gustavo Barroso foi "um

124 KONDER, Leandro. *História dos Intelectuais nos Anos 50*... p. 360

125 MENEZES, Djacir. *O Brasil no pensamento brasileiro*. Brasília: Senado Federal, 1998. Leandro Konder cita a primeira edição da obra, publicada pelo MEC em 1956.

dos teóricos mais importantes do fascismo brasileiro"[126], e, nas palavras do próprio líder máximo do integralismo, "o provável jurista do Estado Integral"[127]. Fundou, em 1949, o IBF, entidade responsável pela *Revista Brasileira de Filosofia* (RBF), que passou a ser publicada em 1950. Segundo Roland Corbisier, "fundado e mantido pela classe patronal, o Instituto só poderia ter uma diretriz conservadora"[128].

A partir do Instituto, Reale continuou a desenvolver seu trabalho e promoveu uma divulgação mais sistemática da sua concepção em diversos compêndios, que tratam de, principalmente, teoria do direito e da filosofia, abarcando questões relativas ao Estado, à história, entre outros temas. Nos anos 1960, confluentemente ao trabalho no IBF, Reale se ligaria à Federação de Comércio do Estado de São Paulo (FCESP) – uma associação de classe que dava assistência política, econômica e técnica aos seus associados –, o que revela que ele seria um dos intelectuais orgânicos do bloco multinacional e associado, que, a partir de 1962, seriam "membros dos órgãos políticos estabelecidos para promover tanto os interesses modernizante-conservadores quanto a derrubada do governo nacional -reformista de João Goulart"[129]. Foi colaborador do golpista Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES),

126 ABREU, Alzira Alves de, et alii. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. 5 Volumes. p. 4908.

127 REALE, Miguel. *Memórias*: *destinos Cruzados*. 2. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 1987. p. 73.

128 CORBISIER, Roland. *Autobiografia filosófica: das ideologias à teoria da práxis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 80.

129 DREIFUSS, René Armand. *1964*: *a conquista do Estado*: ação política, poder e golpe de classe. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p.104.

que patrocinou o seu livro *Pluralismo e liberdade*[130], publicado pela Editora Saraiva. Reale contribuiria de maneira importante para as articulações que antecederam o golpe de 1964.

Junto de outros intelectuais orgânicos, Reale tomou as providências necessárias para "o reconhecimento internacional do estado de beligerância no país caso uma guerra civil prolongada o exigisse"[131]. Além disso, seria o autor de diversas proposições para a carta constitucional de 1969, defenderia a institucionalização da ditadura e, de 1969 a 1973, seria reitor da Universidade de São Paulo (USP) pela segunda vez – e estaria à frente da reforma universitária levada a cabo pela ditadura[132]. Na reabertura, passou a integrar a comissão presidida por Afonso Arinos que, em 1986, concluiu o anteprojeto que serviu de subsídio à Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988).

Reale costuma dividir sua vida em três fases, a integralista, que teria durado até 1940, ano em que conquista uma cátedra na USP e publica *Teoria do Direito e do Estado*, a segunda fase seria entendida entre esta obra e a publicação de *Pluralismo e Liberdade*, em 1963, quando se iniciaria a terceira fase – nas duas últimas fases, ele se identificaria com a democracia e o liberalismo. Se levarmos em consideração que este intelectual, independente das

130 Idem, p.254.

131 ABREU, Alzira Alves de, et alii. *Op. Cit.* p.4910.

132 *Cf.* PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. *Ideologia e filosofia no Brasil*: O Instituto Brasileiro de Filosofia e a Revista Brasileira de Filosofia. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998, tese de doutoramento.

variações ideológicas particulares, sempre atuou nos marcos gerais do pensamento burguês, veremos que esta segmentação é arbitrária e visa ocultar que sempre atuou como intelectual orgânico de sua classe social. O próprio Barão de Itararé ridicularizou tal colocação de Reale, quando disse que só faltava ele escrever um livro intitulado "*Como era verde a minha camisa*"[133].

Assim, nesta concepção que reconhece esta continuidade orgânica, se nos anos 30 atuava no Integralismo, nos anos 60 contribuiu de forma decisiva para o sucesso do golpe de 1964 e para sua posterior institucionalização, agindo sempre em prol da ordem e da contrarrevolução no Brasil. Neste sentido, era adepto do teórico da revolução passiva italiana; o líder ibeefeano salienta que Croce – em suas palavras, homem de "alta expressão filosófica e ética"[134] – na obra intitulada *O que é Vivo e o que é Morto na Filosofia de Hegel*, dizia que a dialética da história já tinha sido devorada pelos vermes. Em outras palavras, não haveria mais o movimento dinâmico da história composto pelos movimentos da tese, da síntese e da antítese[135]. À esta concepção teórica, correspondia uma atuação prática. Além de seu passado integralista e de sua posterior atuação orgânica na e para a ditadura, há ainda dois momentos emblemáticos: em 1943, passou a integrar o Departamento Administrativo estado-novista, em parti-

133 KONDER, Leandro. *Barão de Itararé*: o humorista da democracia. São Paulo: Brasiliense, 2002. p. 30

134 REALE, Miguel. *Memórias*. V. 1... p. 71 – assim Reale define Croce.

135 *Cf.* Idem, p. 158.

cular a pasta do trabalho[136]; e, em 1951, foi designado por Vargas para representar o Brasil na reunião anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT)[137]. Regozijando-se, ora por ser escolhido pelo presidente, do qual não esconde profunda admiração, ora por fazer uma "defesa" dos trabalhadores na OIT. Em sua pronunciação na reunião do organismo internacional chegou a dizer que deveria "ficar bem claro o direito intangível dos trabalhadores à justa retribuição de seu trabalho [...]", o que soa um tanto quanto progressista, no entanto, o líder ibeefeano, enquanto homem da revolução passiva, complementaria "[...] na proporção da riqueza por eles produzida"[138] – ou seja, ao fim e ao cabo de sua falaciosa "defesa" da classe trabalhadora, acaba por defender a exploração do trabalho, condicionando a sua remuneração mínima a produção de riquezas à classe social dominante.

Voltando ao contexto mais amplo. Juscelino, prefeito "biônico" de Belo Horizonte durante o Estado Novo, eleito presidente pela coligação PSD-PTB, partidos criados por Vargas, colocou em dia a pauta da "expansão da acumulação capitalista sem contrapartidas sociais"[139] com o Plano de Metas. Por um lado, o Plano aprofundou o processo de transição do capitalismo concorrencial para o monopolista (dependente e associado), pelo fato do Estado adquirir novas funções e esferas de atuação econômica, cumprindo

136 *Cf.* Idem, p. 164.

137 *Cf.* Idem, p. 265-256.

138 Idem, p. 326.

139 FONTES, Virginia M. *Reflexões im-pertinentes*... p. 199.

o papel de banqueiro do capital privado e até de "importante produtor direto nos setores estratégicos e controlador indireto de faixas expressivas de decisão privada"[140]. Por outro lado, alguns aspectos importantes do estado-novismo foram preservados.

Neste sentido, o executivo foi reforçado pelo discreto esvaziamento do Legislativo, através da criação da "administração paralela", que era composta pelos Grupos de Trabalho e pelos Grupos Executivos, diretamente ligados à presidência. Estes órgãos eram formados por intelectuais orgânicos da burguesia – os "tecnocratas" e "especialistas", tanto do Estado, quanto de empresas privadas, que agiam em conjunto com o Executivo sem interferências do Legislativo e, menos ainda, das classes subalternizadas.

Do ponto de vista do capital, o Plano de Metas obteve grandes êxitos, com uma grande expansão da indústria e da infraestrutura do país. No entanto, houve grande concentração de capital – oligopolizando a economia brasileira –, assim como também um grande aumento da inflação e da dívida externa. Estes fatores contribuíram para o aumento das mazelas sociais, o que é intrínseco às revoluções passivas, mas, especificamente, isso se deu no processo de internacionalização da economia brasileira, com a implantação do capitalismo dependente-associado.

Este período deu um novo alento à tentativa de "colocar no bolso" os inimigos da classe burguesa, as diversas obras faraônicas, sendo a principal delas a nova

140 MENDONÇA, Sonia R. *Estado e economia no Brasil*... p. 59.

capital do país, produziram "efeitos mágicos"[141] sobre a população. O próprio Oscar Niemayer relata que enquanto Brasília era erigida, acreditava-se que uma nova capital traria para o país um novo porvir, mas após a inauguração e o início de seu funcionamento ficou claro que tudo continuaria como antes[142]. Desta maneira percebemos que o leopardismo (pós)estado-novista preservou o fundamental, reconheceu algumas reivindicações populares para exatamente mantê-las subalternizadas. Promoveu mudanças para preservar o essencial: a exploração do trabalho pelo capital – concretamente, significou uma contenção salarial e um grande aumento da exploração pelo aumento do ritmo de trabalho.

Para Carlos Nelson Coutinho, este período seria o *momento transformista* da revolução passiva brasileira, particularmente o governo Vargas e, principalmente, o governo Kubitschek. Coutinho diz que neste momento se buscou incorporar ao bloco no poder os trabalhadores assalariados urbanos de uma maneira subalterna; esta política assentou-se em (I) "concessões" de certos direitos sociais e de (II) determinadas vantagens econômicas[143]. De nossa parte, acrescentamos ainda que a ideologia do nacional-desenvolvimentismo teve uma grande importância para debilitar a consciência de classe do operariado, para mantê-la numa crise de consciência que não lhe

141 Idem, p. 60.

142 Cf. NIEMAYER, Oscar. *As curvas do tempo* – Memórias. 7ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

143 Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*... p. 115-116.

permitia situar-se radicalmente na luta de classes. Nada mais emblemático que a Declaração Política do PCB de março de 1958, que dizia que a contradição e a luta de classes entre o proletariado e a burguesia "*não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo*"[144]. Noutras palavras, os comunistas passavam a defender o capitalismo e sua modernização; num transformismo que fazia os comunistas não se colocarem antagonicamente na luta de classes. Isto é expressão das tentativas constantes do bloco no poder de absorver os intelectuais orgânicos das classes antagônicas e de desagregar sua base social[145]. E a burguesia obteve sucesso em muitos de seus expedientes transformistas, como, por exemplo, em 1956, todo um grupo de militantes saiu do PCB, que, com o tempo, se alinhou completamente à direita, pessoas como Antonio Paim (do PC baiano) e Paulo Mercadante (do PC do Rio de Janeiro), que se transformaram em intelectuais orgânicos da burguesia, assim como também Osvaldo Peralva, autor de um livro "clássico" da reação: *O Retrato*[146], onde descreve toda a sua trajetória no PC e busca construir a ideia de que o partido era uma seita absurda.

De 1956 a 1960, realizaram-se diversos congressos estaduais e nacionais de trabalhadores. Ainda que

144 PCB. *Declaração Política do Partido Comunista Brasileiro de março de 1958*, p. 04 – grifos nossos

145 Cf. DREIFUSS, René Armand. *1964*... p. 148.

146 PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.

houvesse grande investida ideológica nacional-desenvolvimentista, o pacto populista não poderia suprimir a luta de classes. Assim esta movimentação sindical entrou em atrito com a estrutura sindical vigente que já não conseguia manipular a classe trabalhadora com a mesma eficiência. Desta maneira, ainda que incipiente e sem uma consciência de classe, o movimento sindical chega aos anos 1960 em ascensão.

Em janeiro de 1961, Juscelino deixa o governo junto com um emaranhado de contradições acumuladas durante a década anterior. No início dos anos 60, o compromisso populista, assentado numa composição de forças delicada e contraditória, já estava em processo de desequilíbrio. A crise econômica iniciada em 1962 minou a relação massas-Estado, pois muitas demandas populares não puderam mais ser atendidas[147]. Desta maneira, o regime passou a sofrer ataques vindos tanto de cima, quanto das classes populares.

Jânio Quadros, sucessor de JK na presidência da república, representava os interesses modernizantes-conservadores do empresariado. Quadros adotou uma retórica que combinava elementos de reforma social popular, de desenvolvimento nacionalista, de austeridade e eficiência administrativa, o que lhe garantiu a vitória nas urnas. Após os primeiros meses de governo, logo ficou claro para as forças populares que o "populismo udenista" não levaria a cabo as medidas de crescimento distributivo.

147 MENDONÇA, Sonia R. *Estado e economia no Brasil*... p. 83.

Certos sindicatos e determinados líderes sindicais exigiam uma mudança social. Ademais, a fração da burguesia que apoiava Jânio, ligada aos interesses multinacionais e associados e à agroexportação, tiveram de aceitar uma coalizão governamental indesejada com o PTB, partido que tinha a vice-presidência com João Goulart. Desta maneira, esta fração da burguesia foi incapaz de formar um governo empresarial estável, refreados pela crescente movimentação popular. As classes representadas por Jânio logo perceberam que não poderiam levar a cabo seu projeto sócio-econômico num sistema político eleitoral. O então presidente até tentou contornar a estrutura populista através de uma aventura político-militar. Em agosto de 1961, com sete meses de governo, renunciou crendo que seu suposto carisma lhe permitiria conseguir um mandato bonapartista. Não obteve o apoio popular, nem mesmo de grande parte de seus partidários, o que impediu a desejada recondução à presidência.[148]

Desta maneira, inesperadamente, João Goulart ascendeu à presidência; homem cujas origens remontavam ao populismo varguista. Militares organizados em torno da Escola Superior de Guerra (ESG) e os setores ligados aos interesses multinacionais e associados tentaram impedir que Jango assumisse o cargo, mas foram momentaneamente repelidos por um bloco de poder popular. O Executivo tomou um rumo nacional-reformista, apoiado pela classe trabalhadora mobilizadas.

148 DREIFUSS, René Armand. *1964*: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 136-141.

Os anos 1955-60 foram marcados por um grande crescimento da economia, com um ritmo acelerado de investimentos industriais, o que já não se verifica nos anos 1962-64 – entrava-se numa fase de declínio do ciclo econômico, a economia estava numa típica crise do capitalismo monopolista. O Estado, de um lado, estava momentaneamente impossibilitado de realizar novos empréstimos para continuar financiando a industrialização, assim como também sua arrecadação já era insuficiente para continuar a mantê-lo como o grande agente da acumulação no país. De outro lado, a classe trabalhadora iniciou intensa mobilização política, desencadeando um ciclo de greves sem precedentes cujo "efeito ameaçador para a aliança populista [...] foi inegável, especialmente por contarem os grevistas, ao menos temporariamente, com o apoio ou a neutralidade dos setores militares"[149]. Houve uma ascensão *potencialmente revolucionária* da classe trabalhadora, caracterizando uma crise de hegemonia da burguesia. As classes populares mobilizadas contavam com o apoio de um executivo nacional-reformista.

Jango era a expressão do bloco modernizante-reformista, composto pela pequena e média burguesia industrial local, que produzia para o mercado interno e tinha o interesse de atingir consumidores de baixo poder aquisitivo; neste sentido: "Esses setores tentavam, por intermédio de um apelo nacionalista e reformista junto à massa, alargar suas bases sociais por razões econômicas próprias. Eles sentiam a pressão do caráter concentracionista do

149 MENDONÇA, Sonia R. *Estado e economia no Brasil*... p. 87.

processo de expansão capitalista no Brasil, o que estimulava a deterioração dos salários reais das classes trabalhadoras urbanas"[150]. Este bloco no poder, formado por estas frações de classe, que tinham sua expressão no Executivo de Jango, quebravam a convergência populista tradicional. Afluíam ainda as classes populares mobilizadas e figuras políticas populares, como, Francisco Julião (líder das Ligas Camponesas), Mauro Borges (governador de Goiás), o jornalista Neiva Moreira, Leonel Brizola (governador do Rio Grande do Sul até dezembro de 1962), Miguel Arraes, entre outros; assim como também intelectuais de prestígio internacional, como Celso Furtado, Darci Ribeiro e Josué de Castro, que eram comandantes ideológicos, mas não possuíam um exército político.

O governo de Goulart tomou uma série de medidas antagônicas aos interesses modernizantes-conservadores, multinacionais e associados: promulgou a lei restringindo a remessa de lucros pelas empresas multinacionais, o que retirou-lhes os extraordinários privilégios concedidos em grande parte desde a administração de JK. Isso forçou as companhias multinacionais a terem que investir capitais no país – exatamente o que tinham evitado até então. Jango tentou reajustar tanto os salários mínimos, como também o poder aquisitivo dos trabalhadores, através de uma política de controle dos preços e da distribuição dos insumos básicos. Foi decretado um primeiro estágio da reforma agrária. Tomou medidas para combater a especulação financeira. Buscou reescalonar a dívida externa e

150 DREIFUSS, René Armand. *1964*... p. 146.

fixou uma linha independente para a política externa brasileira. Seu governo era reformista e favorecia a participação popular e, por isso mesmo, ameaçava os interesses das frações da burguesia ligadas aos interesses multinacionais e associados; tudo isto gerava uma instabilidade a estes últimos, que começavam a perceber que acordos civil-institucionais não poderiam conter a luta de classes, que estava em nível crescente. Tal situação se agravou a partir do momento que o governo começou a ter como preocupação a melhora de vida das classes populares, com uma maior distribuição de renda através de aumentos salariais e a alocação de recursos públicos para a educação gratuita, para a saúde pública, para a habitação e o transporte público.[151]

Mas o Estado não perdera o seu caráter classista, durante o governo de Goulart ficaram descobertas suas funções econômicas e políticas; iniciava-se assim um confronto bem definido entre a classe trabalhadora e o aparelho político das classes dominantes. Desta maneira, a mobilização popular começou a aprofundar o seu grau de autonomia, rompeu-se a forma populista de domínio e o bloco oligárquico industrial perdeu a direção do processo. Não demoraria para Goulart perder o apoio empresarial e político-militar. O Executivo passou a ter como única base social a classe trabalhadora mobilizada. Isso gerou uma reação política do conjunto da classe dominante, pois já era concreta a possibilidade de um Executivo relativamente autônomo e com laços políticos

151 Idem, p. 143-145.

estreitos com as classes populares. Portanto, o sistema vigente tinha se tornado incapaz de desviar o descontentamento popular. Constituiu-se assim uma verdadeira crise de hegemonia.[152]

Os interesses multinacionais e associados viram-se ainda mais perturbados com a criação da Frente de Mobilização Popular (FMP), que representou um inaudito leque nacional de forças populares. Reunia a Frente Parlamentar Nacionalista, as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto de União e a Ação Sindical (PUA), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Ação Popular (AP), de orientação católica, com apoio do PCB (mantido na ilegalidade pelo governo) e de oficiais militares-reformistas. Apesar disso, esta movimentação na verdade atingiu um grau relativamente baixo de mobilização e participação política, pois havia pouquíssima organicidade e não chegou aos termos de uma crise revolucionária. O populismo esboçou a transformação de "forma de manipulação" em "forma de expressão" de demandas das massas populares. As lutas reivindicatórias unificaram a classe trabalhadora que, valendo de seu poder político, logrou conter o aumento da taxa de exploração por um breve período.[153]

João Goulart, proprietário de terras, formado dentro da tradição populista, foi condenado como "traidor" pela burguesia, que iniciava um amplo ataque ao populismo e

152 Idem, p. 147-148.

153 Idem, p. 152-154.

já começava a crer que era necessária uma ação agressiva que, sob o epíteto de "golpe defensivo", passava a ser alardeada como uma "ação salvacionista", legitimada pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN).[154]

A DSN foi um conjunto de ideias e princípios aplicados pelos países do chamado "Bloco Ocidental" (hegemonizado pelo imperialismo dos Estados Unidos) com a finalidade de conter qualquer movimentação popular à esquerda[155]. Isto porque o contexto internacional vinha sendo marcado por vitoriosas lutas revolucionárias, como em Cuba, Argélia, Vietnã e a Revolução Cultural chinesa[156]. Dentre estas, destacamos a Revolução Cubana (1959); Fidel Castro declarara em dezembro de 1961 a adesão ao marxismo-leninismo, dizia ser possível o socialismo nos países subdesenvolvidos, saltando a "etapa" do desenvolvimento capitalista[157]. Concretizava-se assim a possibilidade da construção do socialismo na América Latina. Os cubanos inspiraram tanto organizações de esquerda, como também os temores da burguesia brasileira.

Nesse contexto, a burguesia necessitava de estruturas que lhe permitissem atingir um grau elevado de homogeneidade, consciência e organização de classe, capazes de

154 Idem, p. 154-155.

155 Cf. Verbete Doutrina de Segurança Nacional. In: SILVA, Carlos Francisco Teixeira da; et alii. *Dicionário crítico do pensamento da direita*: ideias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000. p. 137-138.

156 Cf. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987. p. 76

157 Cf. CASTRO, Fidel. *De Martí a Marx*. In: LÖWY, Michael. O marxismo na América Latina. 2. ed. amp. São Paulo: Perseu Abramo, 2006. p. 283-292.

ações políticas sofisticadas e de projetar um golpe de Estado. O complexo formado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) concretizou estas demandas dos setores ligados ao capital multinacional e associado. Nascido no final da administração de JK, o complexo era expressão da necessidade do empresariado lançar em todo o país uma contra-ofensiva à classe trabalhadora. O que os unificava era o anticomunismo, suas relações econômicas multinacionais e associadas, assim como a necessidade de fazer um *aggiornamento* do Estado, através da reforma conservadora das instituições políticas e da economia. Era, verdadeiramente, um programa de revolução-restauração.[158]

O IPES apresentava-se como uma organização de "respeitáveis" homens de negócios, que agiam por "convicção democrática e como patriotas", e não por interesses classistas – esse era um fetiche que servia de cobertura para uma ampla campanha política, ideológica e militar[159]. O IPES não era clandestino, mas muitas vezes ocultava-se por trás de outras organizações congêneres, como o IBAD. Além disso, era o centro estratégico de operações de penetração e contenção dos movimentos operários e estudantis: "*No curso de sua oposição às estruturas populistas, ao Executivo nacional-reformista e às forças sociais populares, o complexo IPES/IBAD se tornava*

158 Idem, p. 173-176 – Dreifuss fala em "*readequar e reformular o Estado*", p.175.
159 Idem, p. 175-176.

o verdadeiro partido da burguesia para a ação ideológica, política e militar"[160].

O complexo IPES/IBAD passou a lançar uma série de materiais para desenvolver a consciência de classe do empresariado, como, por exemplo, o artigo *As classes produtoras diante do comunismo*, da autoria do coordenador geral do IBAD, Ivan Hasslocher, assim como também *Responsabilidade democrática do empresário*, da autoria do líder ipesiano José Garrido Costa. Publicados em 1962, ambas são um exercício de combate à esquerda, aos movimentos populares e ao Executivo nacional-reformista. Naquele momento o IPES já era reconhecido como estrutura de vanguarda, reunia diversas associações de classe, sindicatos patronais, grupos de pressão, escritórios de consultoria e anéis tecnoburocráticos. Paulatinamente, empresários de 500 corporações multinacionais e associadas passaram a supri-lo com os meios necessários para a ação de classe. Por volta de 1963, esta articulação conferiria ao IPES a capacidade de agir política e militarmente com autoridade efetiva.[161]

O IPES mobilizava uma ampla gama de intelectuais orgânicos, homens como os generais Golbery do Couto e Silva, Heitor Almeida Herrera, Liberato da Cunha Friedrich, João José Baptista Tubino e Ernesto Geisel; intelectuais como Alexandre Kafka e Miguel Reale, que estiveram juntos no ISEB, Paulo Edmur de Souza

160 Idem, p. 177.

161 Idem, p. 177-182 e 196.

Queiroz, que atuava ao lado de Reale na Convivium, Delfim Netto; como o empresário degenerado Heinning Boilessen, proprietário da Ultragás, envolveria-se diretamente na tortura de opositores da ditadura, criou a "pianola Boilessen" para eletrocutar suas vítimas; José Ermínio de Moraes filho, do grupo Votorantim; Israel Klabin, da indústria de celulose; dezenas e dezenas de executivos e intelectuais orgânicos de empresas nacionais e multinacionais. A lista dos ipesianos é enorme, e fica para o leitor a indicação da leitura[162]. O IPES não era uma organização amadora de empresários anticomunistas voltados para o "bem comum" da nação, como muitas vezes alardeado, "*era, ao contrário, um grupo de ação sofisticado, bem equipado e preparado; era o núcleo de uma elite orgânica empresarial de grande visão, uma força-tarefa estrategicamente informada, agindo como vanguarda das classes dominantes*"[163].

O IPES possuía uma complexa estrutura, formada por diversos Grupos de Estudo e Ação, que realizavam tarefas de estudo da conjuntura, de movimentação parlamentar (chegando a controlar, no final de 1962, a Câmara de Deputados e o Senado), de disseminação ideológica através de publicações, aparecimentos de seus militantes nos diversos aparelhos de hegemonia da burguesia, e através de toda uma política editorial que traduzia e lançava livros, panfletos, cartilhas voltadas ao doutrinamento e para a difusão da chamada "doutrina democráti-

162 *Cf.* Idem, p. 187, 191-194, 197-199, e apêndices A (p. 517) e B (p. 525).
163 Idem, p. 201.

ca", que equiparava democracia, empresa privada e o denominado "neocapitalismo". O IPES constituiu um Estado-Maior que, em novembro de 1962, chegava a coordenar aproximadamente três mil aparelhos de hegemonia, entre eles o AHF IBF/Convivium, que propagavam a revolução passiva, a modernização conservadora. Tudo isto servia, segundo o General Golbery, para preparar o público ideologicamente para uma futura e breve tomada do Estado.[164]

O *Grupo de Integração – setor de Ação Empresarial* buscava novos recrutas e patrocinadores para o IPES, o qual coordenava toda uma gama de ações para a arrecadação de mensalidades e também de dinheiro para uma reserva destinada às ocasiões especiais. Eram realmente vultosos os valores arrecadados entre o empresariado brasileiro, na casa de milhões e de dezenas de milhões de Cruzeiros. Chegavam também, do exterior, aportes financeiros, a Agência de Inteligência dos Estados Unidos, a CIA, canalizou dinheiro através do IBAD; além do apoio financeiro de 297 empresas só daquele país. Multinacionais do mundo inteiro contribuíram através do IBAD, como, por exemplo, a Texaco, Shell, Standard Oil, Bayer, Enila, Shering, Ciba, Gross, General Eletric, IBM, Remington Rand, Coca-Cola, Cia de Cigarros Souza Cruz, Belgo-Mineira, U.S. Steel, entre outras. Disso, pode-se concluir que houve uma ampla articulação nacional e internacional de classe para conter o Executivo

164 Idem, p. 202-216.

nacional-reformista e as classes populares, para garantir o apassivamento do processo.[165]

Quanto ao trabalho intelectual-orgânico propriamente dito, uma campanha fora orquestrada para alcançar o "*domínio político-ideológico*"[166], no período que se estendeu entre os anos de 1962 e 1964. O complexo IPES/IBAD:

> [...] lançava a campanha político-militar que mobilizaria o conjunto da burguesia, convenceria os segmentos relevantes das Forças Armadas da justiça de sua causa, neutralizaria a dissensão e obteria o apoio dos tradicionais setores empresariais, bem como a adesão ou passividade das camadas sociais subalternas. Mas antes de se iniciarem hostilidades em nível político-militar, desenvolveu uma campanha ideológica multifacetada contra o bloco histórico-populista. Tal ação compreendia a desagregação dos quadros populistas, assim como aqueles de imaturos grupos reformistas, adiando as ações do executivo e tentando conter o desenvolvimento da organização nacional das classes trabalhadoras. O seu fracasso em reprimir a conscientização política das classes trabalhadoras e a surpreendente capacidade do Executivo de não apenas sobreviver, mas, na verdade, de consolidar e obter novas posições fortaleceu sua determinação de tomar de assalto a sociedade política estabelecida.[167]

Assim, o complexo lançou mão de toda uma ação ideológica, desencadeada pela imensa gama dos aparelhos

165 Idem, p. 216-226.

166 Idem, p. 246.

167 Idem, p. 246-247.

de hegemonia sob sua direção. Tal expediente visava hegemonizar tanto os estratos da própria burguesia, assim como também das classes antagônicas; conformar-lhes as mentes para o apassivamento do processo. Mas, como é intrínseco à revolução passiva, a hegemonia não poderia ser alcançada sem o assalto do Estado, este, por sua vez, não poderia ser devidamente conquistado sem o trabalho ideológico prévio, para sedimentar, nas mentes e nos corações, o conformismo social e a contenção da mobilização social.

Neste sentido, havia uma série de ações ideológicas e sociais combinadas com atividades no Congresso, nos sindicatos, no movimento estudantil, no clero, visando causar impacto em públicos selecionados e no aparelho de Estado. Eram atacados o comunismo, o socialismo, a oligarquia rural e o populismo. Os meios de divulgação eram os mais diversificados: imprensa, debates públicos e conferências com personalidades notórias, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propagandas em rádios e televisão. O complexo IPES/IBAD tinha acordo com várias editoras, isso permitiu a publicação de livros, panfletos, periódicos, jornais, revistas e folhetos, elaborados tanto com linguajar sofisticado, como com linguagem simplória; isso possibilitou saturar os aparelhos de hegemonia do país com a ideologia de classe. Antes que se assaltasse o Estado, foi assaltada a opinião pública para garantir o convencimento quanto à "necessidade" e a "justeza" do golpe de Estado[168].

168 Idem, p. 249-252.

Dentre toda esta ampla rede que interligava uma infinidade de aparelhos de informação, destacamos a Agencia de Notícias Planalto (PLANA), que fornecia gratuitamente material para 800 jornais e rádios de todo país[169]. A PLANA era coordenada pelo intelectual orgânico ipesiano Adolpho Crippa (1929-2000), e funcionava dentro da estrutura ipesiana da "Convívio – Sociedade Brasileira de Cultura", que coordenava ainda a Editora Convívio e a "Convivium – revista bimestral de investigação e cultura", publicada desde 1962 até meados dos anos 90. Segundo Dreifuss, a Convivium foi criada para satisfazer um público relativamente mais intelectualizado, para criar barreiras ideológicas ao marxismo e se dirigia tanto à hierarquia da Igreja, quanto à intelectualidade católica leiga. Mas, para nosso autor, era flagrante o pseudo-academicismo do periódico.[170]

No seu primeiro editorial, de maio de 1962, a *Convivivm* coloca que aquele era um momento decisivo de grandes oposições: "*Ocidente-Oriente, cristianismo-comunismo*"[171]. A revista diz-se porta-voz dos "grandes homens", que possuiriam a exclusividade de saber "analisar em profundidade os problemas"[172], em oposição àqueles que falam em "luta de classes", em "trabalho" numa época da "automação e da cibernética"[173]. Este periódico afirmava

169 Idem, p. 253.

170 Idem, p. 253-254.

171 CRIPPA, Adolpho. Apresentação. *Convivium*, n. 1. São Paulo, maio de 1962. p. 3 – grifos nossos

172 Idem, p.05-06.

173 Idem, p.06.

que o seu objetivo era a "*formação de uma mentalidade nova*"[174], e da análise de problemas que, nesta acepção, "não podem ser entregues a homens inconscientes, *sem títulos* e formação suficientes para um trabalho de tamanha envergadura e de tanta responsabilidade"[175]. O Brasil teria uma "formação cristã e ecumênica"[176], e este "passado plasmador" daria a forma e o sentido ao presente e ao futuro. Para a *Convivivm*, este seria um fato que não poderia ser criticado, apenas constatado e, neste sentido, "o Brasil possui um passado histórico e cultural e não pode dele desligar-se nem deixar de ser o que é" [177], revelando a crença de que o país não poderia mudar, seguir outros caminhos. Para esta publicação, os comícios em defesa da nacionalização do petróleo ou dos minérios não constituiriam a vida da nação, esta, por sua vez, constituiria-se pela "imaginação", pela "afetividade", pelo "*mito e a paixão*"[178]. Desta maneira, a revista passa a disseminar um conteúdo que corresponde à viragem ideológica empreendida pela burguesia no processo de consolidação do capitalismo monopolista, nas quatro décadas seguintes à Primeira Guerra Mundial. Neste sentido, segundo Florestan Fernandes:

> [...] o novo tipo de "modernização dirigida" tendia a deslocar a lealdade à nação e às polarizações ideológi-

174 Idem, p.07 – grifos nossos.

175 Idem, p.08 – grifos nossos.

176 Idem, p.09.

177 Idem, p.09.

178 Idem, p.09 – grifos nossos.

> cas ou utópicas, da revolução nacional em favor da lealdade a certas causas muito abstratas e supranacionais, como a "solidariedade hemisférica", a "solidariedade às nações democráticas" ou a "defesa da civilização cristã e ocidental". Portanto, é visível que a internacionalização das estruturas materiais das relações de mercado e de produção também se estende às superestruturas das relações de poder burguês. As burguesias da periferia sofrem desse modo uma oscilação ideológica e utópica, condicionada e orientada a partir de fora. De classes patronizadoras da revolução democrático-burguesa nacional passam a conceber-se como pilares da ordem mundial do capitalismo, da "democracia" e da "civilização cristã". Essa reviravolta não só aumenta o grau de alienação filosófica, histórica e política da burguesia perante os *problemas nacionais* e sua solução. Ela fortalece a insensibilidade diante deles, na medida em que não perturbem o desenvolvimento capitalista interno nem o "equilíbrio do sistema capitalista mundial" [...].[179]

Assim, a burguesia brasileira abandonou os ideais da revolução democrática e nacional que alimentou republicanos, tenentistas, nacionalistas dos anos 1920, 1930 e 1940, comunistas e, de certa maneira, inspirou o Executivo nacional-reformista. Isso se deu porque a burguesia percebeu que não poderia fazer uma revolução que rompesse a *dupla articulação do subdesenvolvimento interno e do desenvolvimento desigual interno com a dominação imperialista externa sem que rompesse também*

179 FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*... p. 367 – grifos do autor.

com o capitalismo e perdesse o seu poder[180]. Desta maneira, a revolução burguesa teve de ser apassivada ao máximo, pois, do contrário, colocaria em risco o seu próprio domínio. Daí a insensibilidade às mazelas sociais que, com o passar dos anos, passariam a ser aprofundadas.

Mas todo o trabalho ideológico desenvolvido pela burguesia se mostrava insuficiente, toda a guerra levada orquestrada pelos aparelhos privados de hegemonia não era o bastante para consolidar novamente a hegemonia burguesa, que estava em crise. Neste sentido, diz René Armand Dreifuss:

> Com exceção da sua influência entre as classes médias e as Forças Armadas, o complexo IPES/ IBAD sofreu forte resistência e foi mesmo derrotado em outros setores, o que determinou a imperiosa necessidade de deflagrar o golpe. Este processo foi notável no movimento estudantil, [...] foram incapazes de deter a tendência esquerdizante no interior da União Nacional dos Estudantes (UNE) e de outras entidades.[181]

Desse modo, o golpe de Estado, deflagrado em março de 1964, passou a ser uma necessidade da classe burguesa, já que o país se encontrava num *contexto potencialmente revolucionário*, marcado pela crescente movimentação das classes populares organizadas. A burguesia temia perder o

---

180 Idem, p. 370.

181 DREIFUSS, René A. *A internacional capitalista*: Estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Rio de janeiro: Espaço e Tempo, 1986. p. 143.

controle do Estado e, despojada de qualquer inspiração "democrático-burguesa" e "nacionalista-burguesa", passou a disseminar explicitamente o golpismo e a derrubada do Executivo nacional-reformista[182]. Como já dissemos, seus aparelhos de hegemonia passaram a preparar o terreno ideológico para o futuro *coup d'État*. Neste intento, a Convivium alardeava:

> [...] "quando a legalidade basta para salvar a sociedade, a legalidade; quando não basta, a ditadura". [...] Trata-se, na verdade, de restabelecer a ordem violada pelo detentor da autoridade, cujo poder se haja tornado ilegítimo no seu exercício, por se ter afastado daquilo que constitui a razão de ser do poder político, deixando de assegurar as liberdades, manter a paz social e promover o bem comum. Então, segundo os ensinamentos tradicionais, o príncipe é que deve ser considerado sedicioso, e a revolução poderá legitimar-se, *vindo a ser exatamente o contrário da revolução*, isto é, terá por consequência a reintegração da ordem jurídica.[183]

Assim, este aparelho da burguesia passava a disseminar a "justeza" do golpismo, da necessidade da contrarrevolução. Nesta concepção, estaríamos numa época em que a civilização cristã estaria sendo destruída pelas revoluções; era momento de não deixar acontecer novamente o que já ocorrera com a "revolta protestante", o Renascimento, o Iluminismo e a Revolução Francesa. A revista assumia assim uma posição não apenas conser-

182 Cf. FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*... p. 371 e 378.

183 SOUZA, J.P. Galvão de. *Legalidade e Legitimidade*. Convivium, n. 1, São Paulo, maio de 1962. p. 48-49 Apud. DONOSO CORTÉS. Discurso sobre a ditadura. In: Obras Completas, II. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, sem data. p. 1881 – grifos nossos.

vadora, contrarrevolucionária, mas também um posicionamento reacionário[184].

Antonio Delfim Netto, intelectual orgânico da burguesia que ocuparia os cargos de Ministro da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento durante a ditadura, dizia que o país só poderia se desenvolver sem eliminar a propriedade privada e que, nesta concepção, o socialismo seria também uma economia capitalista, à medida que as burocracias dos países socialistas se apropriavam do "excedente econômico"[185]. Tal interpretação busca dissimular o antagonismo entre capitalismo e socialismo, pois trata-se da tentativa de criar um fetichismo para desviar as atenções do foco da luta de classes. Neste caso, Delfim Netto se dirigia aos estudantes que acabavam de realizar o II Seminário Nacional de Reforma Universitária e, segundo o futuro ministro da ditadura, se verificaria uma influência do marxismo-leninismo[186].

Toda a movimentação popular preocupava Convivium. As Ligas Camponesas foram alvo de seu ataque ideológico. Convivium alertava que as Ligas era uma forma de luta contra os proprietários. O autor do artigo, L.M. Freitas, delineia os periódicos que apoiavam Julião ("Semanário", "Novos Rumos" do PCB, "Terra Livre", "Binômio", "Jornal do Brasil"); desta maneira, este aparelho de informação expunha quais organizações

184 Cf. Idem, p. 50.

185 Cf. NETTO, Antonio Delfim. *Política e desenvolvimento*. Convivium, n. 6, São Paulo, novembro de 1962. p. 34-35.

186 Idem, p. 33

deviam ser combatidas, além das Ligas lideradas por Julião. Para Freitas, as Ligas se tratavam de:

> [...] um movimento anti-cristão e anti-ocidental. As intenções de Julião são muito claras. Seu desejo é o de contribuir para a implantação do comunismo entre nós.
>
> [...] Oxalá essa definição constitua aviso para aqueles que, em grande número, assistem passivamente à marcha da revolução no País, os estimule a tomar consciência do momento grave que a nacionalidade atravessa, e os induza a uma *ação enérgica* contra essas forças desagregadoras que se articulam abertamente para subtrair o Brasil ao bloco ocidental.[187]

Desta maneira, Convivium clamava por uma "ação enérgica" contra as Ligas Camponesas, que, nesta visão, são o anti-Cristo, o antiocidente, numa mistificação que visa encobrir a luta de classes.

Intelectuais da esquerda também eram combatidos pela Convivium. Nelson Werneck Sodré, expoente da ala mais à esquerda do ISEB e importante quadro do PCB, é caluniado pela revista como pessoa destituída da mínima faculdade mental[188]; tal expediente é para evitar o debate franco e aberto. Sodré aparece como um intelectual que atuava a mando da Rússia soviética na luta contra o

187 FREITAS, Luiz Mendonça de. Ligas Camponesas. *Convivium*, n. 2, São Paulo, março de 1963. p. 64 – grifos nossos.

188 Cf. ROCHA, Aristeu F. Resenha. *Convivium*, n. 2, São Paulo, março de 1963. p. 85.

Ocidente. Todo o debate era resolvido com a desqualificação de Sodré[189].

Convivium também buscava trazer medidas para serem adotadas pelo empresariado, buscando atenuar seus conflitos com os trabalhadores. Para Lângaro, a participação nos lucros, os prêmios e gratificações seriam insuficientes. A solução seria a criação da "comunidade de empresa"[190]. Assim, as empresas deveriam adotar a participação dos operários na administração; mas sempre tendo como princípios primordiais a manutenção da propriedade privada e o compromisso com o meio termo entre o capitalismo e o socialismo[191]. Segundo o autor, os princípios deste regime de trabalho foram delineados pelos papas Pio XI e Pio XII, que seria uma "comunidade de empregados e empregadores"[192], na qual os trabalhadores participariam da propriedade da empresa: "é o Papa João XXIII, ainda em sua 'Mater et Magistra', quem "bondosamente" sugere:

> Este dever de justiça pode cumprir-se de diversas maneiras, como a experiência demonstra. Uma delas, e das mais desejáveis da atualidade, consiste em fazer com que os trabalhadores, na forma e no grau que pareçam mais oportunas, possam chegar a participar pouco a pouco na propriedade da empresa onde trabalham. [193]

---

189 Cf. Idem, p. 86-87.

190 Cf. LÂNGARO, Luiz L. Reforma de estrutura da empresa. *Convivium*, n. 3, São Paulo, abril de 1963. p. 50

191 Idem, p. 48-49.

192 Idem, p. 50.

193 Idem, p. 54.

Desta maneira, a Convivium reaviva e transplanta para o Brasil a velha revolução passiva italiana; em que, por um lado, se tenta escamotear a luta de classes, fazendo da empresa uma "comunidade", e, por outro lado, conservar a propriedade privada e a exploração dos trabalhadores adotando com habilidade um regime de trabalho denominado "empresa comunitária".

Ao final de 1963, a Convivium passa a atacar mais agressivamente seus inimigos de classe. O periódico lança uma série de três artigos intitulados "Raízes históricas da crise brasileira", todos da autoria do tradicionalista José Pedro Galvão de Souza (1912-1992), que fora membro da Academia Paulista de Direito junto com Miguel Reale. Segundo o autor, a então crise brasileira deitaria raízes no derrubamento da monarquia. Convergindo com a interpretação do ultra-reacionário Oliveira Vianna, ele diz que a proclamação da República interrompeu a continuidade da história brasileira e que o melhor teria sido reformar as instituições, "alterá-las para melhor atender às exigências da vida nacional"[194]. O fator que agravaria a crise seria a demagogia do Executivo nacional-reformista e das reformas de base. Nesta acepção, a solução para a questão seria limitar as ações do Executivo, através da *ação moderadora* do então Conselho de Segurança Nacional, aos moldes do Poder Moderador monárquico[195]. Para Galvão de Souza, cabe

194 SOUZA, José Pedro Galvão. Raízes históricas da crise brasileira – I. *Convivium*, n. 8, São Paulo, outubro de 1963. p. 29.

195 Cf. Idem, p. 42-45.

reavivar o Império brasileiro e a "obra ciclópica"[196] monarquista, que teria assegurado a "ordem, a paz, a estabilidade política, a superioridade continental"[197].

A revista Convivium combatia todos aqueles identificados com o socialismo, especialmente os setores da esquerda da Igreja. A crença na revolução seria uma negação da fé cristã. O problema do ser humano transcendia a questão da exploração capitalista e da miséria[198]. Assim, ao invés da derrubada do capitalismo, caberia aos católicos a "santificação" das "estruturas sociais, econômicas e políticas"[199]. Noutras palavras: é a proposta uma revolução-passiva "espiritual", "ecumênica", "religiosa", que não modificasse as estruturas sociais capitalistas, mas, ao contrário, buscasse "santificá-lo". Para Convivium, a revolução no Brasil não poderia ser socialista, mas sim tecnológica e industrial[200].

o0o

Todo o material textual veiculado pela Convivium apresenta eufemismos de importância e de grande teor significativo e expressivo voltados para o reforço da mentalidade conservadora dos setores intelectuais que orbitavam

196 SOUZA, José Pedro Galvão. Raízes históricas da crise brasileira – III. *Convivium*, n. 10, São Paulo, dezembro de 1963. p. 22 – citando expressão de Oliveira Vianna.

197 Idem, p. 26.

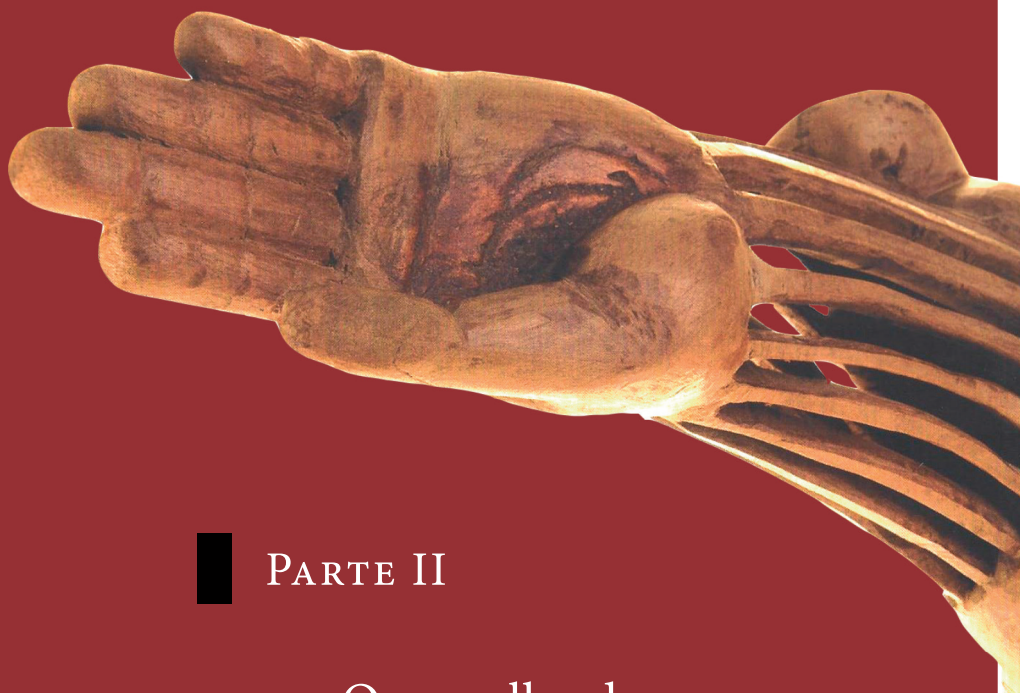
198 Cf. CONVIVIUM. Nota da redação. *Convivium*, n. 9, São Paulo, novembro de 1963. p. 52.

199 Idem, p. 49

200 Cf. CONVIVIUM. Nota da redação. *Convivium*, n. 10, São Paulo, dezembro de 1963. p. 51.

no eixo reacionário. Ademais, voltava-se a persuadir de que o que estaria em jogo era "o bem contra o mal", o "Ocidente cristão contra o bolchevismo", e assim por diante, camuflando a luta de classes e a autocracia burguesa.

O conservadorismo sem rebuços ou pouco dissimulado dos intelectuais aqui expostos, conservadorismo este que encontrava meio de desenvolvimento e difusão no a.h.f. IBF/Convivium, tem o sentido da contrarrevolução levada ao plano intelectual. Fundamentos elaborados por intelectuais orgânicos conservadores eram essenciais para a afirmação intelectual e a justificação moral do projeto hegemônico ditatorial. Essa ideologia, enquanto ação intelectual orgânica de classe e pensamento-guia classista, era o correspondente filosófico da contrarrevolução levada a cabo pela autocracia burguesa com o golpe de 1964 e visava o combate na frente teórica e ideológica da luta de classes.



Parte II

O aparelho de hegemonia filosófico – IBF/Convivium – na revolução passiva (1964-1985)

Ninguém pode colocar-se à margem de um acontecimento de tamanhas repercussões para a História do Brasil como a Revolução de 31 de março. Todos aqueles que, nos últimos anos, vieram construindo este magno evento tinham uma consciência clara do verdadeiro conteúdo da Revolução: dar novos rumos ao desenvolvimento nacional, modificar a fisionomia política e social do Brasil, através de uma reafirmação fundamental dos valores espirituais da nossa cultura e de nossa verdadeira tradição política. (Revista Convivium, nota da redação)

As grandes opções, Ocidente-Oriente, cristianismo-comunismo, retratam duas diversas e opostas concepções de vida, duas filosofias, duas maneiras de ser. [...] num país onde os estereótipos são uma exigência da preguiça mental, [...] todo o grupo da revista Convivium foi classificado geralmente de direita [...]. Certamente são categorias[de esquerda e de direita] pobres e insuficientes para designar as milhares de páginas que compõem os volumes da revista Convivium. (Adolpho Crippa)

Se me perguntarem qual o sentido mais decisivo a atribuir-se a esta Revolução, direi que é o da 'honestidade' ou da 'seriedade', não apenas como valor ético, como exigência moral, mas também como pressuposto de ordem intelectual, como imperativo de opção no plano político e administrativo.

[...] teria sido grande ingenuidade nossa deixar a palavra revolução entregue aos adversários do regime.
Nada se pode construir, com efeito, contra as leis inerentes à natureza do homem e da sociedade. (Miguel Reale)

Miguel Reale chega a ser [...] Um latifundiário da Inteligência. Sendo que o seu latifúndio é produtivo. (Nilo Pereira)

O caso dos estudantes é conhecido. As reuniões e congressos tornaram-se palco de luta corporal entre as facções mais extremadas. São todos partidários do socialismo totalitário. E ainda assim pretendem representar os estudantes (Antonio Paim)

Neste capítulo, faremos a exposição da atividade da Revista Convivium. No fim da última parte de nosso trabalho, assim como nestas epígrafes, vimos que este aparelho de hegemonia passou a atuar explicitamente na construção do golpe de 31 de março de 1964. Desferido o golpe com sucesso, este periódico não deixaria de existir, tampouco reduziriam a sua atividade, mas, ao contrário, intensificariam o ataque aos inimigos de classe – como se verá adiante.

Grafamos "*IBF/Convivium*" com o objetivo de acentuar que havia a união orgânica entre as duas organizações – como buscaremos demonstrar mais adiante. Mas é necessário fazer a seguinte ressalva: estes dois organismos surgiram em períodos diferentes. Se a Convivium, nascida em 1962, foi uma organização tipicamente ipesiana, que representou os setores conservadores da igreja católica dentro do IPES, o IBF surgiu anteriormente, em 1949. Este fato é expressão da revolução passiva no Brasil, pois representa a junção de organizações que foram criadas em momentos diferen-

ciados, no constante *aggiornamento* das estruturas de poder burguês.

O IBF, diferentemente da Convivium, buscava criar a aparência de "neutralidade"; seus membros tentaram criar a ilusão de que o Instituto nada mais era do que um agrupamento de filósofos preocupados em estudar, pesquisar, produzir e debater uma filosofia que, na concepção propalada pelo IBF, é "pensamento puro", é axiologia, noutras palavras, não tem qualquer relação com a história, com a realidade. Neste sentido, para os ibeefeanos a filosofia seria um "saber desinteressado", longe das relações sociais, do mundo trabalho, da luta de classes[1]. O leitor compreenderá esta questão de forma mais aprofundada no capítulo referente à obra de Antonio Paim.

Alguns autores já salientaram que este posicionamento dos ibeefeanos em relação à filosofia não deixa de ser também uma posição política, da qual o "pensamento puro" é mera expressão ideológica. Paulo Eduardo Arantes[2] diz que os "filosofantes" do IBF sempre aferraram-se em combater as tentativas de interpretar a filosofia à luz da realidade histórica – o que os ibeefeanos chamavam de "tendência participante". Os principais alvos de seus ataques foram homens como João Cruz Costa, o marxismo e qualquer outra linha de pensamento que visasse pensar

1 Cf. PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. *Ideologia e filosofia no Brasil*... p. 105-106.

2 Cf. ARANTES, Paulo Eduardo. *Instinto de nacionalidade*: Cruz Costa e herdeiros nos idos de 60. In: Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 88-107.

criticamente e/ou transformar a realidade. Pedro Costa já salientou que o IBF tinha um programa de investigação próximo à elaboração historiográfica de Benedetto Croce e Giovanni Gentile; segundo ele, Reale criticava aqueles que interpretaram a evolução histórica do Brasil a partir de seu caráter subordinado e dependente[3]. De nossa parte, como se verá, acrescentamos que este posicionamento teórico e a opção filosófica do IBF, não era senão reflexo de sua práxis.

Em 1964, o IBF já era uma organização estruturada em quatro frentes de atuação, e já tinha acumulado mais de uma década de atuação hegemônica. (I) A *formação filosófica* passou a ser realizada a partir de 1952, quando, através do financiamento da Secretaria de Cultura da Municipalidade de São Paulo, foram organizados cursos de extensão cultural. O governador do Estado de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez[4], e o prefeito da cidade de São Paulo, Armando Arruda Pereira, consideraram na época que o IBF era uma "entidade de utilidade pública"[5]. Esses cursos ocorreram continuamente de 1952 a 1965. (II) Uma *política editorial* estabelecida pelo IBF desde sua fundação; logrou publicar diversas obras da autoria de seus membros graças ao financiamento do empresariado,

3 Cf. COSTA NETO, Pedro Leão da. *Crítica às concepções conservadoras na história das ideias filosóficas no Brasil*. In: LIMA, Enezila de; et alii (org.). Violência e direitos: 500 anos de lutas; Anais do VII Encontro Regional de História. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001. p. 354-361.

4 Lucas Nogueira Garcez (1913-1982) foi presidente da ARENA em 1970, entre 1966 e 1975 foi diretor das Centrais Elétricas de São Paulo (CESP) e, entre 1979 e 1982, foi presidente da Eletropaulo. Isto indica, como o leitor verá, que Garcez era estreitamente ligado à Miguel Reale.

5 Cf. PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. *Ideologia e filosofia no Brasil*... p. 21.

da Editora da Universidade de São Paulo (da qual Reale fora Reitor por duas vezes), do Governo do Estado de S. Paulo e da Prefeitura da Capital, do Instituto Nacional do Livro (INL). (III) A *legitimação acadêmica* foi preocupação de primeira ordem dos ibeefeanos, desde o início apregoavam que o instituto era uma extensão da Faculdade de Direito da USP; neste sentido, a RBF era divulgada como o "repertório por excelência do pensamento nacional"[6]. Até 1962, já haviam sido realizados cinco congressos de alcance nacional ou internacional. (IV) O IBF tinha também uma *política de expansão* através da fundação de seções estaduais, até 1964, contava com sedes em Pernambuco (fundada em 1951), Rio Grande do Sul (1952), Rio de Janeiro (1952), Paraíba (1953), Alagoas (1953), Paraná (1953), Santa Catarina (1955), Bahia (1955 ou 1956), Sergipe (1956), Ceará (1959) e o Maranhão (1964). Assim, O IBF constituía-se, verdadeiramente, em um *aparelho de hegemonia filosófico* da classe dominante.

Miguel Reale, líder do IBF, à altura do golpe de 1964 já era um proeminente membro do IPES São Paulo, era o intelectual orgânico da FCESP – como já dissemos anteriormente. Além disso, era ligado ao Banco Finasa de Investimento (grupo Morgan/Dresdner), a Indusa S/A (indústria metalúrgica), a Kardap AG Suisse, ao Radaelli Group e a Light Serviços de Eletricidade S/A, esta última era uma das principais contribuintes do IPES[7]. Já a Convivium, durante os anos 60, era financiada principal-

6 Idem, p. 34.

7 *Cf.* DREIFUSS, René Armand. *1964*... p. 604 – Apêndice B (p. 525-626, 714).

mente por companhias do setor automotivo: Volkswagen do Brasil, General Motors do Brasil, Willys Overland do Brasil, DKW-Vemag e por empresas de outros setores, como a Constanta Eletrotécnica S.A. – conforme levantamos na veiculação de publicidade. A Convivium, quando de sua criação, só veio reforçar o trabalho hegemônico do IBF; permitiu inclusive que os ibeefeanos pudessem continuar alardeando a sua suposta "isenção" com relação à política – diziam evitar a "filosofia em mangas de camisa" –, ao passo que encontravam naquele periódico o espaço para o combate direto. Neste sentido, Convivium justificava em suas páginas *coup d'État* da seguinte maneira:

> [...] Longe de qualquer exigência de cunho demagógico, superando o estágio da mistificação e escamoteamento em que nos encontrávamos, recusando qualquer interesse político-partidário, é preciso rever os fundamentos últimos da nossa vida política. E isto antes de se falar em reformas da Constituição, em voto dos analfabetos e outras coisas mais que não atingem o problema pela raiz.
>
> Antes, criam mais problemas do que se pretende resolver com tais reformas. Para isto, no entanto, é necessário muita coragem e muita sinceridade perante certas verdades. Mais fácil será certamente atribuir determinadas exigências ao processo de desenvolvimento, sem analisar as raízes históricas da problemática que nos envolve e que transcende, em muitos pontos, a *crise institucional brasileira*. Muito mais importante do que discutir problemas como o da prorrogação dos mandatos, o da maioria absoluta e o do voto dos analfabetos, é repropor e reexaminar

> os seus pressupostos, que são os próprios fundamentos da democracia, tais como as questões da representação política, dos partidos políticos, do processo legiferante, do sufrágio universal, da fonte e origem do poder e das leis.[8]

Assim a revista dava a sua explicação ao denominado "magno evento", o golpe aparece aqui, por um lado, como a reafirmação da "tradição política brasileira" (vide epígrafe), e, por outro lado, afirma que a raiz do problema estaria na chamada "crise institucional brasileira", para a seguir propor uma reforma de diversos aspectos do Estado – nos deparamos aqui com a concepção da revolução passiva propriamente dita: toma-se de assalto os aparatos do Estado que ameaçavam sair do controle burguês, para em seguida reformulá-lo, para *aggiornare* o aparato estatal.

As edições de Convivium publicadas durante 1964 são emblemáticas do trabalho ideológico do aparelho de hegemonia filosófico IBF/Convivium e de seus respectivos intelectuais orgânicos.

Delfim Netto defendia a ideia de que não cabia debater se o país deveria percorrer o caminho do capitalismo ou do socialismo, mas, ao contrário, o socialismo seria tanto pior, a única decisão cabível seria escolher a formatação estatal adequada para conduzir o processo do desenvolvimento. Nesta concepção caberia somente optar pelo

8 CONVIVIUM. Nota da redação. *Convivium*, n. 5, São Paulo, julho/agosto de 1964. p. 45 – grifos nossos.

"planejamento adequado" e que seria um "cinismo" pensar que o regime brasileiro seria de classe[9].

Miguel Reale, por seu turno, dizia que aquela havia sido uma "revolução incruenta", e que ela deveria evoluir trazendo a "justiça" com "*o apoio equânime da força*", e este, por sua vez não poderia deixar de emanar ideias, de ter uma "Ideia diretora"[10]. Este intelectual trazia a necessidade da construção da hegemonia propriamente dita, da ditadura se escorar na força, mas também nas ideias. O sujeito da tese tinha plena consciência do processo histórico. Daí o papel partidário (no sentido exposto por Gramsci) de IBF/Convivium; de coadunar a classe dominante para convertê-la em hegemônica.

A Convivium, nos meses seguintes ao 31 de março, se afirmava como aparelho de hegemonia da ditadura – e para essa necessidade da burguesia o periódico foi criado. Vejamos o fragmento a seguir:

> A Revolução perderá o seu sentido ou se esvaziará dos seus objetivos? Nunca. E, ao contrário, ganhará profundidade e deitará raízes para que as causas que a ditaram não esgotem [...], mas se estendam numa autêntica renovação do País [...].
>
> [...] Acho mais do que louvável o governo preocupar-se com a purificação e a autenticidade do processo eleitoral brasileiro. [...] E essa preocupação demonstra

9 Cf. NETTO, Antonio Delfim. Problemas do desenvolvimento econômico brasileiro. *Convivium*, n. 4, São Paulo, junho de 1964. p. 46.

10 REALE, Miguel. Os imperativos da revolução. *Convivium*, n.5, julho-agosto de 1964. p. 46-49.

> a sinceridade da Revolução e desmente e desmascara os que teimam em considerá-la um "golpe militar", um assalto ao poder ou um primeiro passo para a instauração, no País, de um regime discricionário.[11]

Assim, o Padre Antonio Godinho, então deputado, autor do fragmento anterior, dizia não enxergar a possibilidade de uma ditadura. O autor contribuía para criar a ilusão de que o novo governo vinha apenas para "sanear" e "purificar" o regime brasileiro.

A Convivium também contava com uma intelectualidade orgânica bem formada, como, por exemplo, Oliveiros S. Ferreira, que mais tarde publicaria uma obra sobre os *Quaderni* de Gramsci[12]. Ele alertava aos golpistas que "*não há poder que se mantenha estribado apenas na força armada e desamparado do apoio moral, político, de forças mais reais e concretas, que lhe darão legitimidade e sua força coercitiva*"[13]. Assim, tal como Miguel Reale, Oliveiros buscava orientar o novo regime na construção da nova hegemonia, definindo que o novo regime deveria apoiar sua força coercitiva nas armas e nas ideias. Nesta concepção, a Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e João Goulart eram expressão de um sistema que deveria ser condenado; neste sentido, cabia "*substituir por uma nova ordenação – total e global – das relações entre indivíduos e o Estado e entre esse*

11 GODINHO, Padre Antonio. Exigências da revolução. *Convivium*, n. 5, São Paulo, julho/agosto de 1964. p. 54-55.

12 FERREIRA, Oliveiros S. *Os 45 cavaleiros húngaros*: uma leitura do Cadernos de Gramsci. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Hucitec, 1986.

13 FERREIRA, Oliveiros S. O congresso da revolução. *Convivium*, n. 5, São Paulo, julho/agosto de 1964. p. 61 – grifos nossos.

e a Sociedade Civil"[14]. Desta maneira, Oliveiros apenas corrobora a necessidade da classe dominante em reconstruir sua hegemonia, através de uma revolução-restauração que daria novo formato ao Estado – sem CGT e sem o nacional-reformismo de Jango. João Quartim de Moraes já havia esclarecido a atuação de Oliveiros em relação à ditadura, para este somente as Forças Armadas seriam capazes de exercer a função hegemônica de partido, pois o Brasil passaria por um "vácuo institucional" que só poderia ser preenchido pelos militares[15].

A ideia do "vácuo institucional" foi bastante disseminada pela Convivium. Segundo o aparelho de hegemonia a "maioria conservadora brasileira" encontrava-se completamente desarticulada, dividida numa infinidade de grupos[16]. Nesta concepção, a "resistência conservadora" só poderia ser exercida pelas forças armadas, pois constituiriam um "estamento" vinculado "à tradição nacional"; imune à infiltração ideológica, que poderia "salvar" o Brasil de uma sociedade governada pelos comunistas[17]. E esta era mais uma ilusão difundida pela Convivium, conforme podemos ver a seguir: "Não podíamos deixar passar sem registro o estupendo movimento iniciado pelo povo brasileiro, com o apoio das Forças Armadas, pela

14 Idem, p. 62 – grifos nossos.

15 MORAES, João Quartim C.K. de. *Liberalismo e ditadura no cone sul*. Campinas: Unicamp, IFCH, 2001. p. 151-162.

16 Cf. QUEIROZ, Paulo Edmur de Souza. Perspectivas da política nacional. *Convivium*, n. 3, São Paulo, maio de 1964. p. 57-58.

17 Idem, p. 59.

extirpação do Comunismo da nossa terra"[18]. O objetivo do periódico era fetichizar a história fazendo seus leitores acreditarem que golpe teria evitado que o Brasil se transformasse num país comunista. Segundo Alcântara Silveira, a Convivium sempre permitiu a disseminação das ideias anticomunistas; dizia ainda que "Devem os católicos, mais do que nunca, empunhar a bandeira da luta contra o Comunismo. Agora que as Forças Armadas limparam o campo das ervas daninhas, compete-lhes velar para que elas não se alastrem novamente"[19]. Para a Convivium, os católicos deveriam empunhar a flâmula da cruzada anticomunista, nesta perspectiva o mundo se encontraria num embate entre o catolicismo e o "ateísmo científico" que teria na União Soviética seu principal rincão[20]. Estas posições ideológicas correspondiam à viragem ideológica efetuada pela burguesia brasileira na tentativa de escamotear a luta de classes.

Logo após o golpe, em maio de 1964, Convivium já buscava cultivar determinada memória do golpe, estabelecer uma historiografia da revolução-restauração:

> Os que promoveram a revolta geral contra o Governo anterior e contra a infiltração comunista, que já atingira quase todas as áreas vitais, inclusive os altos organismos federais e estudantis [...].

18 SILVEIRA, Alcântara. Recordando uma luta. *Convivium*, n. 3, São Paulo, maio de 1964. p. 62.

19 Idem, p. 63.

20 ALBERT, Valery. Nova campanha contra a religião na URSS. *Convivium*, n. 3, São Paulo, maio de 1964. p. 68.

> No momento crucial o Exército interveio e dominou uma situação que caminhava para a guerra civil e para o caos. Com isto foi possível controlar o processo de dominação crescente dos comunistas, dirigidos por Moscou e Pekin e iniciar o trabalho importante de eliminar da vida pública todos aqueles que cooperaram tanto na desmoralização dos costumes públicos como no desenvolvimento comunista.
>
> Traduzindo-se este fato em termos históricos, deve-se dizer que uma grande vitória foi conquistada pelo Ocidente cristão, assumindo o Brasil uma posição única no concerto das Nações ocidentais. Venceu o comunismo sem sangue [...].[21]

Assim era construída a interpretação deste aparelho de hegemonia da classe burguesa; nesta acepção, o Brasil era mais uma frente de combate do Ocidente cristão em sua cruzada contra o comunismo. A intenção do periódico era criar subterfúgios interpretativos para encobrir a luta de classes, conforme fica bastante evidente no trecho a seguir:

> Não foi uma quartelada, nem uma revolta de ricos [...]. Não houve, portanto, nada que pudesse caracterizar um golpe de Estado. Nem, muito menos, houve a vontade de uma determinada classe social que pretendeu se impor, pela força, sobre outra [...]. Todos que julgarem os recentes acontecimentos como uma vitória dos ricos contra os pobres, dos capitalistas contra os operários, dos fazendeiros contra os trabalhadores rurais, dos interesses estrangeiros contra as

21 CRIPPA, Domingos. As possibilidades da revolução brasileira. *Convivium*, n. 3, São Paulo, maio de 1964. p. 03-05.

> verdadeiras exigências do nacionalismo, enganam-se totalmente e darão mostra de não terem entendido nada do que se passou.[22]

Desta maneira, Convivium tentava desvincular o golpe da luta de classes; aqui o golpe aparecia uma "exigência" nacional e ocidental. Convivium constituía-se, verdadeiramente, na expressão intelectual da revolução-restauração que acabara de varrer o país. Não obstante, realizava seu papel de *intelectual orgânico coletivo*, propondo um itinerário para esta nova fase da revolução passiva que acabara de iniciar. Neste sentido, estabelecia a necessidade da execução de um amplo leque de reformas conservadoras, dentre as quais destacamos: a limitação da "interferência" do Congresso Nacional; a criação de um Banco Central independente e autônomo; as empresas estatais deveriam gerar lucros; a criação de escolas técnicas que formariam a mão-de-obra rural em cursos de dois anos – esta era a "reforma agrária" proposta pela Convivium; e, por fim, elencamos a chamada "reforma administrativa" que deveria ser uma revolução institucional, um completo reordenamento do Estado[23].

o0o

Objetivo desta primeira parte do presente capítulo é o de elucidar a essência deste aparelho de hegemonia da burguesia – a revista Convivium – como um *instrumen-*

22 Idem, p. 07-08.

23 Idem, p. 13-17.

to de combate para a luta de classes. O vocabulário e a argumentação empregada pela intelectualidade reacionária visa a conformação de ideias-força conservadoras e a inundação da sociedade civil e da sociedade política da ideologia contrarrevolucionária, visando a justificação moral e intelectual da autocracia burguesa, bem como da direção filosófica e política. Essa saturação reacionária é um dos expedientes necessários para a obtenção da hegemonia, impondo a passividade e obtendo um consenso conservador cujo grau de eficácia é verificado quando aquelas ideias-força se transformam em senso comum e no que deve pensar a chamada opinião pública.

2.1 A intelectualidade orgânica do aparelho de hegemonia filosófico IBF/*Convivium* (1964-1985)

Para uma abordagem que esteja de acordo com o nosso objetivo, se faz necessário o estabelecimento de alguns recortes para a análise da Convivium: (I) um temporal, limitado ao período compreendido entre os anos de 1964 e 1985; (II) nos limitaremos à análise dos artigos dos autores que eram, simultaneamente, os principais intelectuais orgânicos tanto da citada revista, quanto do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF); e, por fim, (III) entre os principais intelectuais, devido ao grande número de temas tratados pela Convivium, nos limitaremos à análise dos artigos que a temática converge com o nosso trabalho. Por exemplo, abordaremos artigos sobre história, sociedade, etc., mas não trataremos de artigos que versam

sobre teatro, literatura, etc[24]. Não vemos qualquer prejuízo decorrente destes recortes para a nossa análise, mas, ao contrário, uma melhor abordagem do objeto. Adotamos o critério de que os principais intelectuais de IBF/Convivium, entre os anos de 1964 e 1985, são aqueles que publicaram pelo menos 10 artigos:

a) Creusa Capalbo – publicou 17 artigos na Convivium e 12 na RBF;

b) Antonio Paim – publicou 18 artigos na Convivium e 47 na RBF;

c) Nelson Saldanha – publicou 11 na Convivium e 21 na RBF.

Além dos recortes mais quantitativos, os qualitativos também devem ser levados em conta. Assim, acrescentamos ainda à lista destes três intelectuais, *Adolpho Crippa*, pois foi o diretor da Convivium enquanto a revista existiu; *Paulo Mercadante* que, apesar de ter poucas publicações nos periódicos de IBF/Convivium, acreditamos que ele esteja em pé de igualdade em relação aos demais autores, pois tem um extenso número de publicações em outros aparelhos de hegemonia da burguesia, principalmente no Jornal do Commércio (Rio de Janeiro), na Folha de S. Paulo e no Estado de S. Paulo[25]. Assim, Mercadante era o

24 Com este recorte temático ficam fora de nosso trabalho Romano Galeffi e Leônidas Hegenberg que, respectivamente, tratam de estética nas artes e de questões epistemológicas. Muitos artigos de Antonio Paim também ficarão fora de nossa pesquisa, pois tratam de filosofia; mas dedicamos um capítulo inteiro à este autor.

25 *Cf.* MERCADANTE, Paulo. *Tobias Barreto*: o feiticeiro da tribo. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2006. p. 340-350.

homem alocado para escrever para periódicos que não estavam sob o controle de IBF/Convivium – era o homem da "disseminação externa" e das relações de IBF/Convivium com outros aparelhos de hegemonia. Acrescentamos também *Miguel Reale*, que era o maior organizador da intelectualidade de IBF/Convivium[26]. Além deles, acrescentamos ainda Ricardo Vélez Rodrigues[27], pois, assim como de Creusa Capalbo, representa a geração seguinte à de Mercadante e Paim que, por seu turno, representam a segunda geração, sendo a de Reale a primeira. Assim temos a seguinte lista dos intelectuais que constituíam o núcleo duro/dirigente da organização:

– Adolpho Crippa;

– Antonio Paim;

– Creusa Capalbo;

– Miguel Reale;

– Nelson Saldanha;

– Paulo Mercadante;

– Ricardo Vélez Rodrigues.

Salientamos ainda que nos limitaremos à análise das publicações da revista Convivium.

---

26 Entre 1964 e 1985, na revista Convivium e na RBF, respectivamente, Adolpho Crippa publicou 63 artigos e 1 artigo; Paulo Mercadante publicou 1 e 5; Miguel Reale 9 e 30.

27 Ricardo Vélez Rodrigues, entre 1977 e 1985, publicou 24 artigos na Convivium e 3 na RBF.

o0o

O golpe de 1964 inaugura uma nova fase (permeada de velhos elementos do regime de classes) da revolução burguesa no Brasil. Segundo Florestan Fernandes, a apropriação dual do excedente econômico (a partir de dentro pela burguesia brasileira, e a partir de fora pelas burguesias das potências capitalistas hegemônicas), provocou uma "hipertrofia acentuada dos fatores sociais e políticos da dominação burguesa"[28] no Brasil. Assim, o regime ditatorial era uma necessidade dos interesses multinacionais e associados, noutros termos: tanto para a burguesia nacional, quanto para a estrangeira, a ditadura era o fator *sine qua non* para a continuidade e o aprofundamento da extração do excedente econômico. Neste sentido, diz Fernandes: "Sob esse aspecto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem, cuja viabilidade se decide, com frequência por meios políticos e no terreno político"[29]. Daí depreendemos que a revolução passiva, com sua característica exacerbação do papel do Estado, é uma necessidade da burguesia de um país dependente e subdesenvolvido. E esta "hipertrofia estatal", que exacerba o elemento político, é exatamente o que intensifica e agrava a o poder autocrático da burguesia brasileira, fazendo dela um parceiro forte e sólido das burguesias das nações hegemônicas. Se as burguesias nacionais falharem nessa missão política – a de garantir o seu poder através do Estado –, diz Florestan, "não

28 FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*... p. 341.

29 Idem, p. 341.

haverá nem capitalismo, nem regime de classes, nem hegemonia burguesa sobre o Estado"[30].

As burguesias da periferia e as burguesias das nações capitalistas centrais possuem interesses e orientações que são recíprocas: manter a ordem, fortalecer o capitalismo e impedir que a dominação burguesa e o seu controle sobre o Estado sejam arruinados. Assim, falar em "revolução burguesa" no Brasil é o mesmo que falar em contrarrevolução, em revolução passiva, em revolução-restauração; é um processo que perdeu completamente qualquer significado revolucionário. Neste sentido, o que há são sujeitos de revoluções antagônicas que coexistem; uma, a do proletariado, que visa construir um novo mundo e, a outra, a burguesa, que visa apassivar esse processo revolucionário, conservando a ordem através de transformações moleculares que não alteram a estrutura de seu poder, mas, ao contrário, a fortalecem. Neste sentido, as burguesias do capitalismo dependente e subdesenvolvido:

> Detém um forte poder econômico e social e político, de base e alcance nacionais; e contam com suporte externo para modernizar as formas de socialização, de cooptação, de opressão ou de repressão inerentes à dominação burguesa. Torna-se, assim, muito difícil deslocá-las politicamente através de pressões e conflitos mantidos 'dentro da ordem' [...]. [31]

30 Idem, p. 343.

31 Idem, p. 344-345.

Assim, não há a possibilidade da revolução burguesa no Brasil – um país periférico – não ser apassivada.

O golpe de 1964 é o momento que a burguesia brasileira assinala a sua lealdade à sua missão histórica em conservar o *caráter duplamente articulado da economia brasileira*, ou seja, o desenvolvimento desigual interno e a domínio imperialista externo, que por sua vez, constituem os requisitos da acumulação capitalista no Brasil. E, para tanto, a burguesia brasileira levou a cabo uma "*revolução institucional*" que consistiu na consolidação de seu poder através do fortalecimento das estruturas nacionais do seu poder. Seus interesses de classe puderam ser impostos a partir dos aparatos de Estado. Segundo Florestan, esta revolução institucional:

> Visa assegurar a consolidação da dominação burguesa no nível político, de modo a criar a base política necessária à continuidade da transformação capitalista, o que nunca constitui um processo simples por causa dos conflitos faccionais, no bloco burguês; e da pressão de baixo para cima, visível ou não, das classes operárias e destituídas. [32]

Daí podemos depreender o papel crucial empreendido pelos aparelhos de Estado, "públicos" ou "privados"; neste sentido, IBF/Convivium formavam uma estrutura subordinada ao IPES, e tinham papel primordial na luta de classes. O Estado – entendido aqui em seu sentido lato – é a estrutura principal e o dínamo do poder burguês; e a

32 Idem, p. 351-352.

forma ditatorial do Estado permitiu uma eficácia que não seria atingida com a democracia burguesa naquele momento. O constante *aggiornamento* da dominação burguesa é condição básica para que ela própria não se condene à derrota e ao desaparecimento[33].

Acreditamos que o apelo intensificado ao *argumento das armas* acabou implicando também na intensificação do uso das *armas do argumento*. Se 1964 inaugurou uma fase de brutal repressão às classes populares organizadas, às forças da esquerda, entendemos também que a força das ideias, disseminadas pelos aparelhos de hegemonia (rádio, televisão, cinema, periódicos impressos) também teve de ser usada de maneira ainda mais veemente. Neste sentido, o IPES, o partido (em sentido lato) que organizou as forças necessárias para o golpe, após o seu sucesso avassalador, teve de ampliar a sua capacidade hegemônica; isso foi realizado através da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). O primeiro chefe nacional do SNI, o General Golbery do Couto e Silva, desempenharia as mesmas atividades desenvolvidas no IPES, mas agora com recursos e meios ainda mais ampliados. Os arquivos do IPES, que possuíam dados sobre 400.000 brasileiros, foram levados para a estrutura do SNI em Brasília, assim como também diversos intelectuais orgânicos que trabalhavam no IPES. Desta maneira, a atuação hegemônica do IPES é intensificada durante a ditadura com o SNI, pois criaram-se laços orgânicos entre os dois aparelhos. O SNI estabeleceu uma amplíssima rede de informações, nos

33 Idem, p. 358-359.

ministérios e autarquias do governo, no movimento militar, no movimento operário, no movimento estudantil e em outros segmentos da população. O IPES de São Paulo criou, em conjunto com o SNI, o Instituto de Estudos Científicos sobre o Comunismo. [34]

Todo este imenso aparato para a luta de classes precisava de ideias que viabilizassem a imposição de um consenso. Neste sentido, o ideal que passou a alimentar a burguesia era aquele de máximas tais como: a "solidariedade hemisférica", a "solidariedade às nações democráticas" e a "defesa da civilização cristã"[35]. Assim, no Brasil, a burguesia passava a se conceber como um dos pilares da ordem mundial do capitalismo; ela enterrara polarizações ideológicas que haviam norteado seu pensamento em momentos históricos anteriores. A revolução da burguesia deixara de ser "nacional" para ser contrarrevolução, revolução-restauração. Isto, diz Florestan:

> Não só aumenta o grau de alienação filosófica, histórica e política da burguesia perante os *problemas nacionais* e sua solução. Ela fortalece a insensibilidade diante deles, na medida em que não perturbem o desenvolvimento capitalista interno nem o 'equilíbrio do sistema capitalista mundial', ou, ainda, na medida em que sejam úteis para a intensificação da acumulação capitalista.[36]

34 *Cf.* DREIFUSS, René Armand. *1964*... p. 442-443.

35 FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*... p. 357 – grifos do autor.

36 Idem, p. 367-368.

A burguesia descobrira que não poderia romper com a *dupla articulação* da economia brasileira sem romper também com o próprio capitalismo. Daí a necessidade dos aparelhos de hegemonia terem a preocupação e a necessidade de impor uma visão de mundo aparentemente alheia à luta de classes – mas, na verdade, absolutamente enraizada nos conflitos sociais.

Este grande aparato tinha o objetivo de primeiramente criar o clima para o golpe, e consolidar o regime que dele nascera. Para isso, os intelectuais orgânicos da burguesia apregoaram a "conciliação de classes" e a luta do "ocidente cristão e democrático" contra o "oriente comunista e totalitário" com o objetivo de desviar a atenção para o fato de que se iniciava uma nova etapa da revolução passiva, agora na forma de uma contrarrevolução preventiva conduzida por um regime autocrático. Compreendemos o período da ditadura como, um movimento hegemônico da burguesia de "autodefesa ativa, militante e agressiva"[37]. É como peça fundamental desta movimentação que se deve compreender IBF/Convivium.

Com a vitória de 31 de março/1º de abril, a burguesia ligada aos interesses multinacionais e associados reforçara o seu poder. IBF/Convivium passaram a ter ao seu dispor todo o apoio *explícito* do aparelho de Estado. Não devemos nos enganar: o Estado brasileiro nunca esteve contra ou alheio a este aparelho de hegemonia filosófico; a diferença é que, a partir do golpe, a relação entre os diversos

37 Idem, p. 393.

aparelhos de Estado (os de repressão e os de informação) passava a ser mais explícita do que antes, no estado nu e cru da ditadura burguesa. Neste sentido, o AHF IBF/Convivium foi expressão de uma autocracia burguesa que iniciara uma feroz repressão às vozes dissonantes – conforme relata Nelson Werneck Sodré:

> Parlamentares que [aprovaram] a lei de [limitação da] remessa de lucros, militares que lutaram pelo monopólio estatal do petróleo, dirigentes sindicais que resistiram ao suborno, dirigentes estudantis que se bateram pela cultura popular, intelectuais que defenderam o direito do Vietnã do Norte existir, jornalistas que informaram as falcatruas do IBAD, camponeses que desejaram a reforma agrária – todos, mas todos mesmo, foram cassados, ou demitidos, ou presos, ou reformados, ou aposentados, ou torturados, ou mortos. [38]

Assim, esta relação mais explícita entre os diferentes aparelhos de Estado implicava concretamente que os adversários de classe que antes foram atacados pelas canetas da intelectualidade de IBF/Convivium, passavam agora a ter em seu encalço todos os aparelhos repressivos de Estado. Os aparelhos de hegemonia encontravam agora o ambiente ideal para intensificarem suas atividades hegemônicas, pois contavam de maneira irrestrita com o peso do Estado.

38 SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de Calibã*: memórias do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. p. 16-17.

Os intelectuais que se opunham ao regime passaram a viver num ambiente de constante vigilância, delação, ameaças e intimidação. Entre outras coisas, eram intimados a comparecer ao DOPS e responder perguntas como: o senhor é marxista? Que livros costuma ler? Acha que fulano de tal é comunista?[39] Já os aparelhos de hegemonia, por seu turno, atacavam os opositores, acusava-os de "terrorismo cultural". Emblemático é o caso da USP, quando na edição do Correio da Manhã de 9 de outubro de 1964, eram denunciadas as "impressionantes infiltrações de ideias marxistas nos diversos setores universitários, cumprindo serem daí afastados os seus doutrinadores"[40], e eram informados quais acusados deveriam ser procurados pelos aparelhos repressivos. Florestan Fernandes relata que o terrorismo imposto aos intelectuais discordantes evoluiu da seguinte maneira:

O recurso da intimidação era o mais explorado. Primeiro, as buscas policiais de pessoas. [...] Sua função consistia em criar um pânico incontrolável. Levar as pessoas a fugirem para o exterior. [...] Segundo, vieram as listas de inquérito policial militar. [...] Esse passo já envolvia um terrorismo cultural macio. Os mais tímidos entravam no jogo e desapareciam da cena ou se emasculavam. Terceiro, o serviço de espionagem entrou em cena – de forma pouco secreta, pois o fito era o de amedrontar – e os professores, estudantes, conferencistas passaram a ter gravadas as suas exposições, fotografadas as reuniões, as passeatas, etc. [...] A

39 Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da história nova*. Petrópolis: Vozes, 1986.

40 SODRÉ, N. W. *A fúria de Calibã*... p. 65.

repressão fechava, assim, o circuito do eixo conservador de poder, tentando combinar punição e cordura tirando proveito de sua "legalidade". Quarto, a prisão pura e simples dos que possuíam um prontuário político mais rico e dos que caíam na categoria de vítimas estratégicas, que deviam ser imoladas exatamente para difundir o medo e a transigência. Conhecidos militantes políticos, líderes sindicais, intelectuais "comunistas", etc., caíram, assim, nas malhas da polícia civil e militar, aumentando a população das prisões e a exposição das vítimas à onda de terror. No fundo, o "pânico circular" era o grande objetivo. Derrotar o adversário sem luta ou com o mínimo de luta [...].[41]

A repressão ia fechando o cerco entorno das vozes dissonantes. A USP não foi exceção, o mesmo se deu nas diferentes instituições de ensino superior do país, mas o seu caso se tornou um emblema porque, em 1964, já era uma instituição de ponta, em termos nacionais e latino-americanos[42]. E seria este o clima que permaneceria na Universidade até 1969, quando, em abril, saiu a primeira lista de cassação e, entre outubro e novembro, Miguel Reale, o homem do AHF IBF/Convivium, assumiu a reitoria. Reale nega com veemência que seu nome tenha sido escolhido pela ditadura, o que tentava esconder com um discurso em prol da "democracia"[43]. Mas Florestan

41 FERNANDES, Florestan. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 96-97.

42 Idem, p. 07.

43 Cf. REALE, Miguel. *Memórias*: A balança e a espada. São Paulo: Saraiva, 1987. p. 188. Em seu discurso de posse, Reale afirmou que trabalharia por uma "universidade democrática, como desejamos seja a nossa, como expressão de

explica que, na intervenção da USP, os Estados Unidos forneceram as "fórmulas inovadoras seguras" e o Estado brasileiro entrou com os "técnicos títeres"[44]. Estes, por sua vez, eram intelectuais orgânicos provenientes das escolas superiores tradicionais: a de medicina, a de farmácia, a de engenharia, a de odontologia e a de direito (da qual Reale fora titular da cátedra de Filosofia do Direito desde 1941); havia na USP uma *inteligência contrarrevolucionária ativa*, que formavam a "*vanguarda da contrarrevolução*"[45]. Os reitores, reafirma Florestan, não eram nada mais do que "ventríloquos" que implementavam políticas na Universidade[46]. Mas o sociólogo evidencia que o que ocorria na USP, esta "instituição-chave", não era senão uma faceta do que estava ocorrendo no Brasil:

> A reforma que deveria ser realizada como um processo democrático converteu-se em um *reforma a partir de cima*, que eliminou da USP toda a fermentação espontânea e sufocou os departamentos, conselhos técnicos e congregações, afastando-os da arena política e reduzindo-os a órgãos burocráticos destituídos de vontade própria. Muitos pensam em um "salto para trás". Mas esse pensamento não passa de uma ficção. As escolas superiores, no passado, prescindiram dessa forma de manipulação do poder; os estratos dominantes não se sentiam ameaçados e tampouco enfrentavam guerras intestinas no seio de

uma sociedade plural, fundada na força criadora da liberdade e na pluralidade das afirmações espirituais" (p. 189).

44 FERNANDES, Florestan. *A questão da USP*... p. 12-13.

45 Idem, p. 12.

46 Idem, p. 38.

> suas elites. O que se criou é fruto da modernização tecnocrática. *O Estado autocrático-burguês gerou um padrão de organização institucional pelo qual todas as instituições-chave se modelavam por sua imagem*. [47]

Reale logo tratou de fazer da USP um grande negócio. A Light, companhia de eletricidade multinacional com sede na cidade de Toronto, na qual trabalhava, logo foi agraciada por inúmeras obras no campus universitário, que geraram muitos lucros[48]. Reale diz que havia mesmo vigilância na USP, e que só escolheu para trabalhar com ele "mestres notoriamente conservadores"[49]. Reale diz que jamais censurou a publicação de livros na USP, mesmo os de Florestan Fernandes[50]. Mas o sociólogo esclarece que o amordaçamento fora substituído pela "lavagem de cérebros através de programas de estudos pós-graduados, de mestrado ou doutorado no exterior, ou de recalibragem dos fatores de colonização cultural das universidades brasileiras"[51]. Afirma ainda que o ocorrido na USP:

> [...] foi uma repetição do mesmo processo que reduziu a sociedade brasileira a um submundo de senhores e de escravos, de casas-grandes e senzalas [...]. Só que a repetição não nos colocou de volta no passado [...]. Ela nos projetou na órbita da contrarrevolução preventiva da era atual.[52]

---

47 Idem, p. 52 – grifos do autor e nossos.

48 Cf. REALE, Miguel. *Memórias*: A balança e a espada... p. 192-196.

49 Idem, p. 196.

50 Idem, p. 197.

51 FERNANDES, Florestan. *A questão da USP*... p. 53-54.

52 Idem, p. 13.

Reale foi o homem da contrarrevolução, da revolução -restauração na USP e, devido ao peso desta instituição, em outras universidades brasileiras também. Assim como IBF/Convivium, a USP era um apêndice do poder burguês, que integrava um monstruoso AHF. Reale ficou no cargo até 1973, período em que a ditadura "desenvolveu o modelo econômico e o aparato repressivo, ampliando tanto o quadro legal, quanto a prática da coerção"[53]. Em 1974, seria nomeado para o Conselho Federal de Cultura, pelo general e presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, onde permaneceria até 1989.

Como não poderia ser diferente, a revista Convivium encampou esta batalha, pois era um instrumento da burguesia nascido na e criado para a luta de classes. Adolpho Crippa, diretor da revista Convivium, dizia, em 1969, que era "grave" e problemático o fato de que a Universidade seja fonte de politização e conscientização revolucionária (no sentido genuíno do termo), e que a formação possibilitada aos estudantes acabasse sendo o ponto de partida para a atuação em movimentos sociais[54]. Mas nesta mesma edição do periódico, quem volta à carga é Miguel Reale:

> A política da inteligência, ao contrário, menos pretensiosa ou mais comedida, não cuida de abarcar o todo, preferindo tomar o homem tal como ele é, para *ir*

53 MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente*: 1964-1992. 4ª ed. rev. atual. São Paulo: Ática, 1996. p. 42.

54 CRIPPA, Adolpho. A nova ideia de universidade. *Convivium*, n. 2, São Paulo, março/abril de 1969. p. 07.

> *resolvendo os problemas, um a um*, de modo a *infundir em cada coisa um pouco dos valores* que o homem, quando sozinho, discerne com hesitação. [...] toda desgraça provém do fato de não se praticar a política do entendimento, preferindo-se a política da razão, ilusoriamente totalizadora da história.[55]

Desta maneira, o autor traz a proposta das *transformações moleculares* ("um problema de cada vez"), que provocam pequenas mudanças sem alterar em profundidade a realidade. Segundo Reale, a luta de classes nada tem com o Brasil, talvez com outras "áreas culturais". Nesta concepção, a revolução Cubana seria uma exceção, pois uma revolução socialista não seria condizente com a América Latina. Já a "revolução"(restauração) de 1964 teria conotação completamente contrária[56]. Reale naturaliza diversos aspectos do regime autocrático: (I) o recrudescimento da ditadura com o Ato Institucional n. 5, que veio para por fim aos movimentos de "rebeldia", seria apenas a reabertura do "processo revolucionário". (II) As "medidas impopulares, de austeridade e sacrifício" seriam indispensáveis para superar o momento histórico de grave crise. Os itens I e II justificam o III: luta contra o "terrorismo extremista" e a "desordem universitária".[57]

Quanto ao trabalhador, diz Reale, "ainda não [está] suficientemente preparado e maduro para compreender e

55 REALE, Miguel. Problemas do desenvolvimento: realismo político. *Convivium*, n. 2, São Paulo, março/abril de 1969. p. 139 – grifos nossos.

56 Idem, p. 141

57 Idem, p. 143-144.

aceitar os sacrifícios impostos no presente como condição essencial ao progresso nacional"[58]. A ditadura marcou um período de grandes perdas, sacrifícios e sofrimentos para a classe trabalhadora. A fórmula adotada para superar a recessão de 1962-1967, foi o *arrocho salarial* – em outras palavras, a intensificação da exploração do trabalho[59]. Mas Reale diz que esta "imaturidade" não era exclusividade do trabalhador brasileiro, mas também dos "intelectuais e estudantes, tomados de fogosidade ideológica, não compreendem que a gravidade da situação nacional implica no uso comedido da liberdade de manifestação do pensamento"[60]. Daí temos a confirmação de que, na luta de classes, a questão universitária era tão estratégica quanto a contenção da classe trabalhadora; este intelectual orgânico da burguesia, historicamente homem da revolução passiva no Brasil, revela-se agora o homem do tacão e da mordaça, da hegemonia do regime ditatorial burguês. Não satisfeito, diz ainda que cabia derrubar no Brasil a "ditadura dos partidos" – a "*Partidocracia* [...] e outras anomalias [que] são abismos que se abrem junto ao áspero caminho da experiência democrática"[61]. O que Reale faz não é senão tentar dar justificativas "racionais" para um regime que instaurara verdadeiro terrorismo contra qualquer voz dissonante e contra as classes populares. Interessante notar que esse

58 Idem, p. 146.

59 MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente*... p. 22.

60 REALE, Miguel. *Problemas do desenvolvimento*... p. 148.

61 Idem, p. 149.

posicionamento anti-partidário já era intrínseco ao período integralista de Reale[62].

Para Miguel Reale a democracia significa pluralidade de vozes discordantes, mas há que se moderar a coisa toda, pois não se pode, diz, querer "subverter a estrutura"[63]. Neste sentido, ele diz que a universidade não comportaria a politização e a conscientização; ela seria um local para pensar aquilo que os empresários praticam, pois caberia ao empresariado o estudo e a análise meticulosa. Isto faria da escola superior uma "fonte de autoridade imparcial"[64], para que não hajam retaliações como as que estavam havendo naquele momento. Homens de "cultura superior", diz Reale, tem aversão à política, não se metem com ela, respeitam a lei da divisão do trabalho; ao passo que não podem viver afastados do Estado e de seu ordenamento jurídico político[65].

Nesta concepção, a universidade deve ser "expressão de uma aristocracia do espírito" com a respectiva "estrutura hierárquica" que não seja submetida ao voto majoritário dos "escalões inferiores da carreira docente"[66]. Vemos assim que Reale propõe a reprodução dentro da universidade daquilo que a ditadura tentava conservar, e aprofundar, na sociedade brasileira: uma sociedade aris-

62 Cf. as obras políticas do período integralista publicadas pela Universidade de Brasília (UNB).

63 REALE, Miguel. Universidade Democrática. *Convivium*, n. 4, São Paulo, julho-agosto de 1969. p. 247.

64 Idem, p. 249.

65 Idem, p. 250-251.

66 Idem, p. 251-252.

tocrática, dos e para os empresários – nas palavras do autor: "quem diz Universidade diz aristocracia do pensamento"[67]. Os estudantes devem ser preparados, diz, para as "livres iniciativas empresariais", ao passo que a Universidade, assim como o regime, devem se auto-defender, não permitir a entrada da "subversão" comunista. Assim, Reale tempera a tônica da "aristocracia do pensamento" com um anticomunismo fervoroso[68].

Bem afinada com as necessidades da ditadura, em seus combates com a esquerda, que visavam subordinar ainda mais a classe trabalhadora, Convivium atacava o marxismo. Segundo a revista, esta linha de pensamento teria sido superada pela realidade histórica, pois a dialética da história não faria mais sentido e, consequentemente, não fariam sentido nem a luta de classes, nem a revolução[69]. A negação da dialética da história é expressão da revolução passiva, e IBF/Convivium, enquanto um AHF, lutavam para inculcar esta concepção da história. Crippa, enquanto intelectual católico, se preocupa com o paraíso e, enquanto intelectual orgânico da burguesia, duvida que seja possível um "paraíso sem Estado, sem propriedade privada"[70].

Mas não é só a dialética da história que é atacada pelo AHF, também a categoria de "ideologia", desenvolvida por Marx e Engels, é um de seus alvos. Para Crippa, este

67 Idem, p. 254.

68 Idem, p. 257.

69 CRIPPA, Adolpho. O marxismo no século XX. *Convivium*, n. 3, São Paulo, maio-junho de 1969. p. 232-233.

70 Idem, p. 233-234.

conceito não teria mais qualquer valor, pois não haveria mais a distinção entre ideologia burguesa e ideologia proletária. Miguel Reale, em conferência proferida na ESG em junho de 1970, reproduzida nas páginas da Convivium, dissera que a "época das ideologias" chegara ao fim[71]. A Convivium buscava, desta maneira, criar a ilusão – o fetiche – de que não possuía qualquer vínculo com a burguesia, e que não se contrapunha às classes populares. Para isso, fora necessário *mutilar a dialética da história*.

Só podemos compreender este posicionamento da IBF/Convivium se olharmos com mais atenção a condição da classe trabalhadora naquele período. Os ataques de IBF/Convivium ao comunismo, ao marxismo e à classe trabalhadora visavam a justificação das reformas conservadoras empreendidas pela autocracia burguesa.

Em essência, se pode dizer que o *status quo ante* não se modificou; diversos autores assinalam que o golpe de Estado veio para conservar a subordinação da classe operária, para não permitir que a história chegasse à sua síntese. Virgínia Fontes e Sônia Mendonça assinalam que "esses dois aspectos (...) longe de se antagonizarem, se complementam: as mudanças (do regime) viabilizaram a conservação (do poder)"[72]. Florestan Fernandes, por sua vez, comparando o regime anterior a 1964 e o posterior, destaca que:

---

71 REALE, Miguel. Estruturas políticas contemporâneas. *Convivium*, n. 4, São Paulo, julho-agosto de 1969. p. 244.

72 MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente*... p. 42, apud. SORJ, Bernanrdo; ALMEIDA, Maria Hermínia T. de (orgs.). Sociedade e política no Brasil pós-64. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 13.

> No plano histórico, passava-se, pura e simplesmente, de uma ditadura de classe burguesa dissimulada e paternalista [de 1945 a 1964] para uma ditadura de classe burguesa aberta e rígida [após 1964]. [...] Não houve área ou esfera em que consequências negativas, passageiras ou persistentes, deixassem de se refletir: depressão de salários e da segurança no emprego, e compressão do direito de greve e protesto operário; depressão dos níveis de aspiração educacional das "classes baixas", e compressão das "oportunidades de educação democrática"; depressão dos direitos civis e dos direitos políticos, e compressão política e policial-militar etc.[73]

Assim, não houve mudanças essenciais entre os regimes de antes e depois de 1964; na verdade, a imposição de uma ditadura aberta e explícita possibilitou, num primeiro momento, a conservação da ordem e, num segundo momento, o aprofundamento da revolução-restauração. No plano da luta de classes, a burguesia pode rebaixar ainda mais o nível de vida das classes populares.

No sentido que queremos assinalar aqui – da revolução passiva –, René Dreifuss diz que o IPES já atuava antes do golpe organizando sindicalistas em torno dos chamados Movimento Renovador Sindical (MRS) e Movimento Sindical Democrático (MSD) com o objetivo formar um sindicalismo pelego e conter o movimento da classe trabalhadora, "*refinando e complementando as técnicas do Estado Novo*"[74]. Para destruir o movimento sindicalista

73 FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*... p. 398.

74 Cf. DREIFUSS, René Armand. *1964*... p. 460 – grifos nossos.

radical, a ditadura se articulou sobre três movimentos básicos: (I) aumentou o controle direto dos sindicatos, expurgando-os ideológica e politicamente, assim como nomeando interventores retirados de seu exército de sindicalistas pelegos; isto impediu que a classe trabalhadora tivesse uma base tanto para atacar, quanto para se defender das políticas governamentais. (II) Estabelecimento de uma legislação trabalhista que fortalecia os aspectos corporativistas da estrutura sindical, o que fora herdado dos períodos anteriores da revolução passiva brasileira. (III) Sob o pretexto do "controle da inflação", a classe trabalhadora foi submetida a diversos tipos de poupança forçada, para a transferência compulsória de recursos para a indústria.[75]

Esta movimentação toda permitira o estabelecimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – legislação que trouxe grandes perdas aos trabalhadores. Extinguiu as garantias contra as demissões; eliminou diversos programas de assistência aos trabalhadores, que eram pagos pelos empregadores; eliminou a contribuição estatuária destes para outros programas, o que reduziu os serviços disponíveis aos trabalhadores. O FGTS foi um grande impacto contra o nível de vida da classe trabalhadora, reduzindo seu padrão da sua vida já que houve uma redução absoluta de seus salários. Toda instabilidade criada às classes trabalhadoras, fez com que hesitassem em reclamar contra o patronato na Justiça do Trabalho.[76]

75 Idem, p. 461.

76 Idem, p. 462.

A sindicalização da força de trabalho no setor industrial caiu de 45% para 39% entre 1965 e 1972[77]. A nova política de compressão salarial e de repressão à organização da classe trabalhadora intensificou a subordinação e a disciplina do trabalho. O fim da estabilidade no emprego possibilitou que o empresariado estabelecesse uma intensa rotatividade de mão-de-obra, que permitiu que as demissões ocorressem antes do dissídio coletivo. Assim, os patrões puderam contratar pagando sempre menores salários; o que lhes permitiu concentrar mais renda em suas mãos, no período compreendido entre os anos 60 e 80. Mas o resultado mais expressivo obtido pela burguesia foi a brutal elevação da produtividade do trabalho; por exemplo, a grande indústria siderúrgica mineira, Usiminas, ampliou sua produção de 48,5 toneladas/homem em 1965 para 121,9 em 1968.[78]

É este avanço contrarrevolucionário sobre a classe trabalhadora que constitui a essência da revolução passiva. E todo o trabalho intelectual realizado no AHF IBF/Convivium é a expressão da revolução passiva e das constantes tentativas da burguesia em impor a sua hegemonia de classe.

Além de Miguel Reale, IBF/Convivium contava ainda com outro intelectual que teve peso dentro do AHF, Adolpho Crippa. O diretor da revista Convivium,

77 MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente*... p. 25, apud. ERICKSON, Kenneth P. Sindicalismo no processo político no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 212.

78 Idem, p. 25-8, apud. SINGER, Paul. A crise do "milagre". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 81.

sacerdote ordenado em Roma, fundou, em 1961, a "Convívio – Sociedade Brasileira de Cultura". Segundo Delcio Monteiro, esta entidade organizou cursos de formação para milhares de alunos[79], no período do início dos anos 60 ao fim dos 70; além do convênio com 110 universidades das principais capitais brasileiras[80]. Alguns destes cursos ficaram registrados nas páginas de dois livros publicados: *As ideias filosóficas no Brasil*[81] e *As ideias políticas no Brasil*[82], coordenados por Crippa, estes compêndios traziam textos da intelectualidade orgânica do AHF. (Paulo Mercadante, Antonio Paim, Oliveiros S. Ferreira, Ubiratan Borges de Macedo, Vamireh Chacon, João Alfredo de Souza Montenegro, Nelson Saldanha, Roque Spencer Maciel de Barros, Vicente Barretto, e outros). Outras duas importantes publicações seriam a obra de Paulo Mercadante, *A consciência conservadora no Brasil* (1965), e a de Antonio Paim, *História das ideias filosóficas no Brasil* (1967).

IBF/Convivium tinham ainda a Agência de Notícias Planalto (PLANA), que fornecia notícias para até a 1.200 jornais de todo o país, sendo 800 antes do golpe. A PLANA agia sempre "com as baterias assestadas

79 Monteiro fala de cursos para 68 mil alunos, mas esse número parece um tanto quanto exagerado. Um cifra dez vezes menor ainda é bastante grande.

80 Cf. LIMA, Delcio Monteiro de. *Os senhores da direita*. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1980. p. 158.

81 CRIPPA, Adolpho (coord.). *As ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1978.

82 CRIPPA, Adolpho (coord.). *As ideias políticas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1979.

contra o comunismo"[83]. Em 1973, a Convivium já tinha correspondentes em 18 capitais do país. Chegara a promover, no segundo semestre de 1980, o *Seminário Internacional sobre Política e Estratégia*, que contou com a "fina flor do pensamento autoritário mundial, liderada por Ray Cline, antigo diretor da CIA"[84], e homens como Ronald Schneider, Nicolas Boer (USP), Oliveiros S. Ferreira (USP), William Perry, o general colombiano Álvaro Valencia Tovar, Lewis Tambs, os militares brasileiros de alta patente Ibsen Gusmão Câmara e Nelson Freire Lavanère-Wanderley, Juan Carlos Puing (Universidade de Caracas), e o brasilianista britânico Wayne A. Selcher[85]. Este Seminário contou ainda com a contribuição de Roger Fontaine que veio ao Brasil a serviço da candidatura de Ronald Reagan, tendo realizado conferências para a Tradição, Família e Propriedade (TFP). A Convivium tinha a preocupação de trazer personalidades da intelectualidade conservadora, seja nestes eventos, seja em artigos, como Arnold Toynbee e Solzhenitsyn – a revista reservava um grande espaço às críticas à União Soviética, e a tônica do citado Seminário era a contenção do "expansionismo" soviético, que teria em Cuba o "campo de treinamento para elementos radicais"[86].

---

83 LIMA, Delcio Monteiro de. *Os senhores da direita*... p. 158.

84 Idem, p. 160.

85 Cf. RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. *O pensamento estratégico em debate*. Convivium, n. 1, São Paulo, março-abril de 1980. p. 81-83.

86 Cf. RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. *Existe um sistema interamericano de defesa?* Convivium, n. 3, São Paulo, maio-junho de 1980. p. 35.

A revista teve, durante muitos anos, como seu secretário o integralista Gumercindo Rocha Dórea.

Crippa fundara ainda a União Nacional de Amparo à Pesquisa (UNAP), que arrecadava dinheiro para as atividades do AHF, principalmente entre os empresários de São Paulo, Rio e Minas[87].

Desta maneira, vemos que IBF/Convivium possuía todo um trabalho militante que ultrapassava a "mera" disseminação ideológica nas páginas de seus aparelhos de informação. Este aparelho de hegemonia filosófico da burguesia possuía uma atividade militante ampla – organizativa/diretiva/educativa – que extrapolava a aparência de organização puramente filosofante que sua intelectualidade disseminava e buscava lhe imprimir. Sua atuação se igualava a de um partido político, mas com um "nicho", um campo de batalha mais específico: o da "filosofia", da **hegemonia filosófica**, que, por sua vez, se desdobrava na formação política, na agência de notícias, na prática organizativa-diretiva-educativa da revista Convivium.

Acreditamos que seja importante dedicar mais alguns momentos de nossa atenção ao que Crippa escreveu na Convivium. Ele era um divulgador das diversas resoluções oficiais do Vaticano, em seus artigos são constantes as citações aos concílios, às encíclicas, às reuniões de bispos, às constituições pastorais, etc. O diretor da revista Convivium tinha uma posição conservadora, de apologia

87 Cf. LIMA, Delcio Monteiro de. *Os senhores da direita*...

ao capitalismo e à Ditadura – como o fragmento que se segue, no qual critica a Teologia da Libertação:

> Esses "teólogos" descobriram, em suas misteriosas elucubrações, o velho e superado Marx. Inútil do ponto de vista econômico, inteiramente errôneo como filosofia da história, o marxismo acabou sendo definitivamente superado [...], os "teólogos" latino-americanos oferecem ao mundo essa estranha demonstração de ignorância. [...] Compreende-se como tudo se torna falsificado nas mãos desses teólogos da libertação latino-americana. [...] Certamente não chegarão a afirmar que o capitalismo, enquanto sistema econômico, capaz de realizar o desenvolvimento material da Europa e dos Estados norte-americanos, não é, em si, apto a realizar o da América Latina. [...] A chamada libertação econômica é apenas a tradução da luta contra os Estados Unidos da América do Norte, cujo crime é o de terem chegado antes e de serem os mais poderosos. [...] Será necessário afirmar que *o Brasil [...] realizou uma façanha que já começa a se impor ao respeito do mundo inteiro, depois de ter conquistado a adesão plena de todos os brasileiros*? Do ponto de vista econômico e social não pode haver dúvida de que o Brasil está apresentando o verdadeiro modelo de desenvolvimento para toda a América latina. [...] *o sistema econômico é capitalista; a sociedade estrutura-se à base da colaboração e solidariedade entre todos e não com fundamento na luta de classes.*[88]

88 CRIPPA, Adolpho. Teologia da libertação. *Convivium*, n. 2, São Paulo, março-abril de 1971. p. 159-161.

Deste modo, Crippa combatia os setores católicos progressistas e reafirmava a sua adesão à ditadura, que, segundo diz, conquistara a "adesão" dos brasileiros – só não menciona a que custo social e quantas vidas custaram. Se todos aderissem, a ditadura seria desnecessária. O autor apela à adesão cega ao capitalismo e à submissão aos EUA. Além de conservadora, a concepção de Crippa é também reacionária:

> No decurso do primeiro ano da Revolução francesa, a 2 de outubro de 1789, quando a Razão começava a perder o controle sobre quem dela se proclamava filho legítimo, os representantes o povo francês, constituídos em Assembleia Nacional, resolveram declarar [os Direitos do Homem] [...].
>
> Em si não há nada de novo nessa Declaração dos Direitos. De uma ou de outra maneira, a consciência moral os reconheceu sempre. [...] Nessa consciência moral anterior fundaram-se os revolucionários franceses. [...] De fato, logo a seguir, os jacobinos – Danton, Marat, Robespierre – não souberam impor suas ideias senão pelos antigos métodos do terror e do derramamento de sangue. [89]

Em outro trecho, o autor afirma ainda que a modernidade é o "triunfo do profano", que "feita pelo homem e para o homem, a sociedade atual apresenta-se como profana"[90]. Assim, Crippa possui uma visão de mundo não apenas conservadora, mas também reacionária, principalmente

89 CRIPPA, Adolpho. *A nova problemática dos direitos humanos*. Convivium, n. 5, São Paulo, setembro-outubro de 1973. p. 108-109.

90 Idem, p. 125.

quando vemos que ele corrobora a concepção do mestre do conservadorismo, ligado à oligarquia inglesa, o católico Edmund Burke (1729-1797), o qual interpretava a Revolução Francesa com uma "baixeza" que não trouxe nada de novo, só teria sido um exercício vil da violência[91]. Negam o progresso histórico que constituiu a Revolução Francesa.

o0o

O período compreendido entre 1974 e 1978 é marcado pela chamada "distensão"[92] da ditadura, a qual deveria ser "lenta, gradual e segura", para que o poder que passara pelo processo de *aggiornamento* a partir do golpe de 1964 não se esfacelasse. Assim, os setores no poder, tentaram encaminhar a coisa toda dentro dos marcos seguros da revolução passiva, assim a denominada "distensão" passava a ser "controlada". Relaxar para se perpetuar.

No contexto internacional, a primeira reviravolta dos anos 70 ocorreu em Portugal. Em abril de 1974, o sistema direitista mais longevo da Europa foi surpreendentemente derrubado por um golpe de oficiais radicais do exército português[93]. A "Revolução dos Cravos", como ficou convencionalmente conhecida, também fizera o império português desabar, e permitiu às suas colônias conquistar a independência em 1975. O movimento fora, na verdade, composto

91 Cf. BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. 2. ed. Brasília: Editora UNB, 1997. E também o verbete BURKE, Edmund in: SILVA, Carlos Francisco Teixeira da; et alii. *Dicionário crítico do pensamento da direita*... p. 66-67.

92 Distensão significa: afrouxamento, relaxação; mas também prolongamento e continuação.

93 *Cf.* HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*... p. 436-437.

pela baixa oficialidade, com apoio popular, contra o generalato colonialista e a ditadura militar. Segundo Décio Saes a vitória da Revolução desmilitarizou parcialmente o Estado, com a liquidação da PIDE (a polícia política) e com a reforma compulsória da alta oficialidade identificada com a ditadura salazarista[94]. Em 1975, com o desagregamento prévio da ditadura, fora convocada a Assembleia Constituinte num caráter provisório – seria dissolvida após a proclamação da nova Constituição.

IBF/Convivium reagiram prontamente aos acontecimentos em Portugal, seja porque os intelectuais deste AHF – principalmente Mercadante e Reale – mantinham laços estreitos com Portugal, seja porque os últimos acontecimentos no país ibérico poderiam servir de modelo (indesejado) para a abertura política no Brasil. Paulo Mercadante publicara em 1975 *Portugal ano zero*[95], um estudo sobre a derrubada do regime salazarista. O autor trata de tentar consolidar dois pontos principais na linha de interpretação do ocorrido: (I) o sistema econômico português não seria capitalista, seria uma "economia corporativista" remanescente do período pré-pombalino: "O modelo salazarista dizia-se capitalista, mas sem os correspondentes mecanismos econômicos. Era um regime forte, impregnado de uma ética senhorial"[96]. (II) O entendimento de que Salazar teria

94 *Cf.* SAES, Décio. *República do capital*: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001. p. 43.

95 MERCADANTE, Paulo. *Portugal ano zero*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

96 Idem, p. 42-43.

tolhido o desenvolvimento do capitalismo, impedido pelo marxismo; este, por sua vez, (III) teria feito renascer o "espírito da contra-reforma", a medida que seria anti-capitalista. Neste sentido, a preocupação de Mercadante era mostrar o que poderia desmontar a autocracia burguesia em Portugal; este elemento era a mobilização popular. Daí a sua crítica ao apoio popular aos militares que haviam deposto o regime vigente em Portugal[97]. Assim, Mercadante busca demonstrar quais seriam os pontos desestabilizadores do capitalismo, na transição de um regime autoritário para um de abertura política (como o que o Brasil começara a vivenciar). Define dois: as reivindicações populares e o marxismo – certamente de olho no processo pelo qual passava e passaria a autocracia burguesa no Brasil.

No Brasil, durante o início dos anos 70 o regime autocrático ainda dava demonstrações de força: os sindicatos continuavam sob intervenção, prisões lotadas, aumento do número de exilados, censura ostensiva à imprensa, greves estavam proibidas. "Mal remunerados, consequentemente mal alimentados, a extenuação dos trabalhadores tornava-se patente"[98]. O proletariado era acometido por epidemias, como a de meningite de 1974, e também por acidentes de trabalho. Em 1971 a média de acidentes de trabalho registrados por dia útil era de 4.405, em 1977 este número saltou para 5.294. As

97 Idem, p. 110-119.

98 MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente*... p. 68.

frequentes quedas dos operários dos andaimes das construções inspiraram a música "Construção" de Chico Buarque de Holanda.[99]

Surgiram formas alternativas de organização popular frente à dura realidade de aumento da exploração do trabalho e diminuição do nível de vida das classes populares. Entre 1974 e 1976, violentos quebra-quebras de trens e ônibus ocorreram no Rio de Janeiro e em São Paulo. Eram revoltas explosivas e espontâneas contra as péssimas condições dos transportes coletivos. As reivindicações populares conquistaram a sensibilidade de setores da imprensa, da Igreja, passaram ser apoiadas pelo movimento estudantil e passaram a fazer parte das demandas das associações de moradores.[100]

Mas a reviravolta começou a se esboçar quando, no ano de 1977, um levante popular espontâneo, centrado no Rio de Janeiro, contou com operários que se revoltaram em seus próprios locais de trabalho. Os mais importantes sindicatos da Grande São Paulo e seus dirigentes se dispuseram a enfrentar o governo, ainda que na Justiça. Trabalhadores do centro industrial mais importante do país, o ABC paulista, reuniram-se em torno do "novo sindicalismo", que se apoiava na Oposição Sindical e na Pastoral Operária, organizados nas comissões de fábrica. O "novo sindicalismo" lutou para recuperar a autonomia sindical, negociando diretamente com os

99 Idem, p. 68-69.

100 Idem, p. 70.

patrões, sem a tutela estatal. Nos anos de 1978 e 1979 o operariado demonstraria força promovendo uma grande e inédita onda de greves.[101]

No plano político-partidário, o ano de 1974 ficou marcado pela inesperada vitória da oposição que se organizava no MDB, graças à adesão das massas populares. Isso transformou o MDB de "oposição consentida" em "oposição escolhida", abria-se assim a possibilidade de uma alternativa político-partidária ao governo militar[102]. As vitórias eleitorais de 1974 e 1976, diz Antonio Carlos Mazzeo, expunham a crise do regime, e mostraram que o processo eleitoral tinha se transformado em plebiscito e protesto permanente contra governo[103].

Mas logo o regime ditatorial reagiu e começou a tomar algumas medidas para manter o controle do processo, tentando encaminhar a abertura de modo lento, gradual e seguro, de forma apassivada. Em abril de 1977 foi decretado o fechamento – denominado "recesso temporário" – do Congresso; um "pacote" de medidas foi editado, confirmaram-se as eleições indiretas para governador e para um terço do Senado, o mandato do presidente passou de cinco para seis anos. Assim, abertura ficou marcada pelo seu caráter parcial – contrariamente à Portugal, aqui não tivemos a desmilitarização, mesmo parcial, do aparato estatal: "Por certo a face

101 Idem, p. 71-72.

102 Idem, p. 73-75.

103 MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada*... p. 162-164.

autoritária do regime não foi alterada"[104]. Em 1979, com a tentativa de desmobilizar a oposição crescente, e anular o peso negativo que a sigla ARENA carregava, o partido oficial foi rebatizado, passara a se chamar Partido Democrático Social – PDS.

Em 1979, ocorreu um fato que ficou marcado na trajetória de IBF/Convivium. A professora do Departamento de Filosofia da PUC-RJ, ligada ao AHF IBF/Convivium, Anna Maria Moog Rodrigues, pediu exoneração porque, segundo declarou, a direção do Departamento teria cortado um texto da autoria de Miguel Reale da coletânea de textos para a disciplina História do Pensamento[105]. Já o diretor do Departamento de Filosofia se defendeu dizendo que a professora faltou à reunião que a colegiado teria proposto e aprovado a exclusão do texto de Reale devido às atividades polêmicas e controvertidas de Reale e se defendia: "Estranha democracia universitária você defende: os responsáveis pela direção do departamento não tem o direito de propor, as propostas debatidas e aprovadas não devem ser aceitas e a discussão dos problemas deve ser substituída pela denúncia às autoridades"[106]. A intelectualidade do IBF/Convivium entrou ferozmente na briga. Antonio Paim, também professor do mesmo departamento desde 1971, pediu desligamento e dissera:

---

104 MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente*... p. 76.

105 PAIM, Antonio (org.). *Liberdade acadêmica e opção totalitária*: um debate memorável. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.

106 Idem, p. 15.

> [...] a chefia do Departamento se dá conta de que a sua bandeira inquisitorial não pode aparecer à luz do dia, [...] optou por acusar o prof. Reale de ter promovido, no exercício da Reitoria da Universidade de São Paulo, a perseguição a professores, o que corresponde à calúnia inominável. O professor Miguel Reale, em toda a sua vida acadêmica e não apenas nos dois períodos em que assumiu as funções de Reitor, sempre defendeu a autonomia universitária e a manutenção da divergência no plano próprio das ideias. O Instituto Brasileiro de Filosofia, que o professor Reale fundou e dirige há 30 anos, reúne pensadores de todas as tendências existentes no país, sendo o exemplo mais significativo do ambiente de tolerância que cria a sua volta. [...]
>
> O terrorismo cultural implantado no Departamento de Filosofia da PUC-RJ tem muito a ver com a prática de ações terroristas no cenário político brasileiro, em passado recente.[107]

Interessante notar que Paim falsifica a história, nega toda a atividade de Reale como cão da ditadura enquanto ocupou a reitoria da USP, e ainda proclama que no IBF haveria pensadores de todas as tendências.

IBF/Convivium lançou diversos artigos atacando a direção do Departamento de Filosofia. Creusa Capalbo, uma das intelectuais mais importantes do AHF, disse que o ocorrido era um exemplo de "intolerância acadêmica" e "que o diretor de Departamento de uma universidade não tem o direito a veto de um texto por motivos ideológicos.

107 Idem, p. 17-18.

[...] O fenômeno que se manifestou foi o cerceamento da liberdade acadêmica"[108]. A reitoria, por sua vez, disse que "repudia a campanha desencadeada através da imprensa contra a PUC-RJ, campanha esta, que, sob o pretexto de defender a liberdade acadêmica, denuncia indiscriminadamente [...], instaurando um clima de delação e intimidação no meio universitário [...]"[109]. A agressão de IBF/Convivium que encheu diversas páginas de periódicos (Jornal do Brasil, O Globo, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo) é, por um lado, o indicativo do poderio do AHF e, por outro, do peso que possuía enquanto ferramenta na luta de classes. Esta briga entre PUC e IBF/Convivium não era senão expressão de fissuras existentes no interior das classes dominantes. O ataque de IBF/Convivium era motivado pela crescente adesão de setores católicos à luta pela abertura e mesmo às causas populares, o AHF os acusaria de adesão ao que chamavam de "socialismo totalitário"[110]. Isso revela uma faceta do desgaste das relações do Vaticano, que já denunciava a ditadura, e a autocracia burguesa no Brasil.

No fim da década de 70, na América Latina – incontestável área de influência e domínio de Washington – passaram a ocorrer algumas transformações, sendo a mais importante a Revolução da Nicarágua (1979), além de outros movimentos, que se não foram vitoriosos, alcança-

108 Idem, p. 87-88.

109 Idem, p. 21.

110 *Cf.* PAIM, Antonio (org.). *Liberdade acadêmica e opção totalitária*... Introdução.

ram maior sucesso do que na década anterior, entre eles a guerrilha em El Salvador. Nesta inclinação à esquerda, diz Eric Hobsbawm, surgiram novos personagens que passaram a atuar ao lado das causas populares, como a "teologia da libertação": padres católico-marxistas, que apoiaram, e até participaram e lideraram, insurreições[111]. A revista Convivium, atenta ao que acontecia no mundo, passara a atacar as personalidades brasileiras ligadas à corrente católica de esquerda. Adolpho Crippa diz que "não há uma filosofia para os ricos e uma filosofia para os pobres [...]. Dizer que pode ou deve haver uma ciência e uma teologia comprometidas com os ricos e poderosos e outra com os pobres e fracos, parece-me inqualificável absurdo"[112]. Convivium combatia assim os setores da Igreja que se posicionavam à esquerda.

Convivium publicou um minucioso estudo de Ricardo Vélez Rodrigues sobre a teologia da libertação; e posteriormente publicaria um livro do mesmo autor sobre o assunto (*Teologia da libertação: redenção ou despotismo*). Com a mesma tônica de Crippa, Vélez Rodrigues diz que tendência de esquerda entre setores católicos é nada mais que um "clericalismo a serviço dos interesses católicos"[113]. O tom de desqualificação vem acompanhado da denúncia das articulações da teologia da libertação na América Latina: relaciona todas as organizações católicas

111 Cf. HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*... p. 438-9

112 CRIPPA, Adolpho. A teologia comprometida. *Convivivum*, n. 3, São Paulo, maio-junho de 1981. p. 222-3

113 RODRIGUES, Ricardo Vélez. Teologia da libertação e tradição despótica. *Convivivum*, n. 1, São Paulo, janeiro-fevereiro de 1982. p. 17

que se inclinavam à esquerda (Movimento Internacional de Intelectuais Católicos, Juventude Universitária Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Operária Católica)[114], e nomeava o intelectual católico brasileiro Henrique de Lima Vaz como o articulador da teologia da libertação no Brasil. Rodrigues busca implicar a tendência como uma articulação da URSS na América Latina. Segundo o autor, após a crise dos mísseis de 1962, a União Soviética esboçou uma nova estratégia de penetração na América Latina:

> [...] a teologia da libertação é o elemento subversivo por excelência, [...] O projeto libertador que acalenta a teologia da libertação, e que pretende erigir como tradição sagrada a luta revolucionária, vem ao encontro direto de outra tendência que, originada na Rússia soviética, faz da luta revolucionária e do modelo totalitário por ela imposto, uma religião cujas divindades são os arautos que apregoam a nova fórmula salvadora.[115]

Desta maneira, aparelho de hegemonia cumpria uma das funções: *informar e delatar*, tornar conhecidas as articulações da teologia da libertação, e combater os inimigos de classe. Ambas tarefas partidárias são organicamente convergentes no IBF/Convivium.

Neste período, a revista passa a divulgar mais sistematicamente os estudos elaborados por seus membros nos períodos anteriores, notadamente as teses desenvolvidas

114 *Cf.* Idem, p. 17

115 Idem, p. 18-19.

por Antonio Paim – que veremos no último capítulo. Assim, os intelectuais de IBF/Convivium, Vélez Rodrigues e Nelson Saldanha, passaram a produzir artigos para disseminar a formulação teórica deste AHF. É o que podemos depreender dos inúmeros artigos dedicados à temática do denominado "pensamento brasileiro" e assuntos afins, a partir de 1978[116]. No início dos anos 1980, a revista também passou a ser grande divulgadora do liberalismo, principalmente da obra de John Locke (1632-1704).

Como vimos anteriormente, a autocracia burguesa criou o Partido Democrático Social; de nossa perspectiva, constituiu mais uma ação para tentar concretizar um novo *aggiornamento* visando dar manutenção à revolução passiva. O AHF IBF/Convivium não se furtou de mais essa tarefa. Antonio Paim, em artigo publicado em 1981, busca definir os marcos políticos da chamada "democracia social". Segundo ele, a democracia social se define tanto por um *juste milieu* – entre o keynesianismo e "totalitarismo soviético" –, quanto pelo "neoconservadorismo", que, em sua concepção, é o resgate dos teóricos clássicos do liberalismo[117]. No mundo da produção, diz Paim, a "democracia social" consolidaria a "co-gestão" das empresas, que colocaria "em primeiro plano os interesses comuns aos patrões e empregados em relação à atividade produtiva"[118].

---

116 *Cf.* Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB). *Índice da revista Convivium (1962-1987)*. Salvador: CDPB, 1989. p. 101-103.

117 PAIM, Antonio. *A democracia social em face das correntes políticas contemporâneas*. Convivivum, n. 6, São Paulo, novembro-dezembro de 1981. p. 433-435.

118 Idem, p. 438-439.

Assim, IBF/Convivium reaviva o velho projeto revolucionário-restaurador que já havia proposto anteriormente – o da criação da "comunidade de empresa". Mas Paim, cauteloso, diz que é importante que o voto nestas "comunidades de empresa" tenham um presidente "eleito pelos patrões"[119] – lhe cabendo o voto de minerva nas questões controversas entre as classes – e que a entre os representantes dos operários figure "obrigatoriamente" um quadro da burguesia. Assim, o AHF traz a proposta na qual os operários participam da administração da empresa, fazendo-os *co-gestores da própria exploração*; nesta "co-gestão" os patrões jamais perderiam a direção do processo decisório, pois lhes seria assegurado o voto de qualidade, com veto nas questões mais antagônicas.

Antonio Paim, enquanto intelectual orgânico da burguesia e quadro do AHF IBF/Convivium, enquanto homem que saiu do PCB num processo de transformismo, também não se furta de tentar estabelecer um rumo a ser seguido pela esquerda – aqui trataremos especificamente do PCB.

Nos anos 70, o então ilegal Partido Comunista se organizou dentro do MDB, e passou a implementar uma política de unidade ampla com os setores democráticos e "progressistas" visando combater a ditadura. O PCB acabou por priorizar a luta genérica pela democracia, "*sem procurar centrar esta luta nas movimentações dos trabalhadores*, também se encontravam descolados do

119 Idem, p. 438.

movimento operário-popular"[120]. Segundo Antonio Carlos Mazzeo, o PCB fora cooptado pela Frente Nacional de Redemocratização, criada em 1978; o partido deu amplo apoio à Frente, e acabou fortalecendo a tática da *transição pactuada* pelo alto. Por um lado esta política conduziu à diluição da esquerda organizada no MDB, por outro, esta lógica subordinaria o movimento operário à ação institucional: "no momento em que o MDB avançava, justamente porque impulsionado pelo movimento operário-popular, [...] o PCB assumia uma postura conciliadora ao participar da articulação 'pelo alto', [...] contribuindo objetivamente para o desmantelamento do núcleo democrático popular do MDB e para a rearticulação da hegemonia burguesa"[121]. Assim, essa política era expressão de um PC que não lograra romper com a revolução-passiva, que, mais uma vez, havia sido "embolsado" pela burguesia. Esta era a corrente majoritária dentro do PCB.

Os chamados "eurocomunistas", ainda que representassem uma corrente minoritária dentro do PCB, não rompiam em essência com este PC comprometido, antes de tudo, com a democracia burguesa. A maior expressão intelectual do eurocomunismo é a obra de Carlos Nelson Coutinho, *A democracia como valor universal*[122]. O autor, que permaneceu no PCB até início dos anos 1980, define a

120 MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada*... p. 161 – grifos do autor.

121 Idem, p. 166.

122 COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*: notas sobre a questão democrática no Brasil. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

democracia como um "valor historicamente universal"[123]. Nesta acepção, a democracia poderia trazer uma "progressiva socialização dos meios de governar"[124], o que, por sua vez, levaria ao socialismo. O trecho a seguir clarifica a concepção de Coutinho:

> [...] o socialismo não elimina apenas a apropriação privada dos frutos do trabalho coletivo; elimina também – *ou deve eliminar* – a apropriação privada dos mecanismos de dominação e de direção da sociedade em seu conjunto. [...] essa reapropriação só se tornará possível por meio de uma articulação entre os organismos populares de democracia de base e os mecanismos "tradicionais" de representação indireta (como os parlamentos). [...]
>
> A ideia dessa articulação entre democracia representativa e democracia direta faz parte do patrimônio teórico do marxismo. Assim, já em 1919, o austromarxista Max Adler [...] propunha – no processo de transição ao socialismo – uma interação entre o parlamento e os conselhos operários, *o que o colocava na época numa posição intemediária entre o bolchevismo e a social-democracia de inspiração kautskyana*.[125]

Assim, Coutinho propunha a que o socialismo poderia ser alcançado pela "democracia progressiva", ou seja, a luta democrática, e por sua radicalização colocava-se no primeiro plano da luta de classes, como tática para a constituição do "autogoverno dos produtores associa-

123 Idem, p. 20.

124 Idem, p. 27.

125 Idem, p. 27-28.

dos"[126]. Interessante notar que ele apresenta esta alternativa como o *juste milieu* entre o "bolchevismo" e a social-democracia de Kautsky. Coutinho incorporara tão bem a revolução passiva que chegou mesmo a agradar nada mais, nada menos que o AHF IBF/Convivium.

Em um primeiro momento, Antonio Paim questiona: "*como fica o sr. Carlos Nelson Coutinho – autor do livro A democracia como valor universal, São Paulo, 1980 – [...] que aparentemente reconhecia o erro da crítica comunista aos chamados depreciativamente "aspectos formais" (pluralidade partidária, direito de voto, autonomia do parlamento, etc.)*?"[127] Para em seguida responder: "*Os liberais brasileiros apreciaram deveras a constituição de um partido comprometido com o socialismo democrático. [...] no Brasil teria um papel importante a desempenhar, num debate esclarecedor acerca das alternativas de organização social para o nosso país*"[128]. Mas não era só Paim que simpatizava com a "democracia-valor universal". Coutinho já havia expressado no seu famoso livro a sua adesão à interpretação de Paim e Mercadante ao chamado "pensamento brasileiro" – rende elogio a Mercadante, aceita a sua tese da "conciliação" que veremos no próximo capítulo[129]. Vemos assim, que IBF/Convivium ocupavam lugar de destaque entre as forças da revolução passiva no Brasil, num primeiro momento por ter cooptado Paim e Merca-

126 Idem, p. 29 – grifos nossos e do autor.

127 PAIM, Antonio. *Teoria e prática da esquerda*. Convivium, São Paulo, n. 2, março-abril de 1982. p. 132 – grifos nossos.

128 Idem, p. 135 – grifos nossos.

129 Cf. COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*... p. 75-76.

dante – o *transformismo* – nos anos 1950 e, posteriormente, por impor-se a intelectuais da esquerda brasileira, aqui especificamente Carlos Nelson Coutinho.

A partir de 1982, IBF/Convivium reforçara a sua organização intelectual com a criação do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB). Localizado em Salvador, o CDPB contara com amplo apoio da burguesia, seja através dos financiamentos de empresas como a Companhia Petroquímica do Nordeste S.A. (COPENE), a Petroquímica da Bahia, o Banco da Bahia Investimento, a Citrosuco do multinacional Grupo Fischer, e do Banco de Tókio; seja através dos financiamentos estatais obtidos através da Secretaria de Indústria e Comércio da Bahia, da Empresa de Turismo da Bahia (Bahiatursa) e da Prefeitura de Salvador[130]. Neste mesmo ano, IBF/Convivium lançaram o *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*[131], composto por 7 apostilas, que totalizam 14 aulas. Amplamente difundido, teve financiamento do Estado, obtido através da Universidade de Brasília.

Até meados dos anos 1980, o regime tentava limitar o processo de abertura política a uma *descompressão tutelada*. No entanto, este projeto dos militares, fragilizava-se devido às profundas divisões existentes entre setores da caserna. Os atos terroristas dos anos 1980-81, princi-

130 Cf. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB). *Índice da revista Convivium (1962-1987)*. Salvador: CDPB, 1989. p. 02.

131 PAIM, Antonio (org.). *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*. Brasília: Editora da UNB, 1982.

palmente o do Riocentro (1º de maio de 1981), demonstravam a profundidade destas divergências; a própria equipe responsável pelo processo de abertura acabou desfigurada, o general Golbery do Couto e Silva fora afastado. As eleições de 1982 para governador dos estados da federação representaram o fim do projeto tutelado pelos militares, pois as oposições conquistaram a maioria dos executivos estaduais. No entanto, a transição permaneceu "altamente negociada"[132]. Neste sentido, a campanha das Diretas-Já, iniciada em 1983, formava uma heterogênea oposição, formada pelos partidos – PMDB, PDT, PT –, intelectuais, artistas e diversas associações – como OAB, ABI, CNBB. A democracia burguesa se impôs como reivindicação obrigatória na agenda da transição.[133]

Neste quadro, a burguesia já acumulava uma importante vitória conquistada no período de 1978-81. O movimento reivindicatório operário e da classe média (professores, funcionários públicos, etc.) não lograra destruir o sindicalismo de Estado; manteve-se intacto o mecanismo estatal de corporativização e, consequentemente, sua "importância como instrumento estatal de moldagem, indução ou intervenção na prática das classes trabalhadoras"[134]. Assim, os agentes da revolução passiva brasileira mantinham um importante instrumento – herdado ainda da Era Vargas – de contenção do proleta-

132 MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente*... p. 87.

133 Idem, p. 88.

134 SAES, Décio. *República do capital*... p. 66.

riado. Segundo Décio Saes, os sindicatos continuavam politicamente controlados pelo Estado, ainda que em última instância. Isto constituía uma importante vitória da burguesia para manter o controle sobre o processo de abertura política.

IBF/Convivium promovia uma campanha contra as organizações da classe trabalhadora, sem deixar de lado o seu campo de lutas privilegiado (a Universidade):

> Os brasileiros assistimos estarrecidos, há alguns dias, *ao mais claro exemplo de autoritarismo sobre os meios de comunicação*: os penosos sessenta minutos de transmissão compulsória de propaganda político -partidária do PT, [...] os afoitos petistas [...] só têm para oferecer sonhos, [...].
>
> [...] [O] absoluto desconhecimento dos petistas acerca da realidade política do país, [...] em que tomam assento professores universitários – alguns muito bem remunerados como a professora Marilena Chauí –, líderes da oligarquia sindical que pretende dirigir os operário metalúrgicos e petroleiros, sindicalistas rurais, economistas, artistas de TV, sociólogos, etc. Constituída em vanguarda do operariado, essa variada elite se sente a representante natural dos trabalhadores brasileiros [...].
>
> Depois de reduzir simploriamente a representação, vem uma outra flor da plataforma petista: a realidade do Brasil e do mundo explica-se pela eterna oposição contraditória entre opressores e oprimidos. Os opressores seriam o capitalismo nacional e o transnacional, identificado esse último com o Fundo Monetário Internacional. Os oprimidos, todos os trabalhadores.

> [...] *Não pronunciam nenhum palavra de censura contra o arbítrio decorrente de uma legislação autoritária que lhes favorecia com a requisição compulsória dos meios de comunicação. Nem lhes passou um momento pela cabeça a ideia de que tal expediente constitui uma declarada opressão, de inspiração autocrática, do Estado sobre as Empresas de comunicação, como salientou oportunamente a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV.*[135]

Portanto, a Convivium passava a implementar uma campanha contra as organizações da classe trabalhadora, seja ao PT, seja aos novos sindicalistas, seja aos intelectuais orgânicos do proletariado. Interessante notar que, a democracia burguesa tendo sido imposta aos rumos do país, o AHF faz uma viragem ideológica: passa a criticar o autoritarismo, a autocracia. De aparelho de hegemonia da autocracia, a revista Convivium acompanha os últimos acontecimentos e passa combater como "força democrática" e passa, inclusive, a tentar impor um rumo à futura Assembleia Nacional Constituinte, que, nesta acepção, deveria ser o "*Símbolo da ruptura pacífica com o passado; símbolo da conciliação nacional*"[136].

Como já vimos anteriormente, a revolução passiva se expressa também nas interpretações teóricas elaboradas pelos intelectuais orgânicos da revolução-restauração. Neste sentido, Paulo Mercadante tenta consolidar a

---

135 RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. O pesadelo do PT. *Convivium*, n. 4, São Paulo, julho-agosto de 1983. p. 292 – grifos nossos.

136 Convivium. *Apresentação. Convivium*, n. 4, São Paulo, julho-agosto de 1985. p. 280 – grifos nossos.

seguinte visão historiográfica da história recente do país (1964-1985):

> Em primeiro lugar, houve um gradualismo nas medidas. Depois, sentiu-se o caráter moderado delas. À culminância do autoritarismo, atingida durante a aplicação do Ato Institucional nº 5, opôs um programa de reversão, lento e cauteloso, cujas etapas constituíram o chamado processo de abertura democrática.
>
> Os anos oitenta já tiveram começo com a Nação apaziguada, [...] A moderação, como constante, fez-se outra vez prevalecente. [...]
>
> Eliminava-se a alternativa revolucionária, apesar dos movimentos populares pelas "diretas-já" [...].
>
> A unidade do País foi uma obra da tolerância. Todos cederam e nesse exercício especializaram-se os políticos, firmados numa ética de responsabilidade. Quando as forças impacientes revelaram-se ativas ou provocaram o receio de rupturas no processo econômico e social, segmentos conservadores e liberais rebelaram-se contra o Executivo [...]. *Não duvidem as gerações de hoje de que os fatos se repetirão caso os erros de avaliações de força se repitam*.
>
> O equilíbrio é indispensável e as reformas, quaisquer que sejam, devem ser orientadas no sentido da moderação e do gradualismo.[137]

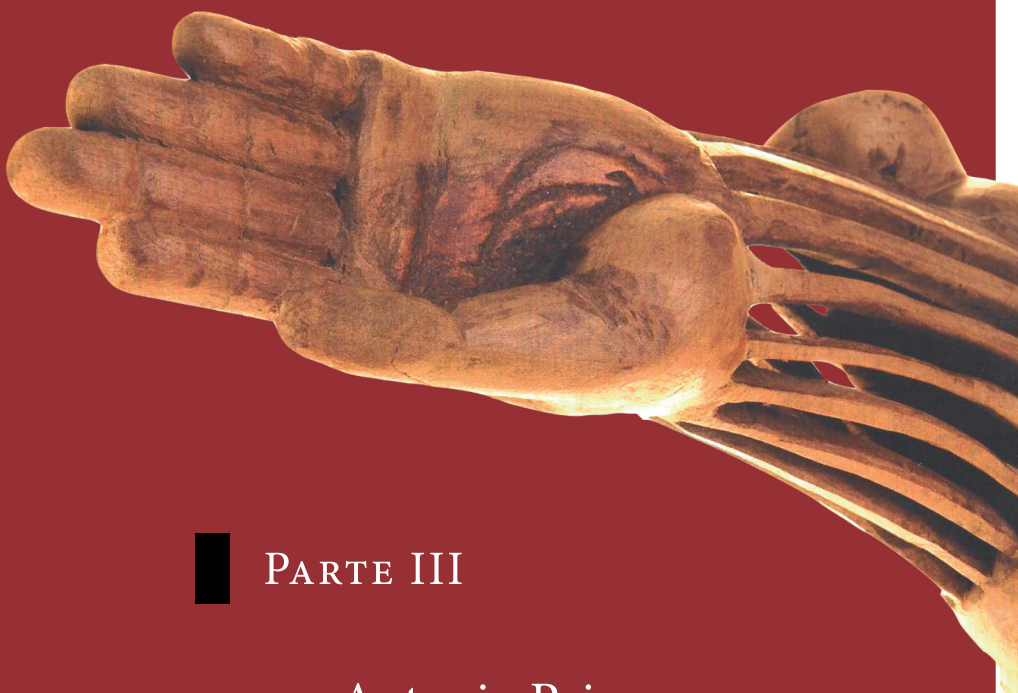
Mercadante busca construir a visão de que a ditadura fora constituída por medidas "moderadas e graduais",

137 MERCADANTE, Paulo. Por uma constituição genuína. *Convivium*, n. 4, São Paulo, julho-agosto de 1985. p. 307-311 – grifos nossos.

com um breve intervalo na moderação quando do AI-5; em sua concepção a ditadura teria sido marcada pela "tolerância", o golpe, seria uma "mera" revolta contra a "impaciência" das tentativas de ruptura. Por fim, Mercadante prega a moderação e o gradualismo, após já ameaçar com a possibilidade de um novo golpe de Estado.

o0o

Chegamos ao fim do recorte cronológico (1964-1985) que propomos para a nossa análise. Gostaríamos de brevemente sublinhar que o AHF IBF/Convivium, por sua práxis diretiva-organizativa-educativa, coadunadora de sua classe social, por diversos momentos se confundia com um partido político (na acepção de Antonio Gramsci). IBF/Convivium foi, definitivamente, peça fundamental para aparelhar a burguesia para os embates intelectuais da luta de classes. Maleável, em determinados momentos assumira uma máscara mais academicista, em outros momentos saíra para o embate aberto contra os inimigos da burguesia – sempre se adequando ao constante *aggiornare* característico da revolução passiva, na contenção do marxismo e impedindo que a luta de classes tomasse mais corpo e ascendesse às alturas do pensamento em um sentido contra-hegemônico.



Parte III

Antonio Paim: de militante do PCB a intelectual orgânico da burguesia

Toda geração socialista encontrará o seu Kronstadt. [...] O Kronstadt de minha geração foi o relatório Kruschev, apresentado ao XX Congresso do Partido Soviético, em que denuncia a repressão efetivada contra os próprios comunistas. Sua repercussão no Brasil foi registrada no magnífico depoimento de Osvaldo Peralva em O Retrato.

(Antonio Paim)

Antonio Ferreira Paim nasceu na Bahia, em 1927. Antes de completar 30 anos de idade, foi membro do PCB, secretário do periódico *Imprensa Popular*, cursou filosofia na Universidade Lomonosov, na Moscou soviética. Segundo relata seu irmão Gilberto Paim[1], foi em sua estada naquele país que se desapontou com o comunismo, pois, entre outras coisas, teve problemas em trazer sua noiva para o Brasil, e "passou a cultivar desprezo atroz ao chamado socialismo real"[2]. Mas a desilusão definitiva teria ocorrido com o relatório

1 PAIM, Gilberto. Antonio Paim, pelo seu irmão Gilberto. IN: PROTA, Leonardo (org.). *Anais do 4º encontro de professores e pesquisadores da filosofia brasileira.* Londrina: Ed. UEL; CEFIL, 1996. p.189-191.

2 Idem, p.190.

Kruschev, em 1956, momento em que deixa o PCB com um grupo, entre os quais Paulo Mercadante.

No Rio de Janeiro, Paim graduou-se ainda em engenharia e filosofia. Após a saída do PC, aproximou-se de Miguel Reale. No IBF desenvolveu sua obra mais importante: *História das ideias filosóficas no Brasil*[3] – originalmente publicada em 1967, mas com sucessivos acréscimos e reedições, tendo sua versão final 30 anos depois, em 1997. Na capital fluminense iniciou carreira universitária como professor auxiliar da Universidade Federal do Rio de Janeiro, desde 1971 foi professor titular do Departamento de Filosofia da PUC-RJ, e titular da Universidade Gama Filho (UGF). Aposentou-se em 1989. Na PUC organizou e coordenou um mestrado voltado ao estudo do "pensamento brasileiro", na UGF um programa de pós-graduação em "pensamento luso-brasileiro" – desenvolvendo trabalhos também em Portugal[4]. Em 1982, criou o CDPB, na cidade de Salvador. Além do já citado IBF, participa de diversas entidades: Academia Brasileira de Filosofia, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Academia de Ciências de Lisboa, Instituto de Filosofia Luso-Brasileira (Lisboa), foi assessor da presidência do Partido da Frente Liberal (PFL, hoje denominado Democratas), membro da diretoria nacional do Instituto Tancredo Neves (ITN) – fundado em 1985, que,

3 PAIM, A. *História das ideias filosóficas no Brasil*. 3ªed. São Paulo: Editora Convívio, 1984.

4 Informações colhidas em RODRIGUEZ, Vélez Ricardo. *Antonio Paim*: vida, obra, pensamento. IN: www.ensayistas.org/filosofos/brasil/paim/paim.htm – consultado em maio de 2007.

por sua vez, "atua em sintonia com os quadros dirigentes do Partido da Frente Liberal, buscando consolidar as diretrizes e doutrinas do PFL, além do fortalecimento do Partido no cenário político brasileiro"[5]. É organizador do *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*[6], material de formação/educação. Desde os anos 50 "integra a consultoria brasileira onde teve a oportunidade de participar de importantes projetos relacionados ao setor de transportes, ao desenvolvimento regional, à economia agrícola e à educação e recursos humanos, além de prestar assessoria a diversos órgãos oficiais, entre estes BNDES, FINEP, Governo do Estado da Bahia, Ministério da Aeronáutica e Ministério da Agricultura"[7].

Paim é autor de vasta obra dedicada principalmente à denominada "história das ideias" no Brasil. Aqui nos dedicaremos em expor sua concepção de história das ideias, que está sistematizada de forma mais acabada na *História das ideias filosóficas no Brasil* (originalmente publicada em 1967), e complementaremos a exposição com outras obras de modo a aprofundar e clarificar. A trajetória de vida de Paim envolve seu percurso intelectual, e este, por sua vez, engloba tanto suas obras quanto sua movimentação político-social. Neste capítulo, trataremos especificamente de sua produção bibliográfica.

---

5 www.itn.org.br/origem.asp – consultado em 03/09/2007.

6 PAIM, A. *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*. Brasília: Editora da UNB, 1982. 7 volumes.

7 RODRIGUEZ, Vélez Ricardo. Op. cit. sem página.

Antes de nos determos em Paim, é importante falar da contribuição de Miguel Reale, que é o intelectual que iniciou a organização da denominada "escola culturalista" e que elaborou alguns princípios norteadores dos culturalistas. Reale escreveu em 1959 a obra *Filosofia em São Paulo*[8], na qual dizia dar "preferência a momentos ou contribuições que não têm sido objeto de análise por parte dos historiadores de nossas ideias"[9]. No capítulo *Momentos olvidados do pensamento brasileiro*, o autor delineará alguns aspectos da "história das ideias" no Brasil que, em sua concepção, se constituem problemáticos e que devem ser evitados. Um deles seria formado por duas questões: (I) a "*influência do meio social*"[10] – que pode levar a "decairmos" para uma "*pura apreciação de caráter histórico-sociológico*"[11] -, e (II) a "*influência das doutrinas como tais*"[12] – o autor fala aqui das doutrinas estrangeiras que chegam ao Brasil e passam a ser aqui meditadas, e, neste sentido, diz o seguinte:

> Se, no entanto tivemos o mérito de nos colocarmos humildemente na posição de discípulos, talvez já seja tempo de irmos vencendo certa timidez que nos tem tolhido o caminho da *meditação autônoma*, uma espécie de complexo de inferioridade que nos leva a repetir o já pensado alhures, sem a necessária

8 REALE, Miguel. *Filosofia em São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1962.

9 Idem, p.07.

10 Idem, p.09.

11 Idem, p.09.

12 Idem, p.09.

> tentativa de uma *elaboração pessoal dos problemas*, em consonância com as nossas *circunstâncias histórico-sociais* e, sobretudo, atendendo à nossa intransferível condição de homens atraídos pelos valores da verdade, do belo, do justo e do santo. [13]

O autor vê a necessidade de uma "meditação autônoma", e do acerto de contas com as "circunstâncias histórico-sociais", visto como algo problemático. Alternativamente ele propõe a "elaboração pessoal dos problemas". Mas o que significa isso?

Miguel Reale diz que na recepção das ideias, estas sofrem às vezes por aqui "deformações dotadas de significado especial nos horizontes de nossa cultura"[14]; e que isso torna suscetível a configuração de um "processo nacional de ideias"[15]. E, prossegue o autor, o que faltaria para estabelecer esse processo é a "ausência de uma genética", de uma "seriação nas ideias", de forma que "não temos tradições intelectuais"[16]. E isso é consequência, para ele, da existência de "certos momentos ainda obscuros ou pouco elucidados do pensamento nacional, [...] há, em suma, *momentos olvidados*, mas nem por isso menos decisivos, correspondentes a 'elos', a 'derivações' ou a 'constantes' na história de nossas ideias"[17]. Entendemos assim que Reale tinha, nos anos 1950, a preocupação de estabelecer a continuidade –

13 Idem, p.10 – grifos nossos.

14 Idem, p.11.

15 Idem, p.11.

16 Idem, p.12 – citando a obra de Silvio Romero *Filosofia no Brasil* (1878).

17 Idem, p.14 – grifos do autor.

explicitada nos termos *elos*, *derivações* e *constantes* – entre os diversos pensadores de forma que permitisse a construção de uma (ou mais) tradição intelectual nacional. Mas que tradição seria essa? Que lugar ocuparia Reale e seus colaboradores diante dela?

Reale diria que, para atingir tal objetivo, deve-se evitar a "filosofia em mangas de camisa"[18], ou seja, através de uma "análise serena", escrever *sobre* os autores; evitando a "crítica externa", que se caracterizaria pela tomada de posição, por escrever *pró* ou *contra* determinada obra. Ou seja, para ele deve-se evitar o posicionamento, o combate de ideias. Quais são as implicações deste "método", desta forma de estudar? Tentaremos responder as questões que formulamos aqui e no parágrafo anterior no decorrer do trabalho.

No breve texto *Momentos olvidados do pensamento brasileiro*, Reale investe ainda numa "visão panorâmica das ideias filosóficas no Brasil"[19], ou seja, expor aquilo que, em sua concepção, se destaca, que mais reluz. E, na história do Brasil, o autor escolhe o Império (1822-1889) – lança:

> A reconstituição histórica da época de D. João VI e do primeiro Império, especialmente graças a penetrantes e conhecidas biografias, revela bem a instabilidade dos fatores políticos-sociais então em conflito. Importa, porém, dar maior atenção ao movimento das ideias, ao jogo ou ao contraste entre as tendências filosóficas então em voga [...]. [20]

18 Idem, p. 14.

19 Idem, p. 25.

20 Idem, p. 18.

Vemos assim que o problema das questões históricas começa a ser encaminhado pelo autor: para ele interessa antes atentar para a questão das ideias; ou seja, Reale separa o "movimento das ideias" e as "tendências filosóficas" dos "fatores político-sociais", operando uma separação entre pensamento e história.

Reale destaca personalidades que teriam dado impulso a filosofia no Brasil, tais como: José Bonifácio, que era homem que desprezava os "sonhadores de uma transformação social mais profunda"[21]; Silvestre Pinheiro Ferreira, "talvez a figura mais expressiva da cultura portuguesa nas primeiras décadas do século XIX [...]"[22], responsável pelas primeiras edições da Imprensa Régia, e, como veremos posteriormente, grande difusor do ecletismo; José da Silva Lisboa – o Visconde de Cairu – responsável pela tradução de extratos da obra de Edmund Burke[23]; o padre Diogo Antonio Feijó, que estudou Kant, é destacado por Reale por tentar "*conciliar* certos ensinamentos da Filosofia crítica com as verdades tradicionais"[24].

Além destes personagens, Reale destaca ainda o impulso dado à filosofia pelas faculdades de direito de Olinda, São Paulo – nesta última houve estudos a respeito

21 Idem, p. 18.

22 Idem, p. 19.

23 E. Burke ficou postumamente conhecido pela sua crítica à Revolução Francesa (1789) e seu impulso ao surgimento de um "pensamento Conservador autônomo". Cf. SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org.), et alii. *Dicionário crítico do pensamento da direita*: ideias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000. p. 66.

24 Idem, p. 23.

de Krause que "encantava pela aparente *conciliação das doutrinas*"[25] – e, posteriormente, Recife – onde em torno de Tobias Barreto se formou a chamada Escola do Recife, de qual a escola culturalista se reconhece como herdeira. Mas as contribuições destes homens à filosofia devem ser entendidas, de acordo com Reale, sob o peso de "uma *inclinação constante* de nosso pensamento para as *soluções ecléticas*, as combinações vistosas de teorias"[26]. Mas Reale aprofunda sua visão e, para além dessa "propensão inalterável", avalia o papel do ecletismo, que teria sido "entre nós, acima de tudo, um ato de *conciliação* ou de *compromisso*, suscetível de gerar a paz interior nas consciências, e, ao mesmo tempo, um acordo sobre os pontos essenciais de uma cosmovisão tranquila e harmônica [...]"[27].

Portanto, Miguel Reale salienta sempre a conciliação – seja de doutrinas, seja de "verdades tradicionais" com o que chama de "filosofia crítica" – e estas são entendidas pelo autor numa tendência do pensamento nacional que, em sua opinião, inclina-se às "soluções ecléticas" e, de propensão a sistema filosófico, chega ao ecletismo que teria mesmo se materializado em atos conciliatórios e compromissados – de forma que, pode-se dizer, o autor coloca pensamento filosófico acima da história. Cabe ainda dizer que, a meio caminho, entre o ecletismo e a sua tendência (ou vice-versa), Reale encontra lugar para um certo "kantismo" e mostra-se menos preocupado com o fato de que no Império o pensa-

25 REALE, Miguel. *Filosofia em São Paulo*..., p. 29.

26 Idem, p. 21 – grifos nossos.

27 Idem, p. 25 – grifos nossos.

mento do filósofo de Königsberg ter sido "conhecido" por obras de divulgação, da autoria de terceiros, e mais interessado com a questão do estabelecimento da tradição – como veremos posteriormente.

Muitas das questões colocadas e caminhos abertos por Reale foram retomados por Antonio Paim, da mesma forma que por Paulo Mercadante. Adiante tentaremos mostrar como Paim investe em muitas das questões colocadas pelo autor de *Momentos Olvidados do Pensamento Brasileiro,* e tenta aprofundá-las. Se, por um lado, Reale e Paim dizem estar resgatando momentos esquecidos da filosofia no Brasil, por outro lado eles buscam relegar ao esquecimento outros instantes filosóficos, como a tendência do liberalismo radical. Demonstram também que a hegemonia filosófica é uma necessidade secular da classe dominante brasileira, desde os primeiros momentos da edificação do Estado nacional.

3.1 A *História das ideias filosóficas no Brasil*, de Antonio Paim

A *História das ideias filosóficas no Brasil,* originalmente publicada em 1967, e com sucessivas publicações[28], é a obra onde Antonio Paim expõe de forma mais sistematizada e mais densa a sua concepção da denominada "história das ideias", onde desenvolve muitos pressupostos colocados

28 1ª edição: São Paulo: Grijalbo / Usp, 1967. 2ª edição: São Paulo: Grijalbo, 1974. 3ª edição (revista e aumentada): São Paulo: Editora Convívio, Instituto Nacional do Livro, Fundação Pró-Memória, 1984. 4ª edição: São Paulo: Editora Convívio, 1987. 5ª edição: Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 1997.

inicialmente por Miguel Reale, onde divulga os intelectuais ligados à chamada "escola culturalista" e ao IBF e seus respectivos trabalhos. Esta obra mereceu por parte do autor sucessivas reinvestidas resultando nas diversas republicações, de forma que, pode-se dizer, é a sua mais importante obra. Utilizaremos aqui a 3ª edição[29] e, utilizaremos também *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*[30], particularmente interessante porque o autor desenvolve neste de forma mais sintetizada a sua concepção.

Um pressuposto simples dos culturalistas, mas que não pode ser evitado para uma correta compreensão deles, é a consideração da cultura como "*uma esfera especial de objetos que se apresenta numa situação privilegiada* [...]"[31]. Esta noção, da cultura como esfera "especial", "privilegiada", dirão os culturalistas, é uma herança de Tobias Barreto – como veremos no decorrer da exposição. Paim desenvolveu seus estudos buscando estabelecer as tradições culturais na história das ideias no Brasil, privilegiando as permanências – à revelia das rupturas. Como veremos, Paim trabalha com a noção de "ciclos" do pensamento: primeiro ele abordará o ciclo da segunda escolástica portuguesa, o ciclo pombalino e o seu empirismo mitigado, e o ciclo do ecletismo; esses seriam os germes da filosofia no Brasil.

---

29 PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*. 3. ed. revista e aumentada. São Paulo: Editora Convívio, Instituto Nacional do Livro, Fundação Pró-Memória, 1984.

30 PAIM, Antonio. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*. 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Editora Convívio, 1986.

31 PAIM, Antonio. A corrente culturalista. São Paulo, Revista *Convivium*, maio-junho de 1977, p.215 – grifos nossos.

3.2 O início de tudo: o estabelecimento dos rudimentos das tradições do pensamento no Brasil

Para Paim, o primórdio da filosofia brasileira seria o período da segunda escolástica portuguesa, que ocorre durante o século XVII até a primeira metade do XVIII, marcado pela Contra-Reforma, momento em que os jesuítas teriam isolado Portugal do resto da Europa. O pensamento colonial, marcado pela *meditação jesuíta*, foi conceituado como *saber de salvação*[32], que se caracterizava pelo desprezo do mundo, identificando-o como a dimensão corpórea, e que os homens teriam de vencer a transitoriedade da tentação para alcançar a eternidade da salvação.

O espírito escolástico não aceitava a dúvida, a pesquisa aberta. Aquele período fora marcado pela inquisição do Santo Ofício e pelo controle jesuíta do ensino (*Ratio Studiorum*), em que o ensino superior se limitava ao estudo de uma filosofia aristotélica subordinada à teologia de S. Tomás de Aquino. Paim diz que a escolástica foi criticada durante o século XVIII por homens que retornavam de seus estudos no exterior; entre estes se destacaria Luiz Antonio Verney (1713-1792). Verney levou para Portugal a física cartesiana e newtoniana, inovações à filosofia e outras disciplinas. Para Paim "não pode haver a menor dúvida de que a ambição de Verney consistia precisamente em levar a cabo, em Portugal, uma reforma tão profunda do pensamento como a que coroa, com Locke,

32 Este conceito foi criado por outro membro da escola culturalista, Luís Washington Vita, exposto em sua obra: *Antologia do Pensamento Social e Político no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968.

na Inglaterra"[33]; e entende que, mesmo com suas limitações, o debate assim aberto por Verney é que possibilitou a reforma pombalina da Universidade em 1772.

3.3 O "empirismo mitigado" e o "problema" da transformação social

Para Antonio Paim, o "ciclo" seguinte é o pombalino. Com a expulsão dos jesuítas em 1759, Pombal teria cindido violentamente o "pensamento nacional". Com a Universidade reformada, em 1772, a obra do sacerdote italiano Antonio Genovesi (1713/1769) torna-se oficial, e esta seria marcada por um empirismo "devidamente escoimado das perplexidades e dúvidas"[34] presentes em Verney: o denominado "empirismo mitigado", definido por Paim da seguinte maneira:

> O adjetivo visa indicar que se trata de um empirismo que evitou ciosamente todas as dificuldades que essa espécie de filosofia vinha enfrentando nas ilhas britânicas. Nesse aspecto essencial, o *empirismo mitigado* não estabeleceu nenhuma definição mais precisa. A simples exaltação do conhecimento experimental e a condenação frontal da metafísica tradicionalmente cultivada em Portugal.[35]

Nesta concepção, o "empirismo mitigado" é a "corrente oficial", expressão filosófica do ciclo pombalino,

33 PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*... p. 226.

34 Idem, p. 231.

35 PAIM, Antonio. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*... p. 26.

que se caracterizaria por uma "orientação utilitária"[36] da ciência, "voltada para o ideal de promover novo período de apogeu e riqueza para Portugal"[37], e, neste sentido, a reforma da Universidade visaria à formação de profissionais, voltados a exercer as atividades necessárias para alavancar Portugal da decadência. E, todo o problema do período, diz Paim, se resume na:

> [...] conciliação que se buscou estabelecer entre eliminação da Escolástica; entronização da ciência e exaltação da riqueza, de um lado, com a manutenção, de outro lado, das doutrinas e instituições como a monarquia absoluta e a defesa da origem divina do poder do monarca; *o monopólio estatal de numerosas atividades econômicas* e as doutrinas mercantilistas, entre outras, que conflitavam abertamente com o propósito de incorporar a modernidade, expresso na mudança de posição em face da ciência.
>
> [...] semelhante empenho de inserir a modernidade num arcabouço tradicionalista, acabou gerando certa disponibilidade em matéria ético-política. Assim [...] a *nova geração de prelados pernambucanos aderiu ao radicalismo político*, passando a privilegiar a *revolução pelas armas*, como método a ser aplicado à *reforma social*.[38]

O autor dá um salto para estabelecer a "herança" pombalina, que começa a delinear a partir do germe do empirismo mitigado, perpassando as relações entre o

36 Idem, p. 26.

37 Idem, p. 27.

38 Idem, p. 27 – grifos nossos.

Estado e a economia, a revolução armada e culminando com a transformação social. Mas o que incomoda Paim, tomando por base as últimas duas citações, é a transformação da realidade, seja ela o enriquecimento de Portugal, ou a transformação social; posteriormente veremos que essa é a crítica feita ao chamado cientificismo. Quanto à "nova geração de prelados pernambucanos", o autor se refere aos atores da revolução republicana pernambucana de 1817. Mas Paim não pára por aqui e continua a crítica ao denominado empirismo mitigado:

> Os corifeus do empirismo mitigado, despreocupados da discussão teórica e, deste modo, de coerência interna da doutrina, viram-se privados da possibilidade de situar-se criticamente em relação às ideias políticas francesas, engendrando o curioso fenômeno do *liberalismo radical*. A evolução histórica comprovaria que este não tinha em seu favor maiores suportes sociais. Se foram capazes de levar o país à beira da anarquia nos três lustros subsequentes à Independência, não tiveram acesso ao poder.[39]

Paim vê o liberalismo radical como uma consequência da falta de preocupação teórica – enquanto característica do empirismo mitigado – e isto levou a um "entendimento unilateral e faccioso da ideia liberal, ao inspirar-se nas ideias políticas francesas"[40]; e "os que aderem às ideias revolucionárias vindas da França, simplesmente as

39 PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*... p. 237 [grifos do autor] – Paim chama de "corifeus do empirismo mitigado" os lentes das antigas aulas régias, além dos liberais radicais (cf. p. 233-4).

40 Idem, p. 242.

adicionam ao arcabouço básico fornecido pelo empirismo mitigado"[41]. Mas é importante notar que Antonio Paim busca desta maneira construir a permanência do empirismo mitigado com base em uma definição genérica de sua expressão concreta: a intervenção monopolizadora do Estado na economia, a "revolução pelas armas", a "reforma social". Essa definição com grande caráter de generalidade permite ao autor, como veremos posteriormente, incluir nesta "tradição" teorias tão díspares como o positivismo e o marxismo. Desta forma, Frei Caneca cai na malha de Paim: o cônego teria incorporado as ideias francesas acriticamente, resultando "uma espécie de *autoritarismo* libertário"[42]. Para Paim, Caneca teria se equivocado por não compreender a questão da representação, que teria garantido a convivência com a oposição.[43]

Paim diz ainda que a polarização liberalismo radical *vs.* Ordem – sendo ambos absolutistas, em sua acepção – "tornar-se-ia o principal ponto de referência na obtenção do consenso da maioria, que promove o Regresso e dá início à organização das instituições do sistema representativo"[44]. Desta construção, o autor depreende que o "justo meio" (*juste milieu*) teria passado a ganhar maior alento, equidistante dos "absolutismos". O autor diz ainda que tal acontecimento se deve à superação do empirismo mitigado, e esta, por sua vez, faria nascer a "filosofia brasileira".

41 Idem, p. 243.

42 Idem, p. 244 – grifos do autor.

43 Idem, p. 248.

44 Idem, p. 248.

3.4 O ecletismo como momento central da história das ideias no Império

A superação do empirismo mitigado e de seu corolário, o liberalismo radical, diz Paim, viria com a contribuição de Silvestre Pinheiro Ferreira, que teria lançado "as bases para o debate dos temas modernos, que iria empolgar parte da intelectualidade nas décadas de trinta e quarenta"[45] do século XIX. Inicia-se assim, para o autor, um novo ciclo. Silvestre viveu de 1802 a 1809 na Alemanha, onde se familiarizaria com o kantismo, acompanhando as conferências de Fichte e Schelling. Chegou ao Brasil junto com a Corte Portuguesa e aqui permaneceu até 1821, quando volta para Portugal junto com D. João VI ocupando as pastas do exterior e da guerra do governo imperial. Em sua estada no Brasil, desde 1813, ministrou um curso de filosofia no Real Colégio de S. Joaquim, além de ter escrito duas obras – as *Preleções Filosóficas* e *Cartas sobre a Revolução do Brasil*. Nestes escritos, Silvestre Pinheiro, diz Paim, revela-se um adepto de Locke, mas sem qualquer radicalismo, conciliaria a tradição aristotélica com a modernidade de Locke. Paim diz que Silvestre tinha compromisso com o liberalismo político, de forma que seu objetivo era dar continuidade às reformas pombalinas em conjunto com a "liberalização das instituições políticas"[46] – evitando uma ruptura -, com o intuito de fortalecer a monarquia constitucional, pois seria partidário de um liberalismo moderado, "equidistante do 'absolutismo

45 PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*... p. 254.

46 Idem, p. 272.

real' e do 'jacobinismo democrático de tipo rousseauniano'"[47]. Para Paim, essas seriam suas maiores contribuições: sua participação na transição sem sobressaltos da monarquia absolutista para a constitucional, a superação do "empirismo mitigado" e os debates promovidos no seu curso – onde teria conduzido a intelectualidade brasileira "ao tema crucial da liberdade humana" – de maneira que "a obra do grande filósofo português corresponde, no pensamento brasileiro, ao momento de transição para o ecletismo"[48]. Na *História das ideias filosóficas no Brasil*, o intelectual português é avaliado da seguinte maneira:

> Ausência de imprensa livre e de organizações de ensino superior completam o quadro em que se insere a tomada de consciência do problema do liberalismo. Nesse arcabouço, tanto a palavra como a ação de Silvestre Pinheiro Ferreira revestem-se de significado extraordinário. Constituem um dos focos a partir dos quais se iria configurar no país uma *consciência conservadora* de índole liberal e humanista.
>
> Parecia a Silvestre Pinheiro de todo inevitável a reforma nas instituições. Contudo, entendia que a revolução não era o veículo propício para esse fim. Incumbiria, portanto antecipar-se à hecatombe e preparar a *transição sem maiores choques*. [49]

Neste último parágrafo, além da avaliação de Silvestre Pinheiro, Paim fala da *consciência conservadora*, e da

47 Idem, p. 274.

48 PAIM, Antonio. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*... p. 35.

49 Idem, p. 275 – grifos nossos.

transição sem maiores choques, noções que negam a luta de classes e que são de grande valia para os culturalistas. O autor conclui que "Silvestre Pinheiro Ferreira não foi seguido pelos conservadores brasileiros, [...]. Contudo, é a grande figura que lhes formou o espírito, entre outras coisas por haver aberto o caminho ao ecletismo, no plano estritamente filosófico"[50]. Paim diz que Silvestre condenava explicitamente qualquer recurso à violência[51], apesar dele ter ocupado a pasta da guerra no governo de D. João VI.

Poderemos ver que dos três "ciclos" colocados por Antonio Paim – a filosofia católica da segunda escolástica, empirismo mitigado do ciclo pombalino, e o ecletismo do liberalismo moderado -, são, em sua acepção, os germes das tradições que o autor busca construir, em que o "cientificismo", enquanto herança pombalina, seria o responsável pelos desmandos no Brasil – abrangendo liberalismo radical, positivismo e marxismo. Do empirismo mitigado resultam a revolução, o recurso às armas para a transformação social, o autoritarismo libertário, enfim, os *desmandos*; já o seu antônimo, a *moderação*, a "condenação explícita" à violência, deriva do ecletismo, do liberalismo moderado do Império, e do culturalismo.

Voltando ao ecletismo, o autor busca salientar a importância deste "ciclo":

> O ecletismo consiste na primeira corrente filosófica rigorosamente estruturada no país, tendo logrado

50 PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*... p. 279.

51 Cf. Idem, p. 277.

> ganhar adesão da maioria da intelectualidade e manter uma situação de domínio absoluto da década de quarenta à de oitenta do século passado [século XIX]. [...]
>
> Nesse ciclo ocorre animado debate filosófico entre naturalistas e espiritualistas, quando a solução conciliatória do problema da liberdade [...] conquista a maioria da elite intelectual.[52]

Paim diz ainda que as ideias do ciclo do ecletismo "penetraram fundo em amplos setores da elite nacional e chegaram a se transformar no suporte último da consciência conservadora em formação"[53]. O autor diz que o "animado debate" só foi possível por causa da ascendência do liberalismo moderado, que colocaria fim ao "ciclo das revoluções armadas"[54]. Em epígrafe, Paim cita o seguinte trecho da obra *Du Vrai, du Beau et du Bien* (Do Verdadeiro, do Belo e do Bem), de Victor Cousin:

> Esta filosofia (o espiritualismo [eclético]) é aliada natural de todas as boas causas. Acalenta o espírito religioso; estimula a arte verdadeira, a poesia digna deste nome, a grande literatura; é o apoio do direito; recusa tanto a demagogia como a tirania; ensina a todos os homens a respeitar-se e amar-se, e conduz pouco a pouco as sociedades humanas à verdadeira república, este sonho de todas as almas generosas que, em nossos dias, na Europa, somente a monarquia constitucional pode realizar.

52 PAIM, A. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*... p. 40.

53 PAIM, A. *História das ideias filosóficas no Brasil*... p. 281.

54 PAIM, A. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*... p. 44.

Victor Cousin, após a queda da restauração dos Bourbons na França (1830), se torna um filósofo oficial. Contrariamente à filosofia tradicionalista contrarrevolucionária própria do regime bourbônico, Cousin vai defender a ideia de uma conciliação entre as diversas doutrinas. E, como podemos ver no trecho citado, foi um defensor da monarquia constitucional e de mudanças lentas e progressivas que conduziriam à "verdadeira república" não jacobina, contrarrevolucionária.

Segundo a *História das ideias filosóficas no Brasil*, o ecletismo cousiniano traria um empirismo capaz de superar o mitigado, correspondendo ao "anseio de modernidade"[55], além disso, teria a "vantagem adicional"[56] de constituir-se numa negação do materialismo. Segundo esta obra, no fim da década de 1840 a doutrina eclética era vitoriosa perante os remanescentes do empirismo mitigado e do espiritualismo inspirado nos dogmas da Igreja.

> Por essa via, a conciliação política que a experiência histórica aconselhava encontrara seu correlato filosófico. São traduzidas a *História da Filosofia* e a *Filosofia Popular*, de Cousin. Adotada como filosofia oficial no Pedro II, torna-se obrigatória nos diversos liceus e cursos anexos das faculdades. Em todos os principais centros, a corrente ganha adesão de eminentes personalidades.[57]

55 PAIM, A. *História das ideias filosóficas no Brasil*... p. 281.

56 Idem, p. 287.

57 Idem, p. 287-288.

Dentre as "eminentes personalidades" estavam homens tais como Salustiano José Pedroza, autor do *Esboço de História da Filosofia* (1845) e do *Compêndio de filosofia elementar* (1846). Antonio Pedro de Figueiredo (1814-1859), tradutor da obra de V. Cousin *História da Filosofia Moderna*, e editor do periódico *O Progresso*. Monte Alverne, autor do *Compêndio de Filosofia* (1851). Domingos Gonçalves de Magalhães, autor de *Os fatos do espírito humano* (1858 e 1865), *A alma e o cérebro* (1876). Eduardo Ferreira França, professor da faculdade de medicina da Bahia, autor de *Investigações de psicologia* (1854). Segundo Paim, as mais importantes obras de doutrina política do Segundo Reinado foram elaboradas a partir do ecletismo: *Direito Público e análise da Constituição do império* (1857), de José A. Pimenta Bueno, o Marquês de São Vicente, e *Ensaio sobre o direito administrativo* (1862), de Paulino José Soares, o Visconde do Uruguai.

A "tradição" que interessa a Paim, que acima apresentamos, é da filosofia oficial dos nobres cavalheiros, apresentada sem qualquer problematização com relação ao fato de que essa sociedade se assentava sobre as bases de uma formação social escravocrata.

Entre estes, Paim diz que na evolução do ecletismo ocupa lugar de destaque Domingos Gonçalves de Magalhães, "figura de proa do romantismo e da vida política"[58]. Magalhães, diz, teve importante papel pedagógico junto aos outros românticos na "construção dessa

58 Idem, p. 49.

nacionalidade, não apenas de realizar uma tarefa política e econômica, mas de acompanhá-la e complementá-la por uma obra espiritual, por um trabalho de *formação*"[59]. A obra de Magalhães, afirma o autor, criou o teatro nacional, o romance, iniciou a carreira literária, fundou a literatura nacional, de forma que lançou "os alicerces de uma forma nacional de sentir, de querer e de pensar"[60]. Mas sua obra não se limita à literatura, a filosofia também foi objeto de seus estudos, concretizados no compêndio *Fatos do Espírito Humano* (1858), que "aparece como uma espécie de justificação filosófica de uma etapa da vida nacional em fins de cumprimento"[61]. Este intelectual, enquanto representante da "filosofia oficial do Segundo Reinado", foi o "teorizador do liberalismo romântico que dominou o espírito nacional"[62] ao longo do período.

Para Paim, a opção pelo ecletismo foi uma "escolha consciente" da classe dirigente, e esta doutrina deve sua ascendência tanto ao ambiente político nacional, quanto ao trabalho e à influência de Silvestre Pinheiro Ferreira. O ecletismo teria uma "profunda identificação com o espírito nacional em processo de estruturação"[63]. Segundo o autor isto ocorreria porque entre o conservantismo intransigente e o reformismo radical, surgiria a "tendência da conci-

59 PAIM, A. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*... p. 51-52, apud., BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A significação educativa do romantismo*. São Paulo: Grijalbo/USP, 1973 – grifos do autor.

60 Idem, p. 52.

61 Idem, p. 53.

62 Idem, p. 54.

63 PAIM, A. *História das ideias filosóficas no Brasil*... p. 287.

liação"[64], esta, por sua vez, seria levada pela classe dirigente ao predomínio, pois teria feito da propensão uma verdadeira doutrina, e, consequentemente, fazendo ascender o ecletismo. Nesta concepção, o "sistema eclético de Cousin serviu à elite brasileira principalmente como *bússola na solução dos problemas políticos*, na concepção e na implantação das instituições, da administração , do ensino, etc. [...]"[65]. Paim faz a seguinte avaliação: "o ecletismo marcou o primeiro momento de unidade da consciência nacional nascente, assegurando a necessária fundamentação do liberalismo político e integrando-o num sistema que se tinha por coerente"[66].

Desta maneira, Paim busca construir a ideia da existência de um debate filosófico que pensava questões concretas, mas sem especificar quais eram elas. Sabe-se que o principal problema para a classe dominante imperial era como adiar a abolição da escravatura, e lograram atrasá-la da Independência até 1888.

Além da tradição do ecletismo que Paim constrói, ele trabalha para edificar uma outra: a do kantismo no Brasil. O autor segue os passos de Miguel Reale[67], e adota a sua periodização composta de quatro fases, uma fase descendendo diretamente da anterior, que teria como primórdios

64 Idem, p. 290.

65 Idem, p. 293 – grifos nossos.

66 Idem, p. 309.

67 Miguel Reale dedicou alguns escritos para o "kantismo": o já citado Filosofia em São Paulo, A doutrina de Kant no Brasil. Dois ensaios (São Paulo, 1949) e o artigo Filosofia alemã no Brasil (*Revista Brasileira de Filosofia*, n.34, São Paulo, janeiro-março, 1974).

o "interesse" de Silvestre Pinheiro Ferreira pela filosofia alemã, quando de sua permanência na Alemanha (1802-1809) – coloca assim o ecletismo e o kantismo lado-a-lado. A primeira fase seria compreendida entre a primeira década do século XIX até a Independência. Martim Francisco Andrada, irmão de José Bonifácio, teria, antes de 1810, ministrado um curso e escrito um livro dedicado à Kant, mas "infelizmente este livro desapareceu. Porém, não há dúvida alguma sobre sua existência"[68]. Outra contribuição viria da obra do francês Charles Villers, *Filosofia de Kant ou princípios fundamentais da filosofia transcendental* (1801), em francês, e que teria sido "popularizada" na colônia e na metrópole. Ainda nos primórdios, haveria a elaboração de um pequeno escrito da autoria do padre Diogo Antonio Feijó, que se sentiria particularmente interessado pelo criticismo de Kant por ele ser:

> [...] aberto aos problemas do *liberalismo*, e sobretudo por sua posição intermediária, visto o criticismo como uma terceira posição entre a atitude dogmática, de um lado, e a atitude cética, de outro. O que interessa sobretudo a Feijó é essa *posição de meio-termo*, de tal maneira que lhe propiciasse *conciliar*, até certo ponto, a tradição escolástica com os novos valores que emergiam sob o influxo da Revolução Francesa.[69]

O autor salienta o liberalismo, a conciliação, o "meio termo" como questões essenciais, assim como no

68 PAIM, Antonio. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*... p. 38 – citando Miguel Reale.

69 Idem, p. 39 – citando Miguel Reale – grifos nossos.

ecletismo. A segunda fase compreende o período posterior à Independência até 1850. Nesta não teria ocorrido ainda um contato direto com Kant, mas com um de seus discípulos, Krause; e seus divulgadores seriam: Galvão Bueno, professor de filosofia do Curso Anexo da Faculdade de Direito e autor de *Noções de Filosofia acomodadas ao sistema de Krause* (1877), e João Teodoro Xavier de Matos, catedrático da Faculdade de Direito e autor de *Teoria transcendental do Direito* (1876). Ainda que as duas obras tenham sido editadas durante a "terceira fase", o autor insiste que houve uma continuidade. A terceira fase será compreendida na Escola de Recife, veremos ulteriormente, e a quarta, a do "neokantismo", da Escola Culturalista, no pós-Segunda Guerra Mundial. Paim avalia que até os anos 1870 o kantismo não revelaria maior fecundidade, no entanto fora firmada uma "tradição de que adviriam resultados significativos a partir da Escola do Recife"[70]. O que se vê aqui é a preocupação do autor, presente em toda sua obra, de fixar as continuidades e, concomitantemente, escamotear as rupturas.

3.5 A filosofia católica

Antonio Paim abre um espaço para falar da filosofia católica. O autor esteve muito próximo dos católicos na "Convívio – Sociedade Brasileira de Cultura" e fez parte do corpo editorial e de colaboradores do periódico desta organização, a Revista Convivium. Assim, enquanto

70 PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*... p. 347.

intelectual organizador, Paim chama os católicos para a "união" com os laicos, para juntos preservarem os "valores de nossa civilização, cujo núcleo advém sem dúvida da moral judaico cristã"[71]. O autor fala como deve ser o debate entre católicos e laicos: distante da política (desvinculando tomismo de tradicionalismo político[72]) e evitando a polêmica.

Paim traz a contribuição Dom Romualdo Antonio de Seixas (1787-1860), Marquês de Santa Cruz, Primaz do Brasil (principal posto na hierarquia católica da época), como um "dos principais artífices da estruturação do Partido Conservador e do Regresso"[73] e opositor do ecletismo. Segundo o autor, o clérigo teria impresso a sua marca à história das ideias do século XIX, pois teria inovado no quesito da relação entre a fé, conhecimento revelado, a mente humana e a razão. Em vista dos outros tradicionalistas, que negavam a razão e aceitavam somente a revelação, Paim diz que a posição do cônego revelou-se "moderada e conciliatória"[74], daí sua importância.

D. Romualdo seria secundado por outros intelectuais, que estariam posicionados nesta linha genética do pensamento católico entre o cônego e Jackson de Figueiredo (1891-1928). Nesta vertente, encontraríamos homens como Braz Florentino Henriques de Souza (1825/1870), um dos

71 Idem, p. 356.

72 Idem, p. 356-357.

73 Idem, p. 359.

74 PAIM, Antonio. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*... p. 62.

teóricos do Poder Moderador, e José Soriano de Souza (1833/1895), um dos primeiros tomistas.[75]

Segundo *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*, nos estudos do tradicionalismo, foi estabelecido uma "continuidade ao longo de quase um século, mas sobretudo procedendo a uma nítida diferenciação entre tradicionalismo filosófico, tradicionalismo político e tradicionalismo religioso"[76]. Paim diz ainda que o tradicionalismo político brasileiro é singular, sem qualquer identificação com a expressão portuguesa, e esta, por sua vez, seria autônoma, pois não teria "nenhum ponto de contato com a obra de Burke e dos outros fundadores dessa vertente"[77]. Paim diz que tradicionalismo não deve ser identificado com catolicismo, "embora historicamente haja ocorrido semelhante confluência"[78], pois nunca teria havido adesão oficial da Igreja ao tradicionalismo político. O autor diz que "não se pode, legitimamente, equiparar ideologia e religião"[79]. Nesta concepção, o neotomismo deve ser também diferenciado do tradicionalismo político.

Percebe-se, desta maneira, que Paim busca separar filosofia, política e religião, fazendo-as esferas autônomas, e diz que se em Portugal o tradicionalismo assumiu "feição eminentemente política", no Brasil sua feição foi "eminen-

75 Cf. idem, p. 63 e *História das ideias filosóficas no Brasil*... p. 369-371.

76 PAIM, A. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*... p. 55.

77 Idem, p. 55.

78 Idem, p. 56.

79 Idem, p. 56.

temente filosófica"[80], sempre corroborando esta separação, em uma concepção antitotalidade, numa acepção da realidade separada em instâncias autônomas. Isto não é fortuito. Ocultar as raízes sociais do pensamento é primordial para a intelectualidade orgânica da classe dominante.

Para Paim, com a chegada da República, (I) a "hierarquia católica adere francamente ao tradicionalismo político, buscando mesmo ter atuação diretamente partidária"[81]; e (II) com a atuação de Jackson de Figueiredo (1891-1928), a Igreja Católica encontrou uma formulação para o tradicionalismo capaz de ser "bem-sucedida no plano social"[82]. A importância desses dois aspectos para a obra de Antonio Paim está tanto em estabelecer a continuidade da linha genética do tradicionalismo, quanto mostrar que a Igreja não esmaeceu por ter deixado de ser a religião oficial bem como diante da Revolução de 1930.

Paim fala de um "surto tomista", que teria ocorrido em fins dos anos 1930, logo após a morte de Figueiredo, até início dos 1960, "que domina o ensino da disciplina na Universidade, alimenta significativo movimento editorial e reúne uma quantidade de pessoas como nunca se vira nessa esfera do saber"[83]. Para o autor, o "país não dispunha de nenhuma tradição tomista precedente. [...] De sorte que o *surto tomista* outra coisa não parece ter sido senão uma

80 Idem, p. 61.

81 Idem, p. 65.

82 Idem, p. 65.

83 Idem, p. 65.

expressão do próprio tradicionalismo"[84]. Mais uma vez, pode-se ver claramente, a preocupação de Paim é estabelecer as linhas de continuidade, tendo como primeiro momento Dom Romualdo, seguido de Braz Florentino e José Soriano, depois, Jackson de Figueiredo, o tomismo e o seu "surto". Mas, nesta concepção, ocorre uma "reviravolta" entre 1960 e 1964:

> [...] o tradicionalismo volta a revestir-se de feição predominantemente política, com a peculiaridade de ver-se de todo abandonado pela hierarquia católica, que se inclina agora para o socialismo. O fato não deixa de ser manifestação de fidelidade ao autoritarismo, já que essa última vertente, em terras brasileiras, nunca chegou a assumir como expressão democrática [...], oscilando entre versões autoritárias e totalitárias.[85]

Em que pesem essas afirmações de Paim, só podem ser compreendidas à luz de sua saída do Departamento de Filosofia da PUC-RJ em 1979 bem como do desgaste das relações da ditadura, e de seus intelectuais orgânicos, com o Vaticano, quando a Igreja passa a denunciar a tortura – conforme dissemos anteriormente. A acusação de que a hierarquia católica se inclinava para o socialismo é surreal, pois esta jamais deixou de ser conservadora. Apenas uma minoria de clérigos engajados adotou a teologia da libertação, que nem sempre significou uma adesão ao socialismo.

84 Idem, p. 66.

85 Idem, p. 66-67.

Em relação ao pensamento católico, a preocupação de Paim é, por um lado, estabelecer sua linha genética contínua, conforme já vimos até aqui, e por outro lado firmar suas relações com os católicos. No segundo intuito, Paim tenta fixar pontos de identidade entre católicos e culturalistas, como, por exemplo, na atuação na sociedade, ambos enfatizariam aspectos culturais.[86] Além disso, o trabalho do intelectual golpista José Pedro Galvão de Souza, consubstanciado em diversas obras[87], diz Paim, reavalia o liberalismo ao poupar de suas críticas o inglês John Locke, isso permitiria uma aproximação entre liberais e tradicionalistas:

> Essa abertura [de Galvão de Souza] vai ao encontro da aspiração dos principais teóricos do liberalismo na atualidade brasileira [...] no sentido de estabelecer com nitidez a distinção entre democracia e *democratismo*. Com efeito, o liberalismo luso-brasileiro, em muitas circunstâncias, identificou-se com o democratismo, que o liberalismo moderado, de inspiração inglesa, sempre condenou. Estaria aí a possibilidade de aproximação entre velhos opositores [o liberalismo e o tradicionalismo].[88]

Desta maneira, Paim vai ao encontro da aliança tradicionalismo-liberalismo, que, como podemos ver, é uma de suas grandes preocupações no trato com os católicos. No entanto, a aliança de Paim com o monar-

86 *Cf.* Idem, p. 65.

87 *Da representação política* (1971), *O totalitarismo nas origens da moderna teoria do Estado* (1972), *O Estado tecnocrático* (1973), *Direito natural, direito positivo e Estado de direito* (1977).

88 PAIM, A. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro...* p. 72-73.

quista católico J.P. Galvão de Souza não se dá somente no plano da ideologia, mas na ação orgânica e no apoio à ditadura – conforme vimos antes.

Outro momento de afluência identificado por Paim estaria na contribuição de Raimundo de Farias Brito (1863-1917), que teria propiciado a adesão em massa da intelectualidade ao catolicismo; teria Tobias Barreto como mestre, e seria seu inspirador assim como para os culturalistas. Farias teria como método filosófico a preocupação de tratar "dos temas filosóficos como tais, sem os dissolver em considerações de ordem sociológica ou histórica. Graças a isto, conseguiu a adesão de um grupo de intelectuais"[89]; a relevância de Farias Brito estaria nesta característica metodológica, que é mais uma afluição destacada por Paim. Vemos aqui o eixo da proposta de Paim: a moderação para um tradicionalismo menos reacionário, e para um liberalismo antijacobino, de forma a promover a união liberal-tradicionalista; enxergamos aqui a proposta do moderantismo conservador.

Essa questão, das afluições, poderá ser melhor entendida após o quarto capítulo, em que buscamos demonstrar as ligações do autor com correntes católicas, na sua atuação política. Assim, o estabelecimento desses pontos de convergência teórica entre os culturalistas, que são simpáticos ao liberalismo autoritário, e os católicos, é verdadeiramente uma necessidade desta confluência histórica da classe dominante com os seus epígonos intelectuais.

89 Idem, p. 102.

3.6 A "Escola do Recife"

Segundo a *História das ideias filosóficas no Brasil*, a chamada "Escola do Recife" surge no contexto do "surto de ideias novas"[90], ocorrido nos anos 1870, entendido como um momento que aparece uma série de tendências de pensamento: o positivismo, com a fundação da Sociedade Positivista no Rio de Janeiro; divulgação do materialismo por José de Araújo Ribeiro, o Visconde do Rio Grande, com a publicação da obra *O fim da criação ou a Natureza interpretada pelo senso comum*; a aparição dos intelectuais da Escola do Recife, Tobias Barreto e Silvio Romero; momento este em que o ecletismo teria sofrido "de todas as partes, um ataque frontal"[91]. Antes do "surto", diz o autor, tudo adormecia à sombra do manto do príncipe, desde filosofia até as instituições monárquicas, passando pela escravidão. Mas, com a chegada dos anos 1870 tudo passou a ser questionado: ocuparia lugar de destaque a Escola do Recife na crítica ao espiritualismo eclético de intelectuais como Domingos Magalhães, inspirado em Cousin, e que tinha se constituído numa filosofia oficial – segundo Paim.

Segundo *A filosofia da Escola do Recife*[92], Tobias Barreto (1839-1889) expressa em seu primeiro artigo surgido em 1868 a adesão ao espiritualismo eclético[93]. No

90 PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*... p. 375-377.

91 Idem, p. 377.

92 PAIM, Antonio. *A filosofia da Escola do Recife*. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1966.

93 Idem, p. 15-18

ano seguinte, 1869, o então aluno do último ano da Faculdade de Direito criticou os dois cânones no ecletismo, o brasileiro Domingos de Magalhães e o francês Victor Cousin. Para Barreto, Magalhães, que frequentara diversos meios universitários europeus, teria gasto seu tempo com doutrinas já muito conhecidas e deixou de lado o positivismo e os combates em torno do hegelianismo; Cousin, por sua vez, não teria contribuído para a filosofia, mas teria apenas criado um "gênero literário, 'gênero vago, amorfo e indeciso'"[94]. Barreto, diz Paim, teria ainda aderido parcialmente ao positivismo, aceitando especificamente as críticas positivistas à religião, com reservas a outros elementos da doutrina.

Nos anos de 1868 e 1869, Barreto teria entrado em contato com os filósofos que na Europa criticavam a religião, como os irmãos Bruno e Edgar Bauer, Ludwig Feuerbach, entre outros. Estes pensadores teriam exercido influência em Barreto, de forma que em 1870, após ter ingressado no Partido Liberal, fundou o jornal *O Americano*, onde escrevia sua coluna de críticas à religião. Afirmou, por exemplo, que Cristo não possuiria divindade alguma. Isso gerou conflito com a Igreja, que proibiu seus fiéis de lerem o periódico. Mas, diz Paim, apesar do tom acre da polêmica entre os católicos e Barreto, este não poderia ficar com a "culpa", pois sempre teria tentado circunscrever a filosofia à suas críticas para a religião. Esta polêmica, segundo Paim, teria alcançado enorme repercussão na capital pernambucana, principalmente na

94 Idem, p. 19.

Faculdade e sua grande contribuição seria a de divulgar as "ideias novas": "a inquietude que se assinala na evolução filosófica de Tobias Barreto é fenômeno de certa amplitude nos círculos intelectuais de Recife"[95].

Segundo Antonio Paim, as "ideias novas" tiveram maior irradiação em meados da década de 1870, tornaram-se um "movimento" e se manifestaram na Bahia e no Ceará, além do Positivismo que vinha crescendo principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 1878, o companheiro de Barreto, Silvio Romero, publicou *A Filosofia no Brasil*, que depois dos acontecimentos anteriores, seria o mais importante ocorrido do "surto", pois seria a primeira tentativa de análise das correntes filosóficas existentes no país, na sua totalidade. Esse seria o impulso dado pela corrente pernambucana ao "surto de ideias novas", de tal maneira que Barreto chegou a ser figura notória e amplamente conhecida[96].

Paim diz que Tobias Barreto, em meio ao "surto", foi o pioneiro a concluir que deveria tanto combater o espiritualismo, quanto rejeitar o positivismo e o tomismo; isso faria dele o líder e animador da corrente[97]. Em 1882, Barreto passou a integrar o corpo docente da Faculdade de Direito do Recife, e tinha contato sem muito atraso com diversas obras, como, por exemplo, *O Capital* (1883), de Marx, entre outros. Sua concepção filosófica passa a apontar para algo que "conciliava" o monismo evolucio-

95 Idem, p. 25.

96 Idem, p. 47.

97 Idem, p. 44-45.

nista de Haeckel com aspectos do criticismo neokantiano. Esta composição filosófica, diz o autor, resultou numa determinada concepção "culturalista". Nesta concepção, a cultura é um "sistema de forças combatentes contra o próprio combate pela vida", ela é "a antítese da natureza, no sentido de que ela importa uma mudança do natural, no sentido de fazê-lo belo e bom"[98]. Para Barreto é a cultura que "deve consistir precisamente em gastar, em *desbastar*, por assim dizer, o homem da natureza, adaptando-o à sociedade"[99]. A cultura consistiria num conjunto de regras, numa imensa rede de normas, na qual ocupariam lugar privilegiado o direito e a moral. Para Paim, estaria aqui o culturalismo de Barreto.

Frente à filosofia oficial (o ecletismo espiritualista), Paim diz o seguinte: "tem lugar a formação de uma corrente filosófica com pretensões a situar-se no mesmo terreno em que vicejava o ecletismo espiritualista, sem entretanto fazer-lhe concessões. Essa corrente batizou-a Silvio Romero de Escola do Recife"[100]. Ou seja, teria continuado o empreendimento do ecletismo, no seu papel de conformador da cultura nacional. Clóvis Beviláqua, outro membro da corrente, justificava a ideia de que aqueles intelectuais formavam realmente uma "escola": esta se caracterizaria não por "um conjunto rígido de princípios, uma sistematização definitiva de ideias mas sim uma

98 PAIM, A. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*... p. 88.

99 PAIM, A. *História das ideias filosóficas no Brasil*... p. 385 – grifos do autor.

100 Idem, p. 379.

orientação filosófica progressiva [...]"[101]. Paim corrobora esta ideia:

> [...] a filosofia constitui precisamente o elemento unificador da variada incursão que promoveu nos diversos componentes da vida cultural. A par disto, ao elemento inovador dessa filosofia Miguel Reale denominou de *culturalismo*, o que permitiu centralizar a análise na meditação de seus integrantes e não apenas nas possíveis fontes inspiradoras.[102]

Além disso, Paim diz que Barreto (1839-1889) aderiu ao historicismo de Cousin, pois acreditava que filosofia seria um processo de constante aperfeiçoamento, pelo qual "o espírito humano vai expelindo velhas ideias e adaptando-se a novas [...]"[103]. Vemos assim que há o interesse em estabelecer uma linha de continuidade tanto entre o ecletismo e a Escola de Recife, quanto entre os intelectuais que a integrariam, buscando estabelecer a transmissão entre diferentes momentos e autores. Daí partiriam linhas de transmissão e disseminação cujo portador contemporâneo seria o IBF – garantindo-lhe um arremedo de tradição filosófica, que é um dos vetores de legitimação da filosofia ibeefeana.

Para o autor, o líder da escola recifense daria uma contribuição à "evolução do pensamento filosófico brasi-

---

101 Idem, p. 380 – grifos nossos.

102 PAIM, Antonio. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*... p. 85 – grifos do autor.

103 PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*... p. 384 – citando Tobias Barreto.

leiro"[104] por produzir uma obra crítica e pela tentativa de restauração da metafísica. No entanto, esta seria uma "reforma" muito ampla para ser conduzida por um único homem. Os aspectos positivos de Barreto, diz o autor, consistem na busca de um núcleo de ideias para responder as necessidades do ambiente nacional, e por "estimular o pensamento brasileiro a seguir desenvolvendo-se no plano das ideias filosóficas"[105]. Mas a maior contribuição de Barreto seria sua investida contra o positivismo, e teria logrado não deixar o seu alastramento pelo Nordeste.

A Escola do Recife corresponderia ainda à terceira fase da "tradição" kantista, teria sido influenciada pelos primórdios do neokantismo. Tobias Barreto, segundo o próprio Paim[106], não dedicou mais do que alguns poucos escritos a Kant, dentre estes, algumas "referências esparsas" para uma aula na Faculdade, sem dedicar qualquer "atenção especial". Mas o autor investe na concepção de tratar-se aqui de mais um momento da trajetória kantiana no Brasil.

Retornando à questão da cultura, à luz da contribuição de Tobias Barreto; Paim encaminha a questão da seguinte maneira:

> [...] Tobias Barreto apresentaria uma contribuição original, ao apontar a cultura como aquela esfera cujo exame facultaria a definitiva superação do positivis-

104 PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*... p. 386.

105 Idem, p. 387.

106 cf. PAIM, Antonio. *A filosofia da Escola do Recife*. Rio de Janeiro: Saga, 1966. p. 130-131.

> mo, abrindo assim um novo caminho à inquirição metafísica. Essa parcela de sua obra seria denominada, com propriedade, por Miguel Reale, de culturalismo.
>
> [...] Barreto dirá que não pode haver ciência da sociedade considerada como uma totalidade, do mesmo modo que não há uma ciência da natureza mas estudo científico de fenômenos físicos, químicos ou biológicos. Assim, apenas certos segmentos da atividade social podem ser estudados pela ciência.[107]

A importância dessa questão advém do fato de que esta concepção é adotada por Paim e demais integrantes da "escola culturalista"; Barreto constituiria um dos principais elos da "tradição" da qual seriam herdeiros. E, neste sentido, o autor afirma o seguinte: "A particularidade do mundo da cultura consiste no fato de que se subordina à ideia de finalidade, escapando a todo esquema que se proponha resolvê-lo em termos de causas eficientes"[108]. Desta maneira, a cultura é erguida num patamar especial, em que não pode ser determinada; possuiria um *status* de autonomia, inclusive perante a história. E é aqui que o autor fecha a questão com o neokantismo, pois, ao privilegiar a cultura, Barreto teria adiantado o caminho enveredado pela vertente kantiana. Para Paim, em um termo, a cultura é uma "*esfera privilegiada*"[109].

A decadência da Escola do Recife ocorreria com o fato de que seus intelectuais, em meados do século XX,

---

107 PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*... p. 398.

108 PAIM, Antonio. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*... p. 89.

109 PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*... p. 401.

Silvio Romero, Clóvis Bevilácqua e Arthur Orlando, teriam abandonado a filosofia e passado a trabalhar em outras áreas – a sociologia, o direito, e a política e o jornalismo, respectivamente.

Mas, de qualquer forma, a vertente teria exercido grande influência nas faculdades nordestinas de direito, no fim do século XIX e início do XX, e preservado aquela região da influência do positivismo, de forma que, considera Paim, a "Escola do Recife constitui marco importante nas diversas manifestações da cultura nacional"[110]. E, neste sentido, a corrente recifense teria influenciado o pensamento católico, particularmente a obra de Farias Brito (1862-1917), tanto porque teria tomado como ponto de partida de sua meditação questões colocadas por aquela vertente, quanto pelo núcleo central de seu pensamento "consistir, a exemplo de Tobias Barreto, numa interpretação autônoma do Kantismo"[111]. Essa identificação entre Barreto e Brito é importante para Paim, pois o católico teria dado grande margem à formação da "Escola Católica do Século XX"[112], particularmente à adesão de Jackson de Figueiredo. A identificação dos culturalistas com Brito poderia ser explicada da seguinte maneira, nas palavras de Miguel Reale: "O que assegura a Farias Brito uma posição deveras singular na história do pensamento filosófico brasileiro é a sua perseverante preocupação de cuidar dos temas filosóficos *como tais*, sem os

110 Idem, p. 407.

111 Idem, p. 421.

112 Idem, p. 423.

dissolver em considerações de ordem sociológica ou histórica"[113]. Desta maneira, o autor traz um ponto de união entre Tobias Barreto, o catolicismo e o culturalismo: a autonomização da filosofia e a ocultação de suas raízes sociais, encobrindo seu caráter ideológico.

3.7 O positivismo e o marxismo como dois momentos da tradição "cientificista"

Antonio Paim, como veremos, constrói a ideia de que o positivismo e o marxismo são dois momentos daquilo que conceitua como "cientificismo". Tal conceituação é de particular importância para os culturalistas, pois se "revelou suficientemente abrangente para englobar tanto a meditação efetivada na Real Academia Militar como o período positivista e o atual ciclo marxista"[114]. Paim diz que a crença na moral, na política e na filosofia científicas caracterizariam o cientificismo, que em termos gerais, seria uma tradição que teria sua gênese na:

> [...] hipótese esboçada pela elite pombalina e que seria ciosamente preservada na Escola Politécnica, organizada com a denominação de Real Academia Militar em fins de 1810 – conduziria à formulação de uma doutrina política autoritária, o castilhismo, que veio a ser o elemento polarizador e aglutinador ao longo

113 Idem, p. 425 [grifos do autor] – citando REALE, Miguel. *Pluralismo e liberdade.* São Paulo: Saraiva, 1963. p. 121-131.

114 PAIM, Antonio. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro...* p. XVII, XVIII.

> da República Velha até tornar-se vitoriosa no plano nacional, com o Estado novo.[115]

Paim constrói uma conexão entre o "cientificismo" atual e o período pombalino, de que tratamos anteriormente, criando mais uma tradição. O autor diz que o positivismo chegou a ser quase uma "religião de Estado"[116], de forma que todas as instituições da primeira República teriam sido construídas de acordo com a doutrina de Comte; momento este em que, mais uma vez, Paim coloca o pensamento como o gerador da história. O sucesso deste pensamento, diz o autor, "decorre do fato de inserir-se numa das tradições da cultura brasileira, que passamos a denominar de *cientificismo*"[117].

O "cientificismo", diz Paim, iniciou após a condenação de Galileu, quando se inicia na Europa uma grande movimentação social em prol da ciência, "por razões sobretudo políticas"[118], e com base na ideia de que a ciência tinha consequências sociais e tecnológicas, o que, em sua acepção, indicaria a existência de dois movimentos "autônomos" e dissociados: "a propaganda da ciência e a prática científica"[119]. Pode-se observar que Paim busca separar a ciência em dois momentos, um da prática científica, e outro de qualquer concepção que busque aliar a ciência com questões sociais. Mas, diz o autor, o cientifi-

115 PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil*... p. 409.

116 PAIM, Antonio. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*... p. 104.

117 Idem, p. 105 – grifos do autor.

118 Idem, p. 105.

119 Idem, p. 106.

cismo é antagônico "com a especificidade da pesquisa científica"[120]. No fundo o autor concebe uma versão academicista da ciência.

Em Portugal, o movimento cientificista teria conseguido uma "espetacular vitória" com a ascensão de Pombal ao poder; a contribuição da geração pombalina estaria em "afirmar a competência da ciência em matéria de *reforma social*"[121]. Ou seja, para Paim, o problema é a transformação social, é a preocupação dele; numa concepção de que ciência é questão "técnica", de uma ciência desinteressada das mazelas sociais. Paim opõe ciência à questões sociais.

No Brasil, o cientificismo se disseminaria através do Seminário de Olinda – de onde saíram os padres partidários do liberalismo radical – e da Real Academia Militar, esta por sua vez teria preservado o espírito da reforma pombalina da Universidade de 1772 e o local onde a doutrina de Comte entrou em contato com os militares republicanos. Nas mãos de Benjamin Constant, professor da Academia, o cientificismo teria adquirido forma acabada. Haveria ainda a contribuição de outros intelectuais para o "cientificismo", como Miguel Lemos, Texeira Mendes, Otto de Alencar, Amoroso Costa, da Igreja Positivista; do "positivismo ilustrado", Luis Pereira Barreto , Alberto Sales, Pedro Lessa, Ivan Lins; e, da "filosofia política de inspiração positivista", Julio de Castilhos, Borges de Medeiros, Pinheiro Machado e Getúlio Vargas.

120 Idem, p. 106.

121 Idem, p. 107 – grifos nossos.

O "ciclo cientificista" positivista abrangeria toda a República Velha e se caracterizaria, entre outras coisas, pelo "autoritarismo republicano – que repudia e abandona a tradição liberal do Império"[122]. O autor abstrai o fato de que o liberalismo do Império se assentava sobre o escravismo. No momento seguinte, o autor investe na "transição" do positivismo ao marxismo: "A exaustão do comtismo não serviu entretanto para erradicar o cientificismo de nosso panorama cultural. Paulatinamente esse lugar passa a ser ocupado pelos marxistas"[123].

Paim busca construir a ideia de que o marxismo pode optar por um caminho que seria aceitável, limitando-se à academia – o "marxismo acadêmico"-, que "diferencia-se da história do marxismo de inspiração estritamente política"[124]. No entanto, diz o autor, "no âmbito da filosofia, o marxismo acadêmico, nos anos recentes, viria a confundir-se com o movimento político"[125]. Constitui-se aqui a tentativa de, em consonância à separação da realidade em esferas, deslegitimar a luta dos trabalhadores incentivando a "legitimidade" do marxismo que não sai dos muros das universidades. O "marxismo político" se dividiria em dois núcleos, um estruturado a partir da obra de Caio Prado Júnior, e outro que se resume à "ação dos comunistas". Vemos aqui o programa da moderação, que propõe um marxismo academicista, que não saia dos muros da universidade; desta maneira o moderan-

122 Idem, p. 114.

123 Idem, p. 115.

124 Idem, p. 115.

125 Idem, p. 116.

tismo conservador poderia conviver com marxistas que não precisaria combater, poderia virar as costas e saber que não organiza os trabalhadores, não constrói lutas, e não pode derrubar o capitalismo.

Mas, voltando a noção de "transição" positivismo / marxismo, o autor elege dois intelectuais para o que chama de "*versão positivista do marxismo*"[126]: Leônidas de Rezende e João Cruz Costa – este tinha uma concepção da história das ideias antagônica à de Paim. O primeiro seria o iniciador da vertente, que seria retomada pelo segundo. Paim utiliza-se de afirmações de Cruz Costa para justificar a sua suposta adesão ao positivismo, como, por exemplo, por ter dito que Comte inaugura uma "fase rica" de "um novo estilo de filosofar"[127]. O autor conclui que "Leônidas de Rezende ou Cruz Costa jamais perderam os vínculos com a componente pedagógica do positivismo, difundida no Brasil pelas grandes personalidades do positivismo ilustrado como Luiz Pereira Barreto"[128].

A invencionice de Paim é reveladora do embuste de tradições criadas, por um lado, para legitimar o culturalismo reacionário ibeefeano e, por outro lado, para desqualificar seu oponente na linha de fogo da classe dominante: o marxismo. Sua interpretação é marcada por forte ideologização e pouco rigor científico.

---

126 Idem, p. 116 – grifos do autor.

127 Idem, p. 118 – citando COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Ideias no Brasil*; o desenvolvimento da filosofia no Brasil e a evolução histórico-nacional. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. sem pág.

128 Idem, p. 119.

3.8 A "Escola Culturalista"

Para Paim, o atrativo do "cientificismo marxista" está em prometer o "paraíso terrestre"[129], e que possui uma "presença esmagadora"[130]. Mas o marxismo estaria em linha de superação, pois sofreria a oposição tanto da Escola Culturalista, que teria consolidado a "tradição kantiana"[131], quanto dos weberianos, dos espiritualistas, dos fenomenólogos, dos existencialistas, dos católicos, impulsionados todos, segundo o autor, pelo Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF):

> A corrente culturalista conta em seu favor a circunstância de se haver tornado a grande animadora do movimento filosófico no país, através do Instituto Brasileiro de Filosofia. Fundado em 1949, marcou sua atuação, nesse largo período, pelos dois aspectos adiante apontados e que o situam como momento significativo de nossa evolução cultural: 1.º) ter logrado congregar todas as tendências filosóficas representadas em nosso meio, graças à conjugação da intransigente defesa da liberdade de opinião com *a exigência da manutenção do debate adstrito ao plano das ideias*, [...] e, 2.º) haver tornado sistemáticos os estudos e pesquisas relacionados ao pensamento brasileiro.[132]

129 PAIM, Antonio. *História das ideias filosóficas no Brasil* (...), p. 526.

130 Idem, p. 526.

131 Idem, p. 526.

132 Idem, p. 527-528 – grifos nossos.

Assim, Paim coloca o IBF e a escola culturalista no centro de um "ciclo" que, em sua concepção, marcaria este pós-guerra. Esta seria uma fase de amplo debate filosófico e, como diz em outro momento, "a Escola Culturalista ocupa uma posição nuclear na contemporânea filosofia brasileira"[133]. Importante notar que o autor acentua a "exigência" de manter o debate filosófico limitado ao plano das ideias e, portanto, sem intervenção na realidade. Como veremos no último capítulo, os culturalistas realmente tiveram uma atuação para além do debate restrito às ideias, mas apregoam o debate limitado às ideias como uma forma de desmobilização; tentam fazer da filosofia algo estranho às questões sociais. Estranhamente, a proferida "liberdade de opinião" convivia com o mais ostensivo amordaçamento dos intelectuais dissonantes em relação ao regime implantado com o golpe de 1964. Cinicamente e de forma arrogante, Paim coloca o IBF no *status* de proprietário da filosofia no Brasil.

Os integrantes da Escola Culturalista citados por Paim são os seguintes: Luis Washington Vita, Paulo Mercadante e Antonio Paim, que se dedicariam mais ao estudo do pensamento brasileiro; Miguel Reale, Djacir Menezes, Nelson Saldanha, Paulo Dourado de Gusmão, Luiz Luisi, que se voltariam para a filosofia do direito. Estes intelectuais formariam a tradição de pensamento; seriam os herdeiros de Tobias Barreto:

133 Idem, p. 578.

> A corrente culturalista considera-se herdeira de Tobias Barreto (1839/1889), cuja meditação é tomada como ponto de referência. Ao contraditar o projeto positivista de constituir uma física social, encurralando o homem em esquemas deterministas, o pensador sergipano aventou o ponto de vista do homem como consciência, reorientando o centro da investigação filosófica no sentido do mundo da cultura.[134]

Além de ratificar a transmissão Barreto / vertente culturalista, o autor salienta a negação de qualquer enraizamento social na cultura; é o que pode ser visto mais claramente na seguinte afirmação: "no plano da cultura, distingui-se o âmbito da *pura idealidade*, que se desenvolve de forma autônoma, embora implicando no conjunto da atividade cultural e dela recebe múltiplas inspirações"[135]. Ou seja, a cultura existe somente no plano das ideias, é uma concepção idealista da cultura; esta é, segundo o autor, uma das "principais teses" dos culturalistas. E, neste sentido, mas buscando aprofundar a concepção, Paim define a cultura da seguinte maneira: "A cultura pode ser compreendida, na definição de Miguel Reale, como o cabedal de bens objetivados pelo espírito humano, na realização de seus fins específicos. À ideia de *bens* associa-se a de posse, de propriedade, o que chama a atenção para o que é efetivamente relevante, isto é, a presença de algo que lhe dá valia [...]"[136]. Ou seja, o autor liga cultura ao "cabedal", ao patrimônio, à posse, à proprie-

134 Idem, p. 580.

135 Idem, p. 581 – grifos nossos.

136 Idem, p. 598.

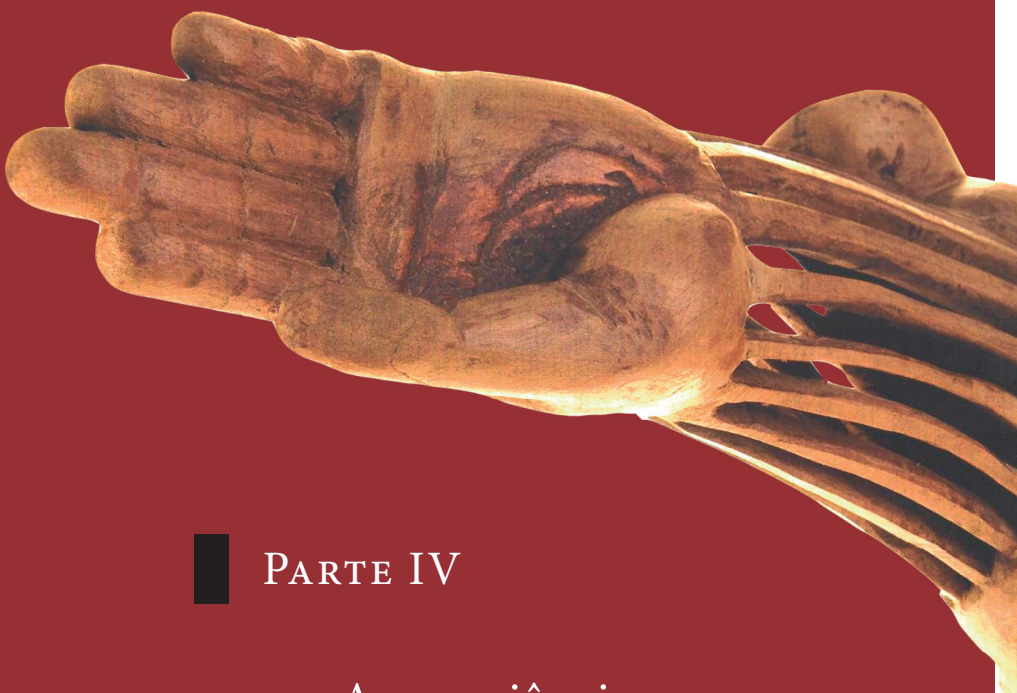
dade, e é isso, nesta concepção, que é realmente importante na cultura.

Mas as maiores investidas de Paim, para definir a concepção de sua vertente, voltam-se à afirmação da cultura como esfera autônoma:

> O reconhecimento da autonomia e da criatividade do espírito não significa desconhecer que a atividade humana voluntária é orientada pelo interesse e pela necessidade. Feuerbach [...] formulou, esta máxima de validade absoluta: 'Uma existência sem necessidades é uma existência supérflua. Quem não tem necessidades tampouco tem a necessidade de existir; que exista ou não é o mesmo, tanto para ele para como para os demais.[137]

Dessa maneira vemos que se em um momento diz que a cultura também é regida por necessidades e interesses, no momento seguinte, retomando Feuerbach naturaliza estes dois fatores, como inerentes à vida genérica; sem levar em conta que em cada momento histórico a humanidade têm determinadas necessidades e a necessidade de resolvê-las de determinadas maneiras. O objetivo de ocultar as raízes sociais do culturalismo é apagar o fato de que os intelectuais ibeefeanos apoiavam a ditadura, sendo o líder Miguel Reale um dos quadros burocráticos do regime. Se o IBF não compactuasse com a autocracia, é possível que tivesse sido fechado, como o ISEB.

137 Idem, p. 600.



Parte IV

A consciência conservadora no Brasil, de Paulo Mercadante[1]

[1] Reproduzimos aqui uma versão revisada do artigo "A consciência conservadora no Brasil, de Paulo Mercadante, uma obra clássica do conservadorismo brasileiro", que publicamos na Revista História e Luta de Classes, ano 9, n. 16, de setembro de 2013. Este artigo apresenta uma análise mais sintética e objetiva do que o capítulo original de nossa dissertação de mestrado.

– Por que teu sepulcro, no qual te vimos quietamente depositado, abriu suas pesadas mandíbulas marmóreas para jogar-te novamente para fora? Que significa, corpo defunto, novamente revestido de aço, tua nova visita aos pálidos fulgores da lua, enchendo a noite de pavor? E nós, pobres joguetes da natureza, precisamos contemplar nosso ser tão horrivelmente agitado com pensamentos além do alcance de nossas almas? Dize-me: para que serve tudo isto? A que fim obedece? Que deveríamos fazer? (O espectro faz sinal para Hamlet.)

[...]

– Por quê? Que poderia temer? Minha vida não vale nem um alfinete e, quanto à minha alma, que poderá fazer-lhe, sendo como ele mesmo, uma coisa imortal? Está fazendo novamente sinais para mim!... Vou segui-lo.

(Hamlet, o príncipe da Dinamarca, de Willian Shakespeare)

Paulo de Freitas Mercadante, nascido em 1923, é o autor de um dos clássicos do conservadorismo brasileiro, a obra *A consciência conservadora no Brasil*[1] (1965). Sua obra jamais teve a repercussão como a

1 MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*: contribuição ao estudo da formação brasileira. 4 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. Há uma interessante análise disponível na internet da autoria de Maria Bernadete

de outros conservadores históricos, como Oliveira Viana, no entanto cumpriu o importante papel de sistematizar a concepção da história da intelectualidade orgânica que tinha no Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF) o seu *aparelho de hegemonia filosófico*[2]. Os intelectuais ibeefeanos em sua grande maioria bacharéis e advogados, buscaram o estabelecimento de uma tradição intelectual no Brasil: o chamado "culturalismo", que, apesar desses jurifilósofos o saudarem como legítimo "pensamento nacional", é fundamentalmente a cifragem do culturalismo alemão. Mercadante tem uma trajetória bastante interessante, que começou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), com o qual acabou rompendo em 1956 em conjunto com outros intelectuais (Antonio Paim, Osvaldo Peralva, Porto Ferraz, Inácio Rangel) que, em seu ponto de vista, formavam o grupo "mais ativo no campo das idéias"[3] do PCB. Do rompimento se inicia a aproximação com o conservador histórico, teórico do integralismo, fundador e líder do IBF, Miguel Reale.

N'*A consciência conservadora no Brasil*, Mercadante analisa a história do Brasil sob a perspectiva da "conciliação" de classes, que se tornou um conceito de grande valia para os intelectuais ibeefeanos, a medida que nega a luta

Oliveira de Carvalho, *Ser conservador* (Revista Espaço Acadêmico, nº 50, julho de 2005, ano V).

2 Conforme conceituação desenvolvida por Christine Buci-Glucksmann em *Gramsci e o Estado*: por uma teoria materialista da filosofia. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

3 SOARES, Jorge Coelho. *Marcuse no Brasil*: entrevistas com filósofos. Londrina: CEFIL, 1999. p.131.

de classes. Essa interpretação pode ser construída porque há um escamoteamento deliberado das lutas sociais que permearam a história do Brasil no século XIX. A obra de Mercadante, com quatro edições[4] e quase de 50 anos de história, tem boa nomeada entre diversos intelectuais orgânicos da burguesia. Para Olavo de Carvalho[5], a obra é "um clássico da 'história das mentalidades'"[6]. Roberto Campos afirmou: "Paulo Mercadante, cujas lições de história e sociologia brasileira me abriram novos caminhos"[7]. João Alfredo de Souza Montenegro elogia pelo seu "arrojo renovador de abordagem da mentalidade insistentemente subjacente na evolução sócio-cultural brasileira, a ponto de, em momentos de crise, de impasse da Nação, se levantar em protagonismos exacerbados, forçando recuos, aparando arestas progressistas, e plantando o gradualismo com pretensões de absorver os conflitos sociais, visualizados como impertinências demoníacas pela ótica da ética dominante"[8]. Para Luís Washin-

4 As edições são: 1 ed., Rio de Janeiro: Saga, 1965; 2 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972; 3 ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980; 4 ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

5 Carvalho é editor e prefaciador da obra de Mercadante *A coerência das incertezas*: símbolos e mitos na fenomenologia histórica luso-brasileira (São Paulo: Editora É Realizações, 2001); Carvalho é conhecido pelos seus polêmicos ataques à esquerda.

6 *Cf.* CARVALHO, Olavo de. *Paulo Mercadante e a alma brasileira*. Este texto é o prefácio *d'A coerência das incertezas* e está disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/pmercadante.htm>, capturado em 11/06/08.

7 *Cf.* contra-capa de MERCADANTE, Paulo. *Graciliano Ramos*: o manifesto do trágico. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

8 MONTENEGRO, João Alfredo de Souza. Resenha de "*Militares & Civis:* A Ética e o compromisso". *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, volume XXVIII, fascículo 110, p. 234, abril-junho de 1978.

gton Vita, se trata de uma obra "modelar"[9]. Antonio Olinto disse em 1965: "Saiu afinal o livro de Paulo Mercadante, *A consciência conservadora no Brasil*, que representa um aferimento denso e tranquilo da situação brasileira de ontem e, até certo ponto, de hoje"[10].

Nelson Mello e Souza, prefaciador da quarta edição d'*A consciência conservadora no Brasil*, diz que a "conciliação" de Mercadante é a descoberta da "imantação histórica", do sentido da história do Brasil; que se caracterizaria pelo fato de que as classes subalternizadas teriam aceitado por vontade própria sua condição social. O conservadorismo brasileiro seria "avesso a revoluções, desconfiado do Estado forte, propenso a garantir as liberdades individuais contra o autoritarismo, inclinado a aceitar a lógica gradualista da história e o lento evoluir da base de valores; o conservadorismo 'no' Brasil assumiu perfil conciliatório"[11]. Souza diz que Mercadante teria desvendado a "dialética da conciliação" na história do Brasil.

Paulo Mercadante é autor de uma obra cuja marca principal não é o rigor científico. Se trata de uma elaborada construção ideológica que até busca o argumento histórico, mas que se confrontada com a realidade se mostra sem respaldo histórico. No entanto, não é uma obra de pura falsificação como, por exemplo, *Populações meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana. Mas a suposta "conciliação"

9 *Cf.* contra-capa da 4ª edição d'*A consciência conservadora no Brasil.*

10 *Cf.* contra-capa de MERCADANTE, Paulo. *Das casernas à redação*: a era de turbulências. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2004.

11 MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*..., p. 40.

de classes não explica uma sociedade cuja história é marcada pela exploração e pela violência cujos níveis são hoje os de uma guerra civil. *A consciência conservadora no Brasil* é uma das maiores expressões intelectuais da reação que culminou com o golpe de 1964 e com os anos de chumbo da Ditadura; é também o acerto de contas do autor com o seu passado de militância no PCB, é a negação da luta de classes, é a aceitação do prisma imposto pela classe dominante.

4.1 A História do Brasil na perspectiva de Paulo Mercadante

Paulo Mercadante busca o fundamento histórico na obra do "ultra-reacionário Oliveira Viana", como disse José Honório Rodrigues. Segundo essa interpretação, a classe dominante brasileira, que se formou durante a empresa colonial, seria composta de "homens de cabedais opulentos, esses chefes são também homens em que se enfeixam as melhores qualidades de caráter. De integridade moral perfeita, [...] pela dignidade, pela lealdade, pela probidade [...]. Descendo das flores da nobreza peninsular para aqui transplantada, medalham-se todos pelo tipo medieval do cavalheiro, cheio de hombridade e pundonor"[12]. Esse é o argumento de Oliveira Viana para uma suposta superioridade racial da classe dominante que, na obra de Mercadante, aparece como características

12 Idem, p. 72, apud. VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*, v.1, p. 115. S/local, s/editora, s/data.

da índole dos colonizadores, caracterizadas como pessoas benévolas – em tudo diferentes das etnias e classes dominado. Esses homens são vistos aqui como os membros de uma elite e não de uma classe dominante.

Interessante notar que em relação às interpretações dos intelectuais do PCB, Nelson Werneck Sodré, segundo o qual havia feudalismo no Brasil, e Caio Prado Júnior, que via a colonização sob a égide do capitalismo mercantil, Mercadante propõe uma interpretação oposta. Para ele houve uma "conciliação" marcada pelo compromisso entre nobiliarquia e mercantilagem que teria formado a classe dominante por indivíduos que eram nobres mas empresários também – e até mesmo industriais! – fazendo do proprietário um "personagem original"[13]. Para o autor, esses fatores teriam implicações culturais abrangentes, que se projetariam na história do Brasil, seriam mesmo o pano de fundo da contemporaneidade do país. Mercadante faz tábula rasa da questão da escravidão e qualquer outra relação social marcada pela luta. Esse é um erro histórico, mas esse erro tem sua origem na prática social de uma classe que, no momento que a obra fora escrita, negava ter instaurado no país um regime autocrático e que ainda nega ser a senhora de toda a exploração, opressão e a repressão.

Para Mercadante, essa distinta classe de "nobres empresários" tinha um *modus operandi* equivalente ao seu *modus vivendi*, ou seja, o "nobre empresário" era

13 Idem, p. 91.

também um *homo politicus*, cujas ações seriam marcadas pela moderação e pela conciliação das facções políticas que marcaram a história do Império. Segundo Mercadante, desde a Independência, a "*tendência de centro, moderada e oportunista*"[14] fora a marca da política da classe dominante. Essa é a parte mais rica e densa da obra de Mercadante; segundo ele essa política era a reafirmação do "grande fazendeiro, espécie de *gentry* de caráter territorial", que, por sua vez:

> É dúplice econômica e mentalmente: vive numa fazenda de escravos de látego em punho enquanto se empolga pelas idéias liberais correntes nos países europeus já libertos do feudalismo; *revolucionário*, quando analisa as suas relações de produção com o mercado externo, e *conservador*, quando reage a quaisquer idéias de abolição. Seu caminho é necessariamente o *compromisso entre a escravatura e o liberalismo econômico*.[15]

Para Mercadante não há contradição entre o liberalismo, que estava na boca dos tribunos do Império, e a escravidão, base da sociedade naquele momento. Pelo contrário, nesta perspectiva os senhores são o produto dessa amálgama. Evidentemente é um grande exagero dizer que os conservadores eram também revolucionários; mas esse exagero é de ordem prática, pois o autor faz o mesmo uso da palavra que os golpistas de 1964 faziam quando se apropriaram da palavra "revolução". Na apologética de

14 Idem, p. 96.

15 Idem, p. 105.

Mercadante a política do "meio-termo" fora o "lastro de sábia prudência"[16], já que teria evitado a revolução de escravos, como ocorrera em 1804, no Haiti:

> "O temor à revolução teria sido um dos esteios do movimento pela independência. [...] Todos acabariam acordando com a forma de arranjo político, pelo qual se operaria o movimento, e do mesmo modo conformados com a ausência de participação popular. O povo fora advertido [...] de que sua atuação nos acontecimentos importantes sempre poderia proporcionar um doloroso saldo de tragédia"[17].

Mais uma patente exageração, pois no Brasil os escravos não tinham o acesso ao pensamento jacobino como o tiveram os escravos haitianos, tampouco tiveram aqui a organização necessária para uma revolução; o que moveu as classes proprietárias das províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais foi o evidente temor da recolonização. Mas, para o autor, uma revolução – que aliás nunca esteve a ponto de ocorrer – teria fracionado o Brasil, pois a unidade seria mérito exclusivo do escravismo e da moderação.

É latente na interpretação de Mercadante o momento histórico da contrarrevolução preventiva levada à cabo pela autocracia burguesa a partir de 1964, por isso a recorrência de imprecisões de origem prática. Sua obra é

16 Idem, p. 98.

17 Idem, p. 107-8.

marcada pelo "temor pânico"[18] da movimentação ativa das massas populares, tão característico das classes dominantes, assim em relação à Independência conclui: "*Que tudo viesse com vagar, de forma suave, sem a temerária participação jacobina*"[19]. Essa latência do presente vivido é tão característico em sua obra que, segundo o autor, a grande modificação da constituição aprovada após o golpe de D. Pedro I é o fato de que as forças armadas poderiam ser utilizadas internamente[20], ou conforme diz em outro trecho: "*em terras onde não estão difundidos em todas as classes da sociedade aqueles hábitos de ordem e legalidade, é preciso começar introduzi-los e sujeitar esses ensaios a uma certa tutela*"[21]. "Ordem" e "legalidade", que os golpistas diziam buscar "restabelecer" quando da derrubada do governo nacional reformista de João Goulart, eram termos empregados para legitimar o golpe e confundir a opinião pública.

Se em um primeiro momento *A consciência conservadora no Brasil* parece estar pautada na interpretação das questões sociais, Mercadante logo parte para uma análise de cunho metafísico, já que uma de suas preocupações é o acerto de contas com o seu passado no PCB e o combate do marxismo.

---

18 GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 291

19 MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*..., p. 100.

20 Idem, p. 121-126.

21 Idem, p. 166.

> Em geral, a classe senhorial [...] adota uma atitude pragmática procedente de uma tendência de concórdia e equilíbrio. Uma acentuada inclinação moderadora a transir as idéias políticas, a doutrina e a vida política, o romantismo literário e o arremedo de filosofia colorindo os acontecimentos com os tons da acanhada ideologia da conciliação. [...] surgia o ecletismo entre nós, primeiramente como tendência, esboçada de modo empírico, para fazer face às exigências de nossa sociedade, e depois, no curso do século, corporificando-se em idéias, numa integração ao *espírito do tempo*.[22]

O "espírito do tempo" é definido pelo autor da seguinte maneira: "*o espírito contraditório de Hegel é o próprio espírito do tempo. Suas convicções oscilam entre as de um adepto do iluminismo e um profeta do absolutismo. É, porém, adepto do meio-termo*"[23]. Vemos assim, que Mercadante propala a reforma conservadora do hegelianismo, o que é essencial para qualquer aparelho de hegemonia filosófico, já que assim se combate a dialética marxista.

A consciência conservadora no Brasil é caracterizada também pela apologia das classes dominantes, o que aliás é uma característica fundamental de qualquer obra conservadora. Nesse sentido, os grandes proprietários rurais aparecem não apenas como a principal classe social, mas também como a única digna de nota, é o que se pode perceber também no fragmento a seguir, original de outra obra de Mercadante:

---

22 Idem, p. 143 [grifos nossos].

23 MERCADANTE, Paulo. *Militares & civis*..., p. 33.

> Quase toda a população, aproximadamente noventa por cento, vivia nos domínios, e dessa massa apenas os senhores formavam um grupo social definido, embora restrito. Os demais moradores dos latifúndios ressentiam-se da falta de homogeneidade. *Escravos, em sua maioria pessoas atrasadas e ignorantes, arrancadas com violência de seu meio e com mínimas condições de se organizarem socialmente*. A instabilidade era também de outras camadas de moradores do campo. Os agregados das fazendas e engenhos, os sitiantes, pequenos proprietários com suas engenhocas primitivas, ligados todos a produtos secundários de economia agrícola – por sua dependência em relação aos senhores do domínio, e pela dispersão, não constituíam agrupamentos sociais estáveis. [...] *Na enorme área dos latifúndios agrícolas, só os grandes senhores rurais existem*. Fora deles, tudo é rudimentar, informe e fragmentário. [24]

Mercadante acaba por desqualificar os trabalhadores escravizados como pessoas "atrasadas e ignorantes", de maneira a persuadir, a induzir o desvio do problema real: a exploração e a condição absurda de vida dos escravizados; assim como também escamotear o papel das classes sociais populares no processo histórico. Para o autor, cabia à classe dominante combater o excesso, e o "excesso eram as ameaças à instituição servil"[25]. Sob esse prisma, o escravismo aparece como fator de unidade nacional: "Não fosse, pois, a objetividade dos homens regressistas, a unidade do Brasil estaria definitivamente comprometida.

24 Idem, p. 35.

25 MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*..., p. 158.

A questão da escravatura fora decisiva [...]"[26]. Esta é uma das teses mais caras do conservadorismo histórico brasileiro, o escravismo teria garantido a unidade territorial, mas isso é pouco plausível, pois muitas das revoltas do primeiro Reinado e do período regencial foram lideradas por senhores de escravos e em nenhuma das revoltas a escravidão foi abolida. Ademais, em nenhum panfleto da independência o argumento da escravidão foi usado para robustecer a unidade territorial[27].

São variados os trechos da obra de Mercadante – e porque não dizer a obra inteira? – marcados pela apologética persistente às classes dominantes, o que faz d'*Consciência conservadora no Brasil* uma "crônica dos vencedores"[28]. Nesse sentido, argumenta o autor: "Se havia a necessidade de melhoramentos, de pactos e concessões às novas circunstâncias, melhor seria que a dirigisse o espírito conservador" [29].

Paulo Mercadante afirma que com a conciliação moderadora inaugurou uma época única da História do Brasil, que ninguém definiria melhor do que Justiniano José da Rocha:

> E que movimento social era esse que todos os políticos pressentiam, a que obedeciam, que lhes fazia abandonar as suas posições de vencedores, senão o

26 Idem, p. 159.

27 Cf. CARVALHO, José Murilo (Coord.). *A contrução nacional 1830-1889*, volume 2. Rio de janeiro: objetiva, 2012. p. 25-6.

28 IANNI, Octavio. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 13.

29 MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*..., p. 191.

> resultado da convicção íntima do país de que estavam extintas todas as paixões, acabadas todas as lutas do passado? E essa extinção das paixões, esse esquecimento de ódios, e que então os sintomas evidentes de que a sociedade tem chegado a esse período feliz de calma e de reflexão que pode e deve ser aproveitado para a grande obra de transação? [30]

É neste período então que a moderação teria se concretizado no partido da Liga, fundada por Joaquim Nabuco, dirigida pelos conservadores moderados, e de 1862 ao fim da monarquia, considera o autor: "pairaria o espírito da Liga por sobre as instituições"[31] impulsionando a conservação camuflada no *juste milieu*. O movimento da conciliação, a evolução da moderação, diz Mercadante, teria sua teoria histórica elaborada por J. J. Rocha, e, nesta concepção, se constituiria numa premissa de valor universal que não requer demonstração – num axioma:

> Na luta da autoridade com a liberdade, sucediam-se [...] períodos de ação, de reação e, por fim, transação. Neste último, o progresso do espírito realiza-se, e se firma a conquista da civilização.
>
> A aplicação da tese às nossas condições levaria o jornalista [J.J. Rocha] a dividir a História do Brasil em períodos diferentes: os primeiros, a ação, em sua luta e em seu triunfo, abrangendo o período que vai da Independência até 1836; os dois outros, corres-

30 Idem, p. 193-4, *apud*. ROCHA, Justiniano José da. Ação, Reação, Transação. In: MAGALHÃES, R. Três panfletários do Segundo Reinado. S/D, S/L, p. 216.

31 Idem, p. 196.

> pondentes à fase da reação que alcança com o seu triunfo monárquico os primeiros anos da década de 50; e finalmente o último, chamado o da transição, que se inicia com Paraná na época em que escreve o seu panfleto.
>
> Havia então chegado o momento em que a reação não mais podia progredir, em que a ação revolucionária esmorecera, cumprindo que a sabedoria dos governantes descobrissem os meios de trazer "a um justo equilíbrio os princípios e elementos que haviam lutado". A fase da transação era para a que exigia mais prudência. "mais tino, mais devoção nos estadistas a quem é confiada a força governamental e a alta direção dos públicos negócios; pois se a não sabem ou querem reconhecer, se não querem ou não sabem facilitar, se ainda mais a contrariam, provocam calamidade a que depois não há sabedoria que possa acudir".[32]

Teríamos assim o axioma da moderação; constituído no decalque da dialética da história (o *tríptico da ação -reação-transação*), no qual se define intelectualmente – e não historicamente – a perversão da dialética da história. A teoria do tríptico visa estabelecer antecipadamente no campo de luta as regras e o resultado da história, tendo como último termo sempre a transação, deturpando a história num hegelianismo mutilado próprio da *revolução passiva*[33], com vistas à conservação infinita. Das conside-

32 Idem, p. 197-8, *apud*. ROCHA, J.J. Ação, Reação, Transação... p. 163-4.

33 Segundo a conceituação desenvolvida por Antonio Gramsci, a *revolução passiva* consiste em mudanças caracterizadas pelas reformas sociais e pela atualização do Estado em processos marcados pelo (i) apassivamento da classe trabalhadora induzido pela classe dominante e (ii) pela cooptação e corrupção das lideranças antagônicas. Todo o processo é marcado pela preservação da

rações axiomáticas de J.J. Rocha, Mercadante insinua sua teoria do *juste milieu* moderador:

> O justo equilíbrio seria a conciliação dos contrários, do radicalismo, atuante e dinâmico, com a reação que procurava deter-lhe a marcha, firmando o princípio da autoridade.
>
> Se é necessário conter a avalancha da revolução, também é imprescindível sustar o processo reator. Nisto consiste a política do meio-termo, do equilíbrio [...].
>
> Cumpria que o poder se desarmasse de modo espontâneo, esquecendo as lutas passadas, renunciando ao arbítrio e adotando as idéias que o liberalismo adverso expunha em sua plataforma de inovação, depois de selecioná-las segundo o critério das verdadeiras necessidades públicas. As reformas deviam ser conduzidas sem os prejuízos quanto às suas origens, pois ao contrário, permaneceriam exclusivamente nos programas radicais e demagógicos, e teriam que os conservadores defender a ordem e a autoridade contra as exagerações de um novo surto democrático e jacobino.[34]

Assim, caberia aos conservadores, tomar para si os projetos e as bandeiras oposicionistas e selecioná-los, fazendo uma escolha fundamentada, para tanto levar a cabo as reivindicações destituídas de seu sentido mais radical, quanto para se antecipar à radicalização dos processos históricos, para sob sua ação conter qualquer

ordem econômica-social e pelo fortalecimento e pela perpetuação do poder. Gramsci trata do conceito, também denominado como *revolução-restauração*, principalmente no 5º volume dos *Cadernos do cárcere* (vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.).

34 MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*..., p. 198.

possibilidade de ruptura. Nisto consiste a teoria e a prática do moderantismo conservador esboçado por Mercadante. Nesse sentido, o autor traz uma visão bastante doutrinadora, que não se limita à história mas certamente se remete também ao presente.

Para o autor, a questão da abolição não era ética e nem religiosa, mas com implicações práticas: "Cumpria examinar o problema com espírito objetivo e realista"[35]; aqui as reivindicações populares aparecem como demandas de ordem moral, ética e religiosa, descoladas da realidade, da "prática" – vejamos o fragmento a seguir:

> Aqui a ideia humanitária da emancipação nunca encontrara adversários endurecidos, nunca teve que enfrentar a oposição de um partido. [...]
>
> Cumpria, antes de tudo, examinar o problema do ponto de vista de nossas condições especiais. Tratava-se de um fato complexo: [...] interessando a toda ordem de relações, quer jurídicas, quer sociais. Estava a escravidão essencialmente ligada à lavoura e em seus fundamentos repousavam os direitos consagrados expressamente na Carta Magna e nas leis privadas. Os interesses da agricultura eram para aquela sociedade de senhores rurais os interesses de toda a sociedade pois "ela não pode ter outros mais importantes, porque toda a sua vitalidade aí está. Não os perturbemos. Ao menor abalo pode desabar-se em ruínas um belo edifício", advertia um dos representantes da lavoura paulista. [...]

35 MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*..., p. 203.

> No domínio das idéias abstratas, facílimo seria resolver o problema [...].
>
> *Todavia, cumpria ser realista, respeitar, primeiramente os direitos adquiridos e o direito de propriedade* [...].[36]

Mercadante constrói uma apologética do regime escravocrata. Nessa concepção, cabia, antes de tudo, respeitar o direito de propriedade – ainda que esse fosse a posse de outrem.

Outro problema suscitado por Paulo Mercadante é a questão do Poder Moderador, que, segundo ele, se confunde com a cultura brasileira, ensejando a interpretação que historicamente a classe dominante imputa às Forças Armadas como o Poder Moderador da República. Segundo o autor, o Poder Moderador e o imperador eram imbuídos do ecletismo:

> A tendência ideológica do equilíbrio difundia-se sobre tudo. Passava assim a realidade superindividual de nossa cultura a ser caracterizada por tonalidades que o ecletismo procurara ilustrar através de uma fórmula engenhosa de conciliação de diferentes escolas filosóficas.
>
> A linguagem do grupo dominante impregnava a coletividade quase toda das palavras e significações tranquilas. [...]
>
> A cultura inspirada no ecletismo tornava-se transcendente, predominando nas instituições, na

36 Idem, p. 203-4-5, *apud.* SILVA, Rodrigo da. Voto em separado. In: Elemento Servil, Parecer e Projeto-de-Lei apresentados à Câmara dos Senhores Deputados, sessão de 16 de agosto de 1870, p. 106-7 – grifos nossos.

> sociedade, e passava a atuar sobre os indivíduos, sobre o príncipe, tornando-se imanente aos próprios homens, principalmente o imperador. A cultura do ecletismo, diríamos, retransia [penetrava até o íntimo] o indivíduo, instalava-se em sua fisiologia, nos seus centros de sensibilidade, condicionando-lhe tudo, os reflexos e o comportamento.
>
> Nascera no Brasil o imperador, independente através uma fórmula de ajuste político. Vinha destinado, sobretudo por sua nacionalidade, a desempenhar uma função de apaziguamento dos espíritos conturbados.
>
> [...]
>
> Reservava-se-lhe um papel atreguador a desempenhar na história do país, e seus mestres [José Bonifácio e Itanhaém] imbuíam-lhe os hábitos adequados, modos frios, e ei-lo soberano sem tumultos sentimentais, o que lhe daria o necessário equilíbrio à política de moderação.[37]

Para Mercadante, o ecletismo e a moderação inebriavam a tudo e a todos, chegavam mesmo a adentrar fisiologicamente os sujeitos, em outras palavras, se constituíam em um espírito mesmo, metafísico, superior às questões histórico-sociais, aos homens, às classes; mas uma superioridade hierárquica que se impunha a tudo e a todos. E, neste sentido, a moderação estaria em outro patamar, intocável, encarnada em D. Pedro II, concretizada no Poder Moderador: "tudo tinha adormecido à sombra do

37 Idem, p. 248-51.

manto do príncipe feliz"[38]. Aqui encontramos o apagamento das lutas sociais, nesta concepção este período histórico aparece como o reinado da paz.

A divulgação do ecletismo teria se iniciado com Silvestre Pinheiro Ferreira, que chegara um pouco após D. João VI, e iniciou um curso de filosofia na Corte a partir de 1813. Segundo Mercadante, "suas idéias, expostas em 1821, exprimiam um meio-termo, afastadas do absolutismo e do jacobinismo democrático"[39]. Em fins dos anos 1830, Ferreira teria conhecido Cousin. O ecletismo teria outro grande disseminador em Gonçalves de Magalhães, autor de *Fatos do Espírito Humano* (Paris, 1858). Na filosofia, diz Mercadante, assim como na moderação, o caminho também seria evitar os efeitos da Revolução Francesa[40].

Paulo Mercadante, na conclusão de sua obra, diz que a conservação não tem por si mesma qualquer predisposição teórica, de sistematização, pois partiria "de uma pragmática de que não cumpre divagar sobre as situações em que se encontram os homens *naturalmente* ajustados"[41], e disto seria proveniente "um estado de espírito despido de inquietações"[42]. Neste sentido, diz, o conservadorismo "parte do princípio de que tudo que existe possui valor nominal e positivo em razão de sua existência lenta e

38 Idem, p. 259, *apud*. ROMERO, Silvio. Explicações indispensáveis. In: BARRETO, Tobias. Vários Escritos. S/Local, S/Editora, S/Data. p. XXVI-II.

39 Idem, p. 262.

40 *Cf*. Idem, p. 271.

41 Idem, p. 273 – grifo nosso.

42 Idem, p. 273.

gradual"[43]. As reformas, prossegue o autor, devem ser realizadas para conservar[44].

Segundo Paulo Mercadante, as seguintes máximas norteavam as "eminências conservadoras"[45]: "A escola da autoridade é a única legítima; porque é a única realizável; um governo filho da revolta não pode marchar um só dia em virtude de seu princípio, e expira, se o não combate"[46] e "Façamos no governo o que eles reclamam em oposição, diziam eles, os conservadores"[47].

E se Paulo Mercadante faz uma digressão ao Império brasileiro, seu livro está impregnado da contrarrevolução preventiva e do golpe de 1964. Neste sentido, o autor diz que a moderação nascida no Império transcende as suas origens, estaria completamente arraigada no "ser brasileiro". O autor cria a imagem de que o espírito da moderação paira sobre o Brasil, que inclusive estaria na fisiologia do brasileiro.

Assim, na construção de Mercadante, o velho espírito da moderação reaparecia revestido de metal: o aço dos tanques de guerra da revolução-restauração de 1964. Para ele, cabia apenas fazer o mesmo que Hamlet: seguir o espectro metafísico, agora envolto na armadura blindada. *A consciência conservadora no Brasil* é um manifesto da contrarrevolução e, seu autor, um profeta do passado.

---

43 Idem, p. 274.

44 *Cf.* Idem, p. 275.

45 Idem, p. 290.

46 Idem, p. 290, referindo-se a Cafefique, sem citar a obra.

47 Idem, p. 291.

o0o

"Toussaint L'Ouverture não está ligado a Fidel Castro apenas pelo fato de ambos terem liderados revoluções nas Índias Ocidentais. Tampouco esse laço é uma demarcação conveniente ou jornalística de um período histórico. O que havia acontecido na São Domingos francesa entre 1792 e 1804 repetiu-se em Cuba em 1958. [...] o povo de Cuba continua lutando, valendo-se dos mesmos esforços."

(C.L.R. James)[48]

"A impressão de que a sociedade, o povo, os grupos sociais, as pessoas pouco ou nada representavam era negada pelas medidas de controle e repressão que o governo punha em ação. Diante das forças sociais não representadas no bloco de poder, em face da rebeldia latente ou aberta contra os interesses dos senhores de escravos, nos engenhos de açúcar e fazendas de café, o poder monárquico agia de forma cada vez mais repressiva. A força, a sistemática e a preeminência dos interesses dos grupos e camadas dominantes representados no aparelho estatal eram de tal porte que alguns intelectuais e políticos imaginavam que a sociedade fosse amorfa e o Estado organizado; como se este pudesse existir por si. ***Não percebiam o protesto do escravo, a insatisfação do branco pobre no meio rural, as reivindicações de artesãos, empregados e funcionários na cidade.*** *Sem saber – talvez – escreviam a crônica dos vencedores."*

(Octavio Ianni)[49]

Karl Marx, em uma comparação entre as revoluções burguesas e as proletárias, diz que as primeiras costumaram fazer a "ressurreição dos mortos". Foi comum nas revoluções inglesa (1640) e francesa (1789) reviver o passado, com o objetivo de glorificar as novas lutas, de engrandecer a imaginação, de encontrar o espírito da revolução. Mas a revolução proletária, diz Marx, contrariamente "*não pode retirar sua poesia do passado, e sim do*

48 JAMES, C.L.R. *Os jacobinos negros:* Toussaint L' Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2007.

49 IANNI, Octavio. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984. p. 13.

futuro. Não pode iniciar sua tarefa enquanto não se despojar de toda a veneração supersticiosa do passado. As revoluções anteriores tiveram de lançar mão de reminiscências da história universal para se iludirem quanto ao próprio conteúdo", enquanto a revolução do proletariado deve "*deixar que os mortos enterrem seus mortos. Antes a frase ultrapassava o conteúdo, agora é o conteúdo que ultrapassa a frase*"[50].

A consciência conservadora no Brasil não visa reavivar as lutas do passado, como verificou José Honório Rodrigues, ou a burguesia descrita por Marx n'*O 18 Brumário*. Mercadante, ao contrário, busca apagar as lutas sociais do século XIX. Tenta construir o fetiche de que o Brasil vivia uma paz sedimentada sobre a conciliação de classes, enquanto a colonização espanhola se esfacelava em "republiquetas", e ao passo que na colônia francesa do Haiti o povo irrompia com a liderança jacobina Toussaint L'Ouverture. Para Mercadante o "espírito" da "conciliação" e da "moderação" paira sobre o Brasil alertando para as revoluções do presente, principalmente a cubana (1959). Não é a primeira vez que os conservadores recorrem a estes expedientes, o general Ferdinando de Carvalho já havia publicado em 1951 o livro que tinha por título a seguinte mensagem: "-Lembrai-vos de 1935!". A luta pela memória, a luta pelo passado e pela história compõem também o quadro maior da luta de classes. Para Mercadante, na sua concepção fetichista da história que escamo-

50 MARX, Karl. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2003. p. 17-8.

teia a luta de classes, o Brasil deveria continuar sendo o bastião da suposta e propalada *conciliação de classes* – expressão ideológica de uma classe que visava esconder que estava em plena revolução-restauração[51] de "autodefesa ativa, militante e agressiva"[52]. Sua obra é, verdadeiramente, um manifesto político e a compreendemos quando remetemos ao contexto de sua publicação. Nesse sentido, se Paulo Mercadante faz uma digressão ao Império brasileiro, seu livro está impregnado da contrarrevolução preventiva, da revolução-restauração de 1964. Mas o argumento não é histórico e sim metafísico. É uma obra cuja principal característica é a latência do presente dos anos 1960, marcados pelo golpe e pela autocracia burguesa.

Por diversas razões pode-se dizer que Mercadante busca um acerto de contas com seu passado no PCB. Ter pertencido ao Partido Comunista deixou marcas indeléveis em sua trajetória[53]. E, por isso mesmo, acertar as contas com a esquerda foi algo necessário para um homem que se alinhou à direita nos anos 1950. O ajuste veio na forma de uma obra que tem como escopo o ocultamento da luta de classes na História do Brasil. A "conciliação" de Mercadante é uma clara resposta aos intelectuais progressistas, como José Honório Rodrigues, e aos intelectuais da esquerda, principalmente Nelson Werneck Sodré. Para

51 Gramsci denominava a *revolução passiva* (vide nota 35) como *revolução-restauração.*

52 FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006. p. 393.

53 Veja por exemplo o artigo de Dênis de Moraes, *Carlos Marighella, 90 anos* (2001), disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci>.

José Honório, uma conciliação era desejável como alternativa à secular violência e intransigência mais uma vez demonstradas pela classe dominante em 1964[54]. Para Nelson Werneck, na época o mais articulado interlocutor do PCB entre a intelectualidade, a "conciliação" era verdadeiramente um projeto político, uma aliança estratégica entre a burguesia "nacional" e o proletariado visando a projeção de um capitalismo autônomo de base nacional -popular, construído a partir da desarticulação do imperialismo e de seus interesses no país que se materializariam no latifúndio agro-exportador, cuja concentração fundiária estaria estruturada em modelo "feudal"[55]. Mercadante responde à essas teses dizendo que a nossa história já seria marcada por uma conciliação politicamente desenvolvida durante a monarquia entre conservadores, liberais e o Poder Moderador, cuja base social seria o proprietário de terras escravocrata – aliás, contrariando a tese do intelectual comunista de que os latifundiários são os grandes usurpadores do povo brasileiro, mas ao contrário, reafirmando-lhes o suposto papel benevolente na formação da nação.

Se fosse verdade que os atos conciliatórios regem as relações sociais desde a época colonial, todo o aparato repressivo e hegemônico da classe dominante seria desne-

54 RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*: um desafio histórico-cultural. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. Originalmente publicado em 1965.

55 SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 14 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002. Originalmente publicado em 1962; suas teses fundamentais já haviam sido desenvolvidas em um curso do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) no final dos anos 1950.

cessário, no passado e no presente. Portanto, a "conciliação" não visa a explicação e o entendimento da realidade histórica, mas sim a justificação do presente (1965) marcado pela reação ostensiva e agressiva da classe dominante. A "conciliação" de classes de que fala Mercadante é algo que no texto só é possível entre aspas e, na realidade, só existe no encontro do porrete com as costas. A obra de Mercadante é uma "crônica dos vencedores" (Octavio Ianni)[56]; cabe indagar este autor com algumas das *Perguntas de um operário que lê* (Bertold Brecht): "*A grande Roma / Está cheia de arcos de triunfo. / Quem os ergueu?*" – definitivamente, não foi a classe proprietária que construiu o Brasil, apesar de, na luta de classes, definir em grande medida seus contornos.

4.2 Paulo Mercadante e José Honório Rodrigues: um debate entre ideólogos da conciliação de classes

No mesmo ano de publicação d'*A consciência conservadora no Brasil*, surgiu a obra de José Honório Rodrigues, *Conciliação e reforma no Brasil*[57], que trata da mesma temática que a obra de Mercadante.

Rodrigues trata da conciliação de maneira qualitativamente diferenciada de Paulo Mercadante. Já no início de sua obra argumenta que as políticas conciliatórias sempre foram feitas no interior dos grupos dominantes,

56 IANNI, Octavio. Op. cit.

57 RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*: um desafio histórico-cultural. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

sem concessões à maioria brasileira que foi mantida às margens e aquém de benefícios sociais.

É interessante notar o que diz o autor na introdução da reedição de 1982: "Em 1964 houve a inconciliação e a imoderação da cúpula militar que dominou o Poder e tutelou a nação. Pela primeira vez na história brasileira a força dominante não se conciliou com ninguém, nem com seus iguais, [...]"[58]. Diferentemente, Mercadante afirmou no mesmo ano que os militares estariam declaradamente comprometidos com a democracia, e o golpe significava o "triunfo do bem"[59]. Interessante notar que ambas as obras tiveram edições (1965) e reedições (1980 e 1982) concomitantes, seja logo após o golpe, seja durante a abertura.

Para Rodrigues, segundo as circunstâncias políticas, econômicas e culturais, a minoria dominante colonial ora agiu de maneira violenta e intransigente, ora de forma transigente e conciliadora. Isto durou até o fim do século XVII, quando, principalmente pela miscigenação e pela tolerância racial, foi derrotado o tipo que agia apenas pela violência e o modo conciliador tornou-se preponderante.

Segundo José Honório Rodrigues, apesar de prevalecer no povo o "espírito de conciliação" (que se expressaria na unidade linguística, na mestiçagem, na tolerância racial) seria falso afirmar que seu comportamento foi sempre conformista e que sempre agiu de maneira resignada. Na verdade, nossa história colonial foi marcada

58 Idem, p. 14.

59 MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora*... p. 47-56.

por muitas lutas sociais. Rodrigues enumera as diversas contendas que ocorreram nos séculos XVII e XVIII. Não é necessário mencionar as muitas pelejas sociais citadas, mas já podemos perceber a seguinte característica: este intelectual não esconde os choques sociais sanguinários que ocorreram, diferentemente de Mercadante.

Uma questão histórica que revela a diversidade existente entre a visão dos nossos autores é a Independência. Segundo Paulo Mercadante, tudo fora um tranquilo rompimento, uma grande conciliação entre portugueses e brasileiros. Já para José Honório Rodrigues, "A Guerra da Independência tem sido apoucada para valorizar a obra da Casa de Bragança, para sofrear o papel dos brasileiros, e, finalmente, para favorecer o congraçamento luso-brasileiro"[60].

Outro ponto que permite-nos cotejar as duas obras, é verificar como os autores interpretam a atuação de Frei Caneca. Para Paulo Mercadante, ele representava um liberalismo tardio, "serôdio", com o Frei "jamais esteve o liberalismo radical mais distante dos interesses do país"[61]. Em Rodrigues, Caneca é visto como defensor dos interesses nacionais e, acima disso, do povo: "os interesses, a felicidade e a glória do Império são e serão sempre os interesses, a felicidade e a glória deste brioso povo"[62]. A assertiva de Mercadante visa negar que o liberalismo no Brasil teve

60 RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma*... p. 41 – grifos nossos.

61 MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora*... p. 123.

62 RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma*... p. 45-46.

vertentes que não eram reacionárias, diferentes da versão conservadora adotada pelos intelectuais ibeefeanos.

Vimos antes que Mercadante coloca os senhores rurais em posição privilegiada, como os protagonistas de nossa história, "na enorme área dos latifúndios agrícolas, só os grandes senhores rurais existem"[63]; chega mesmo afirmar que eles eram as vítimas do escravismo e não os escravos. Já José Honório, de forma mais crítica, diz que o Brasil não era composto somente por latifundiários, mas sim por um povo dominado por eles. "Os interesses vitais do país estavam na agricultura e esta era dominada pela grande propriedade territorial, que pedia vassalos obedientes"[64].

A escravidão é uma questão essencial para entender o caráter da conciliação. Segundo Rodrigues, no processo histórico que se inicia no ano da Independência (1822) e culmina na Abolição da Escravatura (1888) predomina o *gradualismo* como estratégia política senhorial para retardar ao máximo a libertação dos escravos. A *mentalidade gradualista* dos senhores começou a expressar-se na Independência, que não teria beneficiado em nada os escravos. O gradualismo conciliador protelou a abolição por mais de meio século e, quando conquistada, não foi levada às suas últimas consequências, ou seja, não foi realizada a reforma agrária. Tudo se realizou de tal forma a reduzir ao máximo os possíveis benefícios provenientes de conquistas sociais.

---

63 MERCADANTE, Paulo. *Militares e civis*... p. 35.

64 RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma*... p. 54.

José Honório Rodrigues mantém uma postura crítica com a classe dominante rural e suas políticas conciliatórias. No entanto, o autor vê em uma versão ampliada da conciliação (chamada de "neoconciliação") a possibilidade de gerar benefícios às camadas populares. Para Rodrigues, Getúlio Vargas seria o modelo em escala reduzida da *neoconciliação* por ter incluído na pauta governamental reivindicações populares, apesar de ter tido seus períodos "inconciliados", como o Estado Novo. "A neoconciliação é o acordo de interesse entre a minoria e a maioria, é o atendimento às aspirações da grande maioria, sempre afastada dos benefícios do seu trabalho em toda a história do Brasil [...]"[65]. Ou seja, na visão deste intelectual, a "neoconciliação" teria um caráter distinto em relação à conciliação conservadora, pois atenderia os interesses das classes subalternas.

As duas obras representam momentos diferenciados da revolução passiva no Brasil. A obra de Rodrigues não supera a visão da conciliação entre as classes, e crê na "grande conciliação", que seria uma ampliação das políticas de Vargas. Rodrigues se filia assim ao varguismo. Já Mercadante expressa a revolução-restauração de 1964, *A consciência conservadora no Brasil* visava inspirar a contrarrevolução preventiva. As duas obras se inserem no debate entre as duas frações da burguesia que naquele momento disputavam o poder. Cada obra se filia a um momento da viragem ideológica empreendida pela burguesia brasileira nas quatro décadas que se sucedem

65 Idem, p. 15.

ao término da Primeira Guerra Mundial, de que nos fala Florestan Fernandes. Rodrigues é representante tardio de uma burguesia que ainda tinha alguma sensibilidade em relação às mazelas sociais e a percepção das condições de vida das classes populares. Já Mercadante é o intelectual orgânico do período pós-viragem ideológica da burguesia no Brasil. Insensível e indiferente às chagas sociais, é o ideólogo empedernido da casa-grande.

Parte V

Considerações Finais

Procuramos demonstrar que a evolução histórica brasileira, no século XX, comporta em sua essência a revolução passiva. Esta categoria desenvolvida por Gramsci revela-se de fundamental importância para a compreensão dos caminhos e descaminhos da luta de classes em nosso país. Iniciamos a trajetória de nossa pesquisa na era Vargas; buscamos demonstrar o que de essencial se preservou da revolução passiva desta época e sobreviveu no período seguinte. Se durante o governo de João Goulart assistimos o germe de uma possível quebra da revolução passiva, em 31 de março/1º de abril de 1964 ela caiu com todo o peso na história. E a burguesia tentou fazer a história pós-1964 permanecer nos marcos da revolução passiva.

Depois de 1985, o AHF IBF/Convivium desenvolveu ampla atividade partidária – que poderá ser o objeto de novas pesquisas. Gostaríamos de indicar algumas fontes que poderão ser novos objetos de estudo. Alguns números da revista Convivium são particularmente interessantes, entre os quais citamos o n. 03 de maio-junho 1987, que seus

intelectuais falam dos 25 anos da revista, e o n. 06 de novembro-dezembro 1988, que tratam da Constituição. Sobre a questão da nova carta constitucional, Paulo Mercadante coordenou o livro *Constituição de 1988: o avanço do retrocesso*[1], que reúne textos de diversos intelectuais orgânicos da burguesia. Mercadante diz que esta obra "promete inaugurar o ponto de partida para a revisão necessária de nossa Carta Constitucional"[2]. Enfático, diz ainda:

> A morte da constituição anacrônica será lenta ou rápida. Não sabemos, porque só os acontecimentos, que corrigem os erros dos homens, dirão a hora e o dia de seu enterro. Porém a sua revisão deve ser pensada e um dia requerida. Em primeiro lugar, na cabeça do cidadão, que terá a oportunidade de ler no *Avanço do Retrocesso* as criticas necessárias, as sugestões cabíveis, as alternativas possíveis, entre as quais o hálito de um pensamento liberal, útil e moderno, dono de um mundo novo que emerge de Varsóvia, de Berlim e Bucareste.[3]

Assim, os culturalistas preocupavam-se em intervir diretamente na realidade, particularmente no desmonte de determinados aspectos da então nova Constituição, principalmente no que tange às conquistas sociais dos trabalhadores. Percebemos também que é preocupação dos autores a divulgação apologética do pensamento liberal, assim, para Antonio Paim, o "problema da repre-

1 MERCADANTE. Paulo (coord.). *Constituição de 1988: o avanço do retrocesso.* Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1990.

2 Idem. Orelha do livro.

3 Idem. Contra-capa do livro

sentação" será resolvido por liberais: "na medida em que se forme no país uma liderança liberal competente, esta incluirá prioritariamente em sua plataforma a aproximação entre representantes e representados [...]"[4]. Interessante notar o que Paim escreveu sobre o PFL (atual Democratas), do qual foi assessor da presidência, e o PMDB: "As duas maiores agremiações (PFL e PMDB) beneficiaram-se, uma da longa oposição aos governos militares, a outra, do fato de ter viabilizado a sua derrocada pacífica, ao construir a chamada Aliança Democrática [...]"[5]. Daí percebemos o quanto é problemática e falaciosa a visão da intelectualidade do AHF; vejamos o que diz Dreifuss: "Os principais partidos desalinhados – o PMDB e o PFL – foram atrelados à charrete conservadora civil-militar e, mais uma vez, transformados em meros braços políticos da cúpula governista – algo que, no Brasil, é um verdadeiro seguimento do aparelho de Estado – e das classes dominantes. Passaram a funcionar, também, como tambores de ressonância das Forças Armadas"[6]. Miguel Reale, por sua vez, criticou a Constituição de 1988 por sua "parafernália de compressão e de intervenção sistemáticas no mundo econômico"[7], mas ressalvou que, no entanto, a carta constitucional tinha seus trunfos como o de

4 PAIM, Antonio. *Organização e poderes do legislativo*. IN: MERCADANTE. Paulo (coord.). *Constituição de 1988: o avanço do retrocesso.* Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1990. p. 28.

5 Idem.

6 DREIFUSS, René Armand. *O jogo da direita*: na nova república. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 43.

7 REALE, Miguel. *A ordem econômica liberal na Constituição de 1988*. IN: MERCADANTE. Paulo. *Op.cit.* p. 19.

"consagrar o direito do empresário a conseguir lucro"[8]. Claro que isto demanda um maior aprofundamento, uma nova pesquisa, mas a questão já ultrapassa os limites cronológicos que adotamos.

Outra importante fonte para estudos futuros é o livro *Momentos decisivos da história do Brasil*[9], de Antonio Paim. Neste compêndio, o autor desenvolve algumas teses sobre a história do Brasil. Talvez a mais marcante e controversa seja a de que o Brasil ainda não é um país "plenamente" capitalista, mas sim "patrimonialista", definido pelo autor como algo próximo do socialismo. Mais uma invencionice de Paim, cujo objetivo é estimular o desenvolvimento de concepções agressiva e ostensivamente reacionárias. O autor levanta a tese disparatada de que os militares que estiveram no aparelho de Estado durante a ditadura eram "anticapitalistas" e nutriam simpatia pelo socialismo. É muito pano para manga.

Gostaríamos de reafirmar que o AHF IBF/Convivium, ainda pouco pesquisado, foi peça importante da revolução passiva no Brasil no período 1964-1985. Este aparelho foi um importante instrumento da burguesia para os combates ideológicos da luta de classes. Nascido da junção de duas organizações, o IBF (fundado em 1949) mais a Convivium (criada em 1962), tinham um viés academicista – "filosófico" – mas, nos momentos de maior exasperação da luta de classes, o AHF revelou para que fora criado,

8 Idem, p. 23.

9 PAIM, Antonio. *Momentos decisivos da história do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

atuando como organização partidária. Seus intelectuais sempre tentaram propalar um desprendimento da política, mas isto foi apenas a aparência construída, pois a história desta organização revela bem o contrário. A essência do aparelho de hegemonia filosófico Instituto Brasileiro de Filosofia/Convivium mostra-se em toda sua amplitude e complexidade na sua função político-partidária, conforme procuramos demonstrar no decorrer de nosso trabalho.

Karl Marx e Friedrich Engels, n'*A Ideologia Alemã*[10] (1845), obra em que sistematizaram pela primeira vez a concepção materialista da história, definem que a produção intelectual não possui autonomia em relação à história:

> São os homens que produzem suas representações, suas ideias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E, se, em toda a ideologia, os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como uma câmara escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico.
>
> [...] não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação

10 MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

> dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital. E mesmo as fantasmagorias existentes no cérebro humano são sublimações resultantes necessariamente do processo de sua vida material, que podemos constatar empiricamente e que repousa em bases materiais.[11]

As ideias não possuem uma história própria e exclusiva, sua história é, na verdade, a da vida dos homens e das suas relações sociais e com a natureza. Neste sentido, dizem nossos autores: "*Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência*"[12]. Assim, a denominada "história das ideias", que aparece em Paim como ciclos que engolem uns aos outros, ou convivem lado -a-lado, ou simplesmente sucedem-se; e que aparece em Mercadante como um "espírito" transcendental e metafísico que paira sobre a sociedade, é expressão ideológica da burguesia que reagiu violentamente nos anos 60. A concepção do IBF/Convivium de que a filosofia e a cultura constituem esferas que pairam sobre a história só subsiste à medida que expressa a divisão do trabalho, tal como ela surgiu com o desenvolvimento do capitalismo:

> A divisão do trabalho só se torna efetivamente divisão do trabalho a partir do momento em que se opera uma

11 Idem, p.19-20.

12 Idem, p.20 – grifos nossos.

> divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual. [...] pela *divisão do trabalho*, torna-se possível, ou melhor, acontece efetivamente que a atividade intelectual e a atividade material – o gozo e o trabalho, a produção e o consumo – acabam sendo destinados a indivíduos diferentes; [...] essa divisão do trabalho encerra ao mesmo tempo a repartição do trabalho e de seus produtos, distribuição *desigual*, na verdade, tanto em quantidade quanto em qualidade.[13]

A "história das ideias" de IBF/Convivium é, citando Marx e Engels, uma "sequência de 'ideias', em que uma devora a outra"[14]. Quando "na verdade se trata de explicar essa fraseologia teórica a partir das relações reais existentes"[15] – foi o que buscamos fazer. A produção intelectual deste aparelho de hegemonia filosófico revela-se, portanto, como uma *ideologia brasileira*. Por um lado, esta ideologia brasileira possui relações com as construções ideológicas burguesas em geral. Por outro lado, constituiu a ideologia da autocracia burguesa de 1964, em particular, e da revolução passiva no Brasil, em geral.

O culturalismo ibeefeano fora substituído por outro, mais elaborado, na moda e na crista da onda, de fundamentação pós-moderna e hegemônico nas universidades. Mas é importante perceber que por trás do discurso "desinteressado", "pluralista", da "diversidade", etc., escondem-se intenções e ações para lá de conservadoras.

---

13 Idem, p. 26-7 – grifos originais.

14 Idem, p. 38-39.

15 Idem.

REFERÊNCIAS

FONTES:

ALBERT, Valery. Nova campanha contra a religião na URSS. *Convivium*, n. 3, São Paulo, maio de 1964.

Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB). Índice da revista *Convivium (1962-1987)*. Salvador: CDPB, 1989.

CONVIVIUM. Apresentação. *Convivium*, n. 1. São Paulo, maio de 1962.

_____. Nota da redação. *Convivium*, n. 9, São Paulo, novembro de 1963.

_____. Nota da redação. *Convivium*, n. 10, São Paulo, dezembro de 1963.

_____. Nota da redação. *Convivium*, n. 5, São Paulo, julho/agosto de 1964.

CRIPPA, Adolpho. A nova ideia de universidade. *Convivium*, n. 2, São Paulo, março-abril de 1969.

_____. O marxismo no século XX. *Convivium*, n. 3, São Paulo, maio-junho de 1969.

_____. Teologia da libertação. *Convivium*, n. 2, São Paulo, março-abril de 1971.

_____. A nova problemática dos direitos humanos. *Convivium*, n. 5, São Paulo, setembro-outubro de 1973.

_____. A teologia comprometida. *Convivivum*, n. 3, São Paulo, maio-junho de 1981.

CRIPPA, Domingos. As possibilidades da revolução brasileira. *Convivium*, n. 3, São Paulo, maio de 1964.

FERREIRA, Oliveiros S. O congresso da revolução. *Convivium*, n. 5, São Paulo, julho/agosto de 1964.

GODINHO, Padre Antonio. Exigências da revolução. *Convivium*, n. 5, São Paulo, julho/agosto de 1964.

LÂNGARO, Luiz L. Reforma de estrutura da empresa. *Convivium*, n. 3, São Paulo, abril de 1963.

MERCADANTE, Paulo; PAIM, Antonio. *Tobias Barreto na cultura brasileira*: uma reavaliação. São Paulo: Grijalbo, EDUSP, 1972.

_____. *Militares & civis*: a ética e o compromisso. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____ (coord.). *Constituição de 1988*: o avanço do retrocesso. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1990.

_____. *Graciliano Ramos*: o manifesto do trágico. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

_____. *A consciência conservadora no Brasil*: contribuição ao estudo da formação brasileira. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

NETTO, Antonio Delfim. Política e desenvolvimento. *Convivium*, n. 6, São Paulo, novembro de 1962.

PAIM, Antonio (org.). *Liberdade acadêmica e opção totalitária:* um debate memorável. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.

_____. A democracia social em face das correntes políticas contemporâneas. *Convivivum*, n. 6, São Paulo, novembro-dezembro de 1981.

_____. Teoria e prática da esquerda. *Convivium*, São Paulo, n. 2, março-abril de 1982.

_____. *História das ideias filosóficas no Brasil.* 3. ed. São Paulo: Convívio, 1984.

_____. *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Editora Convívio, 1986.

QUEIROZ, Paulo Edmur de Souza. Perspectivas da política nacional. *Convivium*, n. 3, São Paulo, maio de 1964.

REALE, Miguel. *Momentos olvidados do pensamento brasileiro*. In: *Filosofia em São Paulo.* São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1962.

_____. *Memórias:* destinos cruzados. Vol. I. 2. ed. rev. São Paulo: Editora Saraiva, 1987.

_____. *Memórias*: a balança e a espada. Vol. II. São Paulo: Editora Saraiva, 1987.

_____. Os imperativos da revolução. *Convivium*, n.5, julho-agosto de 1964.

_____. Problemas do desenvolvimento: realismo político. *Convivium*, n. 2, São Paulo, março/abril de 1969.

_____. Estruturas políticas contemporâneas. *Convivium*, n. 4, São Paulo, julho-agosto de 1969.

_____. Universidade Democrática. *Convivium*, n. 4, São Paulo, julho-agosto de 1969.

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. O pensamento estratégico em debate. *Convivium*, n. 1, São Paulo, março-abril de 1980.

_____. Existe um sistema interamericano de defesa? *Convivium*, n. 3, São Paulo, maio-junho de 1980.

_____. Teologia da libertação e tradição despótica. *Convivivum*, n. 1, São Paulo, janeiro-fevereiro de 1982.

_____. O pesadelo do PT. *Convivium*, n. 4, São Paulo, julho-agosto de 1983.

ROCHA, Aristeu F. Resenha. *Convivium*, n. 2, São Paulo, março de 1963.

SILVEIRA, Alcântara. Recordando uma luta. *Convivium*, n. 3, São Paulo, maio de 1964.

SOUZA, José Pedro Galvão de. Legalidade e Legitimidade. *Convivium*, n. 1, São Paulo, maio de 1962.

_____. Raízes históricas da crise brasileira - I. *Convivium*, n. 8, São Paulo, outubro de 1963.

_____. Raízes históricas da crise brasileira - III. *Convivium*, n. 10, São Paulo, dezembro de 1963.

BIBLIOGRAFIA:

ARANTES, Paulo Eduardo. Instituto de Nacionalidade: Cruz Costa e herdeiros nos idos de 60. In: *Um departamento francês de ultramar*. Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. *Ressentimento da dialética*: dialética e experiência intelectual em Hegel: antigos estudos sobre o ABC da miséria alemã. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

ASSMANN, Hugo (ed.). *A Trilateral*: nova fase do capitalismo mundial. Petrópolis: Vozes, 1979

BANTI, Alberto Mario. *Il Risorgimento italiano*. Bari: Editori Laterza, 2004.

BASTOS, Élide Rugai; MORAES, João Quartim de (org.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

BENEDETTI, Ivone C. (coord.). *Dicionário Martins Fontes italiano-português***.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BOTTIGELLI, Émile. *A gênese do socialismo científico***.** Lisboa: Editorial Estampa, 1971.

BIANCHI, Álvaro. Revolução passiva: o pretérito do futuro. In: *Crítica Marxista*, Campinas, n. 23, p. 34-57, segundo semestre de 2006.

_____. *O laboratório de Gramsci*. Campinas: IFCH / Unicamp, 2007.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a revolução em França*. 2. ed. Brasília: Editora UNB, 1997.

Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. *Dicionário Biobibliográfico de autores brasileiros*. Brasília: Senado Federal, 1999.

CHASIN, J. *O integralismo de Plínio Salgado*: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

CODATO, Adriano e KIELLER, Marcio (orgs.). *Velhos vermelhos*: história e memória dos dirigentes comunistas no Paraná. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

COSTA NETO, Pedro Leão da. Crítica às concepções conservadoras na história das ideias filosóficas no Brasil. In: LIMA, Enezila de (org.). *Violência e direitos*: 500 anos de lutas; Anais do VII Encontro Regional de História. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

_____. *João Cruz Costa*: historiador das ideias no Brasil. Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, Curitiba, n. 23, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson, et alii. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *A democracia como valor universal*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. *Gramsci*: um estudo sobre seu pensamento político. 3. ed., revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CRIPPA, Adolpho (coord.). *As ideias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1978.

_____(coord.). *As ideias políticas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1979.

DEBRUN, Michel. *A "Conciliação" e outras estratégias*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DREIFUSS, René Armand. *A internacional capitalista:* estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). Rio de Janeiro:. ed. Espaço e Tempo, 1986.

_____.*O jogo da direita:* na nova república. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. *1964*: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

FERNANDES, Florestan. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. O Intelectual, um Personagem Histórico. *Debate & Crítica*, São Paulo, n. 5, p. 127, 138, março de 1975.

FERREIRA, Oliveiros S. *Os 45 cavaleiros húngaros*: uma leitura do Cadernos de Gramsci. Brasília: Editora da UNB; São Paulo: Hucitec, 1986.

FIORI, Giuseppe. *A vida de Gramsci*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FONTES, Virginia M. *Reflexões im-pertinentes*: história e capitalismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

FORACCHI, Marialice Mencarini (org.). *Karl Mannheim*: sociologia. São Paulo: Ática, 1982.

FREDERICO, Celso. *Sociologia da cultura*: Lucien Goldmann e os debates do século XX. São Paulo: Cortez, 2006.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Ciências humanas e filosofia*. 3. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, 2004, 2006. 6 volumes

_____. *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 2007. 4 volumes. Organizado por Valentino Gerratana.

GRUPPI, Luciano. *O pensamento de Lênin*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos*: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Cia. das Letras.

_____. *Sobre História.* São Paulo: Companhia das letras, 1998.

IANNI, Octavio. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.

JAMES, C.L.R. *Os jacobinos negros*: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2007.

KOHAN, Néstor. *Crise orgânica e revolução passiva*: o inimigo toma a iniciativa. A governabilidade do capitalismo periférico e os desafios da esquerda revolucionária. *O Comuneiro*, n. 6, março de 2008. In: www.ocomuneiro.com – consultado em março de 2008. Tradução de Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves.

KONDER, Leandro. História dos Intelectuais nos Anos 50. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. *Barão de Itararé:* o humorista da democracia. São Paulo: Brasiliense, 2002.

LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi. *O leopardo*. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O problema agrário - I*. Contagem: Editora História; Belo Horizonte: Aldeia Global Livraria, 1978.

_____. *O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907*. Goiânia: Alternativa, 2002.

LOSURDO, Domenico. *Contra-história do liberalismo.* Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

_____. *Antonio Gramsci, do liberalismo ao "comunismo crítico"*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen:* marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2000.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*: estudos sobre dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia.* 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

_____. *O pensamento conservador.* In: MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. URSS: Edições Progresso, 1987.

_____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *A Ideologia Alemã*: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo, Ícone, 2004.

_____. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2003.

_____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp; São Paulo: Boitempo, 1999.

MENEZES, Djacir (org.). *O Brasil no pensamento brasileiro.* Brasília: Senado Federal, 1998.

MERCADANTE, Paulo. *Das casernas à redação*: a era de turbulências. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2004.

_____. *Tobias Barreto*: o feiticeiro da tribo. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2006.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil (1930-1946).* Rio de Janeiro: Editora da Fundção Getúlio Vargas, 1978.

MENDONÇA, Sonia Regina de; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente***:** 1964-1992. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Ática, 1996.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931).* São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Estado e economia no Brasil*: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MONTANELLI, Indro. *L'Itália del Risorgimento (1831-1861)*. 10. ed. Milão: BUR Saggi, 2005.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Da Independência à vitória da ordem*. In: LINHARES, Maria Yedda L. (org.). *História Geral do Brasil.* 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia.* São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAES, João Quartim C.K. de. *Liberalismo e ditadura no cone sul*. Campinas: Unicamp, IFCH, 2001.

NOVA, Christiane e NÓVOA, Jorge (orgs.). *Carlos Marighella***:** o homem por trás do mito. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

NOVAIS, Fernando A. *Aproximações*: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac & Naify, 2005.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor*: forças armadas, *transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini. *Ideologia e filosofia no Brasil*: O Instituto Brasileiro de Filosofia e a Revista Brasileira de Filosofia. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998, tese de doutoramento.

PAIM, Antonio; BARRETO, Vicente. *Evolução do pensamento político brasileiro.* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

PAIM, Antonio (org.). *Curso de introdução ao pensamento político brasileiro*. Brasília: Editora da UNB, 1982.

_____. *O liberalismo contemporâneo.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

_____. *Problemática do culturalismo.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

_____. *História do liberalismo brasileiro.* São Paulo: Mandarim, 1998

_____. *A escola eclética*, 2. ed. revisada. Londrina: CEFIL, 1999.

_____. *Momentos decisivos da história do Brasil.* São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PERALVA, Osvaldo. *O retrato*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1960.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*: colônia. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PROTA, Leornado (org.). *Anais do 4º encontro nacional de professores e pesquisadores da filosofia brasileira.* Londrina:. ed. UEL: CEFIL, 1996.

RIAZANOV, D. *Marx-Engels e a história do movimento operário*. São Paulo: Global Editora, 1984.

ROIO, Marcos Del. Um século de revoluções passivas. In: AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton. *Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo, Editora Unesp, 2003.

SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil:* 1888-1891. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. *República do capital*: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

SECCO, Lincoln. *Gramsci e o Brasil*: recepção e difusão de suas ideias. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Gramsci e a Revolução*. São Paulo: Alameda, 2006.

SILVA, Carla Luciana Souza da. *Veja*: o indispensável partido neoliberal (1989 a 2002). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005. Tese de doutorado.

SILVA, Carlos Francisco Teixeira da; MEDEIROS, Sabrina Evangelista; VIANNA, Alexander Martins. *Dicionário crítico do pensamento da direita*: ideias, instituições e personagens. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A ofensiva reacionária*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. *A fúria de Calibã*: memórias do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

_____. *Panorama do Segundo Reinado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

_____. *Formação histórica do Brasil*. 14. ed., 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

SHAKESPEARE, William. *Hamlet, príncipe da Dinamarca*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

VIANA, Oliveira. *O ocaso do império*. Brasília: Senado Federal, 2004.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*, 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *A revolução passiva*: iberismo e americanismo no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

SOBRE O LIVRO

Formato:	15,5x22 cm
Tipologia:	Minion Pro
Papel de Miolo:	Off-Set 90g
Papel de Capa:	Triplex 250g
Número de Páginas:	316
Suporte do livro:	E-book

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
BR-153 – Quadra Área, Km 99 – 75.132-903 – Anápolis-GO
www.ueg.br / Fone: (62) 3328-1181

2017
Impresso no Brasil / Printed in Brazil

"É importante, antes de tudo, destacar que o presente livro, resultado da dissertação de mestrado de Rodrigo Jurucê é fruto de longos e contínuos estudos sobre o pensamento conservador brasileiro, iniciados aproximadamente há dez anos, com seus primeiros trabalhos dedicados ao pensamento de Paulo Mercadante, e que continuam até hoje na sua pesquisa de doutorado dedicada ao Instituto Brasileiro de Filosofia e à Revista Brasileira de Filosofia. Não representa, portanto, um trabalho de ocasião, é antes de tudo, o resultado de uma trajetória de estudos sistemáticos. Uma das características do presente trabalho é o seu esforço de pensar, duas revistas representativas do pensamento conservador, a partir dos conceitos de Gramsci e da tradição gramsciana, em particular, revolução passiva, partido político, hegemonia e aparelho filosófico de hegemonia. O próprio título: "História fetichista: o aparelho de hegemonia filosófico Instituto Brasileiro de Filosofia/Convivium (1964-1985)" é um retorno ao conceito de história fetichista do comunista italiano e sintetiza de forma feliz os traços mais característicos do referido projeto conservador. O livro de Rodrigo representa, neste momento de ofensiva conservadora, uma importante contribuição e uma significante ajuda para desvelar as raízes deste pensamento."

Pedro Leão da Costa Neto